

# (NEO)FASCISMOS E EDUCAÇÃO

REFLEXÕES CRÍTICAS  
SOBRE O AVANÇO CONSERVADOR  
NO BRASIL

EDUARDO REBUÁ  
REGINALDO COSTA  
RODRIGO LIMA R. GOMES  
DIEGO CHABALGOITY  
(ORGS.)



mórula  
EDITORIAL

EDUARDO REBUÁ  
REGINALDO COSTA  
RODRIGO LIMA R. GOMES  
DIEGO CHABALGOITY  
(ORGS.)

**(NEO)FASCISMOS  
E EDUCAÇÃO:  
REFLEXÕES CRÍTICAS  
SOBRE O AVANÇO CONSERVADOR  
NO BRASIL**

 **mórula**  
EDITORIAL

# **(NEO)FASCISMOS E EDUCAÇÃO**

## **REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O AVANÇO CONSERVADOR NO BRASIL**

REVISÃO  
Milene Couto

CAPA  
Arte sobre fotos de Mitchell Luo e  
Richard Silva (PCdoB na Câmara)

DESIGN E DESENVOLVIMENTO  
Patrícia Oliveira

ISBN  
978-65-86464-26-9

© 2020 MV Serviços e Editora.  
Todos os direitos reservados.



Rua Teotonio Regadas 26 \_ 904  
20021\_360 \_ Lapa \_ Rio de Janeiro \_ RJ

**[www.morula.com.br](http://www.morula.com.br)**  
**[contato@morula.com.br](mailto:contato@morula.com.br)**

**f /morulaeditorial**

**@/morula\_editorial**

# SUMÁRIO

- 6 [HOMENAGEM]
- 8 [APRESENTAÇÃO]  
GIOVANNI SEMERARO
- 12 **O bolsonarismo como fascismo do século XXI**  
DEMIAN MELO
- 47 **Educação e neofascismo no governo Bolsonaro**  
ROBERTO LEHER
- 84 **Observações sobre o projeto geopolítico mundial  
de concentração do capital e seus desdobramentos  
na educação**  
ANITA SCHLESENER
- 99 **Sociedade de classes e fascismo**  
MARTHA D'ANGELO
- 122 **Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero:  
perspectivas para lutas antifascistas**  
ANA LOLE • CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA
- 147 **A questão do fascismo em Gramsci à luz de debates marxistas  
e da “onda conservadora” contemporânea**  
RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES
- 169 **Educação e fascismo sob o governo Bolsonaro**  
EDUARDO REBUÁ

- 186 **Cristianismo conservador e ataques a Paulo Freire:  
apontamentos para um debate necessário**  
DIEGO CHABALGOITY
- 209 **Neofascismo e educação em um contexto de fundamentalismo  
religioso cristão**  
JOSÉ ANTONIO SEPULVEDA · YURI SEPULVEDA  
DENIZE SEPULVEDA
- 227 **O Manifesto à Nação: o projeto neofascista da Frente  
Parlamentar Evangélica para o Brasil**  
REGINALDO COSTA
- 258 **Neoliberalismo e Pós-Democracia: o percurso brasileiro rumo  
ao (neo)fascismo**  
VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES · VIRGINIA BELINOT
- 286 **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo:  
respostas do capital à crise**  
JULIANA FIUZA CISLAGHI
- 307 **Eu vejo o futuro repetir o passado: o Future-se e a agenda  
empresarial para a educação superior pública**  
REGIS ARGÜELLES DA COSTA
- 331 [ **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES** ]

# REBUÁ, PRESENTE!

Carlos Eduardo Zaleski Rebuá, ou Eduardo Rebuá, na assinatura de textos acadêmicos, ou Catatau, para os amigos de faculdade (e ficamos imaginando quantos Eduardos devam existir nas memórias do número infindável que amigos, colegas, parceiros e interlocutores que ele acumulou ao longo da vida), foi o idealizador do projeto de livro que agora vem a público. Infelizmente, não chegou ao ponto de vê-lo pronto e atizando debates, porque desapareceu da vida neste mundo grande e terrível que, por sorte ou falta dela, habitamos neste contexto encruzilhado.

Evitaremos, neste espaço, entrar em depoimento pessoal, até porque precisaríamos de outros livros só para registrar as inúmeras memórias guardadas em cada um de nós que, embora representativas de experiências muito diversas – de estudantes de graduação e pós, de colegas de trabalho acadêmico, de amigos, de leitores, de admiradores –, sempre estiveram, estão e estarão gravadas em feixes de fótons solares que vibram alegrias, sorrisos, brincadeiras, mas também angústias e ansiedades em relação a um mundo de humanos em desumanização, e de profunda aflição em relação à condição e ao destino dos condenados da terra.

Aqui, o que podemos fazer, para nossa finalidade, é salientar que Eduardo era, acima de tudo, um educador. Com isso, não dizemos apenas que ele era um grande professor, o que já seria bastante coisa, mas que Rebuá foi um trabalhador incansável da Educação – aliás, foi um trabalhador incansável desde sempre; enquanto muitos de nós, amigos de graduação, tínhamos tempo livre e recursos para nos dedicarmos exclusivamente aos nossos cursos, Eduardo trabalhava em dois turnos antes das aulas –, tendo lecionado em diversos níveis do Ensino Fundamental, Médio e Superior, sempre de modo crítico-reflexivo e como um pesquisador da ação docente.

A capacidade de trabalho de Eduardo era invejável. Até ser aprovado em concurso para professor efetivo do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, trabalhava em diversas instituições públicas e privadas simultaneamente, acumulando uma carga horária significativa de sala de

aula, enquanto conseguia ser profundamente produtivo, organizando livros, publicando capítulos e artigos em periódicos científicos e em jornais e blogs de significativa repercussão, como o Blog da Boitempo e o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Tal intensidade passou, então, a ser dedicada exclusivamente à UFPB, onde coordenava o Observatório de História, Educação e Cultura e desenvolvia suas atividades de pesquisa e extensão.

Outra característica invejável de Eduardo era sua capacidade de estabelecer e estreitar laços sociais de trabalho e militância, que abriam frentes de atuação de amplas possibilidades, às quais se dedicava com profunda intensidade, semeadando experiências diversas e produzindo sentidos expressivos de beleza e vetor emancipatório, em suas publicações. Com isso, sendo um observador agudo da política e da cultura brasileiras do século XXI, mobilizava de modo criativo e original o pensamento de Walter Benjamin e de outros autores contemporâneos para desenvolver análises agudas, prenhas de *insights* representativos de um estilo ensaístico de alto nível, que congregava o belo e o trágico em asserções precisas e, por vezes, surpreendentes, uma vez que originadas de pontos de vista desprendidos de consensos fáceis e superficiais.

Com isso, este livro vem preencher um vazio impossível, integrado por todos os textos, falas, olhares, toques e presenças que Eduardo teria a deixar no mundo, tudo isso agora resumido à contribuição brilhante que nos entregou dias antes de nos deixar de vez, expresso no texto de sua assinatura nesta obra, uma espécie de testamento de toda a sua capacidade de ser preciso, agudo, desconcertante, raivoso e indignado com a mediocridade, a empáfia e a ignorância orgulhosa do neofascismo nacional-entreguista que nos governa.

Eduardo Rebuá, presente!

# APRESENTAÇÃO

GIOVANNI SEMERARO

Treze textos, complementares e impactantes nas suas múltiplas abordagens, dedicados a diagnosticar a profunda crise sócio-política que afeta o Brasil e a apontar meios para enfrentá-la e superá-la. Este é o conteúdo fundamental deste livro penetrante e combativo que reconstrói as raízes históricas do fascismo e se adentra a decifrar a esfinge do bolsonarismo, seus elos com a reestruturação do capital e a radicalização do neoliberalismo, a tecnopolítica das *fake news* e do fundamentalismo religioso, a guerra contra o “marxismo cultural”, a ideologia de gênero e o pensamento crítico. Um floreio de capítulos elaborados com sólidas bases bibliográficas que oferecem uma abrangente e consistente visão de conjunto, não apenas para entender as engrenagens que estão levando o Brasil ao desastre, mas também para vislumbrar novos caminhos que recriam a política, fortalecem espaços de resistência e municiam as lutas na defesa dos direitos dos trabalhadores e da educação pública de qualidade.

Os admiráveis autores deste imperdível livro deixam claro que a peculiaridade do neofascismo desencadeado pelo governo Bolsonaro deita suas raízes na história trágica do Brasil que, desde as origens da colonização e ao longo de numerosos golpes, foi marcada pela pilhagem e a escravidão, o extermínio e a exaltação da violência, o racismo, a discriminação e o machismo. O que Bolsonaro representa, portanto, não é um ponto fora da curva, mas a culminância de um projeto tramado por poderosas forças nacionais e internacionais que se intensificou com a manipulação dos levantes de 2013, a instalação da Lava Jato e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, agressões imperdoáveis que deram origem ao nefasto governo Temer e à estratégia de progressiva ocupação em todas as áreas das Forças Armadas, articuladas com policiais militares e milicianos, dedicados a estabelecer um campo de guerra contra o inimigo interno.



Para quem ainda duvidava ou julgava tratar-se de meras “teorias da conspiração”, as investidas do grande capital na América Latina para desestabilizar os governos populares democraticamente eleitos e se apropriar das riquezas da região chegaram ao ponto de gabar-se abertamente, como demonstra a recente afirmação, chocante e solar, do bilionário Elon Musk, diretor da Tesla e do SpaceX dos Estados Unidos: “nós vamos dar golpes em quem quisermos! Lidem com isso”. Como se não tivessem sofrido bastante, as forças democráticas do Brasil não conseguiram se precaver o suficiente desta estratégia declarada. O processo capenga da abertura democrática e os tímidos avanços sociais que se seguiram no período pós-ditadura, ao deixarem inalterados os aparatos de coerção, o oligopólio da grande mídia e as estruturas de rapina econômica, descuidaram do ovo da serpente que eclodiu bem alimentado na crise que foi chocando. Na onda deste plano sórdido foram também atraídos consideráveis setores das classes médias, ressentidas com as ameaças a seu padrão de vida e atemorizadas com o clima de violência e a ascensão social de segmentos populares. A pretexto de combater a corrupção, a delinquência, a depravação moral e o comunismo, a regurgitação pútrida da “comunidade dos senhores” encardida no Brasil aciona sempre o fascismo, “recurso da burguesia em perigo”, criminaliza a desordem das “classes perigosas” e desqualifica a frágil democracia.

Com base neste lastro e legitimado por um suspeito resultado das urnas eleitorais contaminadas pela atuação de pirâmides de robôs, o fascismo de novo tipo que se instalou no Brasil, com o selo da impunidade impresso pelo “funcionamento normal” das instituições “republicanas” acovardadas e a cumplicidade de partes consideráveis da magistratura, vem corroendo sem muitos entraves a Constituição de 1988, dissolvendo os direitos dos trabalhadores, devastando os serviços públicos, as universidades e os centros de pesquisa, o meio ambiente e a liberdade cultural, com uma sanha destrutiva nunca vista antes nestas terras.

Reproduzindo de forma grotesca e boçal práticas postas em marcha pela extrema direita que se alastra no mundo, o neofascismo pedestre que prospera no Brasil desencadeia uma guerra interna acionando também as armas do obscurantismo, do negacionismo e da religião mercantilizada. Diversamente de outros regimes autoritários que ainda preservavam um certo nacionalismo e um Estado voltado a impulsionar o desenvolvimento do país, o bolsonarismo

aprofunda, com traços mais sórdidos e letais, o desmonte da indústria nacional, a limpeza étnica, o modelo da “casa grande e senzala”, o saque das riquezas nacionais e a subserviência mais abjeta aos Estados Unidos, atingindo níveis de degradação jamais vistos. Profanando o nome de Deus e deturpando o conceito de pátria, reduz o país a uma colônia agrícola exportadora de commodities baratas e golpeia os passos que vinham sendo dados para tornar o Brasil uma nação independente e soberana, protagonista respeitada no tabuleiro geopolítico mundial.

Nas páginas deste livro ninguém alimenta a ilusão de que o neofascismo que se propaga no Brasil seja fenômeno trivial e passageiro. Por trás do histrionismo demente do presidente e da sua política “bigbrotherizada” agem grandes corporações econômicas, um consórcio de empresários nacionais e internacionais e o parasitismo rentista de setores privilegiados serviços de um capitalismo amedrontado que se torna mais virulento diante das crescentes reivindicações populares que ameaçam a espinha dorsal do sistema. Neste conflito de proporções gigantescas pela reordenação do mundo, a sobrevivência do planeta e o futuro do Brasil, o projeto destrutivo do capitalismo aparece mais visível, mas torna-se também mais acirrada a luta de classe. A tarefa, portanto, que se desenha pela frente para as forças democráticas exige clareza de posições e comporta árduas lutas, de longa duração, que demandam uma “concentração inaudita da hegemonia” e “qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo”, como diria Gramsci.

Asfixiados pela Covid-19, o genocídio e a engenharia do caos do desgoverno fascista, com as forças democráticas estilhaçadas e grande parte dos trabalhadores sofrendo o luto da pandemia e do desemprego, o estudo dos capítulos que compõem este livro alimenta a consciência de que as conquistas da democracia e da dignidade humana se consolidam e universalizam com a organização política permanente e o protagonismo de todos e, ao mesmo tempo, oferece inspirações imprescindíveis para os educadores, os inúmeros movimentos sociais, grupos culturais e forças de resistência que lutam para derrotar a necropolítica e construir uma nova civilização.

Entre os demais autores que contribuíram com esta obra que não cansaria de ler e reler, me seja permitido homenagear a figura brilhante e encantadora de Carlos Eduardo Rebuá, companheiro que inundava a todos de alegria e orgulho, retirado recentemente do nosso convívio por uma trágica morte prematura. De

sua marcante produção e cativante exemplo de vida, o último texto preparado para este livro, gerado na angústia e nas dores de quem enfrentava bravamente “a gestão policial da vida”, é um legado que levaremos junto conosco nos combates que continuaremos a travar com desassombro até a vitória contra a política da destruição e da morte.

# O BOLSONARISMO COMO FASCISMO DO SÉCULO XXI<sup>1</sup>

DEMIAN MELO

*Sabendo o que sabemos hoje sobre o ciclo fascista, poderemos encontrar sinais de advertência ainda mais funestos em situações de impasse político diante de uma crise, em que os conservadores ameaçados procuram por aliados brutais, dispostos a abrir mão do devido processo legal e do estado de direito, tentando angariar o apoio das massas por meio de demagogia nacionalista e racista.*

[ PAXTON, 2007, P. 334 ]

Todas as vezes que se fala em fascismo a primeira imagem que vem à cabeça é a do movimento da extrema direita liderado por um ex-socialista de nome Benito Mussolini e que chegou ao poder na Itália no fim de 1922. Todavia, já naquela época, embora seu nome de batismo seja italiano, analistas mais argutos assinalaram que se tratava de um fenômeno internacional. Antonio Gramsci, num artigo publicado em 24 de dezembro de 1920, no jornal socialista *Avanti!*, escreveu: “O fenômeno do ‘fascismo’ não é apenas italiano, assim como não é apenas italiana a formação do Partido Comunista” (Gramsci, 2004, p. 65-66).

Em vários países do continente europeu surgiram organizações de massas ideologicamente contrarrevolucionárias dotadas de disciplina militar e alas

---

<sup>1</sup> Agradeço a leitura crítica e sugestões dos amigos Marcelo Badaró Mattos, Virgínia Fontes e Rejane Hoeveler. Como de praxe, reitero que o texto é de minha inteira responsabilidade.

dedicadas a atividades violentas contra o movimento operário. A mais conhecida foi aquela liderada por Adolf Hitler na Alemanha. Os fascismos italiano e alemão são mais lembrados por terem sido capazes de alcançar o poder e implantar regimes ditatoriais que levaram a humanidade ao sangrento conflito da Segunda Guerra Mundial. No entanto, houve movimentos fascistas que não conseguiram chegar ao poder, ou que chegaram ao âmbito de coalizões mais amplas das direitas, como Espanha e Portugal. Outros se empoderaram na condição de colaboracionistas da ocupação alemã a partir de 1940, como o governo-fantoches de Vidkun Quisling na Noruega, mas é preciso lembrar também de casos como o da França ocupada, cujo regime colaboracionista de Vichy dispensou os movimentos fascistas locais que se conformaram em apenas apoiar a situação. Somaram-se a estes aqueles movimentos fascistas fora da Europa que nunca ultrapassaram a fase de movimento político. Da China à Argentina, dos Estados Unidos ao México, movimentos fascistas surgiram em várias latitudes do planeta.<sup>2</sup>

O próprio Brasil assistiu o surgimento de um autêntico movimento fascista com o Integralismo em 1932, fundado por iniciativa do escritor modernista Plínio Salgado, que se inspirou no modelo do fascismo italiano após uma visita à península mediterrânea no início daquela década. A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o primeiro partido de massas da história brasileira, chegando a recrutar dezenas de milhares de brasileiros, com estimativas que vão de 200 mil a um milhão de adeptos.

Com o propósito comum de combater a esquerda, o governo Vargas foi simpático aos integralistas que lhe apoiaram inclusive no golpe de Estado de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo. Os fascistas brasileiros acreditavam que aquele regime ditatorial poderia ser um passo decisivo para a realização da utopia reacionária do Estado Integral concebido por ideólogos como Miguel Reale. Houve até a esperança de que Vargas entregaria a estratégica pasta do Ministério da Educação e Cultura ao líder Plínio Salgado, mas logo perceberam que o ditador já não precisava mais de seus serviços. A frustração acabou alimentando a tentativa de insurreição integralista em 1938, uma aventura

---

<sup>2</sup> Cf. Paxton, 2007, 185-191; Finchelstein, 2017, p. 36.

que acabaria levando à dissolução temporária do movimento e ao exílio de Plínio Salgado no Portugal do já ditador de traços fascistas Oliveira Salazar.<sup>3</sup>

Daquela época até hoje outras organizações fascistas surgiram na história do Brasil, além do próprio integralismo, que através da legenda do Partido da Representação Popular (PRP) participou dos processos eleitorais da República de 1946, e posteriormente ingressou nos circuitos conspiratórios que efetivaram o golpe de Estado de 1964, ajudando a formar com outras direitas o partido de sustentação da ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Mas o integralismo não mais conseguiu apresentar a face de movimento de massas que marcou as suas origens, cindindo-se em grupelhos após a morte de seu líder em 1975. De lá pra cá alguns neointegralistas se filiaram ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), de Enéas Carneiros, e atualmente um ramo encontra-se abrigado no Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), de Levy Fidelix e do vice-Presidente da República, general Hamilton Mourão.<sup>4</sup>

Hoje, nessa forma fragmentada, os neointegralistas compõem um dos muitos movimentos de extrema direita reunidos em apoio ao governo Bolsonaro, ao lado de monarquistas, tradicionalistas católicos, neonazistas, anarcocapitalistas, fundamentalistas evangélicos, saudosistas da ditadura militar etc. Se é correto caracterizar o bolsonarismo como um fenômeno fascista, que é o propósito deste texto, uma primeira constatação é a de que ele reúne uma miríade de correntes, catalisando uma série de grupúsculos de extrema direita.

O influente historiador do fascismo Roger Griffin assinalou a fragmentação como um traço da extrema direita desde o fim da Segunda Guerra Mundial, trazendo a imagem do rizoma para destacar o movimento fluido e fragmentário de grupelhos de extrema direita surgidos no mundo durante as últimas décadas, uma “rede celular, sem centro e sem líder, com limites mal definidos e sem hierarquia formal ou estrutura organizacional interna para fornecer uma inteligência unificada” (Griffin, 2003). Essa imagem também corresponde ao prognóstico compartilhado por Griffin e outros autores segundo o qual as mudanças culturais ocorridas no mundo do capitalismo liberal impediriam um reavivamento de um fascismo de massas, estando o neofascismo condenado à

---

<sup>3</sup> Cf. Trindade, 1974; Rosas, 2019.

<sup>4</sup> Cf. Calil, 2010; Caldeira Neto, 2014; Barbosa, 2015.

insignificância do ponto de vista de sua atração para o grande público,<sup>5</sup> embora o terrorismo de grupelhos de extrema direita possam causar grande impacto. A segunda década do século XXI, todavia, observa o surgimento de experiências políticas um pouco mais complexas que as que se enquadram nesse perfil, embora a existência de uma miríade de grupelhos de extrema direita ainda seja encontrada.<sup>6</sup> Como fenômeno de massas, o bolsonarismo possui uma natureza fascista também por estar tendo capacidade de aglutinação de várias correntes contrarrevolucionárias em apoio ao governo Bolsonaro.

Se o bolsonarismo tem diversas direitas em seu interior, é preciso lembrar que mesmo os movimentos fascistas originais resultaram da fusão de diversos grupos, no caso italiano desde nacionalistas e artistas futuristas, mas também elementos oriundos do mundo operário, ex-socialistas, ex-anarquistas e sindicalistas revolucionários. Menos lembrada é a presença também de defensores intransigentes do livre mercado, como foi o caso de Alberto De Stefani, que ocupou o Ministério da Fazenda do gabinete Mussolini entre 1922 e 1925, um membro do Partido Nacional Fascista que empreendeu uma gestão liberal na economia. O intervencionismo estatal na economia fascista esteve presente de forma mais pronunciada após a crise de 1929, e era resultado de concepções corporativistas que animaram intelectuais como Ugo Spirito na crítica ao *laissez-faire*.<sup>7</sup>

O que aqui nos interessa é o fato de que as organizações fascistas mais desenvolvidas atravessaram processos de síntese, conseguindo seu ponto principal de unificação em torno de valores centrais como o anticomunismo e o uso da violência política, o que também permitiu às organizações fascistas

---

<sup>5</sup> Cf. o prefácio de Stanley Payne à Feldman, 2008.

<sup>6</sup> Estudiosa dessa extrema direita há 18 anos, a antropóloga Adriana Dias assinalou a existência de 349 células de perfil neonazista no Brasil, sendo essa rede responsável pelo engajamento de 7 mil indivíduos. Cf. Veiga, 2020.

<sup>7</sup> Por outro lado, é justamente a capacidade do regime fascista de realizar a transição da economia *laissez-faire* para a economia planista, com a introdução do fordismo na Itália, que leva Gramsci a escrever: “Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual do lucro.” (Gramsci, 1999, p. 299). Cf. também Gramsci, 2002, p. 239-282.

estabelecerem alianças com outras direitas para chegar ao poder. Naqueles movimentos coube ao líder fascista criar a unidade possível e estabelecer as alianças necessárias, e Bolsonaro vem desempenhando esse papel até aqui, não obstante a crise que atravessa seu governo neste momento.

## **Fascismo no século XXI**

Discutindo esse retorno do debate sobre o fascismo diante da emergência do trumpismo nos Estados Unidos e dos sucessos eleitorais da extrema direita europeia, o historiador Enzo Traverso vem propondo a noção de pós-fascismo. O seu conceito de pós-fascismo tenta capturar a situação atual da nova extrema direita no tempo histórico distinto daquele do entreguerras, nas condições do mundo em que desapareceu do horizonte de expectativas a revolução socialista, mas também da crise internacional aberta desde 2008 e do desgaste dos sistemas políticos vigentes. Em suma, insere-se a atual crise do capitalismo neoliberal, que também é a crise da descrença no sistema político representativo e nas estruturas supranacionais — como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia etc. — celebradas outrora pelos vitoriosos da Guerra Fria. A noção de pós-fascismo tenta também capturar uma situação transitória de emergentes fenômenos da extrema direita nesse contexto, que tanto podem evoluir para o fascismo *tout court* — constituindo partidos de massa de programa fascista, com as práticas violentas que lhes correspondem e/ou mesmo implantando regimes ditatoriais — como transitar para uma forma política populista, conservadora e autoritária que, no entanto, ocuparia uma posição normalizada no interior dos sistemas liberal-representativos em crise.<sup>8</sup>

Num enfoque similar, David Renton vem propondo entender a nova convergência entre a direita conservadora e a extrema direita na conformação de *novos autoritários*, no que evita a noção de fascismo por considerá-la também específica.<sup>9</sup> Ele observa como as extrema direitas nas últimas décadas buscaram se distanciar de pretéritas vinculações com o fascismo histórico, assim como,

---

<sup>8</sup> Cf. Traverso, 2019, p. 11-37.

<sup>9</sup> Cf. Renton, 2018, p. 207-226.



de outro lado, observa a deriva da direita conservadora em direção à extrema direita. Seria essa a raiz do fenômeno do que muitos chamam de onda conservadora, e na avaliação do autor pode ser corretamente apreendida como essa nova convergência autoritária das direitas expressas em governos como o de Trump nos Estados Unidos, Putin na Rússia, Modi na Índia e Bolsonaro no Brasil. Não obstante, Renton admite que não pode ser descartada a possibilidade de que tal convergência possa evoluir para formas fascistas, ou ao menos abrir espaço político para isso.

Em suma, tomando todos os cuidados contra o uso inconsistente do termo fascismo para o entendimento da emergência de novos fenômenos da extrema direita, e propondo noções como pós-fascismo ou novos autoritários, Traverso e Renton não descartam a possibilidade de ressurgimento de algo que possa ser referido como fascismo a partir da evolução da crise. Além disso, os dois autores concordam que a comparação com o fascismo histórico é um método incontornável no entendimento da extrema direita no século XXI. De nossa parte este texto faz esse exercício, embora divergindo pontualmente desses autores.<sup>10</sup>

Nossa hipótese é a de que o bolsonarismo representa a tendência ao fascismo, e com a ocupação do governo federal e as explícitas manobras e mobilizações realizadas nesse um ano e meio de governo Bolsonaro, suas pretensões de implantação de uma ditadura de características fascistas são mais que evidentes. As linhas que seguem buscam esmiuçar essas características.

## **No caminho do fascismo: a crise**

Com o propósito de apreender o fenômeno do fascismo, fugindo das reduções ideológicas do fenômeno (elemento importante, que discutiremos a seguir, mas que por vezes é superdimensionado em algumas propostas analíticas) e atentando para o comportamento efetivo do fascismo histórico, Robert Paxton (1998) observou uma sequência de cinco etapas. São elas: 1) a criação dos movimentos; 2) a criação de raízes no sistema político; 3) a conquista do

---

<sup>10</sup> Para um debate mais profundo com esses autores e aqueles que têm se valido da noção de *neofascismo* para caracterizar tais fenômenos de extrema direita, cf. Mattos (no prelo), especialmente o terceiro tópico do capítulo 1.

poder; 4) o exercício do poder; 5) e um longo período no qual os regimes escolheram entre a radicalização e a entropia. A partir desse modelo, concluiu que apenas os casos italiano e alemão cumpriram todas essas etapas, sendo que a maior parte dos movimentos fascistas no período entreguerras ficaram entre a primeira e segunda. Em sua análise, Paxton destaca as condições excepcionais que permitiram as fases 3 a 5, ou seja, a natureza da crise e a disposição das elites tradicionais (políticas e militares principalmente) de permitir a ascensão dos fascistas ao poder.<sup>11</sup>

Entretanto, como um fenômeno de massas, o fascismo para se instituir precisou encontrar um ambiente favorável para que suas atitudes e modos de pensar e sentir pudessem prosperar. Esses aspectos constituem para Paxton (2007, p. 78-79) um conjunto de nove *paixões mobilizadoras*, uma espécie de lava emocional que permitiu o fascismo ser tomado como alternativa política. São elas: 1) “o sentimento de uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais”; 2) “a primazia de um grupo, com relação ao qual as pessoas têm deveres superiores a quaisquer direitos, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esse grupo”; 3) “a crença de que o próprio grupo é uma vítima, sentimento esse que serve como justificativa para qualquer ação, sem limites legais ou morais, contra seus inimigos, tanto externos quanto internos”; 4) “o pavor da decadência do grupo sob os efeitos corrosivos do liberalismo individualista, do conflito de classes e das influências alienígenas”; 5) “a necessidade da maior integração de uma comunidade mais pura, por meio do consentimento, se possível, ou da violência excludente, se necessário”; 6) “a necessidade da autoridade dos líderes naturais (sempre do sexo masculino), culminando num chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo”; 7) “a superioridade dos instintos desse líder sobre a razão abstrata e universal”; 8) “a beleza da violência e a eficácia da vontade, quando voltadas para o êxito do grupo”; 9) e “o direito do povo eleito de dominar os demais sem limitações de qualquer natureza, sejam elas impostas por leis humanas ou divinas, esse direito sendo determinado pelo critério único do grupo no interior de uma luta darwiniana”.

---

<sup>11</sup> “As crises do sistema político e econômico abriram espaço para o fascismo, mas foram as infelizes escolhas de uns poucos dirigentes que de fato instalaram os fascistas nesse espaço.” (Paxton, 2007, p. 196).

O que é possível apreender das experiências fascistas desde o período entre-guerras é que só em condições de crise profunda tais movimentos conseguiram chegar ao poder. A Itália do início dos anos 1920 vivia o impasse provocado pela frustração com os resultados da participação do país na Guerra Mundial, depois que a própria deflagração mundial havia provocado a entrada de massas, antes passivas, no processo político. Outro elemento desse impasse foi o temor nas classes dominantes de que o poderoso movimento dos trabalhadores italianos e seu grande Partido Socialista pudessem promover uma revolução social nos moldes daquela ocorrida na Rússia em 1917. O crescimento eleitoral dos socialistas no pleito de 1919, a onda de ocupação de fábricas no norte do país de 1919 a 1920, além da intensificação das lutas dos trabalhadores rurais do sul, ligaram o sinal de alerta nas classes dominantes.

Quando em 23 de março de 1919, na Piazza San Sepolcro, na sede da Aliança Industrial de Milão, Mussolini fundou seu movimento, esse não parecia muito promissor. Mas o desenvolvimento da violência fascista contra a insurgência socialista e a capacidade do fascismo de recrutar uma massa de ex-combatentes para ações violentas contra os socialistas não demorou a ganhar a simpatia das classes dominantes italianas que desconfiavam da capacidade do governo liberal em impedir a bolchevização do país. Por outro lado, os liberais acreditavam poder usar o fascismo contra a esquerda, e nas eleições de 1921, no Bloco Nacional dirigido pelo liberal Giovanni Giolitti, foi aberto espaço para o recém-fundado Partido Nacional Fascista, que além de Mussolini elegeu três dezenas de fascistas para o Parlamento. Mas a força do fascismo não correspondia ao número de eleitores, e sim de sua capacidade de recrutar e de perpetrar ações terroristas. De acordo com Donald Sassoon, o número de membros do partido fascista aumentou rapidamente de 1921 a 1922, passando de 80 mil a 322 mil e se tornando o maior partido de massas da Itália.<sup>12</sup>

No que toca ao patamar da violência, alguns autores estimam em 10 mil o número de mortos nos anos iniciais do fascismo enquanto movimento, sem falar das destruições violentas das sedes do Partido Socialista, além da expulsão de prefeitos socialistas de cidades onde haviam ganhado pleitos eleitorais, uma violência que naturalmente atingiu comunistas, anarquistas, mas também os

---

<sup>12</sup> Cf. Sassoon, 2009, p.19.

católicos mais reformistas do Partido Popular Italiano.<sup>13</sup> Nada disso teria sido possível sem o apoio das classes dominantes e a cumplicidade dos agentes públicos que, em tese, deveriam coibir ações paramilitares. Ainda em julho de 1921, Antonio Gramsci observava que:

Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política. (Gramsci, 2004, p. 66).

E foi jogando com isso, e também com a simpatia que setores da cúpula das Forças Armadas e da monarquia tinham por Mussolini que este conseguiu ser nomeado primeiro-ministro em outubro de 1922, formando um governo com outras forças das direitas. Em alguns anos todos os partidos italianos foram proibidos, exceto o Partido Nacional Fascista; e o sistema político liberal veio abaixo em favor de uma ditadura.

Foi o rompimento entre as classes dominantes e seus partidos tradicionais que abriu o caminho de Mussolini para sua ditadura. Esse rompimento ficaria ainda mais pronunciado quando, em meados de 1924, um bando fascista assassinou o deputado socialista Giacomo Matteotti após o parlamentar denunciar a violência fascista no pleito de abril daquele ano. Sequestrado e depois morto, o corpo do parlamentar seria encontrado meses depois, levando toda a oposição ao fascismo a abandonar o Parlamento, esperando que o rei Vitório Emmanuel demitisse Mussolini. Em vez disso, após a reação moral da opinião pública arrefecer, o rei manteve Mussolini no cargo, e este, após admitir sua responsabilidade pessoal no *delitto Matteotti*, em 3 de janeiro de 1922, baixou um pacote de leis de exceção e iniciou o processo de implantação da ditadura.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. Paxton, 2007, p. 163.

<sup>14</sup> Cf. Sassoon, 2009, p. 150-151.

Também na Alemanha do início dos anos 1930, a democracia da República de Weimar entrou em colapso muito antes do nazismo alcançar o poder.<sup>15</sup> A devastação econômica e social provocada pelo impacto da crise de 1929 na Alemanha gerou um colapso da estrutura política, o que fortaleceu na consciência das classes dominantes a opinião de que a solução para a crise deveria ser procurada fora dos quadros tradicionais da jovem experiência republicana. Foi também a negativa em se comprometer com as regras do jogo da República espanhola que fez com que as classes dominantes daquele país apoiassem a insurreição contrarrevolucionária dirigida pelo general Franco, e com o apoio de Hitler e Mussolini. Não obstante, nem todas as crises com tais contornos, que Gramsci denominou de *crise orgânica*,<sup>16</sup> produziram necessariamente experiências fascistas. Mas é certo que sem uma crise dessa natureza podemos supor que os movimentos fascistas nunca prosperariam ou alcançariam as fases 3 a 5 no modelo de Paxton.

Voltando ao Brasil do século XXI, por aqui temos visto uma crise orgânica nos últimos anos, num processo que envolveu desde a recusa da oposição liberal aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em reconhecer o resultado do pleito de 2014 até a volta da participação mais pronunciada dos militares

---

<sup>15</sup> “Hitler não teria podido tomar o poder se o país não estivesse há quase três anos em regime de ditadura presidencial e se o Parlamento estivesse funcionando.” (Agamben, 2004, p. 29).

<sup>16</sup> Cf. “Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.” (Gramsci, 2000, p. 60).

no jogo político. Também há no Brasil algum nível de ruptura entre as classes dominantes e suas representações tradicionais, como denota a decadência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no sistema partidário. No meio de tal crise, a operação Lava Jato e a deposição do governo Dilma aprofundaram a ruptura das classes dominantes com as regras da República de 1988, chegando a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O processo eleitoral de 2018 serviu para consolidar a ruptura de 2016.<sup>17</sup> E, dado o histórico de Bolsonaro como defensor da ditadura militar, de torturadores conhecidos, como o major Brillhante Ustra, do discurso misógino, homofóbico, racista e armamentista, muitos observadores deram o epíteto de fascista para o atual presidente da República. Afinal, tal caracterização é procedente?

## Um “Trump tropical”?

Uma parte considerável dos comentaristas internacionais têm preferido caracterizar a figura de Jair Bolsonaro como “populista”, sendo muito usual sua comparação com o atual presidente dos Estados Unidos. Voltaremos ao tema do populismo um pouco adiante, mas primeiro apenas assinalaremos que a imagem de um “Trump tropical” é bastante enganosa para o entendimento do presidente brasileiro.

Embora o apoio do governo Donald Trump seja um dos principais esteios do governo brasileiro, e haja por parte de Bolsonaro uma ridícula mimetização de discursos e posturas do presidente americano, as diferenças entre as duas experiências não podem ser negligenciadas. A despeito de toda retórica populista contra as “elites”, Trump chegou ao poder ganhando a máquina do tradicional partido da direita conservadora americana. Donald Trump não está organizando e nunca pretendeu organizar um partido-movimento de massas, com milícias, um projeto declarado de fechamento do regime etc. Há, todavia, a presença de símbolos, elementos discursivos e inclusive o apoio de movimentos notadamente supremacistas brancos, e mesmo neofascistas, ao governo Trump.

---

<sup>17</sup> Cf. Miguel, 2019.

Contudo, as tentativas de caracterizar Trump como “fascista”, ou “neofascista”, não parecem sustentáveis, embora as analogias tenham sido feitas por comentaristas de diferentes posições políticas no contexto estadunidense.<sup>18</sup> De acordo com Enzo Traverso:

Trump foi definido como fascista não apenas por publicações de esquerda liberal como *The Nation* ou *The New Republic*, mas também por colunistas do *New York Times* e *Washington Post* (incluindo um analista neoconservador como Robert Kagan) e até pela ex-secretária de Estado Madeleine Albright. (Traverso, 2019, p. 24).

Vale mencionar mais dois exemplos. O professor de Filosofia da prestigiosa Universidade de Yale Jason Stanley tem como eixo de seu livro *Como funciona o fascismo* provar que Trump é fascista, porém, embora a discussão seja rica e ajude a iluminar cenários não mencionados na obra (como o brasileiro), não consegue mais do que provar a existência de discursos e certos comportamentos fascistas do presidente estadunidense.<sup>19</sup> Por sua vez, mesmo tentando provar a natureza neofascista do governo Trump, o sociólogo marxista estadunidense John Bellamy Foster admitiu: “Não há violência paramilitar nas ruas. Não há camisas pretas ou marrons, nem *Stormtroopers* nazistas. De fato, não há partido fascista separado.” (Foster, 2017).

Em contraste, o movimento em torno ao governo Jair Bolsonaro não esconde suas pretensões ditatoriais, e a natureza da crise brasileira abre o caminho para uma mudança no regime. Além disso, embora tenha tido uma vida parlamentar no baixo clero durante trinta anos e adotado as práticas mais tradicionais do jogo político (como colocar filhos na carreira política, empregar parentes nas respectivas máquinas parlamentares etc.), seria enganoso tratar Bolsonaro como alguém de dentro do sistema. A marginalidade de sua carreira como deputado é um fato bastante objetivo. Não reconhecer isso e tratá-lo como um membro da elite tradicional impede que se compreenda como tal elemento foi capaz de capitalizar o colapso da República de 1988, chegando ao poder com o apoio de

---

<sup>18</sup> Eu e o professor Alvaro Bianchi discutimos a inadequação de considerar Donald Trump e seu governo fascistas em Bianchi e Melo (2018).

<sup>19</sup> Cf. Stanley, 2019.

setores do empresariado, das classes médias, dos setores populares frustrados pelo lulismo e/ou pertencentes à comunidade evangélica, do partido lavajatista de Moro, Dallagnol e cia e, não menos importante, das Forças Armadas e dos efetivos das Polícias Militares.

## A ideologia fascista e o bolsonarismo

No que se refere à ideologia fascista, o caráter pragmático dos fascistas no poder levou uma parte dos analistas durante algum tempo a considerar o estudo das ideias fascistas um exercício diletante. Todavia, ao menos desde os anos 1960 vêm se desenvolvendo estudos importantes sobre a questão.<sup>20</sup> E não obstante terem produzido algumas leituras unilaterais de viés culturalista e politicamente liberal,<sup>21</sup> em alguns casos chegando a minimizar a componente anticomunista no fascismo,<sup>22</sup> trouxe também ganhos de conhecimento.<sup>23</sup> Nessa chave, uma das mais influentes sínteses do assunto foi produzida por Griffin, que definiu o fascismo como “gênero de ideologia política cujo núcleo mítico em suas várias permutações é uma forma palingenética do ultranacionalismo populista” (1991, p. 48). Trata-se de um tipo ideal (em termos weberianos) que nos parece útil e por meio do qual nas linhas a seguir procuraremos expor sua adequação na caracterização do bolsonarismo.

No sentido dado por Griffin, o termo *palingenético* remete a mitos de regeneração e renascimento nacional, encontrados em todas as formas históricas de fascismo que trazem embutidas a narrativa de que a situação de decadência em que se encontra a sociedade pode ser resolvida por um processo de restauração da glória essencial da nação encontrada em reconstruções míticas do

---

<sup>20</sup> Por exemplo, Sternhell (1976) e Eatwell (1996).

<sup>21</sup> Para uma crítica marxista dessa historiografia, cf. Renton (1999, p. 18-29), Rosas (2019) e Woodley (2010).

<sup>22</sup> Sobre este ponto em parte da historiografia, cf. Traverso (2005, p. 245-256).

<sup>23</sup> De passagem, cabe mencionar que a proposição de Paxton (2007, p. 38) que expusemos acima visa superar criticamente o reducionismo cultural na explicação do fascismo, discordando, por exemplo, da proposição encontrada em Griffin de que possa ser tomado como uma ideologia política da mesma consistência do liberalismo, conservadorismo e socialismo.



passado. O fascismo italiano se revestiu de simbolismos oriundos da Roma clássica, desde a própria origem do nome do movimento até a autodenominação de Mussolini como “César” do século XX. No caso do nazismo, são os mitos românticos teutônicos, o Sacro Império Romano-Germânico e o Segundo Reich, construído por Bismark na criação do Estado moderno alemão, derivando daí o próprio termo Terceiro Reich.<sup>24</sup>

É preciso observar que esses mitos são funcionais na criação de um imaginário com propósitos de mobilização das bases fascistas, e não correspondem a tentativas grotescas de reerguer realidades históricas pretéritas, como assinalou o próprio Mussolini em 1922, a poucos dias de chegar ao poder:

Nós criamos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que ele seja uma realidade... Nosso mito é a nação, nosso mito é a grandeza da nação! E a esse mito, essa grandeza, que queremos transformar numa realidade total, subordinamos tudo. (Stanley, 2019, p. 21).

Seguindo de perto a abordagem de Griffin, o já mencionado Jason Stanley inicia sua exposição das dez características do fascismo falando justamente dessa invocação do passado mítico:

A política fascista invoca um passado mítico puro que foi tragicamente destruído. Dependendo de como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todos os itens acima. Mas há uma estrutura comum a todas as mistificações fascistas. Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extremada de família patriarcal reina soberana, mesmo que há poucas gerações. Recuando mais no tempo, o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista. (Stanley, 2019, p. 19-20).

---

<sup>24</sup> Cabe observar que embora noções paligenéticas sejam encontradas nas narrativas religiosas, Griffin faz questão de diferenciar o fascismo, chamando atenção para seu caráter secular. Cf. Griffin, 1991, p. 51-55.

Partindo dessa elaboração, evidencia-se o papel que o revisionismo histórico do período da ditadura militar ocupa na ideologia bolsonarista. Trata-se justamente dessa função mítica. Deste modo, a guerra cultural do bolsonarismo tem como um dos seus temas centrais o revisionismo e mesmo o negacionismo histórico, já que desqualificam inclusive a própria leitura (até então canônica) de que houve uma ditadura militar entre 1964 e 1985. Essa normalização do passado traumático, cujas manifestações no campo acadêmico já critiquei em uma série de trabalhos,<sup>25</sup> no caso do bolsonarismo assume outro patamar e liga-se diretamente ao propósito de normalização do estado de exceção nos tempos que correm.

Além do período da ditadura militar, há também o tópico tradicional do conservadorismo brasileiro incorporado à ideologia do bolsonarismo, que é o culto ao medievo português, sendo o próprio Brasil entendido como uma de suas realizações. Isso aparece nas narrativas históricas presentes em iniciativas orgânicas da guerra cultural bolsonarista, como no documentário “Brasil: a última cruzada”, produzido pelo Brasil Paralelo. O historiador Paulo Pachá chamou atenção para essa leitura e também apontou o caso do uso da expressão medieval “Deus vult” (“Deus quer”), associada à Primeira Cruzada ocorrida no ano mil, e que hoje é utilizada por movimentos de extrema direita na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil o uso de “Deus vult” assume a particularidade de “proclamar uma suposta ‘tradição judaico-cristã’ como pilar único da cultura brasileira” (Pachá, 2019). Nessa formulação, além do silenciamento das outras matrizes culturais que formaram a sociedade brasileira, e também por isso, uma concepção racista sobre a nacionalidade brasileira é evidenciada. Ainda segundo Pachá:

Em seu discurso de posse, Bolsonaro prometeu “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”. A referência de Bolsonaro à suposta tradição judaico-cristã do Brasil também foi um elemento comum dos seus discursos de campanha. Em setembro, durante um comício em Campina Grande (PB), Bolsonaro disse aos seus apoiadores: “Como somos um país cristão, Deus acima de tudo!” No mesmo discurso, completou: “Não tem mais essa historinha de Estado laico,

---

<sup>25</sup> Cf. Melo, 2006, 2014.

não! É Estado cristão!” Por fim, o slogan de campanha de Bolsonaro era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” — adicionando um tom religioso ao slogan nazista *Deutschland über alles* [Alemanha acima de tudo]. (Pachá, 2019).

Coroando o revisionismo, aparece a velha narrativa amenizadora do passado escravocrata e, por derivação, a desqualificação das lutas e conquistas do movimento negro, das comunidades quilombolas e dos povos indígenas. O compromisso do governo Bolsonaro com o desmonte de políticas públicas ligadas à promoção da igualdade racial está mais do que evidenciado, por um lado, pelo tipo de personagem indicado para dirigir a Fundação Palmares, e, por outro, pelo favorecimento sem limites aos interesses predatórios dos capitalistas contra as populações indígenas em seus territórios. Em suma, o grande trauma que conformou a sociedade brasileira, o passado escravocrata e a dizimação dos povos originários são alvo da normalização feita a partir de um procedimento de revisionismo histórico que, embora não tenha sido inaugurado por Bolsonaro e seu staff, é parte das condições culturais em que o bolsonarismo pôde prosperar.

Ainda no exame da ideologia bolsonarista como fascista, é preciso também considerar a outra variável da síntese proposta por Griffin, além do passado mítico na construção ultranacionalista, o populismo, o que nos faz voltar ao ponto anterior dessa exposição. É preciso reafirmar que o termo vem sendo usado de forma mistificadora por comentaristas políticos na mídia e mesmo no campo acadêmico, contudo, além de leituras mais sofisticadas do conceito de populismo disponíveis,<sup>26</sup> vale lembrar que o populismo é uma característica importante do fenômeno do fascismo. Nos termos de Griffin, o conceito de populismo nesse caso não é uma referência a movimentos como os surgidos nos Estados Unidos e na Rússia no fim do século XIX (ou nos contextos latino-americanos do século XX), mas é utilizado “como um termo genérico para forças políticas que, mesmo lideradas por pequenos quadros de elite ou ‘vanguardas’ autodesignadas, na prática ou em princípio (e não apenas para exibição) dependem do ‘poder do povo’ como base de sua legitimidade” (1991,

---

<sup>26</sup> Por exemplo, Worsley (1969), Ianni (1975) e Laclau (2013).

p. 60). Em síntese, se nem todo movimento populista é fascista, todo fascismo tem uma componente populista.<sup>27</sup> Vejamos.

A variável-chave de qualquer definição de populismo, que é a existência de uma liderança carismática, é uma componente indispensável do fascismo. Como vimos acima, duas das *paixões mobilizadoras* apontadas por Paxton que tornaram o fascismo possível se ligam diretamente à existência de um chefe nacional capaz de encarnar o destino do povo, princípio esse que se desdobra na “superioridade dos instintos desse líder sobre a razão abstrata e universal” (2007, p. 78-79). Ou como diziam os fascistas italianos, “Mussolini tem sempre razão!”.

A noção de que tal movimento representa “o povo” que luta contra “as elites”, que é outra variável de qualquer conceito de populismo, insere-se na estrutura discursiva fascista segundo a qual a autêntica nação/povo encontraria na figura carismática do seu líder a tradução de sua própria essência. Deste modo, todas as manobras que o líder fascista opera contra as estruturas tradicionais do sistema liberal-representativo (como a divisão entre os poderes, a liberdade de imprensa etc.), e mais ainda contra a auto-organização da classe trabalhadora, são justificadas como necessárias para a suposta “regeneração nacional”. Afinal, de acordo com o *topos* fascista, as instituições tradicionais do sistema democrático liberal são intrinsecamente corruptas e incapazes de dar cabo da “ameaça diabólica” do comunismo.

No fascismo italiano, o discurso pretensamente “antipolítico” evidenciou-se, por exemplo, na demora do movimento de Mussolini para assumir explicitamente a forma de partido. No caso do fascismo alemão, sua relação com o populismo se estabeleceu também a partir da capacidade de incorporar os elementos provenientes do movimento *völkisch*, que implantou uma significativa cultura antissemita, ao conspiracionismo que seria central no nazismo.<sup>28</sup> O anti-intelectualismo e o apelo a teorias da conspiração tão presentes nos fascismos históricos são um traço evidente do bolsonarismo, e são esses elementos que justificam movimentos de ataque a profissionais da educação, escolas,

---

<sup>27</sup> Nesse ponto divergimos da tese de Fichelstein (2017) segundo a qual o populismo seria uma reelaboração do fascismo após 1945.

<sup>28</sup> Cf. Fritzsche, 1990.

universidades e instituições científicas, como é o caso de iniciativas como o Escola Sem Partido, central na mobilização da guerra cultural bolsonarista.

No fascismo nenhuma opinião do líder fascista pode ser invalidada pela ciência ou pela apuração profissional da imprensa tradicional, sendo assim as instituições ligadas à ciência e a própria verdade são desqualificadas como “manipulações de forças ocultas”. Nesse sentido, o ataque a essas instituições tem o firme propósito de reforçar a noção de que esses espaços são dominados pela “esquerda globalista”, “gramscista” e/ou “marxista cultural”, sendo o próprio fato da mídia tradicional não noticiar os sinais apontados pelos conspiracionistas uma espécie de prova de que as elites intelectuais e a mídia são parte do complô.

Além disso, a retórica populista do fascismo incorpora um traço comum a todos os populismos de direita, qual seja, a narrativa de que a esquerda opera para “dividir a sociedade”, “colocando pobres contra ricos, negros contra brancos, mulheres contra os homens”, um raciocínio no qual todos os movimentos que combatem as injustiças sociais (da exploração capitalista, do racismo, do machismo, da homofobia etc.) são acusados de divisionismo e “vitimização”. No fim das contas, o próprio povo tratado como autêntico pelo fascismo (ou seja, a autenticidade nada mais é do que o apoio ao respectivo fascismo) é tratado como a verdadeira vítima das elites, o que justifica o uso de uma violência apresentada como redentora ou regeneradora.<sup>29</sup> Essa ideia da vitimização narcisista dos fascistas também é importante por ser, como diz Paxton, um sentimento que “justifica qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos” (2007, p. 360). E aqui encontramos outro aspecto importante do fascismo que é o culto à violência contra os inimigos, elemento ligado à sua característica exterminista.

Por fim, a variável nacionalista, ou do ultranacionalismo, deve ser considerada. Nos casos dos regimes fascistas italiano e alemão, o ultranacionalismo trazia embutido o expansionismo imperialista. Todavia é preciso entender que a questão nacional no fascismo tem maior fluidez, sendo importante lembrar, por exemplo, do comportamento que boa parte dos movimentos fascistas da

---

<sup>29</sup> Nesse ponto acompanhamos de perto as conclusões que a socióloga Esther Solano vem apresentando em sua pesquisa sobre a base bolsonarista nos últimos anos, e que apontam a importância do tema da “vitimização” em tal discurso. Cf. Solano, 2018, 2020.

Europa tiveram no contexto da ocupação de seus territórios pelo Terceiro Reich. Em muitos casos, dada a situação objetiva de subordinação econômica, política e/ou militar de determinado país no cenário internacional, podemos seguir a observação de Gramsci segundo a qual muitas vezes o que é apresentado como partido nacionalista em vez de “representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas” (2000, p. 20).

O grau de submissão da política externa do governo Bolsonaro aos Estados Unidos só tem precedente no governo Castelo Branco, o primeiro do regime ditatorial. Seu discurso nacionalista, o verde-amarelo e a camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nada mais representam senão a subordinação e servidão econômica à potência hegemônica do capitalismo no século XXI. De sorte que temos assim uma noção de povo brasileiro identificado com o “cidadão de bem”, que se sente comprometido não só com o apoio ao governo Bolsonaro, mas ao próprio governo Trump. E é justamente para consolidar essa hegemonia que serve a teoria da conspiração anticomunista que organiza toda a cosmogonia bolsonarista.

### **A TEORIA DA CONSPIRAÇÃO DO “MARXISMO CULTURAL”**

A teoria da conspiração do “marxismo cultural” difundida no Brasil por Olavo de Carvalho e seu círculo é parte central do conteúdo ideológico do bolsonarismo. Carvalho certamente não inaugurou a paranoia anticomunista no Brasil, mas cumpriu o papel de reciclar as velhas narrativas anticomunistas segundo as quais “os vermelhos” estavam apostando no “caminho pacífico para o poder”, como diziam os golpistas em 1964. Tal noção é um dos muitos delírios paranoicos presentes na Doutrina de Segurança Nacional, ideologia central da ditadura militar que continua a informar o pensamento militar atualizado com novas tendências do pensamento anticomunista importadas do Atlântico Norte.<sup>30</sup> Esse conspiracionismo ganhou novos contornos na narrativa do “marxismo cultural”, e a suposta nova estratégia dos marxistas não seria mais o ataque à propriedade privada (base do capitalismo), mas “a destruição da família

---

<sup>30</sup> Cf. Costa Pinto, 2019.

tradicional”. Essa teoria recebeu as cores do anti-gramscismo já desenvolvido na América do Sul desde os anos 1980<sup>31</sup> dando o tom no Brasil daquilo que, para o contexto estadunidense, James Hunter chamou de *guerra cultural*.<sup>32</sup>

A partir da publicação de textos como o livro *A nova era e a revolução cultural* (1994), Olavo de Carvalho penetrou nos meios conservadores elegendo Antonio Gramsci como o grande demônio do comunismo capaz de sobreviver à própria dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No meio militar, esse anti-gramscismo penetrou através da própria presença de Carvalho nos espaços de formação da elite militar e também de membros desta, que ajudaram a disseminar tal teoria da conspiração do “marxismo cultural”/“revolução gramscista”. Ajudaram nessa circulação periódicos como *Ombro a Ombro* e livros como *A revolução gramscista no Ocidente* (2002), do general Sergio Coutinho.<sup>33</sup> Isso abre caminho para uma importante particularidade da tradução brasileira de tal teoria da conspiração, que é a centralidade do revisionismo e mesmo negacionismo histórico em relação à ditadura militar na ideologia bolsonarista.

O professor João Cezar de Castro Rocha tem insistido na importância que *ORVIL* — o livro nunca publicado, escrito por militares como resposta ao impactante relatório *Brasil Nunca Mais*, mas que foi vetado pelo governo Sarney, tendo uma vida subterrânea no meio da caserna e nos círculos civis da extrema direita — certamente possui na formação do que estamos chamando de ideologia bolsonarista.<sup>34</sup> Essa narrativa subterrânea seria um testemunho da memória derrotada pelo processo de transição da ditadura para a democracia brasileira. As ideias gerais desse documento iriam reaparecer no livro do notório torturador coronel Brilhante Ustra, *A verdade sufocada* (2006), mas é preciso lembrar também da importância que a coleção *História Oral do Exército* (2003) teve na formação de oficiais das Forças Armadas durante a década de governos do Partido dos Trabalhadores.

Como tem sido muito repetido, a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012 serviu para solidarizar o meio militar com a necessidade de campanhas

---

<sup>31</sup> Cf. Bianchi; Mussi, 2019, p. 84-93.

<sup>32</sup> Cf. Hunter, 1991.

<sup>33</sup> Cf. Bianchi, 2019.

<sup>34</sup> Cf. Castro Rocha, 2020.

mais amplas de revisionismo histórico sobre o período militar, um revisionismo cujo ponto de partida é a própria negação do caráter ditatorial do regime implantado em 1964, como já assinalamos.<sup>35</sup> Mas é preciso notar também que, aliado a isso, determinadas políticas implementadas durante as gestões petistas, como a missão no Haiti e as recorrentes convocações das Forças Armadas para atividades de manutenção da lei e da ordem, através das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), empoderaram uma geração de generais que passaram a fazer pronunciamentos sobre a conjuntura política nacional e que hoje figuram como eminências pardas do bolsonarismo.

Um caso notório é o do general Augusto Heleno, que após liderar a missão da ONU no Haiti voltou ao Brasil em 2008 e, ainda pertencendo à ativa, passou a se pronunciar sobre questões da conjuntura política, como a demarcação de terras indígenas em Roraima. Quando explicitou seu compromisso público com o bolsonarismo, durante o processo eleitoral de 2018, Heleno não era mais um desconhecido do universo político, e cabe lembrar que, tendo pertencido ao staff do general Sylvio Frota, é herdeiro da ala das Forças Armadas que se opôs ao processo de abertura política,<sup>36</sup> bastante identificada com os agentes do porão, que protagonizaram episódios de terrorismo político por meio dos quais essa extrema direita buscou sabotar a transição para a democracia. Bolsonaro, aliás, vem dessa mesma tradição, e não deve ser surpreendente que sua carreira política tenha iniciado justamente em uma ação de terrorismo.

E nesse tópico, destaca-se a afinidade eletiva da leitura da extrema direita militar e a cosmogonia de Olavo de Carvalho no campo do revisionismo histórico sobre a ditadura. Pois, na avaliação de Olavo, o grande problema da ditadura militar foi o de não ter dado a devida importância para a luta cultural, deixando o campo aberto para a esquerda se reorganizar e empreender, segundo ele, “a

---

<sup>35</sup> Cf. Martins Filho, 2019; Domenici, 2019; Costa Pinto, 2019; e a entrevista do professor Renato Lemos, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Militares na Política da UFRJ, para o canal da Carta Capital no Youtube. Disponível em: <<https://bit.ly/3fNSYtq>>.

<sup>36</sup> Sylvio Frota foi ministro do Exército e conspirou contra o governo do general Geisel, fazendo agitação nos quartéis com panfletos e documentos que acusavam o general Golbery do Couto e Silva de “proteger comunistas” e de ser um “traidor da Revolução de 1964!”. Mesmo após o maior fechamento do regime, com o Pacote de Abril de 1977, a agitação contra os supostos “vermelhos” no interior das Forças Armadas persistiu, e Geisel demitiu Frota. Este tentou reagir, convocando os comandantes das Forças Armadas para derrubar Geisel, só que este já havia convocado os mesmos comandantes. Isolado, Sylvio Frota vai para a reserva.



aplicação da estratégia gramscista de conquista do poder”.<sup>37</sup> De tal modo que acabam se combinando nessa síntese a normalização do Terror de Estado com o propósito de empreender uma guerra cultural capaz de eliminar a possibilidade da existência da esquerda. A própria noção de esquerda nesse discurso é um significativo vazio em que cabem comunistas, socialistas, anarquistas, mas também progressistas de vários matizes, democratas e liberais à maneira estadunidense. A distopia bolsonarista refere-se a um povo brasileiro expurgado de qualquer pluralismo político, unificado em torno do culto ao líder que “tem sempre razão!”. Temos aqui o núcleo mítico da “forma palingenética do ultranacionalismo populista”; o núcleo mítico do fascismo bolsonarista e elemento explicativo para a importância que a guerra cultural possui nesse projeto.

Essas práticas de doutrinação ideológica para dar cabo da guerra cultural objetivam influir no aparelho educacional, através de movimentos que atualizam a oposição secular da Igreja à escola pública criada pelo Iluminismo e pelas revoluções liberais, que retiraram dos padres o monopólio da educação das classes populares. De acordo com o historiador português Manuel Loff, esse é o cerne de movimentos como o Escola Sem Partido, cujo argumento é o de que professores de perfil doutrinador estariam dominando o sistema escolar, supostamente transformando as salas de aula “em aparelhos de criação de militantes de esquerda” (Viel, 2019). Movimentos similares são encontrados no ambiente cultural estadunidense, geralmente associados a propostas socialmente irresponsáveis, como o *homeschooling*, privatistas (com o sistema de vouchers) ou no limite campanhas ativas de perseguição a professores, como aquelas promovidas por David Horowitz nos Estados Unidos.<sup>38</sup> Sobre o Escola Sem Partido, o movimento criado em 2004 pelo advogado de extrema direita Miguel Nagib — transformado pela primeira vez em projeto de lei pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, dez

---

<sup>37</sup> Quem dera!

<sup>38</sup> “David Horowitz é um ativista de extrema direita que tem como alvo as universidades e a indústria cinematográfica desde a década de 1980. Em 2006, Horowitz publicou um livro, *The Professors* [Os professores], apresentando os ‘101 professores mais perigosos da América’ (que é o subtítulo do livro), uma lista de professores esquerdistas e liberais, muitos dos quais eram defensores dos direitos palestinos. Em 2009, ele publicou outro livro, *One-Party Classroom* [Sala de aula totalitária], com uma lista dos ‘150 cursos mais perigosos da América’.” (Stanley, 2019, p. 31).

anos depois —, a iniciativa é absolutamente central na construção ideológica do bolsonarismo.<sup>39</sup>

De lá para cá, o movimento Escola Sem Partido se desenvolveu através da mobilização do fundamentalismo cristão, especialmente quando entre as teorias supostamente distribuídas nas escolas por “professores doutrinadores” apareceu e se difundiu o termo “ideologia de gênero”. Através de uma campanha que busca explicar as brutais violências sexuais contra crianças como resultados da “erotização das crianças” — algo que conjura a imagem nojenta de que seriam as crianças atores ativos na sedução de adultos nos casos do crime abominável da pedofilia —, um processo de criminalização dos professores atualizou as velhas campanhas contrárias à educação sexual e principalmente o debate sobre a diversidade sexual no ambiente escolar. Isso depois que, por exemplo, no âmbito da Igreja Católica, em razão da crise acerca da revelação de um número impressionante de casos de pedofilia envolvendo membros da hierarquia católica, o pontificado de Bento XVI tenha acabado antes da morte deste papa. Pois foi do próprio ventre da Igreja Católica que a noção de “ideologia de gênero” foi forjada, noção essa que se encontra na construção narrativa da ideologia bolsonarista como uma espécie de implementação prática do “marxismo cultural” e seu propósito diabólico de “acabar com a família tradicional”.<sup>40</sup>

É propriamente o movimento Escola Sem Partido uma das iniciativas que deram forma ao bolsonarismo como alternativa política para as massas populares, por ter sido capaz de interpelar os valores conservadores predominantes no senso comum das classes subalternas, dando uma explicação para a natureza da crise brasileira que transcende a velha narrativa de combate à corrupção mais direcionada às classes médias. Alguém pode lembrar corretamente que denúncias de corrupção sempre foram conjuradas na retórica populista dos movimentos fascistas, mas caberia ponderar que não é por acaso que foram justamente nas classes médias que os fascismos recrutaram seus militantes e foram sustentados socialmente. Essa seria uma diferença entre as experiências fascistas originárias e o fascismo bolsonarista, ainda que seja necessário lembrar que, embora

---

<sup>39</sup> Cf. Penna, 2016.

<sup>40</sup> Cf. Miguel, 2016; Moura, 2016.

tivesse tal relação com a classe média/pequena burguesia, o fascismo italiano perseguiu o apoio na classe trabalhadora através do corporativismo sindical e das instituições que conformavam o sistema da *Opera Nazionale Dopolavoro*, criada para organizar o tempo livre da classe trabalhadora na promoção de atividades recreativas, esportivas, artísticas e culturais.<sup>41</sup>

Por sua vez, o bolsonarismo parece apostar no apoio de massas oriundo das estruturas do fundamentalismo neopentecostal, reforçando o discurso moral conservador num contexto em que a aplicação da agenda neoliberal leva à desagregação social, um processo que, segundo analistas argutos, tem levado à ruptura das condições que permitiram a existência dos atuais regimes democráticos liberais nos países centrais do capitalismo.<sup>42</sup>

## **A mobilização bolsonarista e o culto da violência**

Uma característica marcante do fascismo é que se apresenta inicialmente como um movimento de oposição ao *status quo*, contra a classe política tradicional (acusada, via de regra, de “corrupção”), embora tenha contado com auxílio das elites políticas conservadoras, de outros agentes estatais e dos capitalistas para chegar ao poder. Daí que o alvo primordial da mobilização do fascismo seja sempre a esquerda em suas mais variadas colorações. Entretanto é preciso lembrar que também a conformação de regimes ditatoriais fascistas manteve sempre o processo de mobilização permanente, um aspecto entre outros que diferenciam os regimes de Mussolini e Hitler de outras ditaduras.<sup>43</sup> É claro que a forma da mobilização fascista se altera nas fases em que se localiza fora do poder estatal, e a própria violência fascista, que é parte dessa mobilização, passou por processos de disciplinamento na medida em que tais movimentos se constituíram como regimes ditatoriais.

---

<sup>41</sup> Cf. Togliatti, 1978, p.69-81; Melo, 2016.

<sup>42</sup> Cf. Dardot; Laval, 2016; Brown, 2019.

<sup>43</sup> Esse aspecto será destacado na contribuição de Leon Trotski em seus escritos sobre a situação política na Alemanha no início da década de 1930, e posteriormente por Nicos Poulantzas. Cf. Wistrich, 1976; Poulantzas, 1977.

No que toca esse aspecto que diferencia o fascismo de outros regimes de exceção, podemos pensar o próprio caso da ditadura militar brasileira, que foi um regime fundamentalmente desmobilizador e sem propósitos de construção de um consenso ativo, embora não tenham faltado investimentos em propaganda especialmente no período do chamado “milagre”, quando, de acordo com Carlos Nelson Coutinho, aquele regime conseguiu o consenso passivo de parte significativa da população brasileira.<sup>44</sup> Além disso, enquanto nos regimes fascistas o monopólio do poder está no aparelho do partido centralizado pelo líder, nas ditaduras militares é uma parte do aparelho de Estado que assume o comando do governo. Com a queda dos regimes fascistas ao fim da Segunda Guerra Mundial, os partidos fascistas foram desmantelados. De modo distinto, com o fim das ditaduras militares da América do Sul, as correspondentes Forças Armadas que exerceram as ditaduras continuam como instituições essenciais dos Estados nos regimes democráticos liberais. Deste modo, embora correspondam a regimes de exceção que o Estado capitalista assumiu ao longo do século XX, fascismo e ditadura militar configuram-se de modo distinto.

Há um traço, todavia, em que o regime fascista italiano e a ditadura militar brasileira se assemelham que foi a expansão do regime de acumulação fordista, com forte protagonismo estatal no processo econômico. Diferentemente da experiência chilena sob Pinochet, laboratório inicial do neoliberalismo, a ditadura militar brasileira ampliou a participação do Estado na economia, uma estratégia de acumulação capitalista diferente da opção neoliberal do bolsonarismo. Daí que, reiteramos, o revisionismo sobre a ditadura militar como “era dourada” na ideologia bolsonarista tenha papel eminentemente mítico com vistas à mobilização política, e não a proposta grotesca de replicar no século XXI os traços da última ditadura militar.

Em meados de 2020, o bolsonarismo encontra-se numa fase anterior à subversão completa das instituições da República e virtual implantação de sua ditadura. Por isso, na fase em que é apenas o governo, o movimento em torno à figura de Bolsonaro precisa manter a base mobilizada contra as instituições liberais do Estado (Judiciário e Legislativo) e da sociedade civil (especialmente a mídia tradicional). Se a hipótese de fechamento do regime se confirmar (tal

---

<sup>44</sup> Cf. Coutinho, 1999, p. 202 e 216-217.

como o caráter fascista dessa experiência histórica), podemos lançar o prognóstico de que a mobilização bolsonarista não deve cessar, antes continuaria a servir ao processo de consolidação do regime. Assim, ao contrário do ocorrido no processo de implantação da ditadura militar em 1964, a mobilização reacionária de massas não será desativada.

O imaginário e toda a simbologia ligada ao período da ditadura militar, a reivindicação da memória de torturadores e do AI-5 (ou seja, a fase mais fechada da ditadura), remetem a um motivo comum da retórica fascista que é o culto à violência. Mas sabemos que o bolsonarismo transcende o mero culto e está ligado organicamente aos grupos de extermínio com grande poder de controle territorial, de exploração de atividades econômicas em bairros populares, sob a coerção terrorista de grupos formados por agentes ou ex-agentes do aparelho de segurança pública que possuem projeto de poder político: as milícias.

Pois as milícias, essa forma mafiosa de crime organizado com fortes vínculos com a família Bolsonaro, têm origem no tipo de socialização promovida pelo regime militar para combater os grupos de resistência armada, trazendo os policiais envolvidos nos grupos de extermínio para montar o aparelho de repressão junto aos militares, processo cujo protótipo foi a Operação Bandeirantes em São Paulo. No Rio de Janeiro, essa ligação com os grupos de extermínio se confundiu com as relações promíscuas do aparelho de repressão com o jogo do bicho, ramo de atividade econômica que após o fim da ditadura militar se tornou um mercado atrativo para os ex-agentes da repressão. A gênese das milícias do Rio de Janeiro está nessa conexão, mas só seriam formalmente implantadas com a estrutura descrita acima nos anos 2000.<sup>45</sup>

## **O partido armado bolsonarista**

O termo milícia aqui pode gerar alguma confusão, na medida em que deve se distinguir da forma específica com a qual os movimentos fascistas trazem em sua organização política tropas de assalto, como foi o caso do *squadristo* como ala do fascismo italiano, ou do *Sturmabteilung* do nazismo alemão, as milícias

---

<sup>45</sup> Cf. Alves, 2020; Betim, 2019.

fascistas encarregadas de atividades paramilitares. A prisão, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores são uma marca geral dos regimes fascistas, e daí que essas sejam atividades de natureza militar encampadas por partidos armados que objetivam implantar regimes totalitários, como bem caracterizou o grande historiador do fascismo italiano Emilio Gentile.<sup>46</sup>

Se fossemos ficar no formalismo, apenas apontaríamos que o partido bolsonarista ainda não foi legalizado pela Justiça Eleitoral até o momento em que escrevemos este texto, e nossas considerações sobre a natureza fascista do programa da Aliança pelo Brasil ficariam talvez no uso do mesmo slogan do integralismo “Deus, pátria e família”. Contudo, para todos os efeitos práticos, o partido bolsonarista existe e é organizado por uma rede de aparelhos presentes na sociedade civil que difundem de forma permanente o programa do bolsonarismo nas redes sociais e mobilizam continuamente suas bases. Dos youtubers e ativistas digitais bolsonaristas, passando por organizações no meio empresarial (como o grupo Brasil 200), os setores bolsonarizados nas polícias, Forças Armadas, na base de massas de igrejas neopentecostais até chegar aos seus quadros políticos *stricto sensu*, o partido de Bolsonaro é uma realidade objetiva. É possível admitir que a formalização do Aliança pelo Brasil permitirá uma coordenação maior do movimento bolsonarista, mas essa parece ser uma tarefa exequível num curto prazo. A questão mais importante é o lugar que o *squadrismo* miliciano irá ocupar nesse partido, confirmando o viés fascista que estamos caracterizando.

Agravação da famigerada reunião do governo no dia 22 de abril de 2020 revelou muito mais do que o propósito de Jair Bolsonaro intervir na Polícia Federal para impedir que investigações contra seus familiares e aliados avançassem. Revelou, além de discursos nojentos, racistas, golpistas etc., o firme vínculo que existe entre as iniciativas do Planalto em “armar a população” e criar um ambiente propício a uma guerra civil. Repetindo uma manipulação antiga, Bolsonaro afirmou que desejava armar a população para “evitar uma ditadura”, usando o termo “ditadura” para se referir às ações de isolamento social tomadas por governadores e prefeitos em observância das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da comunidade científica. Assim, além da evidente

---

<sup>46</sup> Cf. Gentile, 1984.

bolsonarização dos aparelhos estaduais da Segurança Pública, Bolsonaro almeja dispersar o monopólio estatal do uso da força legítima armando grupos aliados na sociedade com propósitos evidentemente liberticidas.

Mais recentemente, a bancada do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara dos Deputados pediu ao Ministério Público de São Paulo uma investigação sobre a Associação Nacional de Armas, com a suspeita de se tratar de uma organização paramilitar ligada ao governo federal. Isso ocorreu depois que, em resposta a um artigo publicado no Facebook pelo advogado Almir Felitte, contrário à política de liberalização da venda de armas e munições defendida por Bolsonaro, o perfil da Associação Nacional de Armas respondeu: “Nós seremos a força de reação que irá proteger o país, apoiar o presidente e defender o Brasil das garras vermelhas, junto com as Forças Armadas.” (Alves, 2020). Digamos que essa denúncia revela um esquema muito mais perigoso do que o grupo 300 liderado por Sara Winter, ainda que possamos concluir que este tenha se dedicado mais a uma operação de agitação e propaganda da plataforma bolsonarista do que à promoção de atos de terrorismo político.

Além disso, a presença de PMs e membros de outras forças policiais na militância bolsonarista é um dado fundamental. Alguns vêm se construindo como candidatos nas próximas eleições, a exemplo de Gabriel Monteiro no Rio de Janeiro, um dos muitos que estão dispostos a seguir os passos de personagens como Daniel Silveira, deputado federal do Rio de Janeiro que usa de forma regular uma retórica violenta contra a esquerda, além de protagonizar episódios de pura provocação, como a quebra de uma placa em homenagem à vereadora socialista Marielle Franco (assassinada por matadores profissionais ligados à milícia “Escritório do Crime” e muito próximos do clã Bolsonaro), a invasão de escolas, como o tradicional Colégio Pedro II no Rio de Janeiro etc.

## **O culto da morte e da violência**

José Millán Astray y Terreros foi um general espanhol que exerceu enorme influência na formação intelectual de Francisco Franco, fornecendo algumas das bases intelectuais e particularmente do ideário violento presente na ditadura do *generalíssimo*. No início da insurreição contrarrevolucionária, ao lado

de Franco e de outros generais chegados da África em Sevilha, no dia 15 de agosto de 1936, quando decidiram adotar a bandeira da monarquia, Millán pronunciou violento discurso de ameaça aos partidários da Frente Popular que haviam vencido o processo eleitoral naquele ano. De acordo com o relato do historiador Paul Preston:

Millán Astray, gesticulando como um homem possuído, gritou: “Não temos medo de vocês. Deixe-os vir, deixe-os vir e eles verão o que somos capazes na sombra dessa bandeira.” Ouviu-se uma voz: “Viva Millán Astray!” — “O que é isso? Não grite, viva Millán Astray. Grite comigo, com toda a força que você é capaz: Viva a morte! Viva a morte! Viva a morte! Viva a morte!” A multidão cantou a vida. Ele acrescentou: “Agora, deixe os *vermelhos* virem. Todos morrerão!” E ele acabou jogando seu gorro com um gesto vingativo sobre a multidão que tentou eletrizar. (Preston, 1988).

Episódios semelhantes de culto da morte seriam encontrados de forma generalizada nas experiências fascistas históricas. O culto da violência e a noção de sacrifício são centrais na ideologia fascista. No ano de 1942, quando a conflagração internacional atingia uma fase aguda, Mussolini cunhou o slogan “Não me importo!”. Comentando essa passagem, o historiador argentino Federico Finchelstein escreveu:

Para Mussolini, essa ação de não se importar estava relacionada à aceitação da morte e ao “purificar o sangue” como forças redentoras. Mesmo em 1942, ao considerar o futuro da nação italiana, ele não podia (ou não queria) ocultar o abraço fascista da violência que a guerra de destruição nazista lhe prometeu. (Finchelstein, 2010, p. 33).

Podemos dizer que além da recorrência do discurso violento contra a esquerda, discurso esse que não esconde seus objetivos exterministas, a famosa reação de Bolsonaro a uma jornalista que lhe perguntou sobre o número de mortos provocados pela epidemia da COVID-19 — “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre.” — esconde esse desejo de sacrifício necessário. Ainda longe da guerra civil desejada pelo projeto bolsonarista, o “E daí?” parece uma tradução na atual relação de forças da indiferença com a vida humana do “Não me importo!” de Mussolini.



## Considerações provisórias

O propósito deste texto foi o de discutir os aspectos ideológicos e organizativos do fenômeno do bolsonarismo de modo a comprovar sua natureza fascista. Valendo-se do tipo ideal elaborado pelo historiador Roger Griffin para o fascismo como uma ideologia política, buscamos apresentar a existência das variáveis do núcleo paligenético, populista e ultranacionalista, deixando claro como o viés anticomunista (variável negligenciada por Griffin) é o elemento que conecta a ideologia do bolsonarismo.

Procuramos demonstrar como o revisionismo histórico dos grandes traumas da sociedade brasileira, o passado escravocrata e a ditadura militar inserem-se no programa que visa o desmonte das conquistas democráticas e a implantação de um regime de exceção de natureza fascista. Diretamente conectado a essa ideologia encontra-se a prática bolsonarista enquanto um governo que buscar dar vida a um partido armado nos moldes fascistas. Naturalmente, no estágio em que se encontra tal processo, nos cabe apenas especular sobre a possibilidade de sua execução. E nesse sentido a nossa sincera torcida é pela interrupção de tal escalada fascista por um movimento que ao mesmo tempo apresente um projeto alternativo, socialista e protagonizado pela classe trabalhadora brasileira.

Por fim, cabe reconhecer que inúmeros fatores importantes não foram tratados, como os aspectos ideológicos que orientam a atual política externa de Ernesto Araújo (apenas mencionada), o programa econômico neoliberal de Paulo Guedes, a importância do patriarcado no imaginário fascista e a compatibilidade de todas essas questões com a caracterização do fascismo bolsonarista. Pretendemos desenvolver esses tópicos em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVES, Chico. PSOL vai a MPF contra associação de tiro que agiria como “milícia política”. *UOL*, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hLujaF>>.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- BARBOSA, J.R. *Chauvinismo e extrema direita*: crítica aos herdeiros do sigma. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.
- BETIM, Felipe. Lógica de usar torturadores da ditadura no crime foi usada nas milícias. *El País*, 1 abr. 2019.
- BIANCHI, Alvaro. Ideologia do medo. *Cult*, 24 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2UXX4HB>>.
- BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. Donald Trump é fascista? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismo*: análises conjunturais. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.
- BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela. Os inimigos de Gramsci. *Jacobin*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- BROWM, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o Signo do Sigma*: Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo. Maringá: Ed. UEM, 2014.
- CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa*: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Cascavel: Edunioeste, 2010.
- CASTRO ROCHA, João Cezar. Guerra cultural bolsonarista — A retórica do ódio. *Estadão*, São Paulo, 10 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3118DBB>>.
- COSTA PINTO, Eduardo. *Bolsonaro e os quartéis*: a loucura como método. Texto para discussão 006. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, março, 2019.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMENICI, Thiago. Caminho de Bolsonaro ao poder seguiu “lógica de guerra”, diz antropólogo que estuda militares. *Pública*, 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2VadT29>>.
- EATWELL, Roger. On Defining the ‘Fascist Minimum’: the Centrality of Ideology. *Journal of Political Ideologies*, v. 1, n. 3, p. 303-319, 1996.
- FELDMAN, Matthew (Org.). *A fascista century: essays by Roger Griffin*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2008.
- FINCHELSTEIN, Federico. *From fascism to populism in history*. California: University of California Press, 2017.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Transatlantic Fascism. Ideology, Violence, and the Sacred in Argentina in Italy, 1919-1945*. Durham/Londres: Duke University Press, 2010.
- FOSTER, John Bellamy. Neofascism in the White House. *Monthly Review*, 1 abr. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2NYZkKy>>.
- FRITZSCHE, Peter. *Rehearsals for Fascism: Populism and Political Mobilization in Weimar Germany*. Nova York: Oxford University Press, 1990.
- GENTILE, Emilio. The Problem of the Party in Italian Fascism. *Journal of Contemporary History*, v. 19, n. 2, p. 251-274, Abril, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- GRIFFIN, Roger. From Slime Mould to Rhizome: An Introduction to the Groupuscular Right. *Patterns of Prejudice*, v. 37, n. 1, mar. 2003.
- GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Routledge, 1991.
- HUNTER, James. *Cultural Wars: The Struggle to Define America*. Nova York: Basic Books, 1991.
- IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LIMA, Luis. A estratégia bolsonarista de revisar o passado. *Época*, 8 out. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2V5cfyQ>>.
- MARTINSFILHO, João Roberto. A ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. *Perseu*, São Paulo, n. 18, p. 167-193, 2019.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina, (no prelo).
- MELO, Demian. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 111-130, 2006.
- MELO, Demian. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e a formação do consenso sob o fascismo. *Outubro*, São Paulo, n. 26, julho 2016.
- MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de historiografia. In: MELO, Demian B. de (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MOURA, Fernanda. “*Escola Sem Partido*”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

- PACHÁ, Paulo. Por que a extrema-direita brasileira ama a Idade Média Européia? *Esquerda Online*, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2V6qvHt>>.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PAXTON, Robert. The five stages of fascismo. *The Journal of Modern History*, v. 70, n. 1, p. 1-23, maio 1998.
- PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). *A ideologia do Movimento Escola Sem Partido* — 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRESTON, Paul. *Las tres Españas del 36*. Barcelona: Plaza & Janés, 1998.
- RENTON, Dave. *Fascism: theory and practice*. Londres: Pluto, 1999.
- RENTON, David. *The New Authoritarians: Convergence On The Right*. Londres: Pluto, 2018.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismos*. Ensaio breve de história comparada. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.
- SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. *Análise*, n. 42, Fundação Friedrich Ebert Brasil, maio de 2018.
- SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. Bolsonarismo em crise? *Análise*, Fundação Friedrich Ebert Brasil, junho de 2020.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. 3ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- STERNHELL, Zeev. Fascist Ideology. In: LAQUEUR, Walter (ed.). *Fascism: A Reader's Guide*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1976. p.315-376.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- TRAVERSO, Enzo. Interpretar el fascismo. Notas sobre George L. Mosse, Zeev Sternhell y Emilio Gentile. *Ayer*, Madrid, n. 60, p. 227-258, 2005.
- TRAVERSO, ENZO. *The New Faces of Fascism. Populism and Far Right*. Londres: Verso, 2019.

- TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.
- VEIGA, Edison. Dados indicam crescimento do neonazismo no Brasil. *El País*, 29 jun. 2020. Disponível em <<https://bit.ly/31wpEE7>>.
- VIEL, Ricardo. Entrevista com Manuel Loff. *APública*, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2BHMnSM>>.
- WISTRICH, Robert S. Leon Trotsky's Theory of Fascism. *Journal of Contemporary History*, v. 11, n. 4, p. 157-184, 1976.
- WOODLEY, Daniel. *Fascism and Political Theory*. Critical perspectives on fascist ideology. Nova York: Routledge, 2010.
- WORSLEY, Peter. The concept of populism. In: IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest (Org.). *Populism: Its Meanings and National Characteristics*. 1969, p.212-250.

# EDUCAÇÃO E NEOFASCISMO NO GOVERNO BOLSONARO

ROBERTO LEHER

Ainda que o país não esteja inserido em um fascismo clássico, o presente capítulo argumenta que o presidente (e o núcleo duro de seu governo) fala (e quer agir) como um fascista<sup>1</sup>. Essas manifestações não são atemporais e precisam ser examinadas em suas recontextualizações; porque não é possível fazer analogias “epidérmicas” ou “puramente formais” entre o período histórico do fascismo clássico (anos 1920 e 1930) e os tempos atuais. Diante das palavras racistas e que banalizam o darwinismo social<sup>2</sup>, dos nexos econômicos entre o governo Bolsonaro e o estado maior do capital, do modo de condução dos assuntos de governo como se os direitos humanos e, ainda, das formas de convocação popular por meio de ações de cariz fascista presentes no Brasil de hoje, é imprudente afirmar que essa forma política foi enterrada com a morte de Mussolini e Hitler.

O artigo propõe, com Mattos (2020), que as práticas discursivas e os atos efetivos do governo Bolsonaro materializam práticas neofascistas, discutidas adiante. Como destaca Leandro Konder (2009, p. 170), em sua cuidadosa Introdução ao fascismo:

*identificar claramente as dimensões mundiais com que o fenômeno fascista pode reaparecer, modificado, em nossa época, no interior do capitalismo monopolista de Estado. A louvável prudência científica de Nolte e De*

---

<sup>1</sup> Cf. Müller, 2020; Marantz, 2020.

<sup>2</sup> Conforme o darwinismo social (que nada tem a ver com as ideias de Darwin), existe uma hierarquia de raças, culturas e naturezas humanas. O direito à vida é e tem que ser diferenciado e compete ao Estado definir os que podem sucumbir em nome do futuro. Reduzir a população de ineptos é uma medida eugênica, como já apregoava, no século XIX, Francis Galton.

Felice [autores que restringem o termo ao aqui denominado fascismo clássico] se combina, infelizmente, com uma inaceitável subestimação do capitalismo monopolista de Estado, do imperialismo e do fascismo. [...] Togliatti, em 1935, já advertia: “É preciso não considerar o fascismo como qualquer coisa de definitivamente caracterizado, é preciso considerá-lo no seu desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou como um modelo”.

As ideologias da extrema direita no século XX possuem largo espectro de ênfases e prioridades. Como chama atenção de modo pertinente Leandro Konder (2009, p. 27), nem todo pensamento reacionário é fascista, nem mesmo toda expressão de autoritarismo é equivalente ao fascismo. Se o pensamento da direita é o gênero, o fascismo é a espécie. O conceito não se deixa reduzir à ditadura, nem ao autoritarismo. Mussolini e Hitler, segue Konder (2009, p. 26, 29), forjaram uma *nova concepção* política da direita, ultrapragmática, relativista e radical, carregada de automistificação. “As verdades passaram a morrer, sistematicamente, *pregadas na cruz da utilidade circunstancial que o cinismo dos fascistas encontrava para elas.*” (Konder, 2009, p. 33, grifo no original). E a dimensão do fascismo, como um movimento de largo alcance, assumiu imensa proporção com o triunfo de Hitler em 1933. É a partir do nazismo que outros países seguem a toada *dessa nova concepção* de política da direita.

Uma caracterização de fascismo, por seu ecletismo exacerbadamente pragmático, resumidamente, não poderia deixar de considerar: a concepção chauvinista de *nação-mito*, pátria e estado (unidade fictícia, idealizada); o messianismo do líder (“super-homem”); a noção idealizada de povo; a supremacia racial dos “brancos” (racismo como valor); a pauta moral relacionada à família (conjugando esfera religiosa, como na Itália); o combate à cultura emancipatória, aos direitos das mulheres e a todas as manifestações culturais compreendidas como “marxismo cultural” (bolchevismo cultural, identidades e cultura degenerada); o radical antissocialismo e, especialmente, o visceral antimarxismo; o caráter antioperário e elitista; a permanente mobilização e “convocação” das massas populares; e a incorporação de “teorias” da conspiração e de distintos matizes de pensamento mágico. Essas ideologias assumiram, nos anos 1920 e 1930, a forma de práticas políticas, estéticas, símbolos, violências, um caldeirão que exala o pior enxofre, o fascismo. Em uma conferência sobre o tema realizada em 1995, Umberto Eco sintetizou:



O fascismo não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições. É possível conceber um movimento totalitário que consiga juntar monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, os privilégios concedidos à Igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado? O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários de terras mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução. O fascismo do começo era republicano e sobreviveu durante vinte anos proclamando sua lealdade à família real.<sup>3</sup>

Não deixa de ser surpreendente a crença amplamente difundida entre os socialistas e os que organizavam os partidos comunistas, nos anos 1920, de que o fascismo era um fenômeno restrito à Itália e que, por conseguinte, seria um acontecimento episódico e sem largo alcance. Gramsci, Zetkin e Trotsky compreenderam sua magnitude, mas o *Comintern* relutou e postergou o enfrentamento ao fascismo: quando este ainda se encontrava em constituição e poderia ter sido enfrentado em melhores condições pelas esquerdas, Stalin insistia que o inimigo principal era a socialdemocracia.

Antonio Gramsci é, neste ponto, um pioneiro. Em 24 de novembro de 1920, ele escrevia no *Avanti!*: “O fenômeno do ‘fascismo’ não é somente italiano, tal como não é somente italiana a formação do partido comunista.” (Konder, 2009, p. 71). Avaliação semelhante foi compartilhada por Clara Zetkin, desde 1923, que sustentou a necessidade de uma mobilização geral de todo proletariado contra o fascismo (idem, p. 71).

A consideração de que o fascismo se torna possível no contexto de afirmação do imperialismo e do capital financeiro não permite interpretações economicistas. Supor que isso ocorreu apenas como reflexo inexorável do capitalismo maduro, tardio, é recair no economicismo vulgar; contudo, é inequívoco que o fascismo é uma expressão do imperialismo (as práticas racistas nos protetorados já se encontravam naturalizadas nas forças armadas e nos partidos burgueses e

---

<sup>3</sup> “O fascismo eterno” foi uma conferência pronunciada, em versão inglesa, em um simpósio organizado pelos departamentos de italiano e francês da Columbia University, em 25 de abril de 1995, para celebrar a liberação da Europa. Apareceu depois como “Eternal Fascism” na *The New York Review of Books*, de 22 de junho de 1995, traduzida para *La Rivista dei Libri*, de julho-agosto de 1995.

a repressão política sistemática, dentro e fora do país, igualmente produziram aprendizados que foram apropriados pelos fascistas).

Especialmente o *mito* da nação — e as noções chauvinistas conexas — é uma ideologia somente possível na fase imperialista do capitalismo, com a agudização da competição internacional em torno da exploração colonial e a subsequente guerra interimperialista de 1914 a 1918. Os ressentimentos nacionais foram exacerbados pelos que ficaram de fora dos melhores territórios e, especialmente, pelos países que foram forçados a pagar volumosas indenizações, especialmente a Alemanha, visto que a Itália se afastou da Tríplice Aliança em 1915 (Hobsbawm, 1988). Contudo, se é demonstrável que o fascismo vicejou no imperialismo, vale a reiteração de que ele não é um mero reflexo do imperialismo, nem é a forma obrigatória de poder político no capitalismo monopolista; entretanto, inexistiu fora desse contexto.

No plano interno, europeu, um duplo pesadelo tirava a tranquilidade da alta burguesia: o acirramento da competição intracapitalista (exigindo máquinas de guerra fortes) e o agravamento das contradições do sistema de acumulação, notadamente as lutas contra a exploração do trabalho que poderiam desaguar em novas revoluções (o triunfo da Revolução de 1917 era um espectro que rondava a burguesia); tudo isso em um contexto de profunda crise que expôs a fragilidade do liberalismo econômico referenciado na mão invisível do mercado em 1929. Para dissipar os pesadelos, a grande burguesia concluiu que a luta de classes teria de ser recalibrada: o movimento classista dos trabalhadores teria de ser quebrado, destruído, esmagado e, nesse sentido, os burgueses viram no fascismo, em expansão, um meio violento de enfrentar os conflitos de classe. Conforme Mandel:

O ascenso do fascismo é a expressão de uma severa crise social do capitalismo tardio, uma crise estrutural que pode, como nos anos 1929-33, coincidir com uma crise de sobreprodução, porém que vai longe de tais flutuações conjunturais [...] É uma crise nas condições de produção e de realização do mais valor [...] a função histórica da tomada do poder pelo fascismo é transformar súbita e violentamente as condições e a realização do mais valor para benefício dos grupos decisivos do capital monopolista. (Mandel, 1975, apud Holloway; Picciotto, 2017, p. 91-92, tradução livre).

Essa leitura do fascismo, contudo, foi tardia como linha política dos partidos comunistas da época, visto a associação de Stalin entre o fascismo e a social-democracia, mesmo de esquerda. Como assinala Konder (2009, p. 91), cabe ao búlgaro G. Dimitrov, no 7º Congresso da Terceira Internacional, em agosto de 1935, a consagrada definição: “o fascismo é a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”, levando a Internacional a mudar a estratégia, em defesa da “frente popular antifascista”, incluindo não apenas a socialdemocracia, mas também “*todas as forças burguesas capazes de se opor aos elementos do capital financeiro responsáveis pelo avanço do fascismo*” (idem, p. 91, grifo no original).

A dimensão política subjacente ao apoio social logrado pelo fascismo é de imensa importância. Inicialmente, a ideologia “nacionalisteira” tocou mais profundamente a pequena burguesia e as chamadas camadas médias da população, ressentidas pela queda do padrão de vida e pela falta de respostas políticas e econômicas convincentes dos partidos tradicionais. De fato, o chauvinismo fascista (mito da nação), nos países de unificação tardia, como Itália e Alemanha, assumiu “tons particularmente histéricos e monstruosos” nestes estratos sociais (idem, p. 45-48). Após consolidar apoios na pequena burguesia e nas classes médias, o fascismo foi sendo difundido entre os trabalhadores pouco escolarizados (igualmente ressentidos pela queda do padrão de vida, pelo desemprego e pela percepção de falta de respostas da esquerda socialista) e, também, em proporção crescente, entre as pessoas de formação universitária (grande parte do staff de Hitler era de pessoas que compunham o pequeno grupo dos muito escolarizados) e na Itália os fascistas lograram forte apoio entre professores. No entanto, é preciso ressaltar que dificilmente Mussolini e Hitler teriam logrado êxito sem o apoio da alta finança e do capital financeiro em geral.

Sobre as relações umbilicais dos fascistas com as frações burguesas dominantes, Konder (2009, p. 49-52) recorre a trabalhos historiográficos que demonstram vultosos repasses de grandes indústrias, como o grupo Ilva, o maior grupo siderúrgico da Itália, e a Fiat, a Mussolini, em 1919; assim como o largo apoio ao *Fuehrer*, pelo menos desde 1923, de grupos como Thyssen, Hoesch (indústria química), Vereinigte Stahlwerke (metalúrgica), Dresdner Bank, entre outros que confirmam a íntima conexão do nazismo com o capital financeiro, fato atestado no tribunal de Nuremberg. O setor financeiro encontrou uma forma de ampliar a concentração do capital por

meio da interdependência entre os monopólios e um “Estado forte”, implantando, na Alemanha, o capitalismo monopolista.

O peso relativo de cada um desses ingredientes característicos do fascismo possuiu variações, conforme o contexto histórico do país, mas nenhum historiador sério deixa de reconhecer marcas distintivas do fascismo em Mussolini e Hitler. Os camisas negras do primeiro e a suástica do último associadas à nação-*mito* são simbologias que não estão dispersas na etérea esfera das ideias. O fascismo é indissociável do genocídio, da “solução final”, da perseguição e morte a todos os que não se enquadrem em seu ideário político, econômico e racial.

## **Indicações educacionais do fascismo**

O propósito desta seção é tão somente esboçar indicações sobre a relevância da educação no fascismo. Não se trata, pois, de um estudo original de fontes primárias, mas de selecionar proposições a partir de fontes secundárias reconhecidas e respeitadas para delinear um quadro geral de referência sobre o teor das políticas educacionais na Itália e na Alemanha fascistas.

Para uma adequada aproximação do tema — fascismo clássico e neofascismo — é preciso enfatizar que o fascismo objetiva destruir a herança do Iluminismo (é radicalmente incompatível com o uso autônomo e crítico da razão pelos indivíduos) e da Revolução Francesa (notadamente a associação entre liberdade e igualdade social). Combina, de modo contraditório, modernidade tecnológica e sistemático cerceamento da pesquisa científica básica, direcionando especial ojeriza às humanidades e às formas seculares e laicas de vida baseadas no agir cientificamente orientado, especialmente no marxismo. O irracionalismo característico dessa vertente da extrema direita não se aplica a todos os domínios da vida social. O fascismo se nutre do fetichismo tecnológico. E, por isso, manejou de modo sistemático o ultrapragmatismo necessário para viabilizar as dimensões utilitárias do projeto fascista, especialmente a tecnologia militar, engenharias vinculadas à infraestrutura (rodovias, aeroportos, energia), propaganda ideológica, eugenia e afins. Os ataques à ciência e à pesquisa tecnológica foram seletivos em termos ideológicos, epistemológicos e raciais, e, por isso, tanto na Itália como na Alemanha, exigiram forte controle coercitivo sobre as universidades.

O movimento fascista não nasceu nas escolas e nas universidades, embora nelas estivesse presente, mas foi a conquista do governo por essas forças que fascistizou as escolas e universidades. Uma questão inquietante é indagar até que ponto o teor da educação até então existente foi um forte contraponto ao avanço ideológico do fascismo. A rapidez do controle do aparato escolar é um fato a ser cuidadosamente investigado em estudos adicionais.

Mesmo sem poder responder às perguntas axiais do parágrafo anterior, é necessário sistematizar algumas pontuações a respeito do contexto em que o fascismo ganhou auditório de massa. É importante ressaltar que, no período, a Revolução Russa se afirmara vitoriosa, existia um movimento socialista relevante, vide os anos vermelhos de 1919 e 1920 na Itália, e uma exponencial sindicalização dos trabalhadores alemães; tudo isso expresso em grandes votações nos partidos de esquerda. Com efeito, é necessário indagar o que se passou nesses países, ao longo dos anos 1920 e, sobretudo, nos anos 1930, período em que, contraditoriamente, de um lado, ocorre importante avanço científico e aumento na escolarização da população e, de outro, os fascistas ampliam, abruptamente, suas votações e apoio popular, embora, no caso alemão, coexistindo com elevadas votações na esquerda.

Atendendo as preocupações que orientam a seção, dois grandes eixos são relevantes para tornar pensáveis as perguntas que motivam o presente texto: a) educação, socialização da juventude em conformidade com a ideologia do regime e com as necessidades do capitalismo monopolista e b) formas de controle e silenciamento da educação, da cultura e da ciência. Ambos serão discutidos de modo articulado na forma de indicações iniciais.

## **FASCISMO ITALIANO**

Considerando a realidade educacional da Itália, cujas reformas do final do século XIX e do início do século XX foram inspiradas no liberalismo “ilustrado” (Lei Casati, 1859; Croce e outros) e a oferta de educação superior foi organizada em universidades com considerável autonomia, não deixa de ser inquietante o fato de que foi esse aparato educacional que instruiu os setores burgueses que, prontamente, aderiram ao fascismo e, mesmo, forneceram muitos de seus quadros dirigentes — como no caso dos responsáveis pelas primeiras medidas do governo Mussolini na educação — com a nomeação de Gentile

(efetivamente adepto do fascismo) para a pasta da educação e de Lombardo-Radice (não adepto) para importante diretoria do ministério.

Pelo exposto até o momento, é possível propor que a adesão dos burgueses e, especialmente, da pequena burguesia, se deu por outros determinantes que não a doutrinação ideológica *anterior* à Marcha sobre Roma de 1922; entretanto, é plausível sugerir que a formação cultural não foi um *real* obstáculo à tal adesão, inclusive de intelectuais e professores (catolicismo, idealismo) especialmente após 1922. O crescimento do fascismo nas escolas e nas universidades combinou aderentes “voluntários” (por meio de revistas pedagógicas, pela influência de grandes intelectuais, pela criação de associações fascistas) e sistemática coerção (demissão de socialistas e antifascistas, exigência de juramento de fidelidade ao fascismo). As pontuações a seguir ajudam a compreender melhor como o fascismo atuou na área educacional.

O crescimento do fascismo — e do irracionalismo — nem sempre se coaduna com as políticas empreendidas pelos “grandes intelectuais”. De fato, as concepções de educação expressas na reforma realizada pelos quadros intelectuais de maior envergadura, como os referidos Gentile e Lombardo-Radice, nos anos 1922-1923, não contemplaram as expectativas de fascistização do governo Mussolini e de sua base social mais extremada, indignada pelo caráter acadêmico, idealista e meritocrático da reforma Gentile. Em virtude dessas pressões, Gentile é substituído.

Como assinala o cuidadoso estudo de José Silvério Baia Horta (2009), importante referência para discutir a educação no período Mussolini, os fascistas, liderados por Codignola, fascista de primeira hora, criaram, em 1923, a *Corporazione della Scuola*, uma associação de professores fascistas que, paulatinamente, tomou o lugar das demais associações, inclusive socialistas, tornando-se um instrumento político do fascismo até a Condordata de 1929, quando ocorreu o rompimento de Codignola com Mussolini. As principais revistas educacionais também aderiram ao projeto fascista.

Como já apontado, ao assumir, Mussolini nomeou como ministro da educação, em outubro de 1922, Giovanni Gentile (1875-1944), que, em 1932, escreveu, sob pseudônimo em conjunto com Mussolini, “A doutrina do fascismo” e permaneceu fiel ao regime até seu assassinato pelos antifascistas em 1945. Articulou idealismo, autoritarismo, nação e Estado na “reforma Gentile”. É importante destacar a autoridade do novo ministro, respeitado intelectual nos

círculos idealistas italianos. A magnitude acadêmica do novo ministro serviu de anteparo para que muitos educadores aderissem ao fascismo “em nome do partido da escola”, sustentando que seria possível “uma boa reforma, ainda que em um regime duvidoso” (Ricuperati, 1977, p. 87, apud Horta, 2009, p. 53). Foi o prestígio do ministro que levou ao governo educadores reconhecidos como Lombardo-Radice, nomeado diretor-geral de Instrução Primária, sustentando que estariam no governo não como fascistas, mas como italianos em defesa da escola e da pátria e, se necessário, contra os partidos (Horta, 2009, p. 56). A ilusão não foi longe. Após o assassinato de Matteoti, deputado do Partido Socialista Unitário, em junho de 1924, Lombardo-Radice rompe com o fascismo, decepcionado com Gentile que, para ele, embora fascista, era antes um educador. A esperança no governo se desfez. Gentile foi demitido no mesmo contexto (permanecendo no Grande Conselho do governo), sob fortes críticas do partido fascista, ansioso por avançar na fascistização do regime, situação lograda com o peso crescente das associações de professores fascistas.

A fascistização da educação avançou fortemente com as “reformas de 1935”, especialmente com a *bonifica fascista*, reforma implementada pelo novo ministro, o conde Cesare Maria de De Vecchi. Ele suprime as leis e passa a dirigir a educação com plenos poderes, instituindo a obrigatoriedade da saudação fascista, a exigência de exaltação do fascismo, da igreja e do *Duce* nas salas de aula, a centralização dos livros didáticos a partir de revisões dos fascistas (e expurgos de livros indesejáveis das bibliotecas escolares), a vinculação da vida civil com a vida militar (educação militar, alto valor moral, transformando a escola em uma espada temperada e afiada à disposição do *Duce*) para formar almas fascistas, baseadas no culto à força, à virilidade, ao heroísmo e à hierarquia social. A fascistização avançou, ainda mais, com as leis racistas de 1938, que culminaram com a *Carta della Scuola*, em 1939 (idem, p. 59, 73).

Essas mudanças aconteceram em confronto com a livre organização dos trabalhadores da educação. Em 1926, a sindicalização dos professores do ensino médio e universitário foi proibida. Muitos professores não fascistas foram demitidos a partir de 1925, em virtude da lei que permitia a demissão de servidores cujas opiniões não garantissem fidelidade ao regime e à política do governo. Em 1927, uma nova lei permitiu a demissão de professores em caso de divergência com as diretrizes de governo. A mesma lei determinou o fechamento de cursos nas universidades por motivo de incompatibilidade com a ordem social do Estado. Em 1930, o Grande Conselho fascista estabeleceu que:

ninguém poderá tornar-se professor se não for um confirmado fascista; os reitores das universidades, os decanos das faculdades, os diretores escolares de nível médio devem ser escolhidos entre os professores inscritos no partido há cinco anos no mínimo (Ostenc, 1980, p. 293, apud Horta, 2009, p. 71).

Em agosto de 1931, os professores universitários foram obrigados a prestar um “juramento de fidelidade ao regime fascista, sob pena de perderem a cátedra. Dos 1.250 professores universitários, apenas 12 recusaram-se e foram demitidos” (Horta, 2009, p. 71).

O novo ministro De Vecchi suprimiu o que restava de autonomia universitária, deslocando as instituições para a administração direta do Estado. Esse período de extrema autocracia perdurou até 1936. De Vecchi é substituído por Giuseppe Bottai, um fascista mais ilustrado, autor da *Carta del Lavoro*, que manteve a concepção centralizadora e autoritária, mas ampliou o poder das províncias e manteve relativa tolerância com a arte de vanguarda (diferente de seus homólogos nazistas). Elaborou, então, sob aplausos de Mussolini, a *Carta della Scuola* (instrumento corporativo para formar força de trabalho e força militar, por isso, dualista, não igualitária; os níveis superiores deveriam ser destinados às classes superiores), que estabeleceu o racismo institucionalizado, exigindo separação dos estudantes judeus e outros em escolas distintas das destinadas aos italianos por meio de uma “pedagogia racista”, uma pedagogia centrada na raça (Horta, 2009, p. 77-78). Somente em 1943 teve início o processo de desfascistização da escola.

As mesmas inquietações sobre as condições de assimilação do fascismo são pertinentes no caso da Alemanha. Entre 1875 e 1912, o número de estudantes alemães mais que triplicou (Hobsbawm, 1988, p. 245). É importante lembrar que, antes de Hitler, o país foi governado pelos socialdemocratas e, no caso da educação superior, a concepção de universidade livre e autônoma como a de Berlim, sobretudo no período de Humboldt (1808-1809), se erigiu como uma referência de liberdade acadêmica. É significativo que a adesão ao fascismo esteve aninhada nas escolas, revistas educacionais, sindicatos e associações, e, também, nas universidades. Em 1937, 97% dos professores estavam filiados ao partido nazista, o que somente era possível com prova da descendência ariana.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/propaganda-and-children-during-the-hitler-years>>.



Ancoradas nessas vitórias, e por sua própria natureza, as ideologias fascistas não foram difundidas com base na razão, no conhecimento sistemático, no debate e no confronto de ideias. Os acontecimentos subjacentes criaram espaço para o irracionalismo e o misticismo, e, por isso, o controle do governo sobre as escolas sempre foi muito importante para os nazistas, justamente para interditar a herança iluminista. Diferente da Itália, desde que chegaram ao governo, os nazistas deslocaram quadros “do núcleo extremista” para a pasta da educação com a tarefa de transformar as escolas em espaços de formação de nazistas.

Seus métodos estavam referenciados na eliminação do pensamento racional (silenciando universidades e perseguindo, até a morte, professores, artistas, intelectuais, dirigentes partidários e sindicais) e, também, na propaganda moderna. O “nacionalismo” fascista exigiu a manipulação de grandes massas por meios modernos de propaganda — celebrizada por Goebbels, pela educação para o nazismo, pela distribuição a baixo custo de rádios, pela produção em massa do livro guia de Hitler, *Mein Kampf* — tudo isso combinado com forte coerção e ações criminosas contra a organização dos trabalhadores (Konder, 2009, p. 40-41).

Hitler tinha clareza do lugar da educação na ideologia do fascismo nazista. Nas eleições de 1929, na Turíngia, o partido nazista, ao alcançar perto de 12% dos votos, poderia indicar membros do governo, e Hitler exigiu dois cargos: o Ministério do Interior (controle do serviço público e da polícia) e o da Educação (cultura, escolas básicas e universidades): “Aquele que controla esses dois ministérios e explora impiedosa e persistentemente seu poder neles pode realizar coisas extraordinárias”, escreveu Hitler (Kershaw, 2010, p. 223). Seu ministro, Wilhelm Frick, outrora condenado por tentativa de golpe, recebeu a tarefa de expurgar do serviço público, da polícia e do magistério as tendências democráticas, marxistas e revolucionárias e alinhar a educação com as ideias nacional-socialistas e com o racismo ideológico, gerando, então, resistência do Ministério do Interior do *Reich* (república de Weimar). Frick foi afastado após um voto de desconfiança (Kershaw, 2010). Nos dias finais do nazismo, estava no grupo de colaboradores mais fiéis que se suicidaram no mesmo contexto do de Hitler.

Já no governo nacional, a propaganda foi entregue a Goebbels, encarregado de reorganizar a imprensa, o rádio, a produção cinematográfica, o teatro, a música, as artes visuais, a literatura e todas as outras formas de atividade

cultural, contando, é preciso destacar, com colaboracionistas provenientes da área conveniente com os expurgos.

A educação do *Reich* foi confiada a Bernhard Rust (1934-1945), ministro da Ciência, da Educação e da Cultura, doutor em filologia e filosofia que, igualmente, se suicidou em maio de 1945, responsável pela educação étnica dos alemães, por uma ciência livre da influência judaica, uniformizando a educação escolar em todo o país (a educação básica deixou de ser provincial e passou a ser subordinada ao *Reich*). “O Estado Nacional Socialista exige que seus professores ensinem a teoria racial das crianças alemãs. Para o povo alemão, a teoria racial significa o problema judaico.” Afastou os docentes de esquerda, judeus e não “arianos” em geral, estabeleceu cursos da doutrina obrigatórios aos professores, restringiu as aulas aos livros aprovados pelo partido Nazista, conferiu destaque aos estudos eugênicos e exigiu que todos se cumprimentassem com a saudação nazi. Para ele, a função da educação era criar nazistas. Estabeleceu escolas de elite chamadas *National politische Erziehungsanstalten* (Napolas). A seleção para ingresso incluía origens raciais, aptidão física e participação na Juventude Hitlerista. Essas escolas, dirigidas pelo *Schutzstaffel* (SS), tinham a tarefa de treinar a próxima geração de pessoas de alto escalão no Partido Nazista e no Exército Alemão. Apesar da promessa de que seu governo iria abrir as universidades aos filhos dos trabalhadores, até então restritos a 3% das matrículas, este percentual se manteve sem alteração.<sup>5</sup>

O nazismo foi marcado por rituais violentos que celebraram o anti-intelectualismo, como os atos de queima de livros em praças públicas — em 10 de maio de 1933, ocorreu o ritual da queima de obras indesejáveis ao fascismo na Bebel Platz, inclusive com apoio de pessoas da comunidade universitária. As mesmas motivações levaram os nazistas a combater a dita arte degenerada, o “marxismo cultural”, as escolas críticas, como o fechamento da Bauhaus, por exemplo, que reunira nomes como Grupius, Mies van der Hohe, Paul Klee, Wassily Kandinsky, Malevich, entre tantos outros. Com a lei do serviço público de abril de 1933, muitos dos mais ilustres acadêmicos alemães foram demitidos (Einstein, por exemplo) e forçados ao exílio. Intelectuais conservadores, contudo, haviam oferecido apoio ao líder místico, preparando terreno para

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://spartacus-educational.com/GERRust.htm>>.

o culto ao *Fuehrer*. A Academia de Artes da Prússia empreendeu sua própria “limpeza”, exigindo lealdade ao regime de todos os que escolhessem permanecer na instituição (Kershaw, 2010, p. VII).

Em seus “protetorados” (áreas anexadas), os fascistas alemães efetivaram a intervenção nas universidades e o fechamento das mesmas em obediência devida à “raça dos senhores”. Perguntados sobre a reabertura da universidade de Praga, os nazis assim responderam: “se nós perdermos a guerra, vocês poderão abrir sua universidade [e escolas de nível médio, igualmente fechadas], se vencermos, então vocês não vão precisar de nenhuma universidade” (Mann, 2009, p. 36). A síntese de Thomas Mann sobre a recusa da abertura da universidade de Praga é de imensa importância para pensar os dilemas do Brasil de hoje:

não há nenhum vestígio de simpatia, de consideração pela existência, pela dignidade do outro, nenhum vestígio de sentimento humano de fraternidade vive nesses cérebros ignominiosos aos quais um destino, que tem de ser mudado e será mudado, deu tanto poder de fazer o mal. (Mann, 2009, p. 36).

O excerto de Mann sobre os nazistas poderia ser aplicado, sem esforço, às manifestações de Bolsonaro diante da morte dos trabalhadores pauperizados, informais, negros, favelados, vitimados, em enorme proporção, pela Covid-19. O seguinte excerto de Hobsbawm (1995, p. 150) resume o ideário educacional no nazismo:

O racismo nazista logo provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores. Os ataques à cultura “modernista”, a queima pública de livros “judeus” e outros indesejáveis, começaram quase com a entrada de Hitler no governo.

## **Fascismo: passado e presente**

Como indicado, este é um texto escrito no século XXI, nos dias de expansão exponencial da Covid-19, que já ceifou mais de 120 mil pessoas. Em estreita conexão com o negacionismo do poder Executivo Federal em relação à pandemia, imagens, palavras, estéticas do passado ressurgem, assustadoramente, em pleno ano de 2020, em manifestações que possuem todos os ingredientes do fascismo, especialmente:

- a. por seus traços racistas (em defesa da supremacia branca), celebração da violência policial nas favelas, recusa de ações afirmativas, xenofobia, anti-LGBTQI+ e antifeminismo;
- b. por sua prática (e celebração) darwinista social;
- c. por sua hostilidade às distintas expressões humanas decorrentes do uso autônomo e crítico da razão (laicidade, secularização, religiões de matriz africana);
- d. por sua aversão aos valores erigidos pelo iluminismo (recusa da legitimidade do uso autônomo e crítico da própria razão, dos métodos da ciência e dos conceitos e teorias científicas) e pela Revolução Francesa (notadamente a indissociabilidade entre liberdade e igualdade social);
- e. por suas práticas políticas sempre voltadas contra as/os trabalhadoras/es e suas organizações, grupos culturais, universidades e escolas, artistas, dirigindo ódio especial ao “marxismo cultural”; e
- f. por projetar um profundo desmonte da dimensão social do Estado e uma completa desregulamentação das relações de trabalho.

Como visto na caracterização do fascismo, não é cada uma destas características, vistas isoladamente, que conformam a autocracia burguesa no Brasil como de cariz neofascista. O fascismo, como lembra Umberto Eco (1995), é *fuzzi*, difuso, eclético e contraditório.

Para evitar analogias vazias, o texto, por reconhecer diferenças marcantes com o período “clássico” do fascismo, adota a expressão “neofascismo”. Embora, como na ditadura empresarial-militar, o “andar de cima” trabalhe com um cenário autocrático (Fernandes, 1975) e, por isso, entidades como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) operaram em prol do consenso pelo alto

para viabilizar o golpe de 2016, a posse de Bolsonaro destravou novas possibilidades de agendas ainda mais regressivas do que as possibilitadas pela ruptura de 2016. De fato, o governo Bolsonaro regurgitou um turbilhão de expressões neofascistas que ganham concretude governamental a cada dia. O Estado está sendo redefinido em prol da guerra cultural<sup>6</sup> e do ultraneoliberalismo por uma miríade de atos normativos que não encontrou obstáculos efetivos no Congresso Nacional no primeiro ano do mandato. No Brasil, a efetivação desses atos, no rastro da Emenda Constitucional n. 95/2016 e das contrarreformas trabalhista e da previdência, é indissociável do hiperdimensionamento da coerção por meio das Forças Armadas (que agora alcançam todas as áreas de informação, segurança, gabinete presidencial, abrangendo, no contexto da pandemia, a área social, inicialmente o Ministério da Saúde e, possivelmente, o Ministério da Educação). Entretanto, tal como no fascismo clássico, e nas ditaduras em geral, seria um erro restringir a análise do aparato repressivo às forças armadas, visto o ativismo bolsonarista entre paramilitares, milicianos, empresas privadas de segurança e polícias militares.

Ao mesmo tempo, o projeto neofascista fortalece a dimensão ideológica manejada por intermédio do artefato da “guerra cultural”, buscando tomar, desse modo, a cena da vida universitária, da educação pública, da arte, da cultura e da ciência, sempre por meio de agressivo aparato “tecnológico” de propaganda.

O adubo que nutre o neofascismo, no caso brasileiro, tem como componentes o aparato coercitivo, os dispositivos de propaganda, os animadores da guerra cultural e o ultraneoliberalismo das frações burguesas dominantes. O estado maior do capital se aproximou do bolsonarismo por compreender que, na cena política brasileira, somente ele poderia levar adiante, sem travas, a destrutiva agenda ultraneoliberal. Muito provavelmente, viu nesse governo uma oportunidade de alcançar o paraíso da exploração e das expropriações. Sabem que, por ideologia, Bolsonaro (e os seus círculos) não hesitaria em quebrar a organização dos trabalhadores, destravando, desse modo, tal agenda que, por isso, repousa sobre um componente coercitivo de média ou longa duração muito mais expressivo do que o de formação de consensos. Não é que este desapareça, mas nesse governo o consenso é conduzido mais por meio da propaganda do que

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.encyclopedia.com/religion/legal-and-political-magazines/culture-wars>>.

por políticas minimamente estruturadas de alívio à pobreza, mesmo porque o governo se apropriou do Bolsa Família. No contexto da pandemia, o Congresso Nacional aprovou o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 que rapidamente foi assumido como realização de seu governo. Essa medida permite acentuado ganho por parte de milhões de famílias, muito acima do Bolsa Família, e está sendo difundido nos territórios mais resistentes ao bolsonarismo, sobretudo, no Nordeste brasileiro, o que pode ampliar sua base social.<sup>7</sup>

Como o fascismo é difuso, é legítimo indagar se o governo Bolsonaro reúne características que conformam o neofascismo. Como salienta Mattos (2020, p. 55), existem objeções em relação à análise que atribui a Bolsonaro características do fascismo, como as feitas por Borón (2019):

[O fascismo] é uma forma excepcional do Estado capitalista, com características absolutamente únicas e irrepetíveis, que irrompeu quando seu modo ideal de dominação, a democracia burguesa, enfrentou uma gravíssima crise no período entre a Primeira e a Segunda Guerra mundiais. Por isso, dizemos que é uma “categoria histórica” e que já não pode ser reproduzida porque as condições que tornaram possível seu surgimento desapareceram para sempre.

Um traço distintivo, argumenta Borón, é que o fascismo não deixa de ser uma resposta de burguesias nacionais ao ascenso de forças socialistas, por meio de um movimento de massa que solapa a base social da esquerda. De fato, existem diferenças marcantes no contexto histórico que, como salientado, impedem o uso de analogias superficiais. Algumas dessas são de imensa relevância. Não é possível falar, no caso brasileiro, de burguesias nacionais, nem da iminência do assalto ao poder pela esquerda socialista, nem, por hora, de um antissemitismo estruturante das ideologias. Mas nem no fascismo clássico existe um “tipo ideal” de fascismo, pois existem diferenças marcantes entre o pai de todos (Mussolini) e seu filho dileto, o nazismo, a exemplo do antissemitismo, mais difuso no cotidiano do fascismo italiano, assim como em relação às artes: a tolerância com a arte moderna foi maior na Itália do que na Alemanha (em que o combate à arte “degenerada” foi muito mais feroz). Mas nem por isso seria correto negar que ambos os regimes foram fascistas.

---

<sup>7</sup> Cf. Capetti; Mello; Mota, 2020.

As diferenças com o tempo presente, é preciso reiterar, são relevantes demais para permitir o uso de uma mesma denominação para explicar ambos os contextos históricos. Por isso, é necessário o uso do conceito de neofascismo. Seguindo a análise de Mattos (2020, p. 56), “nada impede que um governo (...) dirigido por um fascista, não evolua para um governo fascista”. As experiências históricas corroboram tal proposição.

A seguir, são realizadas algumas pontuações sobre os dois períodos e as tendências, que, na presente análise, conformam o fascismo.

### **[ 1 ] O fascismo clássico foi um fenômeno de massa, o que o diferencia do atual contexto**

Os agrupamentos de Mussolini e Hitler não tiveram origem em movimentos de massa preexistentes. Ambos se originaram em grupos minoritários que, em condições favoráveis, tornaram-se movimentos de massas. Constituídos em ambientes de crises tectônicas (Primeira Guerra Mundial, cláusulas de derrotas militares, crise de 1929) e de forte ascenso da esquerda — embora cindida por intensos conflitos entre socialistas e comunistas —, suas bases sociais, inicialmente provenientes das classes médias, foram alargadas para setores do proletariado atingidos pela crise, situação não dimensionada pelos partidos comunistas e pela direção dos partidos socialistas (a orientação do *Comintern* era de que os comunistas deveriam acentuar suas diferenças com os socialistas reformistas), e para outros setores da grande burguesia, ganhando força política a ponto de, mesmo sendo forças não majoritárias, galgarem o poder.

Do ponto de vista socialista, as cisões e os confrontos no campo da esquerda dificultaram o combate aos agrupamentos fascistas em seu nascedouro — como na proposição de Bray (2019): “nenhum palanque para os fascistas” —, deixando livre o caminho. Ainda que divididos e em confrontos internos, os partidos de esquerda lograram alcançar grandes votações na Alemanha no final dos anos 1920. “Na Alemanha, o número de operários sindicalizados passara de 4 para 11 milhões, de 1913 a 1919: socialistas de esquerda, comunistas e anarquistas haviam subido ao poder na Baviera.” (Konder, 2009, p. 81). Desse modo, a esquerda se anunciava como uma ameaça para a burguesia e os fascistas se prontificaram em ser a única força capaz de proteger seus interesses. Com efeito, as consequências da crise de 1929, por sua vez, alteraram as expectativas das classes em relação aos nazistas, cujo partido foi fundado em 1919.

Os setores dominantes se deslocaram, ainda em maior grau, para sua área de influência e, cada vez mais, após 1928, como projeto compartilhado, no seio do imperialismo em ascensão. Em novembro de 1932, a despeito do mau desempenho eleitoral dos nazistas (fato de imensa importância para a análise do modo como os fascistas chegaram ao poder), Hindenburg, quase nonagenário, foi pressionado pelos principais nomes do capital financeiro a nomear Hitler como primeiro-ministro e, em 1933, o nomeou como chanceler, consolidando os nazistas no poder (Konder, 2009, p. 86).

Ampliadas as suas bases sociais, nos moldes dos *fasci* [feixes], “Capital, Trabalho, Estado”, unidos como uma coisa só e “extinguindo” as classes sociais, foi possível implementar o regime de terror — emoldurado por uma estética associada ao fascismo — exacerbado pelo racismo como política de Estado.

No caso do Brasil de hoje, a extrema direita, entre o final da ditadura, em 1988, e as mobilizações de 2013, sempre foi residual em termos eleitorais. Foi uma peculiar combinação de crise econômica, contradições e limites dos governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), lavajatismo, crescimento de vertentes direitistas no pentecostalismo, no neopentecostalismo e no catolicismo, protagonismo dos meios de comunicação que, de modo *fuzzi*, abriram vias para a difusão de ideários da extrema direita por intermédio de um rizoma de canais. O cimento ideológico se deu a partir de um certo *corpus* doutrinário impulsionado por centros de pensamento com matriz nos EUA. Foram *think tanks* estadunidenses que propiciaram uma “agenda”, um “diagnóstico de situação”, a partir da qual foi possível empolgar um movimento que, embora sem organicidade organizacional desde baixo (partido fascista, sindicatos fascistas, falanges e brigadas fascistas), logrou condições de convocação de segmentos de classe média, adeptos de seitas e igrejas, parte do lumpesinato, em especial, milicianos, policiais, sob as asas protetoras da velha guarda militar direitista.

Os primeiros grandes logros, verdadeiros ensaios para o que aconteceria mais tarde, foram as relevantes manifestações contra o governo Dilma Rousseff, em prol do impeachment. As sucessivas manifestações foram pedagógicas, pois formaram novos militantes de extrema direita. Inicialmente organizados por *think tanks* e coalizões direitistas, como o Movimento Brasil Livre, entre outros, com o crescimento da campanha de Bolsonaro, os novos militantes passaram, gradativamente, a gravitar em torno do aparato bolsonarista com o consequente esvaziamento da base social destas organizações que lideraram a



campanha pelo impeachment. Muitas dessas organizações romperam com o bolsonarismo, mas perderam parte relevante de sua base social. Muito provavelmente, a adesão do “andar de cima” à campanha de Bolsonaro mudou o quadro, pois, com isso, o bolsonarismo pôde se livrar do conservadorismo “cosmopolita” das organizações de direita, reforçando seus vínculos com as de cariz fascista e passando a adotar como ponto focal sua própria pessoa, assumindo o lugar do *mito*.

Se não chega a ser um movimento de massa, orgânico e corporativo, como na Itália e na Alemanha, logrou consolidar uma expressiva base social de apoio que, para manter a lealdade ao mito, necessita ser alimentada com doses crescentes de irracionalismo, negacionismo, chauvinismo nacionalista, instaurando uma base propensa a conviver e praticar o neofascismo.

Os primeiros protestos massivos contra o governo Bolsonaro foram liderados por mulheres do campo e, a seguir, ainda mais alargados no território nacional, os protestos em prol da educação e, em especial, em defesa da universidade pública. No contexto da pandemia, eclodiram protestos vindos de trabalhadores precarizados, entregadores por aplicativo, mães em luta contra a violência policial nas favelas e jovens de torcidas organizadas contra o fascismo e o racismo.

Todavia, não é possível descartar a ampliação da adesão ao bolsonarismo, a despeito do rastro de mortes pela pandemia e pela ausência de medidas econômicas capazes de reverter o agravamento da crise, especialmente daqueles que vivem do Bolsa Família, visto que o Auxílio Emergencial aprovado pelo Congresso é muito superior à magra bolsa: o presidente vende a imagem de que o aumento no valor foi uma iniciativa de seu governo e que o controle da pandemia é um problema dos estados e municípios. E esses “fatos alternativos” são difundidos e impulsionados por um impressionante aparato de comunicação pela internet. Bolsonaro trabalha permanentemente por meio da vitimização, ainda que infantil e, com isso, sensibiliza parte de sua base igualmente motivada a agir em decorrência dos ressentimentos muito arraigados.

A queda abrupta do poder aquisitivo de muitos milhões de trabalhadores após o término do Auxílio Emergencial pode engendrar conflitos, como em todos os contextos de crise. Embora não haja um “perigo vermelho”, o espectro de levantes sociais nos grandes centros urbanos é um pesadelo que transtorna o sono do “andar de cima”.

Apesar da brutal crise econômica, isso não significa que a esquerda esteja em ascenso; de certo modo, ao contrário. Entretanto, a alta burguesia viu com muita preocupação o levante social no Chile e, como ocorreu em outros contextos, a extrema direita se encarregou de elevar o tom das ameaças, avançando na contrarrevolução preventiva a que se refere Florestan Fernandes (1976), ameaçando um novo Ato Institucional nº 5.

Finalmente, se é verdade que Bolsonaro nem partido consegue estruturar, isso não quer dizer que o seu governo não tenha adesão “ativa” e, possivelmente, convocável, de imenso contingente social, incluindo os agentes da coerção legal ou extralegal. No lugar de um exército uniformizado de adeptos com suásticas ou camisas negras, Bolsonaro conta com distintas formas de profissionais da violência e possui meios de propagação de suas ideologias que são consideráveis: da *deep web* (levando o parlamento a aprovar uma CPI para apurar os mecanismos de produção e circulação de *fake news*) aos meios de difusão como WhatsApp, Facebook, YouTube, Twitter, entre outros, impulsionados por gabinetes do ódio, *think tanks* nacionais e estrangeiros, emissoras de TV (Record e TV S, CNN) e, o que é muito crucial, por uma impressionante rede de templos das correntes pentecostais e neopentecostais que chegam aos mais recônditos rincões do país, todas elas, grosso modo, inseridas na cruzada da guerra cultural em interconexão com o governo do Estado federal. Embora sejam necessários estudos adicionais, é razoável afirmar que a persistência do apoio ao seu governo, apesar de seus óbvios desvarios, irracionalidades, colossal incompetência operativa etc., advém dessas redes comunicacionais.

Diferente do fascismo clássico, o atual governo não se vale de imagens e estéticas específicas para difundir o medo e o silêncio, como a *Sturmabteilung* (SA), as seções de assalto milicianas de Hitler, e a SS ou os camisas negras de Mussolini. Bolsonaro se utiliza, permanentemente, da ameaça de possíveis ações das Forças Armadas e de forte presença nas mídias sociais. Sempre suas ameaças objetivam ampliar as prerrogativas do Executivo, em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Esse é o *modus operandi* do bolsonarismo.

Um traço marcante do fascismo é a existência de segmentos no interior das forças repressivas que operam à margem do controle constitucional e legal. Não é ocioso lembrar que, em pleno governo socialdemocrata de Friedrich Ebert, foram assassinados, de modo metódico, Karl Liebknecht, Rosa Luxemburg e Leo Jogiches, crimes que permaneceram impunes (Konder, 2009, p. 90). Konder

observa que o regime fascista necessita de um “aparelho repressivo tão amplo que pressupõe, de fato, a militarização da atividade policial, e implica uma tendência interna ao policiamento militar de todos os aspectos significativos da vida do país. *Não há fascismo sem apoio militar.*” (2009, p. 136, grifo no original).

## [ 2 ] Crise econômica tectônica

Embora não seja adequado teórica e metodologicamente estabelecer analogias entre o passado e o presente, existem determinantes afins. A crise econômica que transtorna o Brasil é, tal como as de outrora, de proporções tectônicas e, embora fora de contexto de Guerra, possui raízes econômicas semelhantes, relacionadas à realização do capital. Ainda que o contexto atual não esteja relacionado diretamente à guerra, a crise econômica foi muito agravada pela pandemia. Entretanto, atribuir a crise à pandemia é uma cortina de fumaça para ocultar os determinantes e a extensão da crise hodierna.

Karl Marx compreendeu já muito cedo que não eram as quebras de colheita, as políticas monetárias, as elevações salariais, as variações na oferta de ouro ou prata, a especulação financeira etc. as “causas” das crises. Mesmo esses eventos de natureza econômica são “fenômenos” de disrupções, “sintomas” que expressam as contradições mais profundas da economia de mercado e que, por isso, podem ser factualmente catalisadores que detonam os processos críticos já gestados. Eles formam, portanto, uma “causa” para as crises apenas no sentido convencional de estopim da quebra econômica — somente com uma compreensão das estruturas internas e externas do mercado, de suas categorias fundamentais e suas expressões aparentes, é que a empiria bruta do nexa entre os eventos pode ser ultrapassada. (Botelho, 2020).

O propósito da presente seção não é discutir a crise estrutural em seus determinantes. As rápidas indicações aqui delineadas almejam, somente, apontar que o agravamento da crise no contexto da pandemia ocorre em um momento de degradação das condições estruturais internas e externas da economia brasileira, sobretudo, após 2013. Entre os sinais importantes vindos do exterior, podemos apontar o desaquecimento relativo da economia chinesa, o acirramento dos conflitos EUA-China, a queda do preço de *commodities* importantes, como o petróleo, e a toxidez dos sistemas financeiros formais e

informais. No plano interno, o forte deficit nas transações correntes que estão fazendo minguar as reservas internas de dólares (produzidas no período 2006-2011) e as enormes somas necessárias para a remuneração da poupança externa<sup>8</sup> estão entre os “sintomas” de que o desemprego, a queda da massa salarial e a redução da taxa média de lucro não podiam ser vistos como “fatores isolados” facilmente corrigidos pelas políticas de ajuste fiscal — privatizações, retirada de direitos sociais (Emenda Constitucional n. 95/2016), desregulamentação dos direitos trabalhistas (reforma da previdência) — que, afinal, levou o bloco no poder a apoiar e viabilizar o golpe de 2016 que retirou Dilma Rousseff da presidência da república.

Estimativas conservadoras do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam uma queda de 10% do PIB. Ingressaram no rol dos desocupados mais de 12 milhões de trabalhadores. Em alguns estados da federação, mais de 30% da população está recebendo o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00. A demanda geral pelo auxílio chega perto de 90 milhões de pessoas. A lógica da política de Bolsonaro de inviabilizar a quarentena, objetivando contaminar o conjunto do rebanho, é estritamente darwinista social. O perfil social dos atingidos é eloquente. Os trabalhadores “essenciais”, lixeiros, entregadores, trabalhadores do setor de alimentos, transporte, prestadores de serviços, como eletricitas, gasistas, pedreiros, sempre sub-remunerados, são justamente os que possuem as piores moradias e estão no grupo dos mais atingidos. O mesmo é verdade para o pessoal de apoio dos hospitais e corpo técnico, todos fortemente atingidos pela Covid-19. Morreriam, em maior proporção, os idosos, os mais pobres nas favelas e nas regiões em que o bolsonarismo não empolgou o povo, especialmente no Nordeste e, ao mesmo tempo, os que possuem problemas crônicos de saúde, o que, na ótica do governo, seria uma medida “saudavelmente eugênica” e em prol do ajuste fiscal.

É nesse cenário turbinado de crise, cujos indicadores sociais são da mesma ordem de grandeza da crise de 1929 — a queda do PIB mundial, conforme o FMI, será, pelo menos, de 4,9%; no Brasil, pelo menos, de 10% — que o bolsonarismo, como outrora fez o fascismo clássico, busca seus adeptos, construindo falsidades, como o mantra de que a crise é culpa dos governadores e prefeitos que

---

<sup>8</sup> Cf. Paulani, 2020.

fecharam, desnecessariamente, o comércio e a economia (a culpa é do sistema político!). Sem políticas anticrise, as falências se avolumam, os empregos desaparecem, os autônomos perdem seus meios de vida. Um olhar fora do Sudeste permite vislumbrar a extensão da tragédia social. Pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio, aponta um quadro inédito: 3,6 milhões de pessoas com capacidade produtiva, no Pará, estão sem trabalho (54,5%). E dos que já estavam empregados, 549 mil ficaram sem renda. Os mesmos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 do IBGE identificam que 51% das pessoas com capacidade produtiva no país (acima de 14 anos), ultrapassando 50 milhões de pessoas, estão sem trabalho.<sup>9</sup> Considerando a hipótese plausível de que o governo Bolsonaro não possui uma agenda compatível com a melhoria dos empregos e, tampouco, com a elevação dos salários, a cena é de agravamento deliberado, pois previsível da crise, não estando descartadas as convulsões sociais. É estratégico indagar se esse é um caminho para a mudança qualitativa do neofascismo no país.

### [ 3 ] A saída autocrática e neofascista

Do exame das declarações da família presidencial é possível aduzir que os Bolsonaro sonham com uma convulsão social sob seu controle. De olho no apoio do “andar de cima”, alertam para a necessidade de conter as lutas sociais, a exemplo das chilenas, e propugnam a necessidade da aprovação do excludente de ilicitude na Garantia da Lei e da Ordem, extensiva às Forças Armadas, acompanhada da edição de um novo AI-5. Nas palavras de Eduardo Bolsonaro: “O que foi o AI-5? Dilma, Lula, Franklin Martins, Marighella, Lamarca e outros trouxeram pânico e terror ao Brasil no final dos anos 1960 e início dos 1970. Hoje a estratégia se repete no Chile e a esquerda brasileira está louca para trazer isso para o Brasil”. Segue o deputado: “chega sim a ser terrorismo porque eles querem fazer uma instabilidade política para tirar do poder um presidente que não é de esquerda, isso tudo está perigando vir para o Brasil”, concluindo

---

<sup>9</sup> Cf. Vilarins, 2020. Ver mais detalhes da pesquisa do IPEA disponível em: <<https://virtunews.com.br/desemprego-e-desgoverno-recorde/>> e <<https://oglobo.globo.com/economia/pela-1-vez-mais-da-metade-da-populacao-em-idade-de-trabalhar-esta-fora-do-mercado-24478822>>.

que “se a esquerda radicalizar a esse ponto, vai precisar de uma resposta. E essa resposta pode ser via um novo AI-5” (Agostine, 2019).

O ministro da Fazenda (o “homem” do mercado no governo) reafirmou, nos EUA, a mesma ameaça:

É irresponsável chamar alguém pra rua agora pra fazer quebradeira. Pra dizer que tem que tomar o poder. Se você acredita numa democracia, quem acredita numa democracia espera vencer e ser eleito. Não chama ninguém pra quebrar nada na rua. Ou democracia é só quando o seu lado ganha? Quando o outro lado ganha, com dez meses você já chama todo mundo pra quebrar a rua? Que responsabilidade é essa? Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez? Ou foi diferente? (Sanches, 2019).

As ameaças de ruptura do Estado de Direito Democrático pelo clã familiar ganham consistência quando o representante do estado maior do capital no governo assume como sua a mesma tese do deputado, expressando o apoio a atos que envolvem cassação de mandatos parlamentares, cassação de professores e servidores em geral, fechamento ou esvaziamento do Congresso e a implantação de um regime de terror político no país. As ameaças de Guedes, feitas com preocupante naturalidade, permitem compreender como os dominantes flertam com as saídas autocráticas de matiz neofascista. Na mesma toada, o general Heleno, o auxiliar de Silvio Frota quando este tentou um golpe dentro do golpe empresarial militar para impedir a abertura lenta, gradual e segura (governo Geisel), repete, cotidianamente, as ameaças de que o golpe está em processo, insurgindo-se contra o Superior Tribunal Federal (STF) e o Congresso — “foda-se o Congresso”, esbravejou (Souza, 2020). O apoio da Força Nacional à rebelião da polícia militar no Ceará foi mais um indicador de que existem forças coercitivas dispostas a levar adiante tais ameaças. A elaboração de pareceres de escribas de aluguel sustentando a legalidade da intervenção das Forças Armadas, em caso de convocação do poder Executivo, contida no Artigo 142 da Constituição é parte desse enredo.

Em abrangente pesquisa do DATAFOLHA é possível constatar um aumento do apoio ao regime democrático (75% dos entrevistados), o que está em contraste com o apoio ao governo Bolsonaro aferido pelo mesmo instituto (32% consideram o governo ótimo ou bom, 24% regular e 44% o reprovam, o que, considerando

as ameaças de golpe, o descalabro econômico e a imensa responsabilidade do governo federal no aumento do número de mortes na pandemia, é um sinal de apoio, ainda que não integral, e algo constrangedor). A mesma pesquisa sobre a democracia indica, contudo, a persistência de expressiva adesão a medidas típicas de ditaduras: 41% dos entrevistados admitem cerceamento ao direito de greve; 59% alguma forma de intervenção governamental nos sindicatos; 49% alguma forma de proibição de algum partido; 36% alguma forma de censura aos meios de comunicação (TV, rádio, jornais); 41% admitem, em dadas circunstâncias, o fechamento do Congresso Nacional; 51% concordam, ainda que em certos contextos, com a prisão de suspeitos de crimes sem autorização da justiça; 27% com alguma forma de tortura; e 44%, em dadas circunstâncias, com o fechamento do STF.<sup>10</sup> A pesquisa não permite concluir que, em quaisquer circunstâncias, tais medidas teriam os referidos percentuais, mas é a partir desse universo que o bolsonarismo busca os seus adeptos e mantém na agenda política brasileira o espectro do golpe, tema recorrente nos meios de comunicação, via de regra em perspectiva muito claramente crítica, a exemplo dos grupos Folha de São Paulo, Estadão e organizações Globo. Ainda com base na mesma pesquisa do DATAFOLHA, importantes 51% creem na possibilidade de nova ditadura no Brasil. A ampliação de seus apoiadores dependeria, na avaliação dos adeptos da ruptura, de uma convulsão social passível de ser manejada pelo governo.

---

<sup>10</sup> Cf. Gielow, 2020.

## Ideologia fascista e o neofascismo hoje

Nesta seção, à guisa de síntese, o capítulo interpela, sobretudo, as políticas educacionais e, subsidiariamente, as de ciência, tecnologia e cultura em curso no país, especialmente após a posse de Bolsonaro. O texto procurou oferecer indicações para compreender o irracionalismo, o negacionismo, a guerra cultural contra o dito “marxismo cultural”, a hostilidade aos temas relativos à existência das classes sociais e do racismo estrutural e à problemática socioambiental como expressões que possuem raízes no fascismo, agora recontextualizado como neofascismo.

Nos anos 1920 e 1930, os fascistas recusaram a divisão e a própria existência de classes em favor da junção dos “feixos”, a força una, inquebrantável, do povo, da pátria, e no Brasil de hoje: “Brasil acima de tudo”. Os dissidentes, reais ou imaginários, foram redefinidos como “inimigos da pátria” e força disruptiva, a ser combatida com toda a “virilidade” do Estado dirigido pelo “pai-patrão” que, para reconstruir a unidade dos “feixos”, pode promover assassinatos dos inimigos e, se necessário, alterar a escala e promover o genocídio dos inimigos. O negacionismo e a defesa do darwinismo social não são contraditórios, ambos se retroalimentam. A seletividade social (raça, ideologia, religião, formas de relação sexual e concepção familiar) permite segregar os “outros” indesejáveis, seja por motivos econômicos, seja por motivos ideológicos e políticos.

Gestos, uniformes, certas estéticas, todos os simbolismos possuem um propósito pedagógico. O fascismo se conformou como um modelo de Estado e de dominação que se confrontou com a liberdade da ciência, da cultura, da filosofia e da arte. A estética neofascista atual é agressiva e vulgar, constituída de armas, gestos manuais que simbolizam armas e formas que, ainda sem uma forte centralização pelo aparato de propaganda oficial, reivindicam o ideário do fascismo clássico: explorar o medo e difundi-lo na sociedade, especialmente entre os socialistas, os negros, os que professam religiões de matriz africana, os gays e lésbicas, transexuais e as forças políticas concebidas como “em favor do sistema vigente”.

No Brasil de hoje, o vigor militante da extrema direita na cena da educação teve como antecedente a criação de um bestialógico sistematizado como o Escola Sem Partido (Batista et al., 2019). Inicialmente, esta iniciativa parecia ser um movimento localizado, desprovido de apoio dos Aparelhos Privados



de Hegemonia empresariais (APHe) mais relevantes que interagem com a área da educação (Todos pela Educação, Fundação Lemann, entre outros). Expressamente recusado pelo STF<sup>11</sup> por sua inconstitucionalidade e, em 2018, sequer levado à votação pela presidência da Câmara dos Deputados,<sup>12</sup> o projeto foi compreendido pelos liberais não fundamentalistas como uma afronta à laicidade do Estado.

Entretanto, seria um erro não reconhecer sua ressonância social. Sua agenda, constituída de preceitos morais, padrões sexuais idealizados (ideologia de gênero), cínicos e hipócritas e de um rosário de slogans anticomunistas, animou os movimentos que provocaram nas ruas a desestabilização do governo Dilma Rousseff. Na campanha eleitoral para presidente da República de 2018 essa pauta “moral”, ao lado do tema da corrupção (lavajatismo), estruturou o discurso da campanha de Bolsonaro. Suas pautas ecoaram fortemente entre os setores religiosos de direita (ideologia de gênero) e reacionários da sociedade: além de corrupto, o PT foi apresentado como uma organização corroida pela perversão sexual, acusação propagada como se fosse um enredo das melhores obras de Nelson Rodrigues sobre o tema.

Subjacente à agenda do Escola Sem Partido (ESP) havia uma enorme estrutura de produção e difusão ideológica desses preceitos, abrangendo o

---

<sup>11</sup> Lei municipal que proíbe ensino sobre questões de gênero é inconstitucional. *Notícias STF*, 29 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331>>.

São 121 Projetos de Lei (PLs) semelhantes, espalhados em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, boa parte já suspenso por decisões judiciais. Em casos extremos, mesmo a palavra “gênero”, ainda que utilizada em construção frasal de conteúdo absolutamente diverso, como, por exemplo, “gênero alimentício”, foi censurada. As palavras “transversalidade” e “transdisciplinaridade” foram proibidas por se assemelharem com “transexual”. Os valores mais fundamentais do Estado de Direito foram sistematicamente violados por uma defesa insana, intolerante e deliberada do fascismo e do patriarcado. A decisão do STF significa um duro golpe nesse movimento em prol da ignorância e do delírio intolerante. Um trecho do voto proferido por Edson Fachin ilustra o conteúdo deste ato: “O reconhecimento da identidade de gênero é, portanto, constitutivo da dignidade humana. O Estado, para garantir o gozo pleno dos direitos humanos, não pode vedar aos estudantes o acesso a conhecimento a respeito de seus direitos de personalidade e de identidade”. Tal vitória se soma a outras, tais como a suspensão, por liminar, do ministro Luís Roberto Barroso, do “Escola Livre”, em Alagoas — versão estadual do Projeto Escola Sem Partido -, e também a histórica decisão que equiparou a homofobia ao crime de racismo.

<sup>12</sup> Cf. Tavares, 2019.

Judiciário, o Ministério Público, governos estaduais e municipais (chegaram a ser apresentados, quase que com a mesma redação, mais de 120 projetos de lei nesse sentido), a bancada evangélica, as capilarizadas igrejas pentecostais e neopentecostais, inclusive com apoio das frações direitistas da igreja católica. Na campanha de Bolsonaro, foi perceptível a difusão dessas concepções por parte de frações burguesas vinculadas, sobretudo, aos grandes comerciantes e setores conservadores do campo.

Nos EUA, as agendas morais (ideologia de gênero) nem sempre convergiram com os artefatos da guerra cultural (negacionismo, afinidades com o fascismo, supremacia branca, táticas de confrontos verbais a partir do mundo plano das *fake news*, recusa de qualquer confronto baseado em premissas racionais) propagada especialmente por Steve Bannon (Alexander, 2018). No caso brasileiro, a tradução do método Bannon se deu por seu intérprete local, o astrólogo-“filósofo” adepto dessa guerra cultural. Tais ideias coexistiram com as iniciativas do Escola Sem Partido, sobretudo na mobilização da base social bolsonarista contra o “marxismo cultural”, requalificando os propósitos da ESP, inseridos, cada vez mais, no escopo neofascista.

Na campanha de Bolsonaro, tais ideologias foram propagadas pelo *olavismo* (a rigor, a partir de *think tanks* ultradireitistas) e, em virtude da estratégia eleitoral, pelas diversas correntes religiosas que apoiaram sua campanha, focadas na chamada “ideologia de gênero”. O discurso bolsonarista não deixa de ser uma mistura de preceitos da guerra cultural com a pauta da ideologia de gênero ardorosamente defendida pelo movimento ESP. Tanto a pauta da guerra cultural (em suas duas dimensões, econômica e ideológica) como a do ESP foram modificadas. É essa agenda *fuzzi* que chegou aos gabinetes da presidência da República, do Ministério da Educação, do Meio Ambiente, da “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, das Relações Exteriores, e, mais precisamente, por todos os poros do governo Federal. O movimento original do ESP, nesse sentido, foi em grande parte fagocitado pelo aparato da guerra cultural orientado pelo objetivo estratégico mais ousado da construção de rupturas que propiciam o neofascismo. Desse modo, o ESP foi tragado pela nova dinâmica ideológica, alavancado pelas ferramentas de comunicação do bolsonarismo e impulsionado por inequívoco poder material. Esse ideário, ao estar presente nos atos de governo, conformam as bases que estão pavimentando a transformação do ideário neofascista em um governo assim definido.

Embora já sugerido, é necessário deixar melhor sistematizado o que este capítulo compreende como os dois grandes braços da guerra cultural: o ideológico, que se insurge contra o Iluminismo (abordado nos parágrafos anteriores), e o econômico, ultraneoliberal em confronto com a herança da Revolução Francesa, especialmente pela associação entre a liberdade civil e a igualdade social. Esta ligação — liberdade e igualdade — requer políticas efetivas em prol da garantia de determinados “direitos sociais”, como legislação trabalhista, previdência social, educação pública, saúde pública, moradia e transporte, reforma agrária, assistência social em geral. No caso brasileiro, a supressão desses direitos pressupõe a inviabilização definitiva da Constituição Federal de 1988.

Com efeito, a pauta do ESP — anticientificista, dogmática, fundamentalista, informada por preceitos das alas mais reacionárias da “bancada evangélica” e de segmentos empresariais de extrema direita — assume, a partir do governo Bolsonaro, outra configuração, inserida na lógica da guerra cultural (com seus dois braços) e informada pelo ideário neofascista.

Tudo seria diferente se a guerra cultural não tivesse adeptos muito convictos nas Forças Armadas. As ameaças, imprecisões, xingamentos, seriam “tigres de papel” sem a alargada presença militar no governo Bolsonaro; militares que, por ideologia e formação, trabalham com a lógica do inimigo interno tão caro à guerra cultural.

Infelizmente, o que está acontecendo agora é a constatação de que essa categoria de “inimigo interno” nunca desapareceu da mente de certos setores militares. De fato, essa visão de uma sociedade em guerra contra setores que por sua natureza ameacem a ordem social e política nunca desapareceu, nem da visão de mundo dos militares, nem nos ensinamentos militares desde o final da ditadura. Essa sobrevivência de uma visão de mundo muito marcada pela guerra fria e de um mundo ocidental ameaçado pelo comunismo e pela subversão foi reforçada pela teoria do “marxismo cultural”, uma invenção da direita norte-americana dos anos 1970 e popularizada nos anos 1990, que progrediu muito mais fortemente nas Forças Armadas brasileiras do que a gente tinha imaginado. (Chirio, 2020).

Ainda nas palavras da historiadora Maud Chirio:

É a percepção dos diversos movimentos sociais e culturais de juventude, de negros, de indígenas, de mulheres, de artistas, de contatos com outras organizações internacionais como novos rostos do comunismo. Essa nova teoria se integrou com a visão antiga de um inimigo político comunista para construir uma percepção da realidade social onde qualquer mobilização popular é um ato de guerra. O fato de que, atualmente, depois de duas manifestações pacíficas, certos generais que fazem parte do Executivo, considerem que existe uma situação insurrecional é a consequência lógica dessa sobrevivência de uma percepção de guerra fria consolidada por novas teorias da ultra-direita ocidental, que considera que um jovem negro na rua é subversão, uma mulher negra na rua é insurreição e até uma associação de LGBT é, de certa maneira, já uma revolução comunista. E isso não é uma perspectiva que exagera a radicalidade dessa linha política. É exatamente o que já existe na ultra-direita militar e que foi consolidado como uma espécie de unanimidade militar atualmente. (Idem).

Isso significa que, para muitos militares, a perspectiva de Donald Trump, de Steve Bannon e da extrema direita dos EUA expressa uma concepção democrática, pois advém da nação, que melhor representaria esse regime de governo. Os temas da laicidade, do secularismo, das possibilidades abertas pela ciência, das lutas dos povos, nesse prisma direitista, são processos atualizados nas lutas “*Black Lives Matter*”, no novo feminismo, nos enfrentamentos Antifa, nas manifestações pelo clima, nas greves dos educadores e dos sindicatos em geral e na participação política dos imigrantes, especialmente latinos, a exemplo da deputada Alexandria Ocasio-Cortez e do movimento Socialistas Democráticos da América. Em 28 de junho de 2020, Donald Trump “retuitou” uma exortação de um apoiador em prol do *White Power* (supremacia branca).<sup>13</sup> A extrema direita responsabiliza as universidades por serem celeiros da formação dessa esquerda. Um leitor brasileiro não terá dificuldade para encontrar nessa leitura as diatribes do ex-ministro da educação Weintraub. Ciente das expectativas de sua claqué, o último ato de Weintraub no governo foi revogar uma Portaria que induzia a constituição de cotas sociais e raciais na pós-graduação brasileira, reafirmando valores da supremacia branca.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. Kennedy, 2020.

<sup>14</sup> Portaria MEC n. 545, de 16 de junho de 2020. Revoga a Portaria Normativa MEC n. 13, de 11 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-262147914>>.

A educação foi concebida como uma importante casamata da guerra cultural. Com os repertórios que dispunham, frágeis e muitas vezes toscos e ridículos, os operadores do governo Bolsonaro na área tentaram desconstruir bases do patrimônio herdado do Iluminismo, como a liberdade de cátedra, incentivando ataques cibernéticos e ameaças a professoras/es; prometendo retaliar orçamentariamente as universidades que, conforme as fabulações do ex-ministro, pensam diferente; alterando o financiamento da pesquisa, em detrimento das ciências sociais e das humanidades; atacando, por meio do presidente, e de seu então ministro da Educação, as universidades e as ciências sociais. Como no período clássico, buscaram fortalecer a militarização da educação (instaurando as escolas militares), a exemplo da militarização das escolas efetivadas pelos ministros da Educação de Mussolini, De Vecchi, e de Hitler, Bernhard Rust, nas Napolas.

O intento de refuncionalizar as universidades para ajustá-las ao padrão de acumulação neoliberal e capitalista dependente, por meio do Future-se (Giolo; Leher; Sguissardi, 2020), é coerente com os preceitos da guerra cultural que, como visto, possui um braço ultraneoliberal. No Brasil não está em curso nenhuma política geral explicitamente racista (a Constituição Federal proíbe, e existe legislação que tipifica o racismo como crime), no sentido de impedir a presença de determinadas etnias nas escolas por meio de um ato legal, como na Itália e na Alemanha. Isso não significa que o governo brasileiro não tenha uma política racial negativa. As cotas foram definidas como “coitadismo”, sendo permanentemente atacadas, inclusive por meio de caricaturas da imagem dos estudantes como drogados, pervertidos sexuais, baderneiros etc. Finalmente, ao ser exonerado, o então ministro da Educação avançou no racismo institucional revogando uma portaria que dispunha sobre cotas na pós-graduação, medida que acabou sendo revertida.

Os servidores das instituições educacionais federais, diferente da Itália e da Alemanha, não estão associados a sindicatos fascistas, ao contrário. Seus sindicatos são abertamente antifascistas. As entidades que representam as instituições e os pesquisadores estão em confronto com as orientações do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações. Não há condições de exigir dos professores lealdade ao regime político do governo, mas é preciso lembrar que, na Itália, Mussolini somente logrou condições institucionais para isso três anos após sua posse. Ademais, o governo

brasileiro tem buscado fragilizar as formas de contratação de servidores por meio de contratos precários via organizações sociais e outras modalidades de terceirização, mas, por hora, as resistências prevaleceram.

Em artigo anterior, busquei algumas sínteses sobre as medidas que se coadunam com o neofascismo e que seguem atuais:

Compõe a mesma nervura a destituição de cientistas renomados de suas funções por motivos políticos, a exemplo da exoneração do professor Ricardo Galvão do INPE. A extinção e descaracterização dos principais conselhos e diretorias de órgãos públicos que contam com a presença da comunidade científica, o sufocamento orçamentário e as mudanças no organograma do aparato de ciência e tecnologia são partes desse projeto. O discurso que pretende legitimar essas investidas está difundindo um novo senso comum no qual a ciência é ressignificada como ficção verbal: escravidão no Brasil, holocausto, mudanças climáticas, etnografia de povos indígenas, os exemplos são tantos; em síntese, os fatos científicos são desqualificados como narrativas influenciadas pelo “marxismo cultural”, conforme as concepções que materializam a ideologia do “Brasil acima de tudo”. (Leher, 2020).

Esse projeto de Nação, o núcleo dirigente do governo sabe, somente será viável silenciando as universidades federais e os institutos de pesquisa. Com instituições públicas autônomas, comprometidas com a ética na produção do conhecimento, dedicadas à produção de conhecimento original, validado pelo campo científico, não será possível submeter a ciência brasileira aos dogmas que sustentam as bases culturais e “científicas” do projeto em curso no país. (Idem).

Coerente com esses objetivos, o presidente e seu ministro da Educação tentaram impor, no período da pandemia, reitores biônicos, de livre nomeação pelo presidente;<sup>15</sup> seguiram firmes na desconstituição do aparato de ciência e tecnologia, não apenas encolhendo seus recursos a um patamar que sequer permite o custeio mínimo, mas interferindo, aberta e explicitamente, nas

---

<sup>15</sup> Medida Provisória n. 979, de 9 de junho de 2020. Dispõe sobre a dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19, de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-979-de-9-de-junho-de-2020-261041611>>.

prioridades de pesquisa, chegando ao ponto de impedir bolsas de iniciação científica para as áreas sociais. Em comparação com 2015, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) teve uma redução de mais de 10 mil bolsas. A Emenda Constitucional n. 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal, e a crise severa agravada pela pandemia anunciam tempos difíceis para as áreas de educação, ciência e cultura.

Tempos de crise econômica, como no período do fascismo clássico, são compreendidos como oportunidades para implantar as pautas contrarreformistas e direitistas. É certo que a história não se repete. O Estado não será o alicerce de uma política cultural para formar fascistas a partir de um forte aparato estatal, por meio de escolas centralizadas nacionalmente, como na Alemanha nazista. O intento do governo de interferir na área educacional encontra óbices por parte de frações dominantes que não abrem mão de formar “os seus trabalhadores” nos termos da ideologia do capital humano. Seus fortes e organizados APHe têm impedido o avanço da política governamental tal como desejada pelos fundamentalistas no Ministério da Educação.

A pressão das corporações privadas/mercantis pode robustecer um dos braços da guerra cultural, o braço econômico ultraneoliberal que, como se sabe, possui nexos de classe fortemente entranhados no governo Bolsonaro. O quanto os interesses econômicos dessas grandes organizações educacionais irão incorporar do braço ideológico da guerra cultural é, no atual momento, de difícil previsão, pois, a rigor, até então, o grosso da política educacional estava a cargo do braço ideológico com escassa interação com o braço econômico. A partir da exoneração de Weintraub é possível que estejam em curso mudanças que permitirão melhor interação entre os referidos braços econômico e ideológico da guerra cultural.

Com efeito, o presente texto foi concluído quando, após ter feito ameaças aos ministros do STF, Abraham Weintraub foi exonerado, em um contexto no qual o governo Bolsonaro sofreu um duro golpe. Após um ano fugindo de depoimentos, Fabrício Queiroz, o personagem que era um dos braços de Bolsonaro, com importantes conexões com esquemas milicianos, notadamente de Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe do Escritório do Crime, foi preso em uma residência do advogado de Flávio Bolsonaro e também do presidente da República, Frederick Wassef. Fabrício Queiroz operou o esquema de repasses de parte da remuneração dos funcionários do gabinete do hoje senador Flávio

Bolsonaro (que, quando deputado estadual, empregava a mãe e a mulher do miliciano Adriano) para fins não lícitos.<sup>16</sup> Subitamente, Bolsonaro tem afirmado ser um ardoroso adepto da democracia, o que mantém um quadro de indeterminação, pois, na ótica peculiar do presidente, silenciar a oposição pode ser um gesto em prol da democracia.

Não é possível e prudente postular que esse movimento, evidentemente tático, envolve outra estratégia do estado maior do capital e, conseqüentemente, dos organizadores políticos das Forças Armadas. O cenário de agravamento da crise econômica e social, associado às conseqüências devastadoras da pandemia, provoca incertezas. Desde o golpe de 2016 está explícito que o bloco de poder não trabalha com um cenário neokeynesiano que envolva a incorporação parcial de demandas sociais; o custo das medidas econômicas da pandemia afasta, ainda mais, essa via. A hipótese mais provável é a intensificação da exploração do trabalho, o que requer ainda maior desregulamentação dos direitos trabalhistas, maior repressão sobre as lutas das/dos trabalhadoras/es, em resumo, aprofundamento da autocracia.

O quanto essa autocracia incorporará o *ethos* neofascista é uma pergunta que somente a luta de classes poderá equacionar. As experiências históricas confirmam que não é possível deixar o ovo da serpente se aninhar e, menos ainda, eclodir e se criar. A frente única dos trabalhadores antifascistas e em prol da democracia terá de assumir real protagonismo nas frentes democráticas que envolvem setores burgueses e pequenos burgueses para romper com o círculo de giz que pretende aprisionar o conhecimento aos preceitos burgueses e do ultraneoliberalismo que tentam se conformar, ainda que com crise, em todo mundo.

---

<sup>16</sup> Cf. Azevedo, 2020.



## REFERÊNCIAS

- AGOSTINE, Cristiane. Depois de apoiar novo AI-5, Eduardo Bolsonaro diz que governo não permitirá protestos como os do Chile. *Valor*, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2019/10/31/depois-de-apoiar-novo-ai-5-eduardo-bolsonaro-diz-que-governo-no-permitir-protestos-como-os-do-chile.ghtml>>.
- ALENCAR, Kennedy. Trump divulga vídeo com lema da supremacia branca. *UOL*, 28 jun. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2020/06/28/opiniaotrump-divulga-video-com-lema-da-supremacia-branca.htm>>.
- ALEXANDER, Jeffrey C. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1.009-1.023, dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752018v8310>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- AZEVEDO, Reinaldo. Acreditem, caros! Devemos ser gratos por Bolsonaro e Queiroz serem quem são. *UOL*, 22 jun. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/06/22/fabricio-desmoraliza-golpismo-ou-forcas-armadas-entronizarao-as-milicias.htm?>>.
- BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos. (Org.). *Escola sem Partido ou escola da mordaca e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- BOTELHO, Maurílio Lima. Epidemia econômica: Covid-19 e a crise capitalista. *Blog da Boitempo*, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/02/epidemia-economica-covid-19-e-a-crise-capitalista/>>.
- BORON, Atilio. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. *Brasil de Fato*, 2 jan. 2019 (originalmente publicado em *Página 12*). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>>.
- BRAY, Mark. *Antifa: manual antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- CAPETTI, Pedro; MELLO, Bernardo; MOTA, Alexandre. Auxílio chega a rincões antibolsonaro. *O Globo*, 27 jun. 2020, p. 6.

- CHIRIO, Maud. Carta de Paris: “Mourão e Bolsonaro têm o mesmo projeto político”. Entrevista cedida a Leneide Duarte-Plon. *Carta Maior*, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cartas-do-Mundo/Carta-de-Paris-Mourao-e-Bolsonaro-tem-o-mesmo-projeto-politico-/45/47790>>.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Um ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- GIELOW, Igor. Apoio à democracia sobe e bate recorde em meio a ameaças de Bolsonaro. *Folha de São Paulo* (O que foi a ditadura?), 28 jun. 2020, p. 2.
- GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Vladimir. *Future-se*: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020. Disponível em: <<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>>.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol. Hacia una teoría materialista del estado. In: BONNET, A.; PIVA, A. (Org.). *Estado y capital*. El debate alemán sobre la derivación del Estado. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017.
- HORTA, José Silvério Baia. A educação na Itália fascista (1922-1945). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 19, p. 47-89, jan./abr. 2009.
- KERSHAW, Ian. *Hitler*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LEHER, Roberto. Democracia e autonomia universitária. Medida Provisória da escolha de reitores é parte da guerra cultural em curso. *O Globo*, 27 jan. 2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-matematica/post/democracia-e-autonomia-universitaria.html>>.

- MANN, Thomas. *Ouvintes alemães!*: discursos contra Hitler (1940-1945). Tradução: Antonio Carlos dos Santos e Renato Zwick. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- MARANTZ, Andrew. Studying Fascist Propaganda by Day, Watching Trump's Coronavirus Updates by Night. *New Yorker*, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/news/news-desk/studying-fascist-propaganda-by-day-watching-trumps-coronavirus-updates-by-night>>.
- MATTOS, Marcelo B. *Governo Bolsonaro*: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020 (no prelo)
- MÜLLER, Bruno Frederico. Porque o bolsonarismo é um fascismo. Entendendo Bolsonaro. *UOL*, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/06/30/por-que-o-bolsonarismo-e-um-fascismo/?>>.
- PAULANI, Leda Maria. Perdas internacionais. *A terra é redonda*, 16 fev. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/perdas-internacionais/>>.
- SANCHES, Mariana. “Não se assustem se alguém pedir o AI-5”, diz Guedes sobre Lula chamar “povo pra rua”. *BBC News*, 26 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50554563>>.
- SOUZA, Josias de. Heleno vê “chantagem” do Congresso e aconselha resposta: “Foda-se!”. *UOL*, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/02/19/heleno-ve-chantagem-do-congresso-e-aconselha-resposta-foda-se.htm>>.
- TAVARES, Viviane. Escola sem Partido volta à discussão na Câmara Federal em 2020. *EPSJV-FIOCRUZ*, 13 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-volta-a-discussao-na-camara-federal-em-2020>>.
- VILARINS, Thiago. População produtiva não tem trabalho. *O Liberal*, 28 jun. 2020, p. 2.

# OBSERVAÇÕES SOBRE O PROJETO GEOPOLÍTICO MUNDIAL DE CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO

ANITA SCHLESENER

*É destino que a morte da burguesia coincida também com o desaparecimento de todos os valores de moralidade e de coragem. Neste sentido, os fascistas são bons agentes funerários*

[ GRAMSCI, 1978B, P. 191 ]

O objetivo deste trabalho é levantar alguns aspectos do projeto geopolítico mundial que se instaurou a partir da década de 1970, caracterizado por uma reestruturação econômica com suporte político e ideológico, com o objetivo de superar a grave crise que enfrentava a economia mundial e seus desdobramentos no Brasil. Esta reestruturação teve como base ideológica o ideário neoliberal formulado na década de 1940 e aprimorado no curso dos anos. Como base política tem-se a articulação deste ideário com a retomada do conservadorismo na forma ultrarreacionária do fascismo, cujas características tentaremos explicitar enquanto um fenômeno mundial em ascensão que tem como objetivo acirrar a violência e a exclusão social, dando novas dimensões à luta de classes.

Conforme Losurdo (2015, p. 342), definir luta de classes implica esclarecer as ambiguidades deste conceito, principalmente quando se trata de distinguir a posição crítica do populismo ascendente. O autor retoma os escritos de Simone Weil para acentuar que se pode “falar de luta de classes só quando o

enfrentamento é entre os poderosos e ricos de um lado e os humildes e pobres do outro”. Weil entende a luta de classes como um “imperativo moral que impõe o término das relações sociais que implicam o aniquilamento da dignidade humana”. Ora, as políticas neoliberais aliadas ao neofascismo servem para levar ao extremo a exploração do trabalho com a degradação e a humilhação dos trabalhadores. A luta de classes toma assim uma nova dimensão: é uma luta política e cultural que tem como objetivo “capturar a subjetividade” do trabalhador (Dias, 2014) a fim de naturalizar a exploração e a opressão.

Nem sempre a luta de classes se apresenta como conflito aberto, ao contrário, na medida em que se afirma pela formação da subjetividade, ela se torna latente, com uma força cotidiana na formação do modo de pensar comum, modificando conceitos e gerando a crença de que é possível um acordo com os dominantes. A linguagem comum contribui para a formação desta crença, na medida em que ordena e legaliza relações, mascara conflitos e faz com que as relações sociais percam a sua historicidade aparecendo como “naturais”. A questão central é entender que a linguagem não é neutra, mas é essencialmente política.

Dias (2014, p. 25) acentua que a “esquerda, ao viver o modo burguês, acabou por perder seus referenciais classistas, tornando-se, ela própria, burguesa”. E a desatenção ao caráter ideológico da linguagem muito contribuiu para isso. “Não se fala mais em miséria, mas em exclusão”, e esta compreensão altera a posição política. “Para uma grande parte da esquerda a luta não é mais pelo controle dos instrumentos de produção, qualquer que seja seu âmbito, mas por formas de ‘inclusão’ social na ordem do capital.”

Este trabalho introdutório que apresentamos aqui visa a esclarecer as articulações entre neoliberalismo e neofascismo (que retornou ao cenário político com novas características e com maior virulência) a fim de entender algumas situações surreais que são vividas no Brasil neste início de século XXI. Uma situação que se anunciava já nos escritos de Adorno (1997; 2010) sobre a cultura de massa e a personalidade autoritária ou as estratégias ideológicas de formação de consenso elencadas por Gramsci (1978a), retomado por Pasolini que, até 1973, denunciava a aliança que se consolidava entre capitalismo multinacional e fascismo. Uma aliança necessária para o desenvolvimento de uma sociedade que mercantilizou todas as relações e que “não se contenta mais com ‘um homem que consome’, mas pretende que não seja concebível outra ideologia que não aquela do consumo” (Pasolini, 1990, p. 23).

Os movimentos reacionários apoiam-se no que denominam cultura ou tradição, aproveitando-se da ambiguidade destes conceitos, dando-lhes um significado moral (ou moralista, anacrônico), com traços essencialmente repressivos. São discursos e ações que beneficiam as classes dominantes no seu projeto de manutenção da hegemonia, agora com uma ampliação de sua dimensão ideológica.

## **Aspectos gerais das novas alianças políticas mundiais**

O século XX se caracterizou por disputas geopolíticas que redefiniram, em parte, as relações de poder e o controle da economia mundial, com a China despontando como a nova força hegemônica. A divisão dos espaços de dominação gerou a possibilidade de novos conflitos entre os interesses capitalistas. A potencialidade destes conflitos levou a reconfigurar a ação política dos Estados, mesmo aqueles de periferia. Conforme Rosa Luxemburg (1984, p. 28), o “capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas”, de modo a extrair matéria-prima e manter um mercado cativo. Os países de periferia, agora denominados de economia emergente, são alvos da disputa geopolítica e pela hegemonia econômica mundial.

As colocações de Rosa são importantes para se entender as novas formas e dimensões do imperialismo, com as novas estratégias de expropriação capitalista com o neocolonialismo, que continua a garantir estas relações. Trata-se de uma combinação macabra que articula uma política econômica neoliberal com a retomada e o recrudescimento do ideário fascista. Gramsci (1978a) já acentuava que, para conquistar ou manter a hegemonia, os grupos dominantes usam a estratégia da absorção dos grupos subalternos, o que se produz pela veiculação da ideologia, que inviabiliza a formação de uma consciência histórica de seus movimentos, inviabilizando a realização de seus projetos políticos. Este instrumento tem sido ampliado com as novas tecnologias de comunicação de massa.

Cabe retratar, em linhas gerais, o caminho percorrido: a reestruturação econômica que se iniciou na Europa e nos EUA, por volta de 1970, estendeu-se mundialmente acompanhada de uma grande expansão dos mercados impulsionada

pela inserção de novas tecnologias no processo produtivo e de comunicação de massas, mudanças que privilegiam as grandes corporações com o capital cada vez mais concentrado nas mãos de poucos e reduzem a população trabalhadora a um empobrecimento geral.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o elo entre neoliberalismo e neofascismo se acentuou em âmbito mundial, com o objetivo claro de ampliar as formas de extração da mais-valia e concentração do capital. O projeto econômico, político e ideológico das classes dominantes se apresenta como uma nova estratégia de acumulação capitalista, que se vale da internacionalização do capital, com o auxílio do conhecimento socialmente produzido e apresentado na forma de novas tecnologias de produção e de comunicação, que favorecem as grandes corporações transnacionais.

O neoliberalismo, conforme o estudo de Dardot e Laval (2016), intitulado *A nova razão do mundo*, afirma-se como uma ideologia que forma o modo de pensar comum e que dá sustentação a uma política econômica perversa que se contrapõe frontalmente à democracia. Trata-se de uma racionalidade política e social sustentada por uma nova lógica normativa condizente com os interesses da globalização e da financeirização do capital. Entre seus objetivos se coloca a reforma do Estado com nova regulamentação trabalhista e fim dos direitos sociais, o fortalecimento do individualismo e do empreendedorismo individual.

Conforme Dardot e Laval (2016, p. 71), o neoliberalismo nasceu a partir do “Colóquio Walter Lippmann” realizado em Paris, em 1938, “no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual”, com o objetivo de debater a crise do liberalismo, bem como responder às “políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas” do chamado Estado do Bem-Estar Social.

Esta nova política apresenta um novo ordenamento do “exercício do poder governamental”, que “dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias e comportamentais”, atribuindo ao Estado a “função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio officioso com grandes oligopólios” a fim de “criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados à lógica do mercado” (Dardot; Laval, 2016, p. 191).

Este ideário coincide com a expansão das grandes corporações transnacionais que, na atual fase de financeirização do capital, tornaram-se os “novos Leviatãs” que concentram o conhecimento e o poder econômico, controlando

a política dos Estados nacionais de acordo com seus interesses de exploração e expropriação das classes trabalhadoras (Boron, 2001, p. 173). Estas grandes corporações não apresentam alguma preocupação com a civilidade ou mesmo com a existência das populações periféricas, utilizando, em defesa dos seus interesses econômicos, as mais cruéis formas de exploração e de expropriação. As estratégias neoliberais unem “a exclusão — econômica, social e política — estruturalmente gerada pela recomposição neoliberal do capitalismo à decadência das instituições da democracia representativa” (Boron, 2001, p. 174).

Tais estratégias e práticas, para serem concretizadas, pressupõem uma formação ideológica continuada que se efetiva na retomada de hábitos e costumes tradicionais, principalmente no fortalecimento dos laços familiares e no casamento monogâmico, na retomada da educação tradicional conservadora, no fundamentalismo religioso e na naturalização da desigualdade social com a defesa da meritocracia. Os defensores deste ideário não escondem que a democracia, enquanto participação popular consciente, torna-se um entrave para a expansão do capital.

Este novo mecanismo de expansão capitalista tem impactos avassaladores sobre as classes trabalhadoras, reduzidas a uma situação aviltante que se traduz na redução de salários, no desemprego estrutural, na desregulamentação trabalhista com perdas de direitos trabalhistas e sociais, na desestruturação dos sindicatos e na reconfiguração do trabalho nas suas formas intermitente e precária, na violência cotidiana e no preconceito racial, frutos de uma tradição histórica que o neofascismo só faz recrudescer. A violência urbana expressa na repressão policial tem sido o meio de enfrentar o problema social da miséria, e a repressão violenta e sistemática no meio rural contra os movimentos sociais e as populações indígenas acontece com a conivência do Estado, que deveria proteger e garantir a vida dessas populações.

O ideário neoliberal, a partir de seus pressupostos teóricos, pode muito bem articular-se com o neofascismo num momento de crise e de tentativa de sua superação. A democracia torna-se secundária nesta dinâmica do capitalismo diante dos interesses de preservação da propriedade dos meios de produção e de expansão do capital. O modo de produzir a vida nesta sociedade é o modo de produzir e intensificar a desigualdade social; para tanto, torna-se necessário intensificar o discurso ideológico para convencer as massas de que tal situação é natural.



Identificar os traços do neofascismo se torna de fundamental importância para explicitar as novas configurações da luta de classes. Na leitura de Gramsci (1978a, p. 912), o nascimento do fascismo italiano se explica a partir das contradições internas do capitalismo, da dificuldade das classes dominantes de superarem a crise hegemônica a que haviam reduzido o país, crise que se consolidava no levante das massas até então passivas e que passavam a se mobilizar, inicialmente de forma caótica e espontânea e, aos poucos, organizando-se como vontade coletiva. De Felice (1978, p. 214) retoma Gramsci para acentuar as características do movimento ultraconservador como “‘forma’ de revolução passiva”, que precisa ser entendida no contexto “da transformação dos instrumentos políticos e institucionais de direção e de domínio” e “não pode ser separada da apropriação de um processo internacional”. O fascismo italiano precisa ser entendido como “expressão específica, historicamente determinada, de um processo mundial” (De Felice, 1978, p. 211).

De Felice (1978, p. 215) destaca ainda a importância das análises de Gramsci: “O fascismo é visto por Gramsci como um aspecto e um elemento da dissolução do Estado liberal, enquanto parte do desenvolvimento da sociedade civil e expressão da insubordinação da pequena-burguesia”, o que o torna um “instrumento para reconstituir sobre novas bases a dominação dos latifundiários e dos industriais questionada pela ofensiva operária”.

Esta compreensão nos permite fazer relações com o que chamamos atualmente de neofascismo e, para esclarecer, retomamos Umberto Eco (2019, p. 33-34), que nos lembra que “ocorre com a noção de ‘fascismo’ aquilo que, segundo Wittgenstein, acontece com a noção de ‘jogo’, com muitas aplicações conforme a significação mais adequada ao momento”. A primeira característica que pode aproximar o reacionarismo atual ao fascismo clássico é o culto da tradição levado às raias de um irracionalismo. A ele se alia o sincretismo cultural resultante da combinação de crenças e práticas variadas: a “verdade já foi anunciada uma vez por todas e nós podemos apenas continuar a interpretar a sua obscura mensagem”. E “é suficiente olhar o programa de qualquer movimento fascista para encontrar os principais intelectuais tradicionalistas”.

“O tradicionalismo implica a refutação do modernismo”, embora contraditoriamente demonstrem adoração pela tecnologia (Eco, 2019, p. 36). Não perceber as contradições faz parte da posição sincrética e irracional, que não pode aceitar nenhum pensamento crítico, de tal forma que os fascistas têm “medo

da diferença”. O primeiro recurso de um movimento fascista, a primeira ação, é contra os que pensam ou agem diferente, além se ser “racista por definição”.

Eco (2019, p. 42) aponta ainda o nacionalismo e o elitismo como características típicas desta “ideologia reacionária e fundamentalmente aristocrática”. A estes elementos se alia o chamado “populismo”, que encontra na democracia representativa a base essencial para expandir-se: numa “democracia os cidadãos gozam de direitos individuais, mas o conjunto dos cidadãos possuem um impacto político apenas do ponto de vista quantitativo (segue-se a decisão da maioria)”. Para o fascismo, não é o indivíduo, mas o povo que é “concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime a ‘vontade comum’”, da qual o líder pretende ser o intérprete. Com a expansão dos meios de comunicação de massa e a manipulação ideológica que tais meios possibilitam, o povo torna-se uma “ficção teatral” (Eco, 2019, p. 45-46).

Ainda conforme Eco (2019, p. 39), o fascismo estimula a “frustração individual e social”, que se traduz no “chamamento das classes médias frustradas”, incomodadas pelas crises econômicas ou humilhações políticas e “assustadas com as pressões dos grupos sociais subalternos”. Como a frustração tem base emocional, pode se transformar em ressentimento e ódio. Maria Rita Kehl (2015) analisa o ressentimento como sintoma social que não se refere apenas à psicanálise, mas apresenta um significado político profundo. A presença do ressentimento na cultura política brasileira manifesta-se ao menos em dois aspectos: “primeiro, como efeito de séculos de autoritarismo paternalista, que geraram a expectativa popular de que os líderes tenham o poder e a obrigação de ‘resolver’ os problemas” sociais; segundo, esta expectativa produz uma passividade política que impede “grande parte da população de engajar-se como agentes da ação política” (Kehl, 2015, p. 36).

No caso da realidade política brasileira, os rastros do passado autoritário e repressivo se manifestam na formação do senso comum, na concepção tradicional conservadora reforçada pela emergência do evangelismo pentecostal na forma de um fundamentalismo religioso que resgata o que resta de mais reacionário da nossa formação histórica. Neste contexto, os germens do neofascismo encontram um solo fértil para se expandir.

As características do neofascismo podem ser articuladas às leituras que autores das ciências sociais e políticas apresentam sobre o contexto de disputa geopolítica e hegemônica que acontece a partir de 1980 e que marca este início

de século: Engdhal (2016, p. 249), em seu livro *The lost hegemon: whom the gods would destroy*, analisa as estratégias estadunidenses para redefinir o espaço geopolítico mundial em favor dos seus interesses hegemônicos, intenção que se explicita já na doutrina do “Destino Manifesto”. As investidas dos EUA no Oriente Médio e, principalmente, sua interferência no processo denominado Primaveras Árabes ocorreram por interesses econômicos de expansão territorial e de garantia de uso indeterminado do petróleo. O poder e a crueldade das elites, na disputa internacional e na ocupação de territórios, manifestam-se de modo claro, “neste início do século XXI”, no intuito de “reintroduzir uma nova era de trevas, superstições, medo, ódio, morte e destruição”.

O neofascismo ascende num momento em que se redefine a estrutura geopolítica mundial e o neocolonialismo assume novas faces, reabilitando “categorias que, depois da trágica experiência do nazismo e do fascismo, pareciam enterradas sob descredito geral” (Losurdo, 2015, p. 276).

Na leitura de Paxton (2007, p. 358-359), o “fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade”, firmando-se na atuação de um “partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados”, em cooperação “eficaz com as elites tradicionais”, repudiando as “liberdades democráticas” e perseguindo “objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora”, sem submeter-se a princípios “éticos ou legais de qualquer natureza”.

Uma das características mais marcantes do neofascismo principalmente no contexto europeu é a xenofobia e o racismo, o ódio violento ao estrangeiro, ao imigrante do oriente, que vem de uma cultura desconhecida e ameaça os valores e costumes tradicionais. Menos que a violência corporal, a violência simbólica é o instrumento usado para denegrir, humilhar e desprezar, com palavras e ações que se intensificam na medida do medo da islamização.

Essas características se apresentam na realidade brasileira como parte de uma tradição autoritária da qual nunca se fez o inventário e que é incentivada pelas investidas estadunidenses na América Latina para desestabilizar os governos populares instituídos. Desde o 11 de setembro, tais investidas recrudesceram nos países periféricos. Conforme Engdhal (2016, p. 249), criminalizar o Islam foi o resultado mais imediato, mesmo sabendo-se que a “morte e a destruição não foram devidas à estupidez dos planejadores de Washington”. A estratégia

central se caracterizou na guerra de religiões. No caso da América Latina, a atuação do evangelismo pentecostal faz a parte da formação ideológica, aprisionando as classes populares ao horizonte ideológico desejado para a concretização da política.

A aliança entre neoliberalismo e neofascismo se exterioriza nos costumes e preconceitos que afloram no âmbito das relações políticas, no ódio ao diferente e na ameaça de morte que se expressa com a maior naturalidade, fruto de nossa história autoritária e de uma educação repressiva, que se manifesta nas relações familiares e nas crenças religiosas de determinados grupos sociais. Neste quadro, a xenofobia, característica do fascismo europeu e que eclode no ódio violento aos estrangeiros e imigrantes, articula-se ao nacionalismo que, no caso das grandes migrações do século XXI do Oriente para a Europa, serve como contraponto ideológico para enfrentar a crise orgânica do capitalismo.

No Brasil se manifesta na explosão do preconceito racial, no ódio às mulheres, articulado à valorização da família tradicional num discurso medieval de submissão e obediência que se traduz no aumento do feminicídio. O culto irracional à tradição mais conservadora, com apologia à violência, se expressa na negação da liberdade feminina arduamente conquistada na modernidade; aliado a este discurso, a tentativa de desarticular movimentos sociais aparece claramente como um projeto de luta de classes, que pretende destruir todos os elos de solidariedade e de vontade coletiva que se vinham construindo no Brasil. Por isso, se pode acentuar que a luta contra o fascismo é o acirramento da luta de classes, da luta anticolonialista nesta fase de expansão do capital, mas é fundamentalmente uma luta feminista, antimisógina, por uma educação emancipadora.

Institui-se um tempo de barbárie que Gramsci definiu primorosamente na epígrafe que colocamos acima: “É destino que a morte da burguesia coincida também com o desaparecimento de todos os valores de moralidade e de coragem. Neste sentido, os fascistas são bons agentes funerários” (Gramsci, 1978b, p. 191). A violência ostensiva, incentivada por governantes que semeiam o ódio de classe; a violência psicológica cotidiana na forma de educação repressiva e de submissão da mulher e da criança; o recrudescimento do feminicídio e do encarceramento de pobres e negros, exibem as chagas de uma sociedade doente, que se alimenta do ódio e da morte.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicados em 2019 mostram que a renda média do trabalho de 1% dos mais ricos no Brasil

é 34 vezes maior que o rendimento mensal da metade mais pobre do país. “As informações são do módulo Rendimento de Todas as Fontes, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)” divulgada em 16 de outubro de 2019. A pesquisa também revelou que “10% da população mais pobre detém 0,8% da massa de rendimento, enquanto os 10% mais ricos concentram 43,1% dessa massa” (IBGE, 2019). Esses dados demonstram o aprofundamento da desigualdade social nos últimos anos, fruto de políticas econômicas que privilegiam a classe mais rica da população.

As medidas antissociais do governo, que retiram direitos fundamentais garantidos pela Constituição de 1988, trazem o Brasil de volta ao mapa da fome, do aumento do desemprego formal, do trabalho precário, da subalternidade interiorizada pelo aparelhamento ideológico das instituições, tudo isso contribuindo para um cenário de aumento da repressão policial contra as populações pobres com o objetivo de implementar e defender a agenda neoliberal. São forças que emergem das sombras, de um passado autoritário e colonialista conservado por uma educação repressiva e que agora explode em ódio e preconceito. É isso que denominamos barbárie.

Tais políticas e ideologias que sustentam a implementação das medidas econômicas neoliberais vêm acompanhadas da mudança de orientação da economia, que abre as portas do país ao neocolonialismo com o objetivo de transformar o país em um celeiro agrícola do mundo capitalista. Esta estratégia demonstra que as classes dominantes no Brasil ignoram os processos históricos e as disputas que caracterizam a sociedade moderna.

Gramsci (1978a) chamou a atenção para a força da ideologia na formação do modo de pensar dos grupos subalternos e como o determinismo imobiliza o conjunto das classes trabalhadoras na medida em que não permite identificar as contradições e a fissuras do real. A isso se pode aliar o individualismo exacerbado, que tolhe as condições de formação de uma vontade coletiva. “A cidadania do campo de luta passa a ser defendida como construtora de consensos” (Dias, 2014, p. 25). Esta situação faz com que os subalternos pensem “no interior do campo ideológico-prático-discursivo dos dominantes” (Dias, 2014, p. 25).

O que se quer acentuar aqui é que a letargia que parece tomar conta dos grupos subalternos se deve em grande medida ao trabalho consistente e contínuo de formação ideológica que é realizado pelos meios de comunicação de massa em favor dos grupos dominantes. A estratégia do capital de articular neoliberalismo

com fascismo a fim de encaminhar suas reformas estruturais assume sua consistência e força ideológica na contínua formação de hábitos e costumes que se consolida no senso comum.

## **A expressão geral destas políticas no processo educativo**

Na sequência, levantamos alguns aspectos deste posicionamento político e ideológico na educação, a partir da participação decisiva dos órgãos internacionais na determinação das diretrizes educacionais nos países periféricos, como parte necessária para a reestruturação econômica.

A educação, assim como a cultura da qual faz parte, é também ela uma das dimensões da luta de classes: conforme os objetivos econômicos e sociais instituídos, ela é necessária para a adaptação do indivíduo às exigências do modo de produção e para exercer função na hierarquia social que separa dirigentes e dirigidos. Para as classes subalternas, a educação se apresenta como o meio para a autonomia individual e a emancipação política. Trata-se, portanto, de um espaço de disputa, fundamental na luta de classes; ora, os países hegemônicos têm clareza da importância da educação para a manutenção do seu domínio.

Do ponto de vista das relações internacionais, o Banco Mundial, gestor de fundos a serem emprestados aos países periféricos, redefine sistemas educacionais estabelecendo novas políticas a serem seguidas por quem precisa ter acesso a seus fundos. A ideologia neoliberal dá sustentação ao conjunto de reformas educacionais que embasam o ensino público determinando a formação profissional e ideológica das classes trabalhadoras. Trata-se de um projeto educativo direcionado aos países de periferia, que altera profundamente os objetivos educacionais de países da América Latina, da África e da Ásia, penalizando as classes populares e reduzindo-as ao horizonte ideológico que interessa aos poderes dominantes.

As teses conservadoras se mascaram na defesa de que vivemos numa “sociedade do conhecimento” e que as reformas se fazem necessárias para abrir espaços de participação. Na leitura de Frigotto (2010), nada existe de mais cínico numa realidade que reforça e expande o poder das oligarquias. Numa

sociedade desigual, o conhecimento atua para aprofundar a desigualdade social e se torna mais um dos processos de exclusão que caracterizam o processo produtivo na sociedade capitalista.

Desde há muito tempo que as organizações internacionais voltadas a financiar a educação ou a proteção à infância vinculam a questão da educação a doutrinas de segurança e estabelecem regras específicas para os países periféricos. A pobreza extrema pode ameaçar o projeto de acumulação capitalista, tanto que os programas educacionais vêm acompanhados de programas de controle da natalidade e de assistência sanitária com objetivos “filantrópicos” que escondem o real motivo: os acordos internacionais e as regras de apoio financeiro à educação evidenciam claramente os interesses de controle e de segurança que condicionam os empréstimos. Investir na educação e garantir seus resultados torna-se uma estratégia importante para o controle social por meio da formação ideológica.

Em decorrência do projeto político e ideológico neoliberal, a educação em geral não é mais entendida como um direito, mas apresentada como um serviço a ser prestado e, naturalmente, duplamente pago (visto que os impostos deveriam cobrir o necessário para a educação e a saúde); ou seja, no âmbito das políticas neoliberais a educação é entendida como um gasto para o Estado e um grande negócio que mobiliza grandes empresários que disputam esta grande fatia de mercado. A abertura deste mercado vem articulada com propostas de educação profissional que visa a integrar as classes trabalhadoras aos interesses do capital.

## **Breve conclusão**

A realidade econômica, política e ideológica que se vive no Brasil nestas duas primeiras décadas de século XXI precisa ser entendida no âmbito dos embates políticos mundiais por uma redefinição da geopolítica, que incide sobre a necessidade de aproveitar as últimas reservas mundiais de petróleo e de fortalecer as grandes corporações no processo de expropriação da força de trabalho e de acumulação financeira. Neste contexto, o golpe de Estado de 2016 redefiniu o futuro da economia brasileira a partir da redução do país a um novo processo de colonização e de submissão ao capital internacional. Investigar

esta realidade implica entender como o fascismo exerce sua função pelo modo como retoma uma tradição conservadora de formação de um comportamento agressivo e violento com os grupos subalternos, pobres e negros, mulheres e LGBTs, e, principalmente, como tenta desestruturar as instituições públicas voltadas a garantir os direitos sociais desses grupos.

Nossa história de raiz autoritária, com breves momentos de democracia representativa, deixou rastros indeléveis que se reacendem de tempos em tempos, quando o Estado tenta assumir a sua dívida histórica com os grupos subalternos. Trata-se de fazer o inventário deste passado, de compreender esta realidade para desconstruí-la para além das aparências e, enfim, transformar o projeto político vigente e retomar os caminhos do respeito aos direitos e do respeito à diversidade.

Este caminho tem várias frentes que se articulam. Gramsci (1978a) acentua a importância de se escrever uma história das classes subalternas, único caminho para transpor o umbral do horizonte ideológico que delimita as ações no âmbito da sociedade capitalista. E isso implica, nas colocações deste autor, em fazer a crítica da linguagem, mostrando o seu caráter político além de ideológico, para que possamos nos tornar realmente sujeitos autônomos e donos do nosso destino.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. et. al. (Org.). *La personalità autoritaria*. Vol. 4. Milano: Mondadori, 1997.
- ADORNO, Theodor W. et al. *Teoria da cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e História em Gramsci (Atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos, 1977)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 189-257.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Notas sobre Hegemonia. In: SCHLESENER, Anita Helena (Org.). *Filosofia, Política e Educação: leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: UTP, 2014.
- ECO, Umberto. *Il fascismo eterno*. Milano: La nave di Teseo, 2019.
- ENGDAHL, F. William. *The los hegemon: whom the gods would destroy*. USA/Germany: Mine.Books, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978a.
- GRAMSCI, Antonio. *Socialismo e Fascismo*. L'Ordine Nuovo 1921-1922. Torino: Einaudi, 1978b.
- IBGE. Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre. *Agência Notícias IBGE*, 25 out. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- PASOLINI, Pier Paolo. *Scritti Corsari*. Milano: Garzanti, 1990.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

# SOCIEDADE DE CLASSES E FASCISMO

MARTHA D'ANGELO<sup>1</sup>

*Cabeças inocentes pensam que o gabinete da realeza se hospeda no próprio rei, no seu manto de veludo e em sua coroa, nos seus ossos e nas suas veias. Na verdade, o gabinete da realeza é uma inter-relação entre pessoas. O rei é rei apenas porque os interesses e prejuízos de milhões de pessoas são refratados através de sua pessoa.*

[ TROTSKI, 2018, P. 284 ]

*Quando Benjamin dizia que a história foi escrita até o presente do ponto de vista dos vencedores e teria de ser escrita do ponto de vista dos vencidos, a isso dever-se-ia acrescentar que o conhecimento decerto tem que apresentar a infausta linearidade da sucessão de vitórias e derrotas, mas também deve se voltar para o que não se inseriu nessa dinâmica e ficou a meio caminho — por assim dizer os resíduos e pontos sombrios que escaparam à dialética.*

[ ADORNO, 1993, P. 133 ]

---

<sup>1</sup> Martha D'Angelo é doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF.

Nos últimos anos observamos uma ascensão da extrema direita em muitos países numa escala sem precedente desde os anos 1930: Trump, nos Estados Unidos, Modi, na Índia, Erdogan, na Turquia, Urban, na Hungria, Duterte, nas Filipinas, e Bolsonaro, no Brasil. Alguns partidos de extrema direita na Europa, mesmo não sendo governo, já têm uma base eleitoral expressiva. A globalização capitalista, as crises de reprodução do capital e a concentração de renda em escala planetária vêm gerando muita instabilidade no mundo e estimulando o crescimento de uma onda neofascista. A história não se repete, mas a tendência totalitária que observamos é preocupante, e cada trauma da guerra de classes não superado funciona como fermento da próxima destruição.

No curso desse processo, vem aumentando a produção de estudos e pesquisas sobre o fascismo, os debates nas universidades, nos movimentos sociais e nas publicações da mídia alternativa. Nos textos acadêmicos e artigos em geral, há poucas referências aos escritos de Léon Trotski (1879-1940) sobre o tema. Esta ausência é surpreendente, pelo pioneirismo e consistência dos seus escritos. O objetivo deste artigo é apresentar uma introdução à teoria de Trotski sobre o fascismo através da análise de alguns de seus textos do período de 1931 a 1934. O interesse dele em responder à pergunta “O que é o fascismo?” foi se tornando maior à medida que ficavam mais ousadas e agressivas as ações dos bandos fascistas, sobretudo na Itália e na Alemanha, que deram início à maior tragédia da história do século XX, responsável pelo assassinato de sessenta milhões de pessoas, milhões de órfãos e mutilados. Pretendo mostrar a base conceitual que orienta a teoria de Trotski e sua apreensão do fascismo histórico me reportando ao contexto em que ela foi produzida, contribuindo assim, em alguma medida, para o entendimento da nossa conjuntura e o debate atual.

Como observou Ernest Mandel, a teoria de Trotski sobre o fascismo segue o método materialista de análise, reconhecendo as contradições da sociedade e as circunstâncias históricas próprias ao seu processo de formação. Há neste caso uma recusa das explicações para o fenômeno do fascismo que partem da ideia de que ele é produto do desenvolvimento de certos povos e de suas particularidades nacionais, de fatores psicológicos ou de uma doença moral.

De acordo com as análises de Trotski, as bases materiais do fascismo na Itália se formaram no processo mesmo de construção da modernidade burguesa, pelo modo como ela se realizou, com a colonização do sul pelo norte e do campo pela cidade. Assim, foi se desenvolvendo um dualismo que favoreceu o

capital financeiro e a consolidação dos imperialismos dominantes na Europa. A pequena burguesia italiana, prejudicada com a concentração da grande indústria e do capital financeiro, tornou-se mais dependente, frágil, vulnerável e facilmente atraída para o fascismo. Mussolini, segundo Trotski (1976, p. 85), é um “self-made man”<sup>2</sup>, um dirigente saído de um movimento espontâneo de massas, plebeu em sua origem, apoiado por grandes potentados capitalistas. Reprimindo violentamente as mobilizações operárias, que na década de 1920 ocupavam fábricas e empresas, e destruindo as organizações sindicais, as lideranças fascistas passaram a ocupar funções políticas de sustentação dos interesses do grande capital, atuando cada vez mais no parlamento, no poder judiciário, no Exército e nas instituições do Estado como porta-voz dos seus interesses.

Na década de 1920 o capitalismo na Alemanha também vivia uma grave crise. Uma inflação crescente dominou o período de 1919 a 1923<sup>3</sup>, seguida de falências e desemprego, que se acentuaram ainda mais no período de 1930 a 1932<sup>4</sup>, e de uma grande tensão gerada pelo não pagamento das reparações por danos de guerra exigidas pelo Tratado de Versalhes. Esse cenário caótico começou a mudar no verão de 1924, com o plano Dawes, que parcelou as dívidas alemãs e injetou bilhões de dólares de empréstimos americanos na economia. Mas o equilíbrio alcançado com essas medidas logo foi abalado com a crise mundial inaugurada naquela sexta-feira sinistra de 29 de outubro de 1929. Referindo-se a esse período, Klaus Strohmeier (1993, p. 91) lembra, citando Annemarie Lange, que “em dezembro de 1929 a cada dia, cinco mil chefes de empresas berlinenses pediam falência. Grupos industriais e grandes banqueiros faliram, e começou-se a prestar mais atenção no ‘programa’ de Hitler”.

---

<sup>2</sup> Uma diferença importante entre o fascismo original, de Mussolini, e o nosso, de Bolsonaro, é que o primeiro não destruiu o Estado, ao contrário, realizou mudanças importantes na economia, na indústria e nos transportes que fortaleceram o serviço público e a economia estatal. O fascismo italiano criou também uma legislação trabalhista em 1927, a *Carta del Lavoro*, que serviu de base para outras legislações em diversos países, inclusive no Brasil.

<sup>3</sup> Em 1923 a inflação cresceu vertiginosamente. “Em janeiro, um dólar comprava cerca de 10.000 marcos, em junho 47.000, e em setembro, 200 milhões. A moeda alemã perdeu qualquer valor.” (Trotsky, 2018, p. 22).

<sup>4</sup> “Em fevereiro de 1932, o número de desempregados declarados e registrados, entre 22 milhões de assalariados, ultrapassava 6 milhões e meio em toda a Alemanha.” (Richard, 1993, p. 148).

Para muitos alemães, os anos conturbados da República de Weimar (1919-1933) estavam associados à derrota de 1918, para outros, ao trauma de 1919<sup>5</sup>. A partir dos anos 1930, e principalmente depois do fatídico 30 de janeiro de 1933, os alemães foram ficando cada vez mais contaminados por um sentimento de revanchismo, hostis aos valores iluministas, aos intelectuais, à cultura, às vanguardas artísticas e a tudo o que os nazistas rotulavam como “bolchevismo cultural” (hoje se diz “marxismo cultural”). A política parlamentar convencional termina em 30 de março de 1930, a partir daí uma série de chanceleres bonapartistas<sup>6</sup> governam por decretos emergenciais, apresentados como medidas salvadoras capazes de tirar o país da crise. Abusando da demagogia, os parlamentares se apresentavam com a missão de livrar a Alemanha dos excessos da esquerda (comunista) e da direita (fascista). De 1930 a 1932 a *Sturmabteilung* (SA) nazista recrutou nas filas de desempregados um exército particular de trezentos mil homens. A catástrofe era metodicamente anunciada. Hitler não escondia suas intenções, mas muitos liberais, socialistas e comunistas foram pegos de surpresa quando a polícia invadiu suas casas na manhã de 28 de fevereiro de 1933, poucas horas depois do incêndio do Reichstag. Alain Brossat justifica a ausência de medo da barbárie anunciada por Hitler pela descrença das pessoas na possibilidade de ele realizar o que prometia:

Um dos trunfos maiores de Hitler, como de Mussolini dez anos antes, foi apresentar-se como um bufão, um imitador de Charles Chaplin, foi ser um palhaço entre os papa-defuntos da classe política legitimada. Como levar a sério o apocalipse anunciado por um histrião, no pior dos números de cabaré? (Brossat, 1993, p. 180).

---

<sup>5</sup> Em 9 de novembro de 1918, com a pressão das greves e manifestações de rua, o regime imperial da Alemanha desaba. Dois poderes se colocam em disputa, a República “social”, representada por Friedrich Ebert e Phillip Scheidemann, apoiados por um grupo de deputados social-democratas e por monarquistas, e a República “socialista”, liderada pela Liga Espartaquista (uma ala dissidente da social-democracia). Em 5 de janeiro de 1919, uma revolta popular toma as ruas de Berlim e é apoiada pelos espartaquistas, mas, em 15 de janeiro, Rosa Luxemburgo e Liebknecht, principais lideranças da Liga, são assassinados por paramilitares e a revolta é derrotada.

<sup>6</sup> Nos escritos de Marx e Engels, a expressão “bonapartismo” refere-se a uma forma de regime político da sociedade capitalista na qual a parte executiva do Estado, sob domínio de um indivíduo, alcança poder ditatorial sobre todas as outras partes do Estado e sobre a sociedade. O bonapartismo constitui, assim, uma manifestação extrema daquilo que, em escritos marxistas recentes sobre o Estado, foi chamado de sua “autonomia relativa” (Bottomore, 1993, p. 65).

Na sequência dos acontecimentos, o dia 30 de janeiro de 1933, quando Hitler foi chamado pelo marechal Hindenburg, presidente da República, para ocupar o cargo de chanceler, não teve na Alemanha e na Europa um grande impacto. Mas muitos, como Trotski, pressentiram que os mais sombrios e vergonhosos tempos da história do século XX estavam começando. O artista John Heartfield também percebeu o perigo e emitiu alertas em suas fotomontagens. No retrato de Mussolini feito por ele em 1928, o espectro do fascismo, expresso na imagem de uma caveira, se confunde com o rosto do Duce, que aparece sustentado por um grupo de burgueses de cartola apoiados numa massa de miseráveis. Em 1932 Heartfield representou o nazismo num cartaz associando o gesto de saudação de Hitler ao seu slogan: “Milhões estão atrás de mim”, milhões de marcos no caso. O Führer aparece com o braço estendido, recebendo com a outra mão dinheiro da grande burguesia. O que já se suspeitava naquela época ficou comprovado pelos documentos reunidos no processo de Nuremberg, isto é, que a indústria pesada estava muito interessada e comprometida com a campanha de Hitler, além de outros setores da indústria.<sup>7</sup>

O poeta surrealista francês Philippe Soupault, enviado pela revista *Vu* à Alemanha em abril de 1932, descrevendo uma manifestação nazista no Sportpalast, um dos lugares mais frequentados de Berlim naquela época, destaca a atitude deslumbrada e disciplinada da plateia:

À porta, alguns policiais passeavam tranquilamente, enquanto os partidários de Hitler, muito comportados, pagavam um marco na bilheteria para poder admirar o seu ídolo. Auditório repleto e superaquecido. Nas paredes, bandeiras com inscrições brutalmente agressivas ou apenas provocadoras. ‘Um povo sem honra é um povo sem pão’ ou ‘Voltemos ao nosso sangue e à nossa pátria’. Anúncios de jornais nacional-socialistas,

---

<sup>7</sup> Krupp, o principal fabricante de armas alemão, foi proibido pelos aliados de continuar seus negócios depois de 1919, mas sua fábrica continuou em atividade. Em 1942, quando os exércitos alemães ocupavam a maior parte da Europa, ele declarou que projetos para os tanques haviam sido feitos em 1926 e que as peças de artilharia mais usadas pelos soldados já estavam inteiramente prontas desde 1933 (Shirer, 1967, p. 15). O gás Zyklon B, que abastecia as câmaras de gás dos campos de concentração, era produzido pela IG Farben, que atualmente é conhecida pelo nome Bayer. BMW, Fiat, Opel, Volkswagen, Siemens, IBM, Deutsche Bank, Hugo Boss, General Electric, Allianz, Telefunken, Agfa, também apoiaram Hitler e tiraram proveito disso. Havia interesses econômicos e políticos em jogo, além da repressão ao movimento sindical e aos comunistas (Marchesan, 2017).

e por toda a parte a insígnia do partido, a suástica. Os espectadores são quase todos pequenos burgueses, empregados, comerciantes ou funcionários. Muitas mulheres: a açougueira da esquina, a faxineira, a bancária. Essa gente toda é muito comportada e muito paciente. [...] Vendedoras de cartões-postais representando os principais chefes ou alegorias fáceis de decifrar não cessam de solicitar contribuições. A essas obstinadas vendedoras vêm se juntar homens e mulheres que não se cansam de apresentar cofres de metal para angariar dinheiro para a caixa do partido. [...] São 9 horas da noite e a multidão continua calma. [...] Ouve-se, pelos alto-falantes, um discurso belicoso em que temas favoritos do partido são sucessivamente examinados: morte aos judeus; morte aos estrangeiros; abaixo o governo, etc. [...] Súbito um incidente. O doutor Goebbels, líder do partido no Reichstag, braço direito de Hitler, que está no tablado e que, por interdição do governo, não pode falar, quer que um camarada leia uma carta. Mas um policial se levanta e afirma que ‘sente muito’ (*sic*) mas não pode permitir a leitura. Apesar da presença de 15 mil aderentes, os chefes obedecem e não se lê a carta. Ninguém protestou. Uma certa decepção, mas nenhuma revolta. Saindo, trocamos impressões e a palavra mais exata parece ser a de Roger Francq: “Como as multidões de Lourdes”. (Soupault, 1993, p. 173-174).

A alusão a um lugar de peregrinação religiosa na França para definir a atitude do público é significativa. Ela nos remete à atitude religiosa presente hoje no Brasil em grande parte dos apoiadores de Bolsonaro que mantêm estreitas ligações com igrejas evangélicas. O slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” une nacionalismo (de fachada) e religiosidade. Em 2016, os parlamentares evangélicos que votaram no Congresso o impeachment de Dilma Rousseff já falavam, em suas declarações de voto, em nome de Deus, da família e do Brasil. Essa tríade foi a base da campanha de Bolsonaro. Seu ministério confirma o slogan de campanha; o presidente associa o pretense compromisso com o Brasil à presença dos militares no governo. A aliança com Deus e a defesa da família foram delegadas à competência de Damares Alves, Ernesto Araújo, Bispo Edir Macedo, Silas Malafaia, Marcos Feliciano etc. Suas pautas de moralização dos costumes e evangelização indígena também contemplam os católicos de matriz conservadora que se opõem ao discurso do Papa Francisco.

A teoria do fascismo de Trotski, de acordo com a leitura de Mandel, é formada por um conjunto de seis elementos interligados, mas que possuem uma certa autonomia, pois têm uma dinâmica própria em seu desenvolvimento. O primeiro



ponto destacado na análise desses escritos é que o fascismo emerge como expressão de uma profunda crise do capitalismo. Uma crise aguda de reprodução do capital, que passa a não dispor de condições para continuar sua acumulação, dadas as condições de concorrência do mercado mundial. Nessas circunstâncias, a grande burguesia altera a seu favor, ou simplesmente atropela, as regras do jogo democrático recorrendo à fraude e/ou à violência física.

O segundo ponto é o fato de na época imperialista a burguesia exercer seu domínio político com menos custos através da democracia parlamentar. Tal forma de domínio tem duas vantagens: permite uma redução das tensões sociais, através de negociações e concessões, e a participação, direta ou indireta, da burguesia no exercício do poder político. Quando as tensões aumentam, e o controle social através do parlamento fica mais difícil, a burguesia instaura uma forma de poder executivo do Estado mais centralizada, mesmo correndo o risco de renunciar ao exercício direto do poder. Essa circunstância nos leva ao terceiro ponto das considerações de Trotski: a centralização do poder de Estado não pode acontecer sem a destruição de conquistas, especialmente as que são parte da democracia operária no interior da democracia burguesa e seus órgãos de representação. Dada a grande desproporção numérica entre a burguesia e o proletariado, sem o uso da violência e do terror é praticamente impossível impor perdas aos que não têm muito a perder. Por isso, o fascismo é organicamente autoritário e incompatível com as instituições democráticas burguesas. No texto “Alemanha: chave da situação internacional”, escrito em novembro de 1931, Trotski previu a catástrofe que seria a vitória dos nazistas:

A tomada do poder pelos “nacional-socialistas” terá como efeito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda a fé em si mesmo e no seu futuro. Se levarmos em consideração a maior maturidade e a gravidade ainda maior dos antagonismos existentes na Alemanha, a obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão. [...] A vitória do fascismo na Alemanha determinará inevitavelmente uma guerra contra a URSS.<sup>8</sup> (Trotsky, 2018, p. 62, 64).

---

<sup>8</sup> A grande burguesia aliada possivelmente imaginava que Hitler estava se preparando para invadir a URSS, e que faria isso depois de exterminar os comunistas e socialistas na Alemanha; ela parece só ter percebido que os planos de Hitler a ameaçavam diretamente depois do pacto germano-soviético, em agosto de 1939, e da invasão da Polônia em setembro.

O quarto ponto destacado por Mandel é o papel da pequena burguesia. Para realizar um ataque aos trabalhadores numa escala que permita a reorganização da acumulação e a concentração do capital, a grande burguesia incentiva a mobilização de segmentos da pequena burguesia decadentes e arruinados. Desempregos de diplomados e técnicos especializados e falências de pequenas empresas e negócios se transformam em combustível para a mobilização dessa camada atingida pela crise, que não enxerga o papel do grande capital no processo que levou à sua derrocada. Sua indignação se volta contra os trabalhadores, instigada pelos demagogos fascistas contratados pelo grande capital, e a culpa de tudo é atribuída a eles. No texto “Para onde vai a França”, de 1934, Trotski (1976, p. 117) resume essa situação numa frase: “Pode-se dizer que o fascismo é o ato de colocar a pequena burguesia à disposição dos seus piores inimigos”.

Para que a ditadura fascista se instale e cumpra seu papel, é preciso que o movimento operário e popular seja derrotado de maneira implacável. Quando a grande burguesia decide correr o risco da política do tudo ou nada, a luta de classes chega ao limiar da guerra civil. Esse é o quinto ponto, a institucionalização da guerra civil, e a organização dos setores mais enfurecidos da pequena burguesia, colocados a serviço do capital financeiro para controlar a imprensa, os órgãos administrativos, o poder executivo, judiciário e todo o aparelho de Estado. Analisando o triunfo de Mussolini, Trotski lembra a violência cometida em Bolonha em 21 de novembro de 1920, quando os vereadores social-democratas eleitos foram atacados com tiros de revólver ao se apresentarem na Câmara. Dez pessoas morreram e cem ficaram feridas nesse episódio. Depois do ocorrido, os fascistas continuaram atacando dirigentes operários e camponeses, saqueando suas associações e aterrorizando a população das pequenas cidades. Os dirigentes social-democratas foram retirando os trabalhadores da luta, fazendo inúmeras concessões, pensando que assim a opinião pública se voltaria contra os fascistas. Mas o apoio aos trabalhadores não veio, e os fascistas se sentiram à vontade para estender seus ataques às grandes cidades, e assim:

Dois anos depois de nascer, os fascistas estavam no poder. [...] O Estado fascista foi criado progressivamente o que implicou o estrangulamento completo de todas as organizações de massas independentes. Mussolini conseguiu-o à custa da burocratização do próprio partido fascista. Depois de se servir das forças ofensivas da pequena-burguesia, o fascismo estrangulou-a no torno do Estado burguês. (Trotski, 1976, p. 90).

Recuando a radicalização dos operários, os reformistas italianos alimentaram esperanças no Estado. Trotski (1976, p. 92) observa que a palavra de ordem deles na época era: “Socorro, Victor Emmanuel, intervém!”. Ao mesmo tempo, Filippo Turati, dirigente do Partido Socialista, escondia-se atrás do lema: “É preciso ter a coragem de ser covarde”. O Partido Comunista Italiano surge nesse momento de recuo das forças populares e de ascensão dos fascistas ao poder. Nessas circunstâncias, ele não se deu conta do alcance do perigo e rejeitou a política de frente única. Trotski destaca que, com exceção de Gramsci, os comunistas não consideraram a possibilidade dos fascistas tomarem o poder. Mas “não se deve perder de vista o fato de o fascismo italiano ser nessa altura um fenômeno novo, em pleno processo de formação; mesmo para um partido mais experiente, não teria sido tarefa fácil distinguir os seus traços específicos” (Trotski, 1976, p. 94).

Por último, o sexto ponto na análise de Trotski é o caráter de classe da ditadura fascista. Ela não defende os interesses de sua base de massas, a pequena burguesia, estimulada a ir para as ruas, pois está a serviço dos interesses do grande capital. Mas os reformistas geralmente não veem o caráter orgânico do fascismo e sua relação com a própria estrutura do capitalismo. Não percebem que a grande burguesia aceita o jogo parlamentar até certo ponto; quando as crises colocam em risco seu domínio, ela trapaceia ou acaba com o jogo. A história tem mostrado que a atitude de se agarrar à legalidade a qualquer preço na hora do perigo não detém os ataques fascistas. Ao contrário. Mas, a partir de um determinado ponto, a mobilização se torna impossível. Alain Brossat reproduz o relato do jovem comunista Stephan Hermlin sobre a reação dos operários quando ele saiu às ruas, desesperado, no dia 30 de janeiro de 1933, após o acontecimento tragicômico que levou um pequeno cabo austríaco, que havia se tornado cidadão alemão há menos de um ano, à posição de chanceler:

Por volta do meio-dia, o presidente do Reich chamara Hitler para a chefia do governo. Algumas horas depois, eu tentava distribuir panfletos com um amigo diante das usinas Askania. Os panfletos convocavam a greve geral, embora os sindicatos a recusassem. Ainda não se via nenhum policial, mas muitos operários já não queriam pegar os folhetos; alguns os aceitavam, liam o título, depois os jogavam fora. “Tarde demais, companheiro”, disse um deles. (Hermlin, 1980, p. 67).

Os resultados das eleições legislativas de 1928 a 1932 em toda a Alemanha mostram um crescimento extraordinário dos nazistas. Em maio de 1928, o número de votos obtido por eles foi bem pequeno, mas em julho de 1932 eles conseguem passar à frente dos comunistas e dos social-democratas. O declínio destes no período foi proporcional ao crescimento dos nazistas. Nesse período, aconteceram muitos incidentes na disputa entre comunistas e nazistas por zonas de influência nas regiões operárias. As demonstrações de violência não eram acidentais, faziam parte da técnica nazista para conquistar os operários.<sup>9</sup> Elas eram estimuladas por declarações agressivas, abertamente contra “o domínio do marxismo” e ostensivamente antissocialistas. A chefia do partido nacional-socialista de Berlim, entregou a Goebbels em novembro de 1926, planejou detalhadamente a conquista dos territórios comunistas, com operações em tabernas frequentadas por operários filiados ao partido ou próximos à esquerda. A disputa de hegemonia se manifestou abertamente quando Goebbels em pessoa discursou, em 11 de fevereiro de 1927, na Sala Pharus, onde se realizavam tradicionalmente as reuniões do Partido Comunista. Um mês depois, um grupo de nazistas berlinenses reunidos num trem, atacou comunistas que viajavam juntos num vagão. Um dos chefes da SA descreveu a cena no fim da batalha com as seguintes palavras:

Há cacos de vidro, poças de sangue, pedaços de madeira, e pelo menos duzentas pedras no chão. O primeiro corpo removido é o de um civil, o deputado comunista do Parlamento da Prússia Paul Hoffman. Seu rosto é apenas uma massa informe ensanguentada. Era um dos que manipulavam os fantoches, com quem não se pode agir de outra forma. Ele teve apenas o que merecia. (Citado por Rosenhaft, 1993, p. 149).

O fascismo foi se tornando um perigo cada vez maior com a política do Partido Comunista Alemão expressa na fórmula “social-fascismo”, que colocava no mesmo nível a social-democracia e o nazismo. No texto “E agora?

---

<sup>9</sup> A atitude agressiva, os insultos, as grosserias, as expressões racistas e a violência verbal dos militantes nazistas tinham como alvo principal judeus e comunistas. As expressões “judeu” e “comunista” eram usadas como xingamento. A partir de 1930 as agressões físicas vão acontecendo com mais frequência; em 1931, Bertold Brecht e Kurt Weil foram violentamente atacados por causa da *Ópera dos três vinténs*, considerada nociva ao “sangue alemão” (Richard, 1993, p. 28).

Questões vitais para o proletariado alemão”, de 1932, Trotski critica o erro dessa política, mesmo reconhecendo que a cretinice parlamentar da social-democracia preparou o terreno para o florescimento do fascismo.<sup>10</sup> Naquelas circunstâncias, seria preciso uma política de frente única dos comunistas com os reformistas da social-democracia para que a navalha afiada do fascismo não produzisse “resultados fatais e num prazo muito curto” (Trotski, 1976, p. 101). O alcance de visão de Trotski e a sua capacidade de prever os acontecimentos advêm de uma larga experiência revolucionária e de uma excepcional capacidade analítica. Ele percebeu que um dos maiores erros da esquerda alemã era subestimar Hitler, encarando-o como um bufão, e não como o homem da ordem, secretamente esperado.

Numa carta de Walter Benjamin ao amigo Gershom Scholem, escrita logo no início do seu exílio em Paris, em 20 de março de 1933, os fatos relatados e algumas confidências são bastante reveladores da situação dos intelectuais de esquerda e dos judeus na Alemanha nessa época. Destaco alguns trechos:

Duvido que você já tenha conversado com pessoas que saíram da Alemanha depois de 15 de março. Por carta, você só poderia ter sido informado por indivíduos bastante audaciosos. Pois pode ser muito perigoso escrever dali sem uma cuidadosa camuflagem. [...] É indiscutível que inúmeras pessoas são arrancadas da cama na calada da noite e maltratadas ou assassinadas. Mais importante ainda, embora muito mais difícil de esclarecer, é o destino dos prisioneiros. A este respeito circulam os mais terríveis boatos, dos quais só se pode dizer que alguns se evidenciaram como sendo falsos. [...] E, no entanto, não foram essas circunstâncias — mais ou menos previsíveis há muito tempo — que desencadearam em mim, há apenas uma semana e de forma indeterminada, a decisão de sair voando da Alemanha. [...] Somente através de complicadas operações, consegui reunir as poucas notas de cem marcos, graças às quais

---

<sup>10</sup> Esse erro é semelhante ao que foi cometido no Brasil por grupos de esquerda que não se posicionaram contra o golpe jurídico-parlamentar-midiático, tutelado pelos militares, que tirou Dilma Rousseff da presidência em 2016. O não reconhecimento do impeachment como golpe resultou na omissão em defesa das liberdades democráticas e na abertura de espaço para o crescimento da ultradireita. Algumas figuras públicas ligadas a esses grupos defendiam abertamente a Lava Jato pela sua atuação no combate à corrupção no Brasil, quando já era público e notório o envolvimento dessa operação com os interesses do imperialismo americano e a ultradireita golpista.

poderei viver alguns meses em Ibiza, para onde pretendo ir agora. Se neste momento alguns espaços ainda estão abertos, um dia o bloqueio poderá ser completo. Mas tenho certeza de não haver agido movido por um impulso de pânico, por mais insuportável que seja a atmosfera na Alemanha, onde se prefere ver as pessoas de costas e depois nunca mais encará-las face a face. Foi muito a pura razão que me ordenou toda a pressa, e entre aqueles com quem me relaciono não há ninguém que faça outro julgamento. Quando parti da Alemanha, porém, já não havia quase ninguém desse grupo de pessoas: Brecht, Kracauer e Ernst Bloch saíram a tempo — Brecht um dia antes de ser preso. Ernst Schoen chegou a ser detido, sendo logo liberado. Provavelmente — como costuma acontecer nesses casos — devem ter-lhe tomado o passaporte. A validade do meu expira, infelizmente, em agosto deste ano; e como é natural nas atuais circunstâncias não se pode contar cem por cento com a sua renovação. (Benjamin; Scholem, 1993, p. 56-57).

Alguns meses antes da escrita dessa carta, em 1932, preocupado com os rumos da situação na Alemanha, Trotski (1976, p. 106) havia reforçado a importância de se fazer uma caracterização precisa da situação objetiva das classes sociais, antes de definir uma linha política capaz de enfrentar a escalada do fascismo.<sup>11</sup> Ele observa que, por ser numericamente muito pequena, a grande burguesia só conseguiria garantir sua dominação mantendo a pequena burguesia como sua aliada na frente de combate contra a classe operária<sup>12</sup>.

Quando Hitler ocupou a Renânia, em 7 de março de 1936, não houve uma contraofensiva militar dos franceses e ingleses, apesar da imensa superioridade

---

<sup>11</sup> No texto “E agora? A revolução alemã e a burocracia”, abordando essa questão, Trotski (2018, p. 78) se refere especificamente e objetivamente à função da polícia alemã e a sua origem de classe, dizendo: “O fato de os agentes de polícia terem sido recrutados em grande parte entre os social-democratas não quer dizer absolutamente nada. Aqui também a existência determina a consciência. O operário que se torna policial a serviço do Estado capitalista é um policial burguês, não um operário. Durante estes últimos anos, estes policiais tiveram que lutar muito mais contra operários revolucionários do que contra os estudantes nacional-socialistas. E uma tal escola não passa sem deixar traços. O mais importante porém, é que todo policial sabe que os governos mudam, mas a polícia fica.” Esse comentário serve de orientação para o trato com as polícias em geral.

<sup>12</sup> Houve uma brutal repressão aos sindicatos e lideranças operárias e ao mesmo tempo medidas visando à integração da classe operária. Em 1937, no discurso de avaliação de Hitler da sua gestão durante quatro anos, um dos pontos destacados foi o fim do desemprego e a garantia da lei e da ordem.

do segundo em relação aos alemães na época, da França estar autorizada pelo Tratado de Locarno a reagir e da Inglaterra ser obrigada pelo referido tratado a apoiá-la. Em 26 de abril de 1937 os alemães, em apoio a Franco, forneceram aviões, tanques, técnicos e uma unidade de sua Força Aérea que fez desaparecer a cidade de Guernica e sua população civil. Esses dois episódios mostram que a violação do Tratado de Versalhes era de conhecimento público, mas a França e a Inglaterra se limitaram a realizar inúteis protestos e negociações diplomáticas para evitar que Hitler e Mussolini intervissem na guerra civil espanhola. Mesmo os dois países fazendo vista grossa para as agressões, Hitler se referia a ambos como os “insufladores de ódio”. A partir da intervenção dos alemães e italianos na Espanha, o eixo Roma-Berlim se consolida, preparando o terreno para Hitler ocupar a Áustria, em 11 de março de 1938. As demonstrações grotescas de sadismo, torturas, prisões, assassinatos e pilhagens indicavam claramente uma atitude de guerra. O jornalista americano William Shirer descreveu algumas cenas que presenciou naqueles dias em Viena, antes mesmo da guerra ser formalmente declarada e a agência de imigração se transformar em agência de extermínio permitindo ao nazista austríaco Adolf Eichmann promover a chacina de mais de quatro milhões de pessoas:

Homens e mulheres judeus eram apanhados às centenas nas ruas e postos para trabalhar na limpeza de latrinas públicas e *toilettes* dos quartéis em que as S.A. e S.S. estavam alojadas. Dezenas de milhares deles foram presos. Seus bens foram confiscados ou roubados. Eu mesmo, do apartamento, no Plossglasse, observei esquadras de S.S. carregando prataria, tapetes, pinturas e outros espólios do palácio de Rothschild, ao lado. O próprio Barão Louis de Rothschild só teve condições de comprar sua saída de Viena pela transferência de suas fábricas de aço para as Usinas Herman Goering. Talvez a metade dos 180.000 judeus da cidade, na época em que a guerra começou, conseguiram comprar sua liberdade para emigrar, entregando o que possuíam aos nazistas. (Shirer, 1967, p. 109).

A pequena burguesia e a universidade alemã tiveram um papel importante na sustentação do projeto nazista através da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos realizados em parceria com grandes empresas. A partir da reforma do ensino universitário, criada por Wilhelm von Humboldt, em 1840, a Alemanha se tornou pioneira na integração entre ensino e pesquisa em todo o mundo. A progressiva incorporação desse princípio no sistema produtivo criou uma interdependência entre ciência e técnica que permitiu um grande avanço da produção industrial. Os cientistas da Farben, por exemplo, criaram dois produtos que foram fundamentais para os alemães na Segunda Guerra, gasolina e borracha sintéticas a partir do carvão de pedra, que era abundante na Alemanha. Durante a República de Weimar, as universidades passaram por uma crise interna muito grande, abaladas pela derrota na guerra. Mas a produção científica não declinou significativamente nesse período; segundo Max Planck, prêmio Nobel de Física em 1918, isso aconteceu porque “a ciência foi tudo o que restou aos alemães depois da derrota”. A lista de prêmios Nobel de Física da Alemanha, de 1919 a 1933, é respeitável: Einstein em 1921, Herz e Franck em 1925, Heisenberg em 1932, Schrödinger em 1933.

O ponto mais difícil de ser assimilado, por uma parte da esquerda, na teoria de Trotski talvez seja o seu reconhecimento da necessidade de uma autodefesa organizada e armada para combater os fascistas. Sua recusa ao “pacifismo”, numa situação em que os fascistas já atacam fisicamente as lideranças de esquerda, se sustenta na avaliação de que, quando a grande burguesia parte para o tudo ou nada, mesmo desagradando alguns segmentos que preferem não se arriscar tanto, ela já programou a destruição física dos seus inimigos. Nesse caso, não enfrentar o desafio e revidar é praticamente adotar uma atitude suicida. A passividade e falta de reação organizada aos ataques fascistas também geram mortes e suicídios em cadeia. Na verdade, o pacifismo desloca a violência para a própria vítima. Após o referendo que aprovou por esmagadora maioria a anexação da Áustria ao Reich, aconteceram mais de 1.700 suicídios em uma semana. O número exato de pessoas que tirou a própria vida, por medo, vergonha e desgosto, em Viena após o dia 12 de março de 1938, permanece desconhecido. Eric Vuillard resumiu, em *A ordem do dia*, quatro necrológios publicados no jornal *Neue Freie Press*, de 13 de março de 1938, observando que o caráter de resistência desses atos foi apagado na frase final da nota:



Em 12 de março, de manhã, Alma Biro, funcionária pública, 40 anos, cortou os pulsos com navalha, antes de abrir o gás. No mesmo momento, o escrivão Karl Schlesinger, 49 anos, deu um tiro na própria têmpora. Uma zeladora, Helene Kuhner, 69 anos, suicidou-se também. À tarde, Leopold Bien, funcionário público, 36 anos, jogou-se pela janela. Ignoram-se as razões do seu ato.<sup>13</sup> (Vuillard, 2019, p. 128).

O “neofascismo”, que assombra o mundo hoje, suscita a pergunta: por que a carnificina da Segunda Guerra Mundial não foi suficiente para eliminar de vez a possibilidade de uma nova tragédia, que poderá ser ainda pior do que a anterior, tendo em vista o arsenal bélico de que as grandes potências dispõem atualmente?

A atitude dos vencedores, especialmente dos americanos e ingleses, após a Segunda Guerra Mundial traz algumas indicações sobre o “renascimento” do fascismo hoje. Noam Chomski (1997, p. 112) chamou a atenção para esse fato ao revelar as operações envolvendo o Vaticano, o Departamento de Estado norte-americano e o serviço de inteligência britânico, que utilizaram alguns dos piores criminosos nazistas e cientistas associados a eles em trabalhos dentro e fora da Europa. Muitos serviram em missões de ataque à esquerda, como Klaus Barbie, o carniceiro de Lyon, na França. Quando o governo norte-americano não pôde mais escondê-lo na Europa, ele foi transferido, através do Vaticano,

---

<sup>13</sup> O suicídio se tornou um fenômeno social no final do século XIX. Marx e Durkheim se interessaram pelo tema, e Walter Benjamin identificou uma pulsão de morte na civilização burguesa, ao afirmar que a modernidade deve estar sob o signo do suicídio. Na América Latina, os registros de suicídios coletivos mais antigos foram relatados por um jesuíta peruano, Montoya, que viveu com os índios Guarani no século XVII. O processo de colonização e pressão cultural através da catequese levou alguns grupos indígenas a uma resistência suicida. Nas décadas de 1980 e 1990 os suicídios em cadeia dos índios Guarani kaiowá do Brasil e dos Pai-tavyterã do Paraguai foram estudados e interpretados por pesquisadores, como Rubem Almeida e Georg Grümberg, entre outros. Os antropólogos divergem em relação aos fatores que mais pesam na decisão pelo suicídio — se é a atuação de pastores evangélicos, a violência dos grileiros, a falta de perspectiva — mas todos concordam que se trata de um ato de resistência cultural; os guarani se matam porque se recusam a deixar de ser Guarani.

para a América Latina. Tornou-se um traficante de armas e deu sustentação a um golpe militar na Bolívia, sempre apoiado pelos americanos.<sup>14</sup>

Os Estados Unidos mantiveram nazistas na Europa Oriental após a guerra, continuando a sustentá-los pelo menos até os anos 1950. Só romperam o vínculo com eles quando os russos conseguiram penetrar no serviço de inteligência norte-americana e desmontar o esquema de espionagem. A atuação das tropas inglesas na Itália foi fundamental para o restabelecimento da ordem fascista, sobretudo no Norte, onde a Resistência tinha tomado muitas iniciativas em favor dos trabalhadores nas indústrias, tentando democratizar o mercado de trabalho e proteger a população. As coisas estavam funcionando bem, mas eles desconstruíram tudo para restaurar a ordem anterior. Chomsky admite que os americanos trabalharam na destruição do processo democrático na Itália porque:

---

<sup>14</sup> Não se sabe o número exato de oficiais da *Schutzstaffel* (SS) e membros do alto escalão do partido nazista, inclusive notórios criminosos de guerra, que vieram se esconder na América do Sul, especialmente na Argentina, Brasil e Chile. Provavelmente milhares; muitos fugiram com a ajuda do Vaticano e do Serviço secreto americano. Entre os que foram encontrados, os mais conhecidos são: Adolf Eichman, o nazista mais procurado, responsável pelo envio de milhares de pessoas para Auschwitz e Treblinka, fugiu para a Argentina em 1950, capturado em 1960, foi levado para Israel, julgado e condenado à morte; Josef Mengele, o médico apelidado de “Anjo da Morte”, fugiu da Alemanha para a Itália, em 1948 foi para a Argentina, Uruguai e depois para o Brasil, onde morreu afogado, em 1979, numa praia do litoral de São Paulo; Walter Rauff, coronel da SS, fundamental na construção e implementação das câmaras de gás, se escondeu em conventos italianos depois da guerra, serviu como conselheiro militar do presidente da Síria em 1948, foi para o Equador em 1949, depois se estabeleceu no Chile, onde vivia com seu próprio nome, protegido pelos militares; Franz Stangl, comandante dos campos de concentração de Sobibor e Treblinka, fugiu para a Itália em 1947, foi para a Síria, com um passaporte da Cruz Vermelha, veio para o Brasil em 1951 onde foi contratado pela Volkswagen, em São Paulo, e trabalhou até 1967, quando foi preso depois de ter sido encontrado por Simon Wiesenthal, um sobrevivente do Holocausto e conhecido caçador de nazistas, e extraditado para a Alemanha Ocidental, onde foi condenado à prisão perpétua; Josef Schwammerberger fugiu para a Itália em 1948, meses depois foi para a Argentina, onde viveu livremente, com seu nome, conseguindo até a cidadania do país, foi preso por autoridades argentinas em 1987, depois que um informante respondeu à recompensa de US \$ 300.000 do governo alemão, julgado na Alemanha e condenado à prisão perpétua; Erich Priebke, membro da SS e da Gestapo, participou do massacre das Fossas Ardeatinas, de 1944, em Roma, autorizou o transporte de 2.000 judeus romanos para Auschwitz e serviu como intermediário nazista com o Vaticano, fugiu para a Argentina em 1948, com a ajuda do bispo Alois Hudal, e se estabeleceu em San Carlos de Bariloche, na Patagônia, foi condenado em 1994 por crimes de guerra e sentenciado à prisão perpétua, morrendo em 2013, aos 100 anos.

Era obvio que a esquerda ia ganhar as eleições. Tinha muito prestígio e a ordem tradicional, conservadora, estava muito desacreditada, o que os Estados Unidos não podiam tolerar. Na sua primeira reunião, em 1947, o National Security Council (Conselho de Segurança Nacional) decidiu suspender a assistência alimentar e utilizar outros tipos de pressão para influenciar a eleição. Mas, e se os comunistas fossem vitoriosos de qualquer maneira? No seu primeiro relatório (NSC 1), o Conselho preparou planos para essa contingência: seria declarada uma emergência nacional, a Sexta Frota entraria em estado de Alerta destinada a derrubar o governo italiano (Chomski, 1997, p. 114).

Nas eleições chilenas de 1970, agentes da Cia tomaram medidas visando ao mesmo objetivo: impedir uma eleição livre. Houve muita propaganda mentirosa patrocinada pelos Estados Unidos, mas, mesmo assim, Salvador Allende saiu vitorioso. O que aconteceu em 1973 nós conhecemos. O governo foi derrubado, milhares de pessoas foram presas, torturadas e assassinadas. Políticas neoliberais implementadas às custas de muita repressão silenciaram as forças democráticas no Chile durante mais de quarenta anos. As mobilizações que atualmente sacodem o país mostram o fracasso dessas políticas. A história pós-Segunda Guerra mostra que os aliados não tinham interesse em destruir o nazismo e punir seus agentes, mas mantê-los sob controle, utilizando sua experiência contra a esquerda e os potenciais inimigos, caso necessário.

No Brasil, a tolerância com comportamentos e ações de caráter fascista vem de longa data. Bolsonaro potencializou e expressou essa tendência. O ódio foi estimulado e fomentado por ele, seus filhos e políticos do Partido Social Liberal (PSL) na campanha eleitoral, com gestos e comportamentos, como “fazer arminha” com as mãos, quebrar placa de Marielle num comício, humilhar negros, nordestinos e pobres, ameaçar fuzilar adversários etc. É surpreendente que a divulgação de vídeos antigos em que Bolsonaro defende abertamente a tortura, lamenta a ditadura militar não haver assassinado trinta mil civis, agride uma deputada e homenageia o coronel torturador e assassino Brilhante Ustra não tenha impedido sua vitória em 2018. O próprio fato dele não ter sofrido nenhuma punição quando fez a homenagem ao torturador no Congresso, na votação do impeachment de Dilma Roussef, mostra uma tolerância e cumplicidade das instituições com o projeto fascista. Nenhum partido de esquerda pediu a punição de Bolsonaro após esse episódio, por falta de decoro e apologia ao crime de tortura.

A direita, com a colaboração incansável da grande mídia, especialmente a Rede Globo, estimulou, sobretudo nas classes médias, um ódio fanático ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à esquerda. Em 2015, uma instabilidade política crescente aprofundou a crise econômica, criando uma situação de ingovernabilidade. As classes dominantes, sempre avessas a mobilizações de rua, passaram a promover grandes passeatas, sempre aos domingos, contra a corrupção e em defesa de tudo o que, no imaginário da classe média, pudesse soar como ameaça à família, ao seu patrimônio e aos “bons costumes”.

O esforço do PT na manutenção de uma política de conciliação de classes não conseguiu aplacar o ódio da direita. Logo após as eleições de 2014, ficou claro que o país estava cindido e que os perdedores não iam suportar mais uma derrota nas urnas. Aceleraram-se, então, as movimentações e articulações golpistas unindo a maioria dos deputados do Congresso, o Judiciário, a grande mídia e o empresariado. O ódio cresceu e ganhou visibilidade nos espaços públicos — aeroportos, universidades, hospitais, restaurantes etc. —, transformando-se em agressões a lideranças do PT e a seus simpatizantes, como aconteceu com o ex-ministro Guido Mantega num hospital em São Paulo, com João Pedro Stédile no aeroporto de Fortaleza, com o compositor e escritor Chico Buarque num bar da Zona Sul do Rio de Janeiro, com o ator José de Abreu num restaurante em São Paulo e com a atriz Letícia Sabatella nas ruas de Curitiba em 31 de julho de 2016.

Políticos de péssima reputação, antes aliados ao PT, tornaram-se agentes do processo que tinha como fim último o impeachment da presidente Dilma Roussef e a destruição do PT, transformado em bode expiatório da crise e responsável por toda a corrupção do país. Com o bombardeio da mídia e os vazamentos seletivos das delações premiadas da Operação Lava Jato, o movimento pró-impeachment ganhou força nas ruas. As manobras jurídicas espetaculares do juiz Moro prepararam o caminho para que o processo contra a presidenta chegasse ao Congresso com um número de parlamentares suficiente para ser aprovado.

Mas o rumo dos acontecimentos não foi exatamente como a direita desejava. Na segunda quinzena de março, as mobilizações de rua organizadas em torno da palavra de ordem “não vai ter golpe” cresceram nas capitais de todo os estados brasileiros, deixando claro que os encaminhamentos conduzidos por Eduardo Cunha no parlamento eram considerados ilegais e ilegítimos por uma parte da população. O golpe dividiu o país. A farsa ficou visível na votação do Congresso

realizada no dia 17 de abril de 2016, e as manchetes da imprensa internacional no dia seguinte não pouparam adjetivos para desqualificar o comportamento dos parlamentares golpistas e o resultado da votação.

Por que um governo de conciliação de classes, atento aos interesses da burguesia, passou a ser tratado por ela como um inimigo? Quando os setores dominantes não estão dispostos a negociar é porque pretendem impor, pelo uso da força se necessário, medidas que prejudicam fortemente as condições de vida dos trabalhadores e da população em geral. O que veio após o golpe foi uma onda reacionária avassaladora, com cortes de gastos sociais, privatizações e repressão. O momento que atravessamos é particularmente inquietante porque não se vê até agora, depois de cinco anos de avanço da ultradireita, uma articulação consistente dos partidos de oposição para barrar as políticas neoliberais e impedir a escalada neofascista. As iniciativas nesse sentido são tímidas. Os espaços democráticos estão se fechando e as instituições, pela sua cumplicidade ou omissão, não garantem o Estado democrático de direito. A instabilidade do cenário internacional torna a situação menos previsível. A crise econômica, política e social se mantém com uma crescente subserviência da grande burguesia brasileira ao imperialismo americano e um aumento dos ataques aos direitos sociais, aos sindicatos, às centrais sindicais, às universidades, aos índios, aos sem-terra e setores mais fragilizados. A militarização da sociedade ganha espaço em escolas públicas, igrejas evangélicas e na burocracia do Estado. De acordo com um levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), divulgado em julho de 2020, 6.157 militares da ativa e da reserva ocupam cargos civis no governo. Alguns elementos do fascismo histórico presentes hoje na sociedade brasileira são bem visíveis.

Existem algumas semelhanças entre o neofascismo do governo Bolsonaro e o fascismo europeu do século XX. Ambos criticam a corrupção, a “velha política” e se apresentam como defensores da ordem. O velho fascismo e o atual consideram a esquerda como o grande inimigo a ser destruído, cultuam a violência, têm um discurso aparentemente crítico e ao mesmo tempo conservador, declaradamente racista, misógino, homofóbico e referenciado na família patriarcal. No Brasil, um nacionalismo de fachada esconde a dilapidação do patrimônio público, e as disputas de poder na base do governo têm gerado muita instabilidade. Difícil prever até que ponto serão retirados direitos dos trabalhadores, sem mais censura, repressão e prisões arbitrárias. Não se deve

descartar a possibilidade de uma ditadura de tipo fascista, pois cada vez mais o capitalismo não é capaz de resolver os problemas que engendra. Mas, como observou André Gorz (1987, p. 25), “essa incapacidade não lhe é fatal: ele adquiriu a faculdade, pouco estudada e mal compreendida, de dominar a não solução de seus problemas; sabe sobreviver a seu mau funcionamento”. Nessas circunstâncias, é preciso penetrar nos pontos sombrios que escaparam à dialética e derrotar o capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Mínima Morália*. Reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ALMEIDA, Roberto. Em carta, Wächter afirma que nazistas entravam no Brasil sem passaporte. *Opera Mundi UOL*, 20 set. 2013. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/31314/em-carta-wachter-afirma-que-nazistas-entravam-no-brasil-sem-passaporte>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.
- BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom. *Correspondência*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BOITO JR., Armando. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- BOITO JR., Armando. O neofascismo já é realidade no Brasil. *Brasil de Fato*, 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- BOITO JR., Armando. As dificuldades da luta popular diante do fascismo. *Brasil de Fato*, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- BOITO, Armando. A Terra é redonda e Bolsonaro é fascista. *A Terra é redonda*, 17 out. 2019. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/tag/armando-boito/>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

- BORON, Atilio A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. *Brasil de Fato*, 02 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- BROSSAT, Alain. Cenas do fim do mundo. In: RICHARD, Lionel. (Org.). *Berlim, 1919-1933. A encarnação extrema da modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- CHOMSKI, Noam. *Segredos, mentiras e democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ECO, Umberto. O fascismo eterno. In: ECO, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GORZ, Andre. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GRÜMBERG, Georg. Por que os Guarani Kaiowá estão se matando?. *Tempo e Presença*, São Paulo, v. 3, n. 258, jul./ago. 1991.
- GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós*. São Paulo: Contexto, 2016.
- HERMLIN, Stephan. *Crépuscule*. Paris: Les Presses d’aujourd’hui, 1980.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MANDEL, Ernest. *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. São Paulo: Editora Alameda, 2010.
- MARCHESAN, Ricardo. Volks, BMW, Hugo Boss: essas e outras gigantes ajudaram Alemanha nazista. *UOL*, São Paulo, 12 set. 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/12/empresas-nazismo.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2020.
- MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.



- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972.
- REICH, Wilhem. *Psicologia de massas do fascismo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RICHARD, Lionel. (Org.). *Berlim, 1919-1933*. A encarnação extrema da modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ROSENHAFT, Eve. Guerra nas ruas. In: RICHARD, Lionel. (Org.). *Berlim, 1919-1933*. A encarnação extrema da modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SHIRER, William L. *Ascensão e queda do III Reich*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOUPAULT, Philippe. Reuniões hitleristas. In: RICHARD, Lionel. (Org.). *Berlim, 1919-1933*. A encarnação extrema da modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- STROHMEYER, Klaus. Harmonia aparente e crise latente. In: RICHARD, Lionel. (Org.). *Berlim, 1919-1933*. A encarnação extrema da modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- TROTSKI, Leon. O que é fascismo. In: MANDEL, Ernest. *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.
- TROTSKI, Leon. *Como esmagar o fascismo*. Introduções de Chris Harmann. São Paulo: Autonomia literária, 2018.
- VUILLARD, Eric. *A ordem do dia*. São Paulo: Planeta, 2019.

# NEOFASCISMO, HEGEMONIA BURGUESA E AGENDA ANTIGÊNERO: PERSPECTIVAS PARA LUTAS ANTIFASCISTAS

ANA LOLE

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA

## Introdução

Em tempos austeros compreender os processos de constituição da hegemonia burguesa no Brasil e das formas de modernização conservadora torna-se imperioso para perceber o quanto o conservadorismo se coloca como um dos desafios para construção de uma nova hegemonia pelos subalternizados.

Problematizamos, neste texto, as políticas neofascistas e o estado de exceção como um paradigma de governo frente à onda conservadora no Brasil hodierno e como essas políticas antidemocráticas radicalizam certas ações, principalmente o discurso ideológico de “caça às bruxas” no campo dos estudos de gênero. Isto pode ser evidenciado na denominada pauta antigênero que marca as últimas duas décadas no país, a qual expressa retrocessos e desmonte de direitos.

Analisamos a marcha da construção dessa agenda conservadora como importante articulação da direita no Brasil, evidenciando de que modo a educação se constitui relevante campo de batalha de resistências das lutas antifascistas na construção de uma nova hegemonia. Esperamos demonstrar que o debate de gênero, sexualidades e raça-etnia, longe estão de se limitarem a pautas “culturais” e ideológicas, antes mobilizam relações de poder viscerais para o processo de exploração e dominação capitalista.

## Neofascismo e hegemonia burguesa

O que evidenciamos hoje, no Brasil, é a emergência de um “estado de exceção” materializado mediante aprofundamento da ofensiva contra os subalternizados e que “tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea” (Agamben, 2014, p. 13). Estado de exceção, aqui compreendido segundo Giorgio Agamben (2014), representa:

[...] a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-lei (isto é, aplica desapplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a conseqüente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real. (Agamben, 2014, p. 63).

Diante deste quadro atual, observamos que no percurso da história o país viveu e vive uma ditadura da burguesia, já que para manter-se hegemônica chega a se aproximar do autoritarismo fazendo com que o estado de exceção se apresente “como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (Agamben, 2014, p. 13). O medo desta elite burguesa de perder o poder (político, econômico e social) faz com que ela se utilize de armas cruéis, como a violência, para permanecer com *status quo* inalterado. Utiliza-se, também, do conservadorismo, pois ele é, e continuará sendo, “alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um elemento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (Boschetti, 2015, p. 639).

O conservadorismo constitui a essência da direita, ou seja: “a ideologia da direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são benéficas” (Konder, 2009, p. 27-28).

Para a manutenção dos privilégios a direita precisará do uso da repressão para persuadir a população, para isso irá se valer do recurso fascista. Leandro Konder em seu livro *Introdução ao fascismo*, escrito em 1970, no período de exílio, considerou o fascismo “um dos fenômenos políticos mais significativos do século XX” (2009, p. 23), e acrescentaríamos que continua presente ainda nos dias atuais. Lógico que, com outras configurações.

Para conceituar o fascismo usaremos um trecho de Konder, da mesma obra citada acima:

[...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista do Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais; pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (Konder, 2009, p. 53).

Diante desta definição, observamos que o fenômeno fascista faz parte do conjunto de estratégias políticas da extrema direita brasileira, a qual está alinhada à política econômica dos Estados Unidos (EUA) e desconsidera toda luta por direitos democráticos nos últimos 40 anos. A burguesia brasileira para manter-se hegemônica é capaz de aproximar-se do autoritarismo, o que hoje se traduz pelo neofascismo, pelo bolsonarismo e pelo “medo do fantasma do comunismo”.

O fascismo é instrumento de repressão e de força, ou seja, não foi e não é uma fatalidade as políticas de extermínio implementadas pelo Estado.

E assim se justifica a tese comunista de que o fascismo enquanto fenômeno geral, enquanto flagelo que supera a vontade e os meios disciplinares

dos seus líderes, com sua violência, com seus monstruosos arbítrios, com suas destruições tão sistemáticas quanto irracionais, só pode ser extirpado por um novo poder de Estado, por um Estado “restaurado” tal como o entendem os comunistas, ou seja, por um Estado cujo poder esteja nas mãos do proletariado, a única classe capaz de reorganizar a produção e, em consequência, todas as relações sociais que dependem das relações de produção. (Gramsci, 2004, p. 58).

Antonio Gramsci levanta algumas características do fascismo na Itália, nas quais identificamos semelhanças com a realidade brasileira atual.

O fascismo apresentou-se como o antipartido, abriu as portas a todos os candidatos; e, prometendo a impunidade, permitiu que uma multidão impopular cobrisse com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos. O fascismo tornou-se, assim, uma expressão de nossos costumes, identificando-se com a psicologia bárbara e antissocial de alguns estratos do povo italiano, ainda não modificados por uma nova tradição, pela escola ou pela convivência em um Estado bem organizado e bem administrado. (Gramsci, 2004, p. 57).

As questões sobre costumes, preconceito e autoritarismo nos remetem a nossa realidade, uma vez que diversas manifestações, de cunho moral e conservador, são realizadas no intuito de retroceder conquistas históricas, como as pautas de gênero, saúde sexual e reprodutiva, entre outras.

O filósofo sardo contribui para entendermos a realidade brasileira, pois a atualidade do seu pensamento é reconhecida pela necessidade de estabelecer um processo de construção de uma nova sociedade que tenha como parâmetro a socialização da política e a consolidação de um novo bloco histórico<sup>1</sup>. Para contribuir com nossa análise destacamos a categoria de revolução passiva como fundamental para a compreensão do nosso tempo histórico<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Bloco histórico, na concepção gramsciana, “compreende a estrutura e os vários níveis e facetas das superestruturas, [...] uma ‘necessária reciprocidade entre a estrutura e a superestrutura, reciprocidade que não é nada senão o processo dialético real’” (Boothman, 2018, p. 26).

<sup>2</sup> O tempo histórico “não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas [...] uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (Koselleck, 2006, p. 309).

Nossa intenção é de fazer alguns apontamentos sobre a formação social do Brasil no intuito de mostrar que o processo de “modernização conservadora”, “revolução dentro da ordem” ou “revolução pelo alto” sempre fizeram parte de nossa história. A elite política brasileira para a manutenção do poder se utiliza do transformismo<sup>3</sup> demonstrando o quanto a hegemonia burguesa é violenta e, por isso, se aproxima do autoritarismo. A democracia e o autoritarismo sempre estiveram lado a lado na formação social brasileira.

Gramsci deixa claro que “pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz” (Gramsci, 2001, p. 63). Gramsci descreve o transformismo como uma das formas históricas do binômio “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno italiano. O transformismo constituía um “documento histórico real’ da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação)” (2001, p. 286).

A categoria revolução passiva se articula com as particularidades da formação social brasileira, uma vez que a trajetória histórica do país passou por diversos momentos de “transição pelo alto”. Carlos Nelson Coutinho (2007) deixa claro que o processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre em dois momentos: “o da ‘restauração’ (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)” (Coutinho, 2007, p. 198). O que demonstra atualidade da categoria gramsciana na presente conjuntura de conservadorismo no Brasil.

O golpe militar de 1964, segundo Florestan Fernandes, representou a consolidação da revolução burguesa no Brasil como uma contrarrevolução

---

<sup>3</sup> Gramsci (2001, p. 63) caracterizou toda vida política italiana, a partir de 1948, como “transformismo”, ou seja: “pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados [...] com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva a decapitação destes e sua aniquilação”. Assim, o transformismo foi “a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política”.

permanente. Para o autor a burguesia brasileira é “antinacional, antissocial e antidemocrática” e cabe à classe subalterna as funções de: “conquistar o poder, construir sua versão de democracia e dedicar-se à constituição de uma sociedade igualitária e socialista” (Fernandes, 2007, p. 62).

Neste período de intervenção militar a classe dominante conseguiu conquistar “um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias; se fez protagonista dessa obra de modernização; assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964” (Coutinho, 2007, p. 202). Pois a mesma contava com:

[...] as forças produtivas da indústria, através de uma forte intervenção do Estado, desenvolveram-se intensamente, com o objetivo de favorecer a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista. A estrutura agrária foi profundamente transformada, sendo hoje predominantemente capitalista. (Coutinho, 2007, p. 201).

Com essas resoluções políticas “pelo alto” temos o fortalecimento do Estado e a prática do transformismo, a qual é a: “assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas” (Coutinho, 2007, p. 205).

Gramsci (2001, p. 286) apresenta dois tipos de transformismo em sua análise da sociedade italiana: “1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada”; e “2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado”. Porém “entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário — 1890-1900 —, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos”.

No Brasil, o transformismo molecular está representado entre os intelectuais, a “assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas”, e o transformismo ampliado pelo período populista: nos governos Juscelino Kubitschek (JK) e Getúlio Vargas esse transformismo teve relativo sucesso graças ao “amplo consenso conquistado pela política nacional-desenvolvimentista

posta em prática naquele período, uma política caracterizada por processos de industrialização acelerada com base na substituição de importações” (Coutinho, 2007, p. 206-207). Contudo, cabe ressaltar que os trabalhadores não foram cooptados sem reação. Embora o êxito acima seja inegável.

Hodiernamente o que vivenciamos não é exatamente novidade, trata-se, portanto, de atualizações do passado, já que o país é marcado por “transições pelo alto”. É sabido que a burguesia brasileira busca solucionar os entraves a sua hegemonia aniquilando as lutas sociais dos subalternizados, bem como as formas de reação desses grupos. A onda conservadora traz consigo expressões neofascistas, as quais buscam mascarar o real no intuito de desfigurá-lo para tentar neutralizar as forças dos subalternizados. Com o intuito de realizar a crítica da ideologia neofascista, a qual para elaborar suas concepções busca ideias no campo do “inimigo”, passamos a analisar no próximo item de que modo o discurso de direita no Brasil se apropria das formulações no campo das questões de gênero e sexualidades, e realiza a crítica conservadora com vistas à aquisição de hegemonia burguesa. Vale destacar que nesse campo são visíveis muitos avanços contra-hegemônicos nos últimos anos, embalados por lutas e resistências de grupos subalternizados que deram sustentação ao sonho de uma sociedade justa, equitativa e livre. Não é de se admirar que sejam duramente atacados no projeto ultraliberal conservador do atual Estado brasileiro.

## **Gênero e sexualidades na agenda fascista**

Nesse quadro neofascista dos Estados contemporâneos, sobretudo no Brasil, indagamos as razões pelas quais gênero e sexualidade são pautas importantes de articulação do discurso e das práticas fascistas atuais. Muitas pesquisadoras, como Corrêa (2018) e Marafon (2018) têm designado como políticas antigênero o conjunto de movimentações de cunho autoritário e conservador nesse campo, que evidencia um projeto elaborado de sustentação de uma sociedade classista, misógina, étnico-racista, lgbtfóbica, articulando profundas desigualdades sociais e econômicas.

Recuando ainda, antes de examinarmos as formulações da agenda antigênero no regime neofascista em curso no Brasil, destacamos dois elementos



essenciais para nossa indagação inicial. De um lado, o interesse por essa agenda é motivado pela força política e econômica de grupos conservadores ancorados no fundamentalismo religioso — sobretudo, católico e neopentecostal (Miskolci, 2018; Saraiva, 2017; Corrêa, 2018; Miguel, 2016; Marafon, 2018) —, que manejam seus interesses político-econômicos, vale frisar, e articulam vontades e valores morais, pilares da sociedade capitalista burguesa. Família burguesa, heterossexismo, missões civilizatórias de ontem e hoje incumbidas de estabelecer a supremacia branca europeia são parte desse projeto, tornando questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais tão importantes.

A conversão desses valores constitui um segundo elemento acerca da relevância das questões de gênero e de sexualidade, articulados à raça e à classe, pois, como aponta Michel Foucault (1977), o fascismo histórico soube muito bem manusear e utilizar o desejo das massas. O investimento na formulação e transformação do “desejo” e da “vontade” em ação política é tarefa central nos regimes neofascistas. Assim, cabe observar que gênero e sexualidades, interseccionados por raça e classe, compõem um campo. Para ele convergem: desejo, vontade, modos de fazer a vida andar, corpos que precisam ser regulados, normatizados para que movimentem toda uma economia do trabalho e da sociabilidade.

Sonia Corrêa (2017)<sup>4</sup> sustenta que a agenda antigênero vem se gestando a longo tempo. Seus rastros podem ser observados desde as mobilizações em torno das Conferências Internacionais da década de 1990, como a ECO

---

<sup>4</sup> Palestra intitulada “‘Ideologia de Gênero’: rastros perdidos e pontos cegos”, proferida pela pesquisadora feminista Sonia Corrêa no Seminário Gênero Ameaça(N)do, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em outubro de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/VWBj6GX2Umo>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

92 (1992)<sup>5</sup>, as Conferências de Viena (1993)<sup>6</sup>, Cairo (1994)<sup>7</sup> e Beijing (1995)<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como ECO 92, Rio 92 e também como “Cúpula da Terra”, na qual 179 países participantes acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A pauta das mulheres, mobilizada pelos movimentos feministas, foi intensamente discutida nesta agenda. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>6</sup> Ocorrida em Viena, em 1993, esta foi a segunda conferência do ciclo realizada pela ONU na década de 1990. De acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tanto a Declaração como o Programa de Ação aprovados em Viena enfatizam as responsabilidades dos Estados de proteger e promover os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as pessoas sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. A conferência fez história ao aprovar a resolução de que os direitos das mulheres e das meninas são parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais e explicitar que a violência contra as mulheres constitui violação dos direitos humanos. Disponível em: <[https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/\\_anos/1993.php?iframe=conferencia\\_dir\\_humanos](https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1993.php?iframe=conferencia_dir_humanos)>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>7</sup> A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo, Egito, em 1994, foi a maior conferência intergovernamental relacionada às populações e também um marco na história dos direitos das mulheres. Importantes acordos foram firmados nesta conferência, como: promoção da igualdade de gênero; eliminação da violência contra a mulher; garantia dos direitos reprodutivos; redução da mortalidade materna e infantil. Também foi aprovado um Programa de Ação para os vinte anos seguintes, especificando objetivos que todos os países presentes se comprometeram a cumprir, na área da saúde, para a melhoria da qualidade de vida da mulher e para o desenvolvimento social. Disponível em: <<http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/acordos-de-cairo-e-beijing>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>8</sup> A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, também conhecida como Conferência de Beijing, foi realizada em setembro de 1995, na cidade de Beijing (Pequim), capital da China. Estiveram presentes mais de 180 delegações governamentais, entre elas o Brasil, além da representação de mais de 2.500 Organizações Não Governamentais (ONGs), que se reuniram para discutir uma série de questões relacionadas às mulheres. Foi um momento importante na história de luta pelos direitos à igualdade e à justiça social. Esta conferência colocou as mulheres, independente de sua classe social, idade, etnia, filiação política, religião e orientação sexual, como força principal no desenvolvimento de uma nova agenda de atuação e no centro dos esforços para o alcance da igualdade plena da mulher na sociedade, removendo os entraves à participação das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada e os obstáculos que impedem seu avanço, como a pobreza, a violência e a falta de acesso à educação, saúde, economia e tomada de decisão. Disponível em: <<http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/acordos-de-cairo-e-beijing>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Nesses espaços foram travadas intensas batalhas pelos feminismos em torno do termo gênero e dos direitos sexuais que indicaram ampliações importantes em defesa da diversidade de gênero e de sexualidade. As conferências implicaram tensões com grupos conservadores católicos que viam o crescimento de uma autonomia da esfera dos direitos sexuais e reprodutivos na América Latina, especialmente Brasil e México. Para Corrêa, essa mudança geopolítica soou como um alarme na mobilização desses grupos em torno da hegemonia no continente. A eleição de um papa latino-americano somada à ascensão de lideranças religiosas nos governos de ultradireita, bem como diversas elaborações teológicas em torno da chamada “ideologia de gênero” são importantes movimentações nessa direção.

É no início dos anos 2000 que essas ações irão se intensificar resultando no Brasil num conjunto de medidas dirigidas ao campo de gênero e sexualidades, de caráter profundamente restritivo, violento, conservador e autoritário.

Observa-se a presença do conservadorismo religioso de diferentes crenças disseminado nas instâncias políticas legislativas e institucionais, destacando-se a grande bancada evangélica no planalto, a nomeação de Damares Alves, uma pastora, para o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro e o slogan adotado por ele na campanha presidencial de 2018: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Aliás, a eleição presidencial de Jair Bolsonaro cruzou, como diz Corrêa (2018), a expansão do neoliberalismo com a “ideologia de gênero” como pedra angular da guinada à direita da política brasileira.

Resultados concretos dessa “conquista” política neoconservadora são a escalada da homofobia e do machismo expressas no crescimento da violência de gênero, sexualidade e étnico-racial, interseccionadas também por condições de idade e territorialidade. Dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), no mês de março de 2019, revelam que apenas nos dois primeiros meses do ano (janeiro e fevereiro) no Rio de Janeiro, com casos registrados, oito mulheres foram mortas vítimas de feminicídio (sendo cinco delas assassinadas por conhecidos e três por atuais companheiros) e 63 sofreram tentativa de feminicídio. O infográfico do ISP apontou ainda os números de 2018, com 71

feminicídios e 288 tentativas de feminicídio<sup>9</sup>. Ressaltamos como ponto sensível as diferenças gritantes entre o aumento da violência contra mulheres brancas e negras, pois a mulher negra é a maior vítima de feminicídio no país, perfazendo 61% das vítimas, segundo o Anuário de Segurança Pública de 2019<sup>10</sup>. O aumento do encarceramento<sup>11</sup> e da violência policial, especialmente contra a juventude negra, reforçam as faces da ascensão do neofascismo no Brasil.

Esse quadro de recrudescimento de uma sociedade misógina, lgbtfóbica e racista se agravou ainda mais no período da pandemia da COVID-19, no Brasil e no mundo, revelando-se dados, como do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de que houve um aumento de 44,9% dos atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência no estado de São Paulo nesse período. A quantidade de feminicídios também subiu no estado, de 13 para 19 casos

---

<sup>9</sup> “Uma mulher é vítima de feminicídio a cada 7 dias no RJ, aponta ISP”. *Portal G1 Rio*, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/27/uma-mulher-e-vitima-de-feminicidio-a-cada-7-dias-aponta-isp.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

<sup>10</sup> “Aonde mora a violência contra a mulher?”. *Portal Geledés*, 10 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/aonde-mora-a-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>11</sup> O aumento do encarceramento muito tem a ver com a cultura política do país. “Enquanto as opções políticas estiverem lastreadas no tripé repressão/punição/exclusão, cujas supostas soluções ‘simples e imediatas’ encontram apoio popular e favorecem os discursos populistas de indivíduos que não têm qualquer compromisso com a redução da violência da sociedade; enquanto não conseguirmos recuperar nossa memória histórica e delinear o quanto a violência de estado contra os pobres e negros marcou a nossa trajetória como ‘Nação’; enquanto não formos capazes de perceber que os apelos por mais repressão e punição só beneficiam aqueles que angariam dividendos políticos-eleitorais com bravatas desconectadas de quaisquer evidências em experiências, dados ou políticas públicas; enfim, enquanto não conseguirmos transformar o nosso modelo de política de segurança cujos pilares são a guerra às drogas, a polícia militar e a prisão, permaneceremos presos neste labirinto esquizofrênico em que a ânsia da população por uma sociedade pacificada tem como respostas ações que aumentam a violência letal e aprofundam o nosso histórico fosso socioeconômico, a exclusão e a vulnerabilidade da democracia brasileira. A construção de um modelo de política pública deve estar assentado nos pilares legais, na prevenção e na inteligência. Do contrário, continuaremos fadados ao retrocesso civilizatório e à fragilização da política e das instituições” (Dias; Manso, 2018, p. 6).

(46,2%)<sup>12</sup>. Segundo publicação no Portal Geledés<sup>13</sup>, dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, apontam aumento de 18% das denúncias recebidas entre os dias 17 e 25 de março de 2020 — período em que políticas de isolamento foram intensificadas no país —, comparado ao período de 1º a 16 do mesmo mês.

Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), o sociólogo Boaventura Sousa Santos (2016) chamou-nos a atenção para o fato de que o fascismo não tem somente uma face violenta, traz ainda a face da benevolência, da filantropia. Para o autor, há um fascismo social que é aquele que envolve os atos cotidianos de violações e violências dirigidos a grupos marginalizados, a exemplo da insegurança das mulheres nas ruas e casas sujeitas a assédio e violências sexuais; da submissão de trabalhadores a ocupações insalubres e precárias, incapazes de lhes sanar as necessidades de sobrevivência; e da expulsão de povos indígenas de suas terras por interesses de agronegociantes e latifundiários. Situações em que todos são formalmente cidadãos, mas não conseguem reivindicar direitos de cidadania a seu favor. Santos (2016) afirma: “Quanto mais vasto é o número dos que vivem em fascismo social, menor é a intensidade da democracia”.

Nessa direção, vale destacar a contrarreforma da previdência social (Emenda Constitucional nº 103/2019)<sup>14</sup> e a redução/congelamento do orçamento para com políticas sociais (Emenda Constitucional nº 95/2016)<sup>15</sup>, conhecida como a “PEC da Morte”. Além dessas mudanças que atingem diretamente a classe trabalhadora pobre e negra, a aprovação da “lei da terceirização” (Lei nº 13.429/2017)<sup>16</sup> torna ainda mais precária a situação desses sujeitos. Nesse sentido, Stampa e Lole (2018) avaliam que:

---

<sup>12</sup> “SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia”. *Agência Brasil*, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>13</sup> “Deputadas pressionam por ampliação do ligue 180 na Pandemia do Novo Coronavírus”. *Portal Geledés*, 07 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/deputadas-pressionam-por-ampliao-do-lique-180-na-pandemia-do-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>14</sup> Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

<sup>15</sup> Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

<sup>16</sup> Altera dispositivos da Lei nº 6.019/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Pode-se afirmar que a radicalidade da questão social passa, agora, por nova configuração histórica, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil. É possível, também, observar que as mudanças significativas que se verificam no mundo do trabalho, no Brasil recente, estão moldando um novo contorno à questão social. As contradições estão mais visíveis em consequência das novas formas de organizar a produção e a gestão do trabalho. (Stampa; Lole, 2018, p. 279).

Todas essas mudanças que evidenciam um processo de intensificação do neoliberalismo conjugado a governos de ultradireita com fortes vínculos religiosos, tomam as questões de gênero e sexualidades, em suas interseccionalidades, como uma verdadeira “cruzada”, como alguns autores (Miskolci, 2018; Marafon, 2018) preferem chamar em referência às guerras religiosas do passado. Luís Felipe Miguel (2016) analisa que se trata de uma conjugação da ideologia ultraliberal libertariana, fundamentalismo religioso e anticomunismo associado na América Latina ao bolivarianismo. Esta união produziu o que Corrêa (2018) identificou como diáde “ideologia de gênero-comunismo”, uma espécie de reação conservadora contrária a transformações nas ordens de gênero e sexualidade alcançadas no período de reconstrução democrática.

O termo “ideologia de gênero” não tem lugar na teoria e prática feminista, mas é formulado por fundamentalistas religiosos, sobretudo católicos conservadores, para desqualificar comportamentos e práticas que advogam direitos e igualdade no campo da diversidade de gênero e sexualidade. Defendem ideais familistas e uma concepção naturalista dos comportamentos, que repõem hierarquias desiguais baseadas em gênero, sexualidade, geração, raça, entre outras. Como mencionado anteriormente, refere-se a uma atitude dos grupos católicos conservadores no sentido de reaver espaços perdidos no final do século XX e início de XXI em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. Aprovação de uniões de casais do mesmo sexo, aprovação de políticas e de leis em torno da diversidade de gênero e sexual, e redes de cuidados a mulheres que abortam constituem emblemas de uma sociedade que foge às rédeas doutrinárias religiosas.

A retomada da família natural será central para angariar apoio popular na “caça” ao gênero e sexualidades, sendo emblemática a proposição do Estatuto da Família — o Projeto de Lei nº 6.583/2013, do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), evangélico da Assembleia de Deus — nos termos da reafirmação de uma norma familiar burguesa como referência de família legítima e estruturada.

Contraposição nítida aos avanços nas aprovações de Leis que reconhecem uniões e parcerias do mesmo sexo.

A “ideologia de gênero” se fundamenta nas formulações de Dale O’Leary, militante pró-vida, vinculada à Opus Dei, que participou das Conferências de Cairo e Beijing, e em 1997 publicou um livro chamado *The Gender Agenda* em que acusa a Organização das Nações Unidas (ONU) de formular políticas públicas de gênero. A autora utiliza o termo “feminismo radical” e faz ataques e críticas ao feminismo e, particularmente, à teoria *Queer* de Judith Butler alegando ferirem os princípios da família natural e da moral, com efeitos perniciosos sobre as crianças.

Em 1997, o então Cardeal Joseph Ratzinger — atual Papa Emérito Bento XVI — alertava que o uso do conceito de gênero contradizia o catolicismo e introduzia o que define como uma nova antropologia, ou seja, uma nova definição do humano (Miskolci; Campana, 2017, p.726). Foi em 1998 que o fantasma começou a se disseminar na Conferência Episcopal da Igreja Católica do Peru, cujo tema já verbalizava a noção que se disseminaria: “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances” (cf. Furlani, 2016). (Miskolci, 2018).

Miguel (2016) destaca que é curioso como nos pressupostos da “ideologia de gênero” ocorre uma digressão que parte dos estudos de Butler e chega ao marxismo das obras *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, e *A origem da família, da propriedade e do Estado*, de Engels. Ressalta-se a referência ao pensamento de Gramsci, no chamado marxismo cultural, em que ganha centralidade uma reforma moral e intelectual na tomada de consciência da classe trabalhadora e no papel da educação nessa tarefa revolucionária. São indícios da necessidade de proteger as crianças de uma educação “ideológica”. Nesse ponto, “ideologia de gênero” e “movimento escola sem partido” (MESP)<sup>17</sup> se confluem, visto que para Miguel (2016) o MESP tem uma agenda inicial distinta voltada para

---

<sup>17</sup> “O mito de origem, que o próprio movimento divulga, diz que ele é fruto da indignação de seu chefe, um advogado paulista, quando sua filha contou que o professor de História havia comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara ao santo católico Francisco de Assis (Bedinelli, 2016). Quando surgiu em 2004, seu foco era a pretensa ‘doutrinação marxista’ nas escolas, um tema que reaparece ciclicamente desde o final da ditadura militar” (Miguel, 2016, p. 599-600).

o combate à chamada “doutrinação marxista”, que teria ganhado espaço no ambiente escolar do ensino inicial até a universidade.

Nessa direção muitas iniciativas são produzidas tendo a educação como foco. A Lei nº 13.415/2017, de reforma do ensino médio, por exemplo, atinge as matérias das ciências sociais e humanas como elo da “doutrinação marxista”. A Lei prevê que as disciplinas de filosofia e de sociologia passem a não ser oferecidas como obrigatórias no ensino médio, e sim de forma transversal como “estudos e práticas”, conforme apontado no artigo 35A, § 2º, da referida Lei: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”.

Destacamos aqui o Projeto de Lei nº 246/2019 que institui o “Programa Escola sem Partido”. A principal questão filosófica do “Programa Escola sem Partido” é a neutralidade, demonstrada em seus argumentos que direcionam que devemos “educar de maneira neutra”. Enquanto isso, esse projeto, propaga de forma “sutil” a sua própria ideologia, a qual está atrelada ao conservadorismo e à extrema direita. Nos dizeres de Miguel (2016):

*O slogan da educação “neutra” esconde a compreensão de que a escola precisa ser *neutralizada*, para que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos possa ser absoluta. O espantinho da doutrinação dos alunos por professores “esquerdistas”, pretexto para a criminalização do pensamento crítico em sala de aula, serve para frustrar o objetivo pedagógico de produzir cidadãos e cidadãs capazes de reflexão independente, respeitosos das diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel, individual e coletivo, na reprodução e na transformação do mundo social. (Miguel, 2016, p.617).*

O MESP, como dito anteriormente, tem de início uma agenda anticomunista mobilizada em torno da crítica à suposta “doutrinação marxista” da educação e a sua expressão por meio do “marxismo cultural”. Posteriormente, encontra nas críticas à chamada “ideologia de gênero”, termo cunhado pela teologia católica, um reforço em suas teses reacionárias aglutinadas pelo fundamentalismo religioso. Para Miguel, “ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente ‘moral’ (em contraposição a ‘político’) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças” (2016, p. 596).



Não é demais retomar que os avanços das últimas décadas no campo dos direitos de mulheres e políticas de igualdade de gênero, sexualidade, e também raça<sup>18</sup>, são alvo de franco ataque. Nas escolas, o debate sobre diversidade sexual e de gênero sempre foi marcado por muitas resistências, no máximo ganhando legitimidade quando está associado à eliminação da gravidez na adolescência e à prevenção de doenças, ou seja, quando tem o efeito de propagar medo e recusa ao sexo entre jovens.

Entretanto, pesquisas nas áreas de ciências sociais, saúde pública e educação discutem que direitos sexuais a adolescentes e jovens em vez de compreendidos como incentivo ao desgoverno da sexualidade são parte do complexo processo de aquisição de autonomia e cidadania desses grupos. Heilborn (2012) relata que em pesquisa realizada com 4.634 jovens de ambos os sexos entre 18 e 24 anos a exposição a informações qualificadas sobre a vida sexual fez diferença nas suas trajetórias e capacidade de fazer escolhas de forma consciente. A condição de classe foi de suma importância na aquisição das primeiras informações sobre sexualidade, concluindo-se que na escola “a socialização no que toca à sexualidade está presente em seu universo e cabe a ela, como a outras agências, promover a educação em sexualidade” (Heilborn, 2012, p. 64).

Ao falarmos de direitos sexuais e reprodutivos estamos explicitamente refletindo sobre a construção do Estado laico e democrático no Brasil que teve início na década de 1980. Essa marcha passou a ser diretamente atacada, e ganha força um conjunto de mobilizações e medidas que visam à privatização dos direitos, à moralização e a autoritarismos de todo tipo. Rita Segato (2016) chama atenção que, nesse contexto de “retorno conservador ao discurso moral” no mundo, gênero se constitui como categoria de acusação. Suas reflexões nos ajudam à compreensão de como gênero e sexualidades desempenham papel crucial na tomada ultradireitista no continente.

En efecto, la presión desatada en todo el continente por demonizar y tornar punible lo que acuerdan en representar como “la ideología de género” y el énfasis en la defensa del ideal de la familia como sujeto

---

<sup>18</sup> A questão étnico-racial exige uma discussão mais aprofundada com respeito ao modo como a agenda ultradireitista conservadora se mobiliza em torno dela. Suspeitamos que a Política de Segurança Pública é uma estratégia importante que somada ao desmantelamento do trabalho atingem em cheio a população negra no Brasil.

de derechos a cualquier costo transforma a los voceros del proyecto histórico del capital en fuentes de prueba de lo que he venido afirmando: que, lejos de ser residual, minoritaria y marginal, la cuestión de género es la piedra angular y eje de gravedad del edificio de todos los poderes. (Segato, 2016, p. 15-16).

## **Rumo a perspectivas antifascistas**

Pensar a escola como espaço libertário, nos termos de Bell Hooks e de Paulo Freire, é contrapor-se ao fascismo nas suas diferentes formas. Defendê-la é uma prática antifascista.

Com a metáfora da plantação, Bell Hooks pensa a educação como algo que se faz junto e que implica o ato em que todos tomam posse do conhecimento (Hooks, 2019). Desse ponto de vista a educação envolve uma práxis tal como no sentido gramsciano e freiriano, um agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo.

Tanto Paulo Freire (1994, 1998) quanto Bell Hooks (2019) problematizam o que acontece nas salas de aula e o papel da teoria a partir da perspectiva da práxis libertadora. Ligar a consciência à prática, estimular conhecimento sobre como viver no mundo e engajamento crítico são elementos que estimulam a experiência de uma educação como prática de liberdade.

Tanto na prática política quanto nas instituições educacionais, a educação libertadora requer um firme compromisso com o repensar crítico acerca das estruturas, dos modos de conhecimento e das antigas epistemologias. É interessante observar na reflexão de Bell Hooks que não basta a crítica à racionalidade moderna, burguesa e elitista se não acrescentarmos que essa razão é marcada por uma autoridade de quem fala, branca e masculina. Esses elementos conjugados é que fazem emergir a complexa estrutura de dominação e exploração que enreda os sujeitos e impede a realização de uma teoria e prática libertadoras. Assim, quando raça, classe e gênero são impedidos de entrar na sala de aula ou nos espaços em que se promove a fundação de valores societários, essa não presença produz muitas violações e violências, pois desenraiza os sujeitos não apenas do que são como da sua capacidade de engajamento no mundo (Almeida; Lole, 2020).

Nessa esteira, podemos pensar as lutas libertárias e antifascistas em várias dimensões. Marafon (2017) analisa nesse cenário de investidas neoconservadoras na educação que os sujeitos desse espaço não estiveram passivos. As resistências de jovens nas ocupações em escolas no Rio de Janeiro é um dos exemplos que desvelam elementos de apropriação do espaço escolar e dos territórios subjetivos. Demonstram a proclamação do pertencimento social desses sujeitos, resistindo aos autoritarismos que visam impor a “educação bancária”, nos termos de Paulo Freire (1998).

Com base nos referenciais de Guattari e Rolnik (1986), a autora Marafon (2017, p. 13) observa que essas ocupações, além de se fundarem em contraposição à educação fascista, expressam revoluções moleculares “no campo da produção de desejo [...] ‘contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção, etc.’”.

Estudantes insistem em nos dizer que sabem experimentar as escolas de outros jeitos, restando, portanto, poder ouvi-los. O que elas e eles nos dizem acerca das experiências? Como pistas que sugerem passagens e entradas movediças, meios para começar, as ocupações nas escolas deixam rastros para serem acompanhados. (Marafon, 2017, p. 18).

Outras táticas são os currículos ocultos. Cabe lembrarmos que a experiência do currículo não se resume na grade curricular, mas se operacionaliza em atos, rotinas, processos cotidianos que envolvem sujeitos variados que vão construindo sentidos inesperados.

Jurjo Torres Santomé é um pesquisador espanhol que tem discutido, no âmbito da educação, as teorias reprodutivistas que não conseguem apreender os espaços e momentos das resistências criadoras e libertadoras nas instituições. A esse processo o autor deu o nome de “currículo oculto”, publicado pelo mesmo nome “El curriculum oculto” (Torres Santomé, 2005), o qual consiste num interessante trabalho sobre o que acontece nos processos educacionais em todos os níveis. Para além dos currículos oficiais, o ambiente acadêmico vivencia processos e condições que denotam um currículo oculto, fonte de incalculáveis aprendizagens para a estudante e o estudante. Torres Santomé (2005, p. 63) diz que o currículo oculto nos permitirá “capturar el significado de unas prácticas y rutinas que hasta el momento venían pasando desapercibidas”.

Segundo o autor, o currículo oculto funciona “de una manera implícita através de los contenidos culturales, las rutinas, interacciones y tareas escolares” (2005, p. 76).

Em entrevista concedida a Silva e Delboni (2012), Jurjo Torres Santomé aborda as ocorrências em sala de aula na construção da experiência formativa, que estão para além dos manuais prescritos, articulando-se com as experiências mais amplas dos sujeitos envolvidos: “todos podemos lembrar, como professoras e professores, com forte compromisso político e social, que nos ajudavam a ver aquelas realidades que os manuais escolares e os meios de comunicação tratavam de ocultar ou de deformar” (Silva; Delboni, 2012, p. 283).

É importante ressaltar que a discussão de teorias de gênero, sexualidade e interseccionalidades podem estar presentes em outras disciplinas e não apenas naquelas cujos nomes explicitam a matéria. Por isso, é imprescindível não perder de vista a questão de que há um currículo oculto, operado na experiência docente em que se efetiva a formação profissional, o qual nem sempre é representativo dos acordos textuais. Como qualifica Torres Santomé em entrevista ao Portal Aprendiz: “a escola ensina muito mais [...]. É uma temática que reaparece em todas minhas investigações e publicações. Fundamentalmente são aprendizagens não intencionais, ou seja, que não estão no programa do professor de uma maneira expressa” (Nogueira, 2013).

Os currículos são pensados como elementos estratégicos para os sentidos profissionais que se desejam engendrar. De modo que eles não são apenas reflexos ou representações de uma condição objetiva dada, mas também participam da construção dessa condição.

Nesses termos, para Silva, a representação não é “simplesmente o efeito de estruturas que lhe são exteriores: o capitalismo, o sexismo, o racismo... Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais”. Prossegue o autor: “Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder” (Silva, 1998).

É essa dinâmica de construção crítica e democrática dos sentidos que movem o mundo e o desvelam que o neofascismo pretende colonizar uma vez mais. Tornar a escola um terreno estéril, mais do que propriamente neutro como querem nos fazer crer, é o objetivo das práticas e poderes de ultradireita

implantados no Brasil e no resto do mundo, que conjugam narrativas de gênero, sexualidade e étnico-raciais temperadas ao gosto familista burguês.

A definição de conteúdo programático envolve o “direito à representação”, à participação nesse jogo de definições em que entram em disputa determinados discursos; mais do que representar uma realidade trata-se de participar da construção desta. De modo que, “como terreno onde se joga o jogo da significação e da representação, o currículo é, assim, objeto de uma disputa vital” (Silva, 1998).

Há muitas maneiras de produzir resistências e lutas antifascistas. Uma vez reconhecido que o poder se dissemina em muitas direções é necessária uma análise que abarque desde as estruturas macrossocietárias aos micropoderes cotidianos. Nesse sentido, o potencial da educação em gênero, sexualidade e raça é estratégico na investida neofascista, mas é também, paradoxalmente, essencial na conquista de novos valores contra-hegemônicos.

## **Considerações finais**

O cenário político hodierno marca um retorno conservador em um contexto de muitos retrocessos que nos (re)colocam antigos desafios, principalmente no campo da garantia de direitos. Retrocessos que se tornam mais contundentes num contexto de crescimento do desemprego e ao mesmo tempo de intensificação da exploração da força de trabalho. Questões essas que nos desafiam a desvelar os interesses e disputas em jogo e a fortalecer os valores democráticos, como liberdade e justiça social.

Almejar um projeto de sociedade mais justo, igualitário, democrático e, por que não, socialista requer uma visão crítica da realidade hodierna. Buscamos com esse texto analisar a apreensão dos processos de reatualização do conservadorismo, bem como de construção de formas e lutas contra-hegemônicas na direção do enfrentamento às regressões políticas impostas pelo atual governo. Para tanto, dispensamos um olhar atento para a investida neoconservadora nas questões de gênero, sexualidades e suas interseccionalidades que, embora tenham sido gestadas há mais tempo, ganham centralidade na agenda do projeto neofascista do governo Bolsonaro. A importância de reconhecer os elementos que compõem essa agenda — fundamentalismo religioso, profunda aversão

à diferença e diversidade, misoginia, lgbtfobia e racismo — é crucial para a reorganização das lutas antifascistas do momento.

Com isso, não é demais recuperar a perspectiva de que dinâmicas de gênero, sexualidades, classe e étnico-raciais são estruturantes na organização do poder hegemônico burguês, aprofundando novos modos de exploração e dominação dos grupos subalternos. E são também essenciais nas estratégias e táticas das lutas libertárias para a construção de uma nova hegemonia.

Vivemos um momento obscuro da história brasileira em que a exceção se transformou, de fato, em paradigma de governo. Contudo, sabemos que mesmo diante do pessimismo da análise há de prevalecer o otimismo da vontade.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Educação popular nas lutas libertárias contemporâneas. *Movimento— Revista de Educação*, Niterói, v. 7, n. 12, p. 183-204, 2020.
- BOOTHMAN, Derek. O bloco histórico de Gramsci: estrutura, hegemonia e interações dialéticas. In: LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni; SILVA, Percival Tavares da (Org.). *Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p. 23-40.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

- BRASIL. *Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 246/2019*. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 6.583/2013*. Institui o “Estatuto da Família”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? Tradução de Angela Freitas. *SPW — Sexuality Policy Watch*, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. Tecendo redes criminais: as políticas de encarceramento e a nacionalização das facções prisionais. In: *Anuário brasileiro de segurança pública: 2014-2017*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. p. 5-6.
- FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 55-148.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não fascista (Prefácio). In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. New York: Viking Press, 1977. p. XI-XIV.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 5. ed. São Paulo: Ed. Olho d’Água, 1994.



- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5: o Risorgimento e notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2: 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HEILBORN, Maria Luiza. Por uma agenda positiva dos Direitos Sexuais da Adolescência. *Revista Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 57-68, 2012.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 305-327.
- MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. esp., p. 117-131, 2018.
- MARAFON, Giovanna. Recusa à judicialização e ao projeto de lei “escola sem partido”: análises a partir das ocupações estudantis. *Sisyphus Journal of Education*, v. 5, n. 01, p. 9-30, 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” — Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, ago. 2016.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, e185302, 2018.
- NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. Professor espanhol aponta “sentidos ocultos” na educação: entrevista com Jurjo Torres Santomé. *Portal Aprendiz: a cidade é uma escola*. Seção: Aprender na Cidade, 5 set. 2013. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/09/05/jurjo-torres-educar-e-gerar-sonhos/>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

- O'LEARY, Dale. *The gender agenda: redefining equality*. Lafayette: Vital Issue Press, 1997.
- SANTOS, Boaventura Sousa. A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social. *Instituto Humanitas Unisinos*, 8 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- SARAIVA, Marcio S. *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2017.
- SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera. O Currículo Integrado como campo possível de invenção de mundos plurais e emancipatórios: Uma conversa com Jurjo Torres Santomé. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 279-286, jan./abr. 2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A poética e a política do currículo com representação. *Anais... 21ª Reunião Anual da ANPEd*. Caxambu/MG, 20 a 24 de set. 1998. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Curr%C3%ADculo/PO%C3%89TICA%20E%20A%20POL%C3%8DTICA%20DO%20CURR%C3%8DCULO%20COMO%20REPRESENTA%C3%87%C3%83O.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís/MA, n. esp., p. 277-303, set. 2018.
- TORRES SANTOMÉ, Jurjo. *El curriculum oculto*. 8. ed. Madrid: Morata, 2005.

# A QUESTÃO DO FASCISMO EM GRAMSCI À LUZ DE DEBATES MARXISTAS E DA “ONDA CONSERVADORA” CONTEMPORÂNEA

RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES

## Introdução: o chão do problema

O objetivo deste trabalho é tratar, teoricamente, de aspectos basilares para a compreensão da temática do fascismo, a partir de autores marxistas “clássicos” e contemporâneos, com o intuito de contribuir para a reflexão acerca da emergência de movimentos conservadores e/ou reacionários,<sup>1</sup> cujas características podem nos impelir à tentativa de lhes atribuir a pecha de “fascistas”, sem muita meditação. Essa emergência, via de regra, é localizada, no Brasil, na ressaca das manifestações iniciadas em junho de 2013, inicialmente com os atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento das tarifas de ônibus, que redundaram em mobilizações massivas que teriam servido para “acordar” uma população “adormecida”. Demonstrações de massas continuaram nos anos seguintes, com sinais ideológicos diversos, contribuindo, inclusive para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> As eventuais identidades e distinções entre as duas noções talvez mereçam um tratamento à parte, o que não temos condições de realizar aqui.

<sup>2</sup> Para uma análise da conjuntura subjacente aos protestos, ver Mattos (2016). Este texto localiza-se na coletânea *A onda conservadora* (Demier; Hoehler, 2016), de interesse geral para o debate desenvolvido aqui, embora não seja nosso tema específico. Muitas análises sobre junho e seus sentidos já se acumulam, como em Gohn (2016), nas diversas intervenções feitas a propósito do livro *Cidades rebeldes* (Maricato et. al., 2013) e para o blog da editora Boitempo (<https://blogdaboitempo.com.br/jornadas-de-junho/>), para ficarmos em uma pequeníssima amostra. Para uma relação entre as manifestações, desde um ponto de vista crítico (e um tanto problemático) às mesmas, e o impeachment de Rousseff, ver Bucci (2016). Para análises sobre a relação entre os movimentos das classes sociais, as políticas do governo Dilma (sobretudo na economia) e o golpe de Estado, ver Singer (2015, 2016) e Bastos (2017).

Por certo, as manifestações brasileiras podem ser contextualizadas em um momento de contestações massivas espalhadas pelo globo, desde, pelo menos, a chamada “primavera árabe”, o 15M espanhol e o movimento “*occupy Wall Street*”.<sup>3</sup> Não por acaso, tais movimentos, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, ocorreram no rescaldo da crise capitalista global, cujos efeitos se fizeram sentir ao longo de toda esta década, impactando as condições de vida das populações e a capacidade dos Estados nacionais de contrarrestar a tendência, visto que os governos foram respondendo à crise com medidas de austeridade.<sup>4</sup>

Pode-se dizer que aquele emergir de massas populacionais às ruas, somado às insatisfações com a queda da qualidade de vida da população brasileira, ofereceu o caldo político-cultural para o surgimento de movimentos conservadores e/ou reacionários, com grande presença nas redes sociais virtuais, com capacidade de, ao menos em dado momento, convocar mobilizações massivas e força para eleger parlamentares e representantes no Poder Executivo, em diversos níveis. Por certo, o modo como grupos conservadores conseguiram tomar a dianteira das manifestações não foi espontâneo: ao contrário, foi fruto de grande investimento em articulação, inclusive com a participação de organizações estrangeiras.<sup>5</sup>

Nosso intento com este texto, como já assinalado, não é analisar os movimentos reacionários ou conservadores em si, mas, a partir de um breve debate ancorado na tradição marxista, pensar sobre a adequação do conceito de fascismo na descrição desses fenômenos emergentes. Já adiantando rapidamente nossas conclusões, embora nos pareça que possamos encontrar similitudes entre o chão histórico em que o fascismo proliferou, nas décadas de 1920 e 1930

---

<sup>3</sup> Para uma caracterização crítica da “primavera árabe” e de suas consequências locais e geopolíticas, ver Moniz Bandeira (2014, 2016); para uma visão panorâmica dos movimentos globais e dos seus sentidos, ver Harvey et. al. (2012).

<sup>4</sup> Para a situação global, com foco na realidade estadunidense, ver Wolff (2010, 2016); para um panorama da situação brasileira, ver Singer (2018).

<sup>5</sup> Para uma análise acerca do processo de organização e ação dos grupos conservadores, com suas raízes em *think tanks* neoliberais, alianças com cristãos conservadores e capacidade de articular de modo eficaz discurso e prática em razão de sua penetração em meios de comunicação de massas novos e tradicionais (entre outras questões), ver Melo (2015, 2017). No segundo texto, o autor procura articular tais fenômenos com uma reflexão a partir do debate acerca do fascismo elaborado por Gramsci.

— crise capitalista profunda, agressividade de classes médias em decadência econômica, reação conservadora na questão dos “costumes”, com ênfase em apelos à “autoridade” etc. –,<sup>6</sup> o programa político dos movimentos e governos conservadores atuais, apesar da retórica de alguns de seus setores, opera nos marcos do neoliberalismo. Enquanto o liberalismo político parece em crise (tal como no entreguerras do século passado), o liberalismo econômico segue hegemônico nos discursos e nas práticas dos movimentos e governos neoconservadores (ao contrário do que ocorreu no passado).<sup>7</sup>

Configurando-se como uma espécie de “convenção” da reflexão marxista, a busca pelas características de classe do fascismo (ou de qualquer outro movimento político) marca os debates acerca do fenômeno. Assim sendo, este trabalho realizará, inicialmente, dois movimentos: abordar a problemática da caracterização de classe, em sentido amplo, e tratar da especificidade do fascismo enquanto uma ação de classe pequeno-burguesa — sempre ancorado em autores da tradição marxista. Por fim, trataremos da particularidade da reflexão acerca do fascismo como projeto de poder e em seu sentido histórico, tal como apreendido a partir das últimas reflexões de Antonio Gramsci, efetuadas nos *Cadernos do cárcere*, que, a nosso ver, consolida a ideia da não identidade entre o fascismo de quase cem anos atrás e a “onda conservadora” contemporânea.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Para o caso alemão, encontramos dois belos quadros em Gay (1978) e Richard (1988).

<sup>7</sup> Podemos elencar algumas hipóteses para entender o porquê da permanência do neoliberalismo como política econômica hegemônica: característica “financeira” do capitalismo contemporâneo, centrado no poder econômico e político de bancos e demais instituições do tipo; mundialização do capital, encurtando as possibilidades de políticas nacionalistas, que supõem algum tipo de planejamento econômico; e a própria hegemonia ideológica do neoliberalismo, com sua perspectiva individualista exacerbada que nubla as ideias corporativistas de direita.

<sup>8</sup> Muito se pode aprofundar sobre a questão. Por exemplo, há uma mudança de perspectiva dos escritos pré-carcerários para os *Cadernos do cárcere*, quando Gramsci transita de uma análise do “fascismo movimento” para outra do “fascismo governo” (Caron, 2015), como veremos. Tal distinção é percebida pelos demais autores marxistas tratados, mas a perspectiva gramsciana, ainda assim, traz peculiaridades.

## Classe social, luta e ação política de classe

A questão das classes sociais no marxismo tem longa data e produziu uma enormidade de interpretações e polêmicas, das quais apenas podemos nos aproximar de uma minúscula fração. De acordo com Perissinotto (2007), na obra *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, Marx empreenderia uma análise da temática das classes sociais com foco no fenômeno político, o que seria interessante por não ser reducionista, ou seja, por não estabelecer um vínculo imediato entre as dinâmicas da luta política e a estrutura econômica. Ao analisar os processos de lutas sociais e políticas na França, no período de 1848 a 1852, Marx descreveria as dinâmicas das lutas e das alianças entre as classes com a referência das relações sociais de produção, atribuindo, entretanto, uma ênfase aos processos em que as classes se conformariam em sua ação política de classe.

Essa questão da constituição das classes sociais durante os processos de luta, ou a conformação de ações políticas de classe, constitui nosso foco nesta seção e é objeto de polêmica entre os autores tratados aqui. Ernesto Laclau (1979), por exemplo, analisando sobretudo o fenômeno das ideologias, afirma que atribuir uma dada ideologia a uma classe específica seria uma forma de reducionismo. O autor está tratando das lutas de classes em sua relação com a “sobredeterminação” exercida pelo “modo de produção dominante” em uma dada formação social. Nessa relação, quando tratamos dos aspectos políticos e ideológicos dos conflitos sociais, para evitar o tal reducionismo, deveríamos ter em mente que as expressões do discurso político e da disputa hegemônica ocorreriam em outro nível da realidade, relacionado, mas distinto do nível da estrutura, em que as lutas discursivas ocorreriam com referências “não classistas”.

Ainda com o autor, as classes constituir-se-iam enquanto tais precisamente em processos em que lutassem como classes, ou seja, quando adquirissem consciência de sua ação. Na ausência desta condição, pode-se dizer que há classes em luta, mas não luta de classes, porque a “sobredeterminação” das relações sociais do modo de produção dominante constituiria as classes sociais como polos antagonicos, sem as constituírem necessariamente como classes antagonicas no “nível” político e ideológico. Para o autor, sua concepção seria distinta de certo marxismo que trataria da temática da luta de classes como se as classes já estivessem “prontas”, “reduzindo” as distintas ideologias em

conflito às diferentes classes, como se, somente por sua posição na formação social, determinada classe manifestasse uma forma específica de ideologia.<sup>9</sup>

A partir da leitura de diferentes textos de Marx, ou seja, não apenas dos textos “econômicos”, como *O capital*, nem somente dos “políticos”, como *O 18 Brumário*, Mauro Iasi conclui que a perspectiva marxiana apresentaria uma concepção de classe não restrita a um único aspecto de manifestação, mas consideraria, em síntese, quatro momentos: 1) “pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção”; 2) “pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase que generalizado como o único)”; 3) “pela consciência que se aproxima ou se distancia de uma posição de classe”; e 4) “pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social” (Iasi, 2007, p. 107).

Para Iasi, alguns dos equívocos de compreensão a respeito da teoria marxiana das classes sociais recairiam sobre o desconhecimento do seu método (de Marx) de construção de conceitos, que é muito centrado nos movimentos de transformação dos fenômenos, não em “definições” a respeito deles. Ou seja, no tocante às classes sociais, o foco não deve ser defini-las a partir de um elemento (posição na estrutura, consciência, ideologia etc.), mas sim, em cada momento histórico, apreender as relações entre os distintos aspectos constitutivos das classes em suas manifestações objetivas, uma vez que “as diferentes determinações não se alinham para conformar uma classe concreta” (Iasi, 2007, p. 110) — salvo, talvez, em momentos excepcionais, como crises econômicas e políticas que acentuam os antagonismos.

Uma das expressões sociais que ampliam a complexidade da questão encontra-se precisamente na classe social não fundamental, ou seja, na “pequena

---

<sup>9</sup> Curiosamente, a própria análise de Laclau, mesmo a da fase anterior à sua adesão ao “pós-marxismo”, foi criticada por aplicar uma modalidade própria de “reducionismo”, um reducionismo discursivo. O crítico em questão refere-se especificamente ao conceito de populismo, cujo ensaio localiza-se no mesmo livro em que está sua análise referente ao fascismo citada aqui, pertencendo, pois, à mesma atmosfera teórica. O “reducionismo” de Laclau ficaria evidente ao se comparar sua perspectiva com estudos mais “holistas” acerca do fenômeno do populismo, praticados em décadas anteriores, chamados de “estudos do desenvolvimento”. O aspecto reducionista estaria manifesto na limitação do conceito de populismo a uma modalidade de discurso político, permitindo-lhe incluir sob tal termo fenômenos muito díspares, como o nazismo, o maóismo e o peronismo (cf. Vilas, 2004, p. 138).

burguesia” ou nas “classes médias”.<sup>10</sup> A importância da caracterização de classe e da ação política da pequena burguesia é um ponto de discussão espinhoso, porque o antagonismo fundamental ressaltado pelo marxismo seria referente à burguesia e ao proletariado, entre os quais a pequena burguesia estaria “espremida” política e socialmente. Marx (2002, p. 58) chega a afirmar que esta seria mesmo uma “classe de transição”, e assim também a caracterizava Lênin, além de Marx e Engels afirmarem sua “tendência para periclitir e para ser eliminada em uma formação capitalista” (Poulantzas, 1978, p. 253).

Contrariamente a essa ideia dos “clássicos”, Poulantzas afirma que a pequena burguesia estaria mesmo em processo de expansão, na medida em que nela se incluíam, juntamente aos pequenos produtores e comerciantes, os “trabalhadores assalariados não produtivos”, ou seja, não produtores diretos de “mercadorias e mais-valia”. Entender o comportamento de classe da pequena burguesia, mais do que restringir a análise às relações de produção, exigiria a “referência às relações ideológicas e às relações políticas” (Poulantzas, 1978, p. 251-253).<sup>11</sup>

Entretanto, por suas características sociais, a pequena burguesia tenderia a se comportar politicamente de modo muito variado, ao menos de acordo com Trotsky, que enxerga movimentos políticos com essa marca na social-democracia dos anos de 1920 e 1930, no populismo russo, no fascismo, no movimento de Gandhi etc. Para o autor, essa multiplicidade de manifestações relaciona-se ao fato de que “a pequena burguesia é caracterizada por uma extraordinária heterogeneidade em sua natureza social” (Trotsky, 1968, p. 220-221). Nesse aspecto, a pequena burguesia seria essencialmente distinta da burguesia e do

---

<sup>10</sup> Consideraremos os dois termos como sinônimos, levando em conta que, segundo o verbete “classe média” do *Dicionário do pensamento marxista*, Marx e Engels utilizaram ambos “de várias maneiras, nem sempre coerentes” (Bottomore, 2001, p. 65).

<sup>11</sup> Pelo fato de Poulantzas “unificar” numa mesma classe os pequenos proprietários, os pequenos comerciantes e os trabalhadores não produtivos, tomando em consideração os “efeitos” políticos e ideológicos “comuns” que estas distintas funções econômicas realizam nesses setores, Laclau afirmou que a concepção de pequena burguesia de Poulantzas se localizaria à margem de um referencial marxista. Entretanto, Laclau busca muito menos do que Poulantzas a caracterização das classes na dinâmica das relações de produção e da luta de classes, limitando-se a afirmar uma abstrata “determinação em última instância” ou “sobredeterminação” do “modo de produção dominante” sobre o nível político e ideológico, sem estabelecer mediações entre as determinações. Em sua análise, a sociedade aparece dividida em dois “níveis”, que não se percebe como se relacionam. Assinalada a “sobredeterminação” da “estrutura”, Laclau então se sente à vontade para limitar sua análise ao “nível” ideológico ou ao discurso político.



proletariado, que teriam ações políticas de classe mais definidas: a primeira, mesmo que dotada de uma aguda capacidade organizativa e de alto grau de consciência de classe, apela em geral para a neutralidade, apresentando seus interesses particulares como “de todos”, “da nação” etc.; enquanto que a ação de classe do proletariado constitui-se mediante a organização de uma consciência afirmativa de seu antagonismo à burguesia (Hobsbawm, 2005).

Apesar de sua extrema heterogeneidade, a ação de classe pequeno-burguesa apresenta, contudo, características em comum, ressaltadas de modos distintos pelos diferentes autores. Segundo Hobsbawm, ela seria marcada por programas de classe irrealizáveis no capitalismo; Trotsky afirma que ela seria incapaz de uma política independente; para Poulantzas, falta-lhe uma política de classe própria em longo prazo; e, para Laclau, a pequena burguesia não possuiria uma ideologia própria. A conclusão destas análises é que a ação de classe pequeno-burguesa tende, cedo ou tarde, a se “diluir” na ação política burguesa ou na proletária.

Contudo, isso não quer dizer que a pequena burguesia seja sempre destituída de uma ação de classe própria; significa apenas que tal ação, programa ou ideologia seria irrealizável no “longo prazo”. Pelas análises dos autores, depreende-se que as distintas frações pequeno-burguesas pôr-se-iam em movimento e elaborariam ações políticas em momentos históricos de crise, que, em geral, marcaram períodos de transição. Trotsky resume distintas ações dessa classe na história da consolidação e do desenvolvimento do capitalismo do seguinte modo: 1) em seu “desabrochar”, nos períodos das revoluções burguesas; 2) na sua consolidação, quando se fizeram necessários métodos “pacíficos”; e 3) na sua decadência (imperialismo), “quando a burguesia se vê obrigada a usar métodos de guerra civil contra o proletariado” (Trotsky, 1968, p. 287). Respectivamente, o autor está se referindo ao jacobinismo, à social-democracia e ao fascismo — e é sobre este último que concentraremos nosso foco.

## **O fascismo como (uma) ação política de classe da pequena burguesia**

Poulantzas (1978) relaciona o fenômeno fascista ao estágio imperialista do capitalismo e a um momento em que algumas metrópoles internamente vivenciavam um processo de transição ao domínio do capital monopolista, sendo que o fascismo: 1) não seria um fenômeno “exclusivo” de tal período, podendo ocorrer em outros; e 2) seria um modo específico do desenrolar da luta de classes, correspondente a um tipo próprio de crise política, o que o levou a minimizar o papel da crise econômica do entreguerras, por exemplo.

Nesses pontos, Poulantzas diferencia-se abertamente de Trotsky, para quem o fascismo seria a marca de uma burguesia “decadente”. Cabe ressaltar que o segundo autor escreve no “calor” dos acontecimentos, nos anos iniciais da década de 1930, tendendo a identificar no imperialismo um estágio de degeneração econômica, social e cultural do capitalismo. Entretanto, ambos os autores apresentam muitas aproximações na caracterização do fascismo. Para Poulantzas, a crise política específica do fascismo afetaria todas as classes, mas, sobretudo, seria uma crise do bloco no poder, ou uma “crise de hegemonia”, que se manifesta na incapacidade da burguesia de manter seu domínio sob formas democráticas: a solução da crise política, do ponto de vista burguês, exigiria uma modalidade de “Estado de exceção”, que o fascismo representaria.

A crise política do fascismo, nas classes dominantes, manifestar-se-ia, pois, como uma “crise de representação” entre a burguesia e seus partidos “tradicionais”. O processo de fascistização seria caracterizado pela “politização declarada da luta de classes por parte do bloco no poder” (Poulantzas, 1978, p. 77), algo que ocorre em seu oposto com relação à classe operária, que se restringiria às lutas “econômicas”. Nesta luta aberta, os partidos burgueses “tradicionais” entraram em conflito com o fascismo ou se aliaram taticamente a ele como “cão de guarda” contra as massas populares, o que, de resto, segundo Poulantzas, seria representativo da crise política e ideológica da burguesia.

Nesse aspecto, apenas Laclau diferencia-se dos demais autores marxistas, na medida em que considera que o “fascismo, longe de constituir a expressão ideológica típica dos setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes foi, ao contrário, uma das formas possíveis de articulação das interpelações popular-democráticas ao discurso político”. Ou seja, o fascismo

seria uma radicalização de tipo “jacobina” das “classes médias”, mediante a utilização de interpelações popular-democráticas que foram assimiladas pelo discurso político das classes dominantes, servindo de apoio à consolidação do capital monopolista (Laclau, 1979, p. 117) — na medida em que, enquanto ideologia pequeno-burguesa, não poderia fundamentar um processo hegemônico de longo prazo.

É interessante salientar o quanto que os autores marxistas que vivenciam a ascensão do fascismo em seu tempo tendem a ressaltar justamente o aspecto de “guerra civil” contra o proletariado, bem como o seu caráter reacionário, como destacam Mariátegui, Gramsci (observando a situação italiana dos anos 1920) e Trotsky (escrevendo do exílio sobre a conjuntura alemã do início dos anos 1930).

Caracterizando a conjuntura do fascismo como resultante de uma crise do Estado liberal italiano depois da Primeira Guerra, Mariátegui (2010) considerou inicialmente o fascismo como uma estranha manifestação de nacionalismo de ex-combatentes, insatisfeitos com os resultados da participação italiana na guerra, que lutou do lado vencedor, mas não coletou os espólios, sofrendo com os custos da sua reorientação econômica. Seu programa básico seria o de um expansionismo colonialista recheado com retóricas imperiais baseadas na Roma Antiga. Em um contexto em que o movimento operário italiano estava bastante ativo, realizando inúmeras greves e ocupações de fábricas, a reação violenta dos nacionalistas foi constantemente deixando claro para o marxista peruano que o fascismo era efetivamente uma reação contra a possibilidade do levante proletário, passando a ser inclusive financiado por setores burgueses que não se sentiam mais “representados” pelo Estado liberal.

Para Mariátegui, pois, o fascismo seria “uma milícia civil antirrevolucionária”, manifestando uma “ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias”, procurando se antecipar a uma possível revolução, “atacando-a antes que” esta supostamente se pusesse “em marcha para a conquista do poder político”. O fascismo seria, então, uma “ação ilegal burguesa contra a possível ação ilegal socialista: a revolução” (Mariátegui, 2010, p. 148-149). Em um primeiro momento, o autor tendeu a ver no fascismo uma forma de autodefesa do Estado, mediante ações violentas realizadas por grupos paramilitares, como destruição de jornais, sedes de sindicatos e partidos operários, mas, com a chegada dos fascistas ao poder, Mariátegui percebeu que o fascismo constituiu-se como

uma resposta “programática” à crise do entreguerras, através de uma profunda reorganização do Estado italiano, superando sua vertente liberal oligárquica.

Pode-se perceber uma trajetória de análise semelhante em Antonio Gramsci, que, analisando a conjuntura dos anos iniciais da década de 1920, tendeu a igualar o fascismo a uma reação contra a ascensão do movimento operário, até constatar, nos *Cadernos do cárcere*, nos anos 1930, que o fascismo pode ser compreendido como uma forma específica de “modernização do Estado” italiano, o modo como naquele país ocorreu a “construção do moderno Estado burguês” (Frosini, 2016, p. 2). Para tal, Gramsci buscava suas raízes no processo de unificação italiana (“Risorgimento”), articulando o fascismo aos conceitos de revolução passiva, guerra de posição e cesarismo (que é um conceito “aparentado” de bonapartismo).<sup>12</sup>

Mas o “jovem” Gramsci, dirigente partidário e jornalista do movimento operário, apresentava o fenômeno de modo semelhante ao de Mariátegui, ou seja, como uma forma de enfrentamento ao proletariado, num contexto de ampliação do grau de sua consciência de classe, em um processo de crise e de agudização das lutas sociais. Em sua interpretação, tal tarefa seria assumida pela pequena burguesia, que vivenciava um processo de perda de importância na produção econômica, agindo de forma reativa para assegurar suas posições, mediante ações “terroristas” contra a classe operária. Com sua perda de espaço para o “desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro”, a pequena burguesia teria se tornado uma “pura classe política”, transitando da “cretinice parlamentar” ao fascismo, com o intuito de “tornar-se Estado” (Gramsci, 1977, p. 219, 235).

Trotsky identifica dois aspectos na base do surgimento do fascismo: uma grave crise social e a “fraqueza revolucionária do proletariado”, resultante tanto da incorporação da social-democracia à administração do Estado burguês quanto da “incapacidade” dos comunistas “em reunir os operários sob a bandeira da revolução”. O “robustecimento” de fenômenos fascistas vinculou-se a momentos de esgotamento de “crises revolucionárias”, em que “a vanguarda do proletariado se mostrou incapaz de se colocar à testa da nação para mudar a sorte de todas as classes, inclusive a da pequena burguesia” (Trotsky, 1968, p. 27, 45).

---

<sup>12</sup> Abordaremos especificamente a questão do fascismo nos *Cadernos do cárcere* na próxima seção.

Mas, a “crise” da classe operária não se restringiria apenas a sua incapacidade de hegemonizar a pequena burguesia, o que seria fruto do “economicismo”, para Poulantzas, e dos equívocos do “centrismo” da Internacional Comunista, para Trotsky. A classe operária passava mesmo por uma etapa “defensiva” na luta de classes, oriunda de processos de “derrota” em situações revolucionárias, derrotas estas que não se resumiriam, pelo menos para Poulantzas, na sua incapacidade de tomar o poder, mas que se referem mesmo a posições que poderiam ter sido adquiridas no momento em que a classe operária estava na ofensiva.

Poulantzas era crítico à identificação já mencionada do fascismo a uma mera “guerra civil” da burguesia contra o proletariado, mas, ainda assim, localizava nas posições adquiridas pela classe operária no período “democrático” barreiras à solução da crise econômica capitalista, do ponto de vista burguês. Em função disso, “não se tratava simplesmente de aniquilar” as conquistas dos trabalhadores, “mas de ir ainda mais longe na exploração das massas populares”: “após o malogro da política de ‘colaboração de classe’, era preciso passar pela eliminação das organizações de classe da classe operária” (Poulantzas, 1978, p. 152). Um elemento de análise comum em Trotsky e em Poulantzas é a constatação de que o fortalecimento e o estabelecimento do fascismo seriam incompatíveis com o desenvolvimento autônomo dos organismos da classe operária, incluindo a social-democracia e sua política de conciliação de classes.

A esse aspecto articula-se, por fim, a questão já mencionada da modificação da relação entre sociedade e política, manifesta nas modificações que o fascismo, uma vez que chega ao poder, realiza no Estado. Nos termos de Poulantzas, o fascismo constituiria “uma forma particular de Estado e de regime, correspondente a determinada política burguesa”, que necessitava da “reorganização do conjunto dos aparelhos de Estado, incluindo os aparelhos ideológicos de Estado”, num momento em que “a política da burguesia” visava ao “aniquilamento da classe operária” (Poulantzas, 1978, p. 163). “Servindo-se da pequena burguesia como de um aríete”, diz Trotsky, a vitória fascista seria coroada com o “açambarcamento, direto e imediato, de todos os órgãos e instituições de domínio, de direção e de educação, pelo capital financeiro: o aparelho do Estado e o exército, as municipalidades, as universidades, as escolas, a imprensa, os sindicatos, as cooperativas” (Trotsky, 1968, p. 152-153).

## **A questão do fascismo nos *Cadernos do cárcere***

Como visto anteriormente, Gramsci considera, em seus textos, o fascismo tanto um movimento pequeno-burguês de reação às formas de organização, de luta e às conquistas do proletariado quanto uma nova modalidade de regime, gerando uma reconfiguração do Estado capitalista, de modo a assegurar a estabilidade do domínio burguês em prazo mais longo. Contudo, Gramsci, analisando especificamente o fascismo italiano, extrapola as constatações realizadas pelos demais autores marxistas, ressaltando o sentido histórico do governo fascista em seu tempo, interpretando tal fenômeno a partir do conceito de “revolução passiva”.<sup>13</sup>

Primeiramente, deve-se considerar, de acordo com Fronisi, que Gramsci elabora três premissas para abordar o problema: 1) assinalar, simultaneamente, a especificidade italiana do fenômeno e sua extrapolação para uma realidade europeia: ao mesmo tempo que representaria a particularidade da modernização do Estado capitalista italiano, o fascismo estabeleceria uma espécie de parâmetro para outras experiências; 2) evitar uma análise “moralista” do fenômeno: Gramsci procuraria ressaltar suas características sociais constitutivas, como o processo de “massificação” das sociedades contemporâneas, a marca pequeno-burguesa do movimento, a crise do liberalismo e a capacidade do fascismo de “resolver” o problema da hegemonia burguesa, no contexto da “crise orgânica” do entreguerras, também através da elaboração de “consenso”; e 3) refletir sobre as possibilidades e limites para a ação política do Partido Comunista da Itália num contexto de consolidação do fascismo como regime político na década de 1930 (Frosini, 2016, p. 2-3).

O primeiro aspecto a ser ressaltado na análise gramsciana é o de que o fascismo “governo”, ou seja, o regime fascista, não seria simplesmente “reacionário”. Isto porque tal regime não se caracterizaria apenas pela reação tradicionalista,

---

<sup>13</sup> Servir-nos-emos das indicações de Frosini (2011, 2016) para apresentar a discussão deste tópico.

“hierarquizante” e ultranacionalista<sup>14</sup> que marcara o “fascismo movimento” em sua fase de “guerra civil” contra o proletariado, mas também por ser uma resposta à crise orgânica do capital, articulada à crise das democracias liberais. Ao invés de defender a eventual superioridade das últimas em relação ao regime fascista, Gramsci identificou neste último uma característica mais “progressiva”, porque mais condizente com as necessidades da realidade do entreguerras: um reposicionamento da relação entre sociedade civil e sociedade política, que incluía a “programação” econômica e a “incorporação” das massas populares ao Estado, tal como indicado inicialmente pela Nova Política Econômica (NEP) e depois pelos Planos Quinquenais soviéticos e por políticas ao estilo do *New Deal* estadunidense. Tanto no plano político quanto no plano econômico — e mesmo no plano teórico, com as críticas à “religião da liberdade”, de Croce<sup>15</sup> —, o liberalismo estava em decadência, e Gramsci não se prontificou a sair em sua defesa.

É precisamente em um de seus momentos centrais de crítica a Croce que a posição gramsciana a respeito tanto do liberalismo quanto do fascismo aparece mais claramente. Ao criticar a historiografia croceana, em especial sua *História da Itália* e sua *História da Europa*, por evitar os momentos de luta social, de confronto de forças antagônicas e de afirmação de projetos políticos revolucionários (como a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e os conflitos que redundaram no *Risorgimento* italiano), Gramsci sinaliza a possibilidade de tal operação intelectual ter, “na sua tendenciosidade”, uma “referência atual e imediata”, com o intuito de “criar um movimento ideológico” de “restauração-revolução, na qual as exigências que, na França, encontraram seu lugar em uma expressão jacobino-napoleônica, possam ser satisfeitas em pequenas doses, legalmente, reformistamente” (Q10I, §9, p. 1.227). Com esta suposição, Gramsci faz-se, na sequência, uma pergunta retórica: “nas condições atuais, o

---

<sup>14</sup> Muito embora para Gramsci o “nacionalismo” fascista possa ter algo de pura retórica, “o assim chamado ‘partido do estrangeiro’ não é exatamente aquele que vem sendo assim vulgarmente apontado, mas o próprio partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa a subordinação e o servilismo econômico às nações ou a um grupo de nações hegemônicas” (Q13, §2, p. 1.562-1.563 — doravante, utilizo a forma de citação consagrada da “edição crítica” dos *Quaderni del carcere* [1975, de sua terceira edição de 2007], em que Q indica o número do caderno e § indica o número do parágrafo).

<sup>15</sup> Para uma reconstituição desta crítica, ver Thomas (2009), em especial o capítulo sete.

movimento correspondente àquele do liberalismo moderado e conservador não seria justamente o movimento fascista?”. Com isso, Gramsci estava sugerindo que Croce, ironicamente, acabava por realizar um “reforço do fascismo, fornecendo-lhe, indiretamente, uma justificação mental” (Q10I, §9, p. 1.228).

Com tal “hipótese ideológica” em mente, Gramsci pergunta-se se o fascismo não seria a “revolução passiva” desejada intimamente por Croce, na medida em que, afirmando a centralidade do Estado, interviria abertamente no âmbito legal para, “através da organização corporativa”, produzir modificações estruturais nas economias capitalistas em crise, mediante um “plano de produção” que levaria a cabo “a socialização e a cooperação da produção sem, com isso, tocar (ou se limitando apenas a regular e controlar) na apropriação individual e de grupo dos lucros”. E segue:

No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as formações industriais mais avançadas dos países que monopolizam as matérias primas e acumularam capitais imponentes. (Q10I, §9, p. 1.228).

Precisamente aqui se encontra a capacidade do fascismo de produzir “consenso”, na medida em que o regime lançaria mão de instrumentos jurídicos, ideológicos e de política econômica que permitiriam aos “grupos dirigentes tradicionais” manter sob sua direção “a grande massa de pequenos burgueses urbanos e rurais”. Aqui também se identifica a relevância “europeia” do fascismo, cuja “ideologia serviria como elemento de uma ‘guerra de posição’ no campo econômico [...] internacional, assim como uma ‘revolução passiva’ o é no campo político” (Q10I, §9, p. 1.228-1.229). Com as derrotas das revoluções socialistas no Ocidente até 1921,<sup>16</sup> ter-se-ia o início de um período de “guerra de posição”, em que o fascismo seria o representante “prático”, para a Itália, e “ideológico”, para a Europa (Q10I, §9, p. 1.229), das classes dominantes.

A relação entre coerção e consenso sob o fascismo, em relação ao proletariado, ocorria do seguinte modo: eles aboliam as formas convencionais de

---

<sup>16</sup> Frosini (2011, p. 30) destaca a derrota da “ação de março” na Alemanha Central e o começo da transição, na URSS, do “comunismo de guerra”, com a vitória vermelha na guerra civil, para a Nova Política Econômica, uma espécie de “guerra de posição” bolchevique.



“autonomia de classe”, como partidos, sindicatos e associações diversas, ao mesmo tempo que se esforçavam “para incorporá-las à atividade estatal”. Assim, o corporativismo fascista incorpora, de modo subordinado, porque não “autônomo”, as massas populares ao Estado burguês. Contudo, tal incorporação não pode ocorrer de maneira puramente “passiva”, porque “a guerra de posição demanda enormes sacrifícios de determinadas massas da população” para evitar qualquer possibilidade de “desagregação interna” (Q6, §138, p. 802). Ao contrário do liberalismo oligárquico em crise, cujos intelectuais tendiam a considerar o povo como uma massa amorfa e distante, o corporativismo fascista realizaria uma “despolitização politizada” da sociedade, demandando uma adesão consciente do povo-nação ao Estado, através da “sindicalização obrigatória” de grandes massas (Frosini, 2016, p. 13-17).

Nesse sentido, o “fascismo governo” seria mais “democrático” do que o liberalismo — o qual, ademais, segundo a crítica gramsciana a Croce, costumava celebrar a “liberdade” contra a democracia (Frosini, 2016, p. 18).<sup>17</sup> Com isso, qualquer pretensão de retorno ao “parlamentarismo tradicional”, nas circunstâncias do entreguerras, seria um “regresso anti-histórico”; e, assim, portanto, o corporativismo, em comparação, seria “um progresso”, em seus termos (Q14, §74, p. 1.742-1.743). De certo modo, sendo uma “ideologia orgânica” da burguesia, o fascismo constituir-se-ia como uma “variante” mais “democrática” e “popular” do liberalismo, operando o longo processo de “revolução passiva” italiana. Enquanto que, no período de vigência do liberalismo oligárquico (o período coberto pela *História da Itália*, de Croce, 1871-1915), a “restauração-revolução” ocorreu com a exclusão das massas populares — as “novas forças” mobilizadas no *Risorgimento* —, sob a vigência do fascismo, tal processo ocorreu com a incorporação subordinada, via corporativismo, dessas massas — o que significou, também, o atendimento de algumas de suas reivindicações (Frosini, 2011, p. 32).

---

<sup>17</sup> Tal fenômeno manifesta-se contemporaneamente na aliança de técnicos de vertente neoliberal com governos conservadores ou reacionários, ao menos desde a ditadura de Pinochet, no Chile.

## Considerações finais

Com as palavras de um ideólogo fascista, podemos começar a nossa reflexão a respeito da pertinência do conceito de fascismo para caracterizar a “onda conservadora” contemporânea. Isto porque, ao contrário do programa de política econômica dos neoconservadores, os fascistas buscavam “ultrapassar a economia individualista, dominada pelos egoísmos particulares, a favor de uma nova economia da solidariedade interna e da colaboração internacional”.<sup>18</sup> Como demonstra, *ad nauseam*, Demian Melo (2017), é precisamente a defesa da economia “individualista”, contrária às formas de solidariedade social, que marca o ascenso dos movimentos conservadores, no Brasil, neste início de século: a ideologia neoliberal, em suas várias vertentes. E isto não é um fato apenas para os movimentos conservadores atuais, mas também para os governos neoconservadores, como se pode perceber no discurso e na política econômica, previdenciária e trabalhista do governo Bolsonaro.<sup>19</sup>

Aqui, partimos da premissa de que o fenômeno político que teria cumprido um papel de “revolução passiva” análogo ao desempenhado pelo “fascismo governo” na Itália teria sido o governo Vargas (sobretudo o primeiro, entre 1930 e 1945). Com sua forte repressão aos organismos de classe autônomos do proletariado, o varguismo desenvolveu um corporativismo à brasileira, que, a exemplo do fascismo, afirmou a centralidade do Estado para o planejamento econômico, equipou o aparelho estatal para impulsionar o desenvolvimento industrial e incorporou os sindicatos ao Estado, consolidando, por outro lado, uma série de direitos sociais,<sup>20</sup> muitos dos quais vigentes até os dias de hoje — e alvos das medidas (contra)reformistas da economia política neoliberal.

---

<sup>18</sup> ARIAS, Gino. Problemi economici mondiali. *Gerarchia*, n. 8, 1931, *apud* Frosini (2011, p. 33).

<sup>19</sup> Pode-se destacar, para dar relevo a outro exemplo emblemático, a chamada “lei da escravidão” aprovada pelo conservador ultranacionalista húngaro Viktor Orbán, no final de 2018, que obteve ampla cobertura da imprensa internacional (*BBC*, *NY Times*, *The Guardian* etc.), também em razão das mobilizações massivas que a reação à proposta gerou. Não por acaso, em larga medida, o projeto atendeu às reivindicações de grandes corporações europeias para investir na Hungria (cf. Hervás, 2019).

<sup>20</sup> A bibliografia que analisa os “sentidos do varguismo” é gigantesca. Para ficar em dois dos meus preferidos, ver Ianni (2009) e Oliveira (1975).

Assim sendo, não conseguimos identificar qualquer aspecto “progressista” na “onda conservadora” contemporânea, que, ao contrário do “fascismo governo”, não possui nenhum tipo de veleidade “democrática” ou “popular”, embora, enquanto projeto de governo, responda à desagregação social provocada pelos “ajustes” neoliberais com uma violência análoga à do fascismo, através da “militarização” da segurança pública.<sup>21</sup> A resposta neoconservadora à corrente “crise orgânica” do capital<sup>22</sup> ocorre tanto na contramão do fascismo “governo” quanto da política “rooseveltiana”: esvaziando a capacidade de ação “anticíclica” do Estado e “expulsando” as massas do seu aparato, pulverizando o tecido social e lançando as populações num “cada um por si”, com a utilização retórica de jargões como “meritocracia” e “empreendedorismo”.

Por fim, cabe a pergunta: qual deve ser a proposta marxista para contrarrestar a tendência à fragmentação impulsionada não apenas pelas políticas neoliberais, mas também pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, que reduzem dramaticamente a necessidade de emprego intensivo de força de trabalho? Aqui, não trabalhamos com a hipótese de qualquer tipo de retorno ao corporativismo (seja fascista ou varguista), embora não devamos retroceder diante de qualquer projeto de retirada de direitos. Antes de esperar que os capitalistas invistam, que se forme uma força de trabalho concentrada que desenvolverá uma consciência de classe a partir da criação de sindicatos e de novos partidos operários, ou que se force o Estado burguês a “recuperar” seu poder intervencionista, corporativista e garantidor de direitos, parece-nos que a classe trabalhadora poderia ser melhor sucedida através de novas formas de associação. Desta vez, não somente de tipo social, político e cultural, mas

---

<sup>21</sup> Poderíamos considerar o papel cumprido pelas “milícias” brasileiras contemporâneas, que corroem o Estado liberal, ao mesmo tempo que atuam no controle social de populações pobres para assegurar a lucratividade de seus negócios. Elas parecem possuir, simultaneamente, características dos *fasci* e da “máfia” italianos.

<sup>22</sup> Não apenas não consideramos, com base nos textos de Richard Wolff (2016), que o capitalismo teria se “recuperado” da crise de 2007-2008, como, para quem acompanha um pouco do noticiário estadunidense, para nós, parece se tratar de um “quando”, não de um “se”, o advento do próximo *crash* na economia capitalista global, que deverá ser pior do que o de dez anos atrás, uma vez que as possibilidades de reação dos Estados nacionais parece ter se encurtado.

sobretudo econômico. A partir da referência de Richard Wolff (2012):<sup>23</sup> por que não trocar o corporativismo pelo cooperativismo, assumindo o mundo da produção autonomamente, lançando as sementes para uma futura transição ao socialismo calcada na “democracia no trabalho” — ressignificando a noção tradicional de “democracia operária”?<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Na obra referida, Wolff defende a organização dos trabalhadores em *Workers' Self-Directed Enterprises* (WSDE), ou seja, empresas criadas ou incorporadas e dirigidas pelos próprios trabalhadores, como forma de aperfeiçoar a capacidade de decisão econômica em termos sociais, apontando para a substituição do modelo capitalista hierárquico por um modelo horizontal, voltado para a satisfação das necessidades sociais, reduzindo as instabilidades e problemas criados pela orientação exclusiva para o lucro de um punhado de acionistas. Obviamente, tais iniciativas não poderiam prescindir de auxílios do Estado, ao menos em um primeiro momento.

<sup>24</sup> Para uma referência histórica da questão, ver Mandel (1974).

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Rev. Econ. Contemp.*, n. esp., , p. 1-63, 2017.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos*: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CARON, Giuseppe Rafael. Fascismo Movimento e Fascismo Governo — Um debate sobre os estudos de Renzo de Felice e Emilio Gentile. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 27 a 31 julho de 2015.
- DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane. (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- FROSINI, Fabio. Fascismo, parlamentarismo e lotta per il comunismo in Gramsci. *Critica marxista*, n. 5, p. 29-35, jan./mar. 2011.
- FROSINI, Fabio. Il fascismo nei “Quaderni del carcere”. In: Seminário da International Gramsci Society-Italia, 22 jan. 2016. Disponível em: <<https://uniurb.academia.edu/FabioFrosini>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol. 2. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. 4 vols. 3. ed., 2015.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas do Brasil a partir de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.
- HARVEY, David et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

- HERBÁS, María. A crescente indignação contra Orbán sai às ruas da Hungria. *El País*, Madrid, 5 jan. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/05/internacional/1546703841\\_592767.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/05/internacional/1546703841_592767.html)>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- HOBSBAWM, Eric J. Notas sobre consciência de classe. In: *Mundos do trabalho. Novos estudos em história operária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaios sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista*. Capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MANDEL, Ernest. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. Antologia. Mexico D. F.: Ediciones Era, 1974.
- MARIÁTEGUI, José Carlos; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MARICATO, Ermínia. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise crítica da conjuntura brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 93-106.
- MELO, Demian Bezerra de. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: Insurreições, passado e presente. Universidade Federal Fluminense, Niterói, agosto de 2015.

- MELO, Demian Bezerra de. As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: De *O capital* à Revolução de Outubro (1867-1917). Universidade Federal Fluminense, Niterói, agosto de 2017.
- MONIZBANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial: espectro da dominação total (guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MONIZBANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos (das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Seleções CEBRAP*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- PERISSINOTO, Renato Monseff. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. *Lua Nova*, n. 71, p. 81-121, 2007.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- RICHARD, Lionel. *A República de Weimar (1919-1933)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 21-54.
- SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 102, jun. 2015. p. 39-67.
- SINGER, André. Introdução: do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista. In: SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-38.
- TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução*. Lisboa; Porto; Luanda: Centro do Livro Brasileiro, 1968.

- VILAS, Carlos. M. ¿Populismo reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del “neopopulismo” latino-americano. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 22, p. 135-151, jun. 2004.
- WOLFF, Richard D. *Capitalism’s crisis deepens*. Essays on the global economic meltdown (2010-2014). Chicago, IL: Haymarket Books, 2016.
- WOLFF, Richard D. *Capitalism hits the fan*. The global economic meltdown and what to do about it. Northampton, MA: Olive Branch Press, 2010.
- WOLFF, Richard D. *Democracy at work*. A cure for capitalism. Chicago, IL: Haymarket Books, 2012.



# EDUCAÇÃO E FASCISMO SOB O GOVERNO BOLSONARO

EDUARDO REBUÁ

*“Cada ato é o eco de outros que no passado o antecederam.[...] Nada pode acontecer uma única vez.”*

[ BORGES, 2008 ]

## **Fascismo, uma experiência**

A sobrevivência histórica do fascismo, logo, também do nazifascismo, precisa ser entendida junto de sua compreensão enquanto experiência, ou seja, forma de partilha social e construção coletiva de sentidos políticos. Assim seria nossa frase lapidar — partindo sobretudo da teoria de Walter Benjamin — decorrente dos últimos escritos (Rebuá, 2019a, 2019b, 2019c, 2019d) acerca da fascistização da/na cultura contemporânea, da qual infelizmente o Brasil é modelo singular.

Novas formas em lugares distintos do mundo. Desta maneira Umberto Eco termina sua narrativa de alerta, há um quarto de século (1995), acerca do que chamou de *Ur-Fascismo* ou “Fascismo Eterno”. Enzo Traverso (2019), em *New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*, afirma que o fascismo é uma parte essencial de nossa consciência história e nossa política. Por sua vez, citando Palmiro Togliatti, Leandro Konder (1977) vaticinou que era necessário não considerar o fascismo como algo definitivamente caracterizado, ou seja, ele deve ser encarado um fenômeno histórico, móvel.

Sendo uma morfologia da política sob o capitalismo, logo, uma forma da ideologia burguesa, o fascismo da primeira metade do século XX pôde sobreviver, sob processos moleculares de mudança, permanência, síntese e novidade, em épocas distintas e até mesmo mais complexas em termos de dinâmicas da luta de classes e de morfologias do Estado-nação. Mais nítido em conjunturas de crises político-econômicas, vide, por exemplo, os atuais *Brexit*<sup>1</sup> e a ascensão fascista na Hungria, nos Estados Unidos, na Polônia ou na Índia, o fascismo e seus amálgamas continuam mais lidos pelo prisma da política do que pelo da cultura, dos “especialistas” da academia aos dos *mass media*.

Ianni (2004) conseguiu traçar um panorama agudo na contramão desta compreensão, ao tratar do fascismo como uma ativa e agressiva cultura política. Na mesma trilha, mas avançando por conta do manejo do conceito de estado de exceção e do “privilégio” em ser contemporâneo do fascismo da última década, Safatle (2018, 2019) aponta quatro características definidoras da ação fascista: a) o culto à violência; b) a volta do Estado-nação, mas numa versão paranoica; c) a completa insensibilidade quanto à agressão dos subalternos; e d) a dissolução da força popular na legitimação dos fora da lei, das máfias. Impossível não tentar enquadrar o Brasil de agora neste encaixe safatliano, sem dúvida influenciado pelo que seu país tem oferecido como modelo.

Sendo cultura, o fascismo também é concepção de história e forma do sensível, é temporalidade e processo movido pelo sentimento — que pode ser o embrutecimento ou mesmo “odiar junto” —, logo, não apenas mobilização de processos irracionais e inconscientes. É Benjamin (2012a, 2012b, 2012c) quem nos ajuda, da maneira como o lemos, na elaboração do fascismo enquanto uma experiência (*Erfahrung*) sob o capitalismo que traduz corrosões e desencantamentos — da alteridade, da crítica, da autonomia, da democracia —, mas ao mesmo tempo reforça experiências de identificação, pertença e *re-narrativa* do tempo, portanto prenes de “sentido direcional” (Arantes, 2014, p. 88), ainda que a partir da brutalização do outro.

---

<sup>1</sup> Processo de saída (a sigla deriva da abreviação de *British Exit*) do Reino Unido da União Europeia, motivado por pressões de cortes nacionalista, xenofóbico e filofascista. Iniciada em 2016 a partir de um plebiscito nacional, a ruptura se consolidou em 2020 sob o governo do primeiro-ministro Boris Johnson, líder do Partido Conservador.

A “experiência que nos liga”, como em *Experiência e pobreza*, não se situa apenas em elaborações solidárias e positivas, mas existe pujantemente nos movimentos de aniquilação e extermínio, na construção do inimigo próximo que confere sentido às diversas formas de sofrimento e às perdas de si, do encanto, do espírito de mudança. O aprofundamento ao qual assistimos todos, das catástrofes econômicas, sociais, climáticas, migratórias via ultraliberalismo e seu Estado-policial, tanto no núcleo hegemônico do capitalismo quanto em sua periferia, têm provocado regressões fascistas — um fascismo ultraliberal (Semeraro, 2019) — que não significam apenas emulação do que a Europa do XX erigiu, mas também elaboração de novos arranjos políticos (experiências políticas) que nos exigem o escrutínio de sua condição e alcance.

Nossa percepção é de uma potência fascista ou o que Pynchon (2003) chama de “vontade de fascismo”, que se realiza na normalização do estado de violência e desassujeitamento sob o capitalismo, ou seja, o fascismo permanece vivo porque fenômeno histórico-político e porque experiência, modo de sentir, “método” de significação do sofrimento, horizonte de expectativa em contextos de incremento do estado de exceção. Como vimos apontando, a experiência fascista é também uma maneira de temporalizar a realidade, linearizando a duração, reforçando a ideia de progresso, de homogenia, o fatalismo, a guerra como efetivação da morte e a narrativa dos que seguem vencendo.

O fascismo encarna uma temporalidade que age, sob condicionantes políticos e sociais, entre a corrosão da *Erfahrung*, autêntica experiência, e a profusão da *Erlebnis*, a vivência imediata, um tempo ligado ao capitalismo, ao *continuum* da História, a uma modernidade do atraso, ao vazio e à homogeneidade, à brutalização. Essa temporalidade fascista pode ser exatamente aquilo que confere o caráter de experiência à emergência (começo, *protofascismo*) do fenômeno do fascismo. Então talvez esta cola entre temporalidade e o movimento duplo de crise de um tipo de experiência (*Erfahrung*) e de reforço de outro (*Erlebnis*) confira ao fascismo seu caráter histórico. Dizendo de outra forma é da junção heterogênea entre um tempo específico, que não são apenas os anos 1920 — o *tempo fascista*, do progresso, dos vencedores, da guerra —, com os resultados da equação *experiência decadente/experiência ascendente* — a potencial *experiência fascista* dos contextos de crise, que se cria condições para que o fascismo como tempo-ação e patologia social surja. (Rebuá, 2019c, p. 6-7).

Com Eco defendemos que o fascismo encarna um exemplo de “desconjuntamento ordenado” (Eco, 2019, p. 39), uma confusão organizada (típica de períodos de crise social) calcada no colapso violento de instituições, ideologias e grupos, mas concomitantemente num tipo de galvanização de afetos violentos, que não deixam de ser afetos por serem violentos. Tais amálgamas extrapolam o pertencimento de sujeitos fascistas a organizações definidas e enredadas num fascismo *stricto sensu*, podendo forjar junções com a religião, por exemplo, como temos visto no fundamentalismo neopentecostal brasileiro, que hibridiza elementos da cultura protestante americana com traços nossos, destacadamente o cristianismo radical e seus repertórios racista, misógeno e colonial.

Do nosso fascismo temos zonas de perigo que mais do que em qualquer outro momento nos exigem um escrutínio vinculado a projetos políticos antifascistas. A educação e a cultura são, sem dúvida, alguns destes lugares. Nosso destaque é para a primeira, pelo tamanho e escopo do texto aqui tecido.

## **Educação e fascismo no governo Bolsonaro: das escolas cívico-militares à universidade**

*“De vez em quando, a vida real lembra muito um pesadelo.”*

[ BOLAÑO, 2019 ]

Talvez o Ministério da Educação (MEC) tenha sido a área do governo que concentrou mais violência, polêmica e ataque à democracia neste pouco mais de um ano de Bolsonaro à frente da presidência. No campo da educação podemos perceber as principais linhas de força que sustentam o que tem sido chamado de bolsonarização ou bolsonarismo<sup>2</sup>: os cristãos fundamentalistas, notadamente evangélicos neopentecostais; os grupos militares e paramilitares, aqui

---

<sup>2</sup> Ver: Alonso, 2019; Dunker, 2019; Nicolau, 2018; Pinheiro-Machado; Freixo, 2019; Solano, 2019.

com destaque para as Forças Armadas; o olavismo<sup>3</sup>, intitulado diversas vezes como “ala ideológica” do governo; e as entidades empresariais neoliberais e seus reformadores da educação.

Na dianteira do tensionamento de disputas na sociedade civil assentadas nestes pilares, a educação teve na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez (nos cem primeiros dias do governo) e na de Abraham Weintraub<sup>4</sup>, duas peças prontas da elaboração cínica do fascismo enquanto método de agressão constante, que degrada o debate público e mina ritos democráticos básicos. Ambos mantiveram duas táticas bastante explícitas: rebaixar/anular, valendo-se de baixarias, qualquer debate qualificado acerca de políticas públicas e compromissos do Estado para com a formação escolar e universitária de seus cidadãos; agredir via redes sociais, sessões públicas e até mesmo comunicados oficiais os sujeitos diretamente envolvidos no fazer educacional, fundamentalmente professores, mas também gestores, técnicos e alunos.

No período Vélez, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tivemos declarações<sup>5</sup> como “universidade para todos não existe”, “1964 não foi golpe”, “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, além da defesa do retorno da disciplina de Moral e Cívica às escolas e da afirmação de que o brasileiro quando viaja se comporta como um canibal e rouba itens dos hotéis. O então ministro, talvez em seu ato mais fascista, cobrou das escolas que executassem o hino nacional sob

---

<sup>3</sup> Campo ou grupo político formado sob a órbita de Olavo de Carvalho, pensador de extrema direita radicado nos Estados Unidos, autor de obras e intervenções calcadas no anticomunismo, na violência contra princípios e práticas democráticas, na ojeriza a formas solidárias de construção política. No governo de Jair Bolsonaro, o lugar de Olavo, ora mais ora menos, é o de “guru” do conservadorismo de direita e consultor para assuntos relacionados ao obscurantismo profascista.

<sup>4</sup> A feitura deste texto se deu ainda sob a gestão de Weintraub, seguida pela nomeação-relâmpago e vexatória de Carlos Decotelli e pela assunção de Milton Ribeiro, pastor da Igreja Presbiteriana.

<sup>5</sup> Ver: Relembre as polêmicas da gestão de Vélez Rodríguez no Ministério da Educação. *O Globo*, 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/relembre-as-polemicas-da-gestao-velez-rodriguez-no-ministerio-da-educacao-23481992>>. Acesso em: ago. 2020.; e também: Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC. *Carta Capital*, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/>>. Acesso em: ago. 2020.

gravações de vídeo<sup>6</sup> (que deveriam ser enviadas ao MEC), além de lerem um documento de sua autoria em que o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” — adaptação da insígnia nazista *Deutschland Über Alles* [“Alemanha acima de tudo”] — tinha centralidade.

Sob seu comando se deu também a alteração de edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>7</sup>, com a desobrigação de ilustrações retratarem a diversidade étnica e cultural do país, bem como a retirada do comprometimento político no combate à violência contra a mulher. Na ocasião se autorizava que os livros didáticos veiculassem publicidade de marcas, serviços e produtos e se acabava com a necessidade de inclusão de referências bibliográficas, logo, científicas. Por fim, o documento, depois retirado e creditado ao governo Temer, excluía o trecho que tratava da necessidade da obra estar isenta de erros de revisão e/ou impressão. Vélez chegou a declarar, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* (de abril de 2019), que os livros passariam por mudanças progressivas no tocante à história nacional, principalmente em relação ao golpe de 1964 e à ditadura: “Haverá mudanças progressivas [nos livros didáticos] na medida em que seja resgatada uma versão da história mais ampla”<sup>8</sup>.

Permeável a pautas reacionárias, uma vez que integrado e alicerçado por grupos deste matiz, o Ministério da Educação tem vocacionado práticas sociais de *mais-violência*, que ainda no período de Rodríguez encontram sua portadora político-pedagógica nas chamadas escolas cívico-militares<sup>9</sup>, proposta conservadora de criação de espaços escolares que hibridizem currículos, normas, estrutura e experiências dos colégios militares com as demais escolas “civis”

---

<sup>6</sup> Ver: MEC envia carta às escolas pedindo que crianças sejam filmadas durante execução do Hino Nacional. *Portal G1*, 25 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/25/mec-envia-carta-as-escolas-pedindo-que-criancas-sejam-filmadas-durante-execucao-do-hino-nacional.ghtml>>. Acesso em: ago. 2020.

<sup>7</sup> Ver: Ministério da Educação anula edital que permitia livros didáticos com erros. *Veja*, 9 jan. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/ministro-da-educacao-anula-edital-que-permitia-livros-didaticos-com-erros/>>. Acesso em: ago. 2020.

<sup>8</sup> Ver: Vélez quer alterar livros didáticos para “resgatar visão” sobre golpe. *Valor Econômico*, 3 abr. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em: ago. 2020.

<sup>9</sup> O projeto possui um site (<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>), vinculado ao MEC, onde se pode acessar a legislação que fundamenta as escolas cívico-militares, bem como seu público-alvo, “cartilha de orientação”, estruturação, perguntas e respostas.

da rede pública de ensino, num processo de exceção jurídica que rompe com estatutos democráticos e estabelece um novo tipo de relação entre educação e segurança, cidadania e controle. À época foi criada a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) enquanto concretude do projeto autoritário e militarista do governo, em consonância com algumas bandeiras que deram sustentação à eleição de Bolsonaro.

O projeto é inédito e nem mesmo no regime civil-militar tivemos um esboço tão amplo e evidente de tutela da educação básica via militarização de seus espaços e sujeitos. Está sendo proposta a implantação de cinquenta e quatro escolas deste tipo até 2023, como consta na página do Programa:

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. (Site Oficial do Programa das Escolas Cívico-Militares).

Uma educação neofascista, como a pensamos, não é somente um tipo de projeto capaz de recuperar constructos do fascismo do início do século passado (uma escola militarizada e orientada por fanatismos e teorias racistas, por exemplo), amplificando seus ecos, mas uma ação político-pedagógica autoritária e burguesa capaz de ao mesmo tempo legitimar o incremento capitalista nas relações sociais, com consequente contenção/extermínio de classes vulneráveis, e generalizar um tipo de sociabilidade do medo (Kehl, 2011) que solda distintas esferas da sociedade ao redor da ideia do campo de guerra constante, da batalha entre inimigos a exortar mais agressão, mais superexploração do trabalho, mais subordinação dos corpos, nacionalismo, ódio de classe, racismo, homofobia, misoginia e ressentimento.

Como apontamos, o fascismo é experiência porque aproxima sujeitos e ideologias em torno da violência e seu exercício constante na negação ontológica da democracia como habitat do dissenso. Não é fortuito, portanto, que na organização de vontades fascistas — um patamar mais elevado da violência social sob o capitalismo — a educação desempenhe o papel de veículo formal e também de horizonte político. Na ressonância fascista, o controle arbitrário-conservador sobre a escola integra um manual adaptado ao tempo que se vive.

Podemos dizer que se em termos jurídicos e institucionais este esquema de educação ainda se desenvolve no Brasil (integrando a dinâmica da superexploração do trabalho), ou seja, não está consolidado, sob o ponto de vista da pavimentação cultural do autoritarismo, caminhamos celeremente para terrenos educacionais cada vez mais tutelados por ideologias autoritárias, mais ou menos “dentro” do espectro do fascismo. Militarização de escolas, perseguição a docentes, censura de livros, estímulo à brutalidade no momento em que mais se mata em escolas públicas, estigmatização de grupos, currículos sendo modificados por seitas religiosas já eram questões colocadas no período Vêlez, quando o golpe de 31 de março de 1964 foi negado enquanto fato histórico num vídeo<sup>10</sup> veiculado pelo Palácio do Planalto cuja origem, posteriormente, o governo disse desconhecer.

Em consonância às demandas de suas bases, como, por exemplo, o *homeschooling*, ligado tanto ao atendimento do mercado quanto ao conservadorismo religioso, as Escolas Cívico-Militares integrariam o processo de revolução<sup>11</sup> que o MEC estaria implementando desde 2019. Ancorando-se na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 227 do Capítulo VIII (sobre o direito à Educação como dever da família, da sociedade e do Estado) e nos artigos 205 e 206 do Capítulo III (que reforçam a Educação como direito de todos visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho), o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) surge do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, regulamentado pela Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019.

Sua origem se dá no período Weintraub, quando se amplia a truculência do Ministério encarnada na própria figura de seu executor, um provocador cínico que se orgulha da estupidez e se alimenta do recalque, seu e daqueles que compõem a margem obscura da intelectualidade e nutrem asco de qualquer

---

<sup>10</sup> Ver: Vídeo que nega o golpe de 1964 é distribuído em canal de comunicação do Planalto. *G1*, 31 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/31/video-que-nega-o-golpe-de-1964-e-distribuido-em-canal-de-comunicacao-do-planalto.ghtml>>. Acesso em: ago. 2020.

<sup>11</sup> Ver: “É a maior revolução na área de ensino nos últimos 20 anos”, diz ministro. *Ministério da Educação*, 11 dez. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/83511-e-a-maior-revolucao-na-area-de-ensino-no-pais-dos-ultimos-20-anos-diz-ministro>>. Acesso em: ago. 2020.



sentido de cultura que não seja a agressão. Em suas redes sociais esta caricatura, meio militante da GESTAPO meio síndico de prédio, tem conseguido desagradar até setores aliados, tamanha sua indignação moral, pusilanquidade e o caráter tosco que imprime às graves questões educacionais do país.

Não é de se surpreender, portanto, que o programa não tenha sido submetido à consulta pública prévia, tampouco debatido com os órgãos, setores e sujeitos da educação nacional, que nos diferentes municípios e estados desenvolvem a esfera pública educacional. No Decreto, que tem sete páginas, e na Portaria, com seis, saltam aos olhos duas diretrizes políticas: a superficialidade/genericidade e a imposição da militarização<sup>12</sup> enquanto pedagogia, ou seja, como intencionalidade formativa, saber e prática educativos.

Na primeira linha temos documentos que citam genericamente, em diversos momentos, o princípio da “indução de boas práticas”, em nenhuma parte explicado. Da mesma maneira, ainda no Capítulo I do Decreto (Disposições Gerais, artigo 2º), temos a defesa da promoção de atividades objetivando a “difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos”. O Capítulo II (Dos Princípios e dos Objetivos) amplia o caráter vago do que se propõe, ao defender a “promoção de educação básica de qualidade”, o atendimento preferencial às escolas públicas regulares “em situação de vulnerabilidade social” e a colaboração para a “formação humana e cívica do cidadão”. Nem qualidade, nem vulnerabilidade, tampouco formação cívica são demarcadas, indicando a natureza rebaixada da política proposta.

Quanto ao segundo ordenamento dos documentos, é explícita a constituição de um alargamento da caserna e seus espaços educativos em direção à escola básica pública. No sétimo princípio/objetivo e destacadamente na segunda diretriz (Capítulo III), temos o redesenho das políticas públicas de educação no intuito tanto do favorecimento institucional, político e financeiro das Forças Armadas (no artigo 21, Capítulo IX, se explicita que o MEC é quem prestará apoio técnico e financeiro ao Ministério da Defesa, subordinando-se a este no tocante à escolha do pessoal militar que atuará no Pecim) quanto da militarização do Estado via expansão de um modelo de escola eminentemente autoritário. Abaixo reproduzimos a parte do Decreto citada (Brasil, 2020, p. 2):

---

<sup>12</sup> No Capítulo III (Das Diretrizes), artigo 5º, inciso VIII, consta que militares inativos, além dos policiais-militares e bombeiros da ativa, serão contratados para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa.

## **DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS**

[...]

VII - a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares;

## **DAS DIRETRIZES**

[...]

II - utilização de modelo para as Ecim baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares;

Reorganizando a percepção da escola como controle social e reforçando sua dimensão coercitiva em termos práticos, as Escolas Cívico-Militares ampliam a força da polícia — protagonista das agressões às minorias e aos grupos políticos que dissentem —, processo crescente desde antes da eleição de Bolsonaro, mas que com ele chega a novo nível, quando medidas excludentes de ilicitude, facilitação para o porte/posse de armas e, logo, para matar, estímulo ao encarceramento e promoção de grupos de extermínio umbilicalmente ligados aos governos instituídos indicam de maneira evidente que o estado de exceção brasileiro é sobretudo uma estrutura de agressão constante a garantir a manutenção das estruturas de poder historicamente colocadas pela hegemonia.

Este Estado policial democrático (Secco, 2018) estabelece um tipo de pedagogia social capaz de educar as distintas classes para a violência (retroalimentado pelo extermínio sistêmico de pessoas numa sociedade surgida exatamente dele), como um método de funcionamento mais eficaz numa democracia cuja fragilidade não é traço somente, mas condição. Nesta sociedade talvez nenhuma outra instituição tenha sido capaz de educar de forma tão exemplar quanto as polícias militares, mais numerosas e com maior capilaridade que as Forças Armadas, de onde nasceram, por seu caráter de vigia imediato da propriedade burguesa e garantidor da lógica desigual da cidade. Esta expertise explica porque o Pecim não pôde prescindir das polícias em sua maquete: salvaguardar o capital, proteger os donos do poder e manter os despossuídos a uma distância segura conferiu às polícias o poder de decidir sobre a vida das pessoas, poder que por sua vez torna compreensível o crescimento das milícias em todo o país, mais incisivas onde as polícias desempenham “melhor” o exercício da morte.

As forças repressivas, das quais a polícia é o mais contundente produto, estabelecem a desumanização como um tipo de norma, enquanto um processo

relacional e produção social (Peschanski; Moraes, 2015). Desta gramática emerge um *télos* que educa em sua dinâmica de reprodução, seja numa ditadura que se assenta sobre a ideia de segurança nacional, seja numa democracia que tem na segurança urbana aquilo que Batista (2015, p. 90) intitula de “gestão policial da vida”. Fundamentalmente, uma administração de gente pobre e não branca, alvos escancarados do nosso fascismo.

Quem garantiria melhor o controle das periferias, num contexto de aprofundamento da desigualdade e da espoliação, que aquele espaço jurídico-político-militar que manteve com maior êxito a estrutura da necropolítica (Mbembe, 2016) da ditadura de 1964<sup>13</sup>? Não é preciso tergiversar: tanto o Decreto quanto a Portaria falam sobre a “vulnerabilidade social” como um dos critérios para seleção das escolas públicas regulares que poderão integrar o Projeto. Some-se a temperatura da sociedade civil brasileira dessa época, quando há o escancaramento do orgulho público da tortura e do extermínio, à chancela para que militares/policiais/bombeiros formalmente eduquem crianças e jovens da pobreza — em espaços pensados para esta “modalidade” de educação —, e o resultado não poderia ser menos que trágico: normatizar o estado de exceção educando, literalmente, para este horizonte.

Dialogando com Safatle e os elementos da ação fascista que apontamos no início do artigo, em especial seus dois últimos (estímulo à violência contra as classes populares e seu esmagamento pelos fora da lei), Tales Ab’Sáber (2015, p. 98) reforça a percepção de que nosso fascismo não se calca sobre sujeitos externos, mas internos, o povo, este oceano conceitual que invariavelmente fala dos pobres:

O principal agente social *dessa ordem acima da lei*, que recebe dela seu mandato não escrito e goza do privilégio de ser sujeito desse desejo social fantasmático, é a polícia, ou melhor dizendo, *as várias polícias*, reais ou imaginárias, existentes no país. Durante os períodos de exceção ditatoriais brasileiros, o aspecto policialesco para dentro foi também realizado pelas próprias Forças Armadas — e aqui seria mais preciso

---

<sup>13</sup> Como lembra Soares (2015, p. 28), a ditadura civil-militar não criou as policiais, mas reorganizou os aparatos repressivos policiais, intensificou sua violência “tradicional”, legitimando-a e adestrando-a, ampliando assim sua abrangência, que absorveu grupos da classe média. Para o sociólogo, “ainda assim, foi esse regime que instituiu o modelo atualmente em vigência”.

dizer os períodos de *mais exceção* brasileiros. [...] Nesses momentos, o povo e as dinâmicas sociais nacionais, carentes de um quadro simbólico de legitimidade moderna do conflito de classes, são o *verdadeiro inimigo* contra quem deve levantar-se a *ordem* mais radical, legitimadora de toda exceção, a começar pelo direito à tortura e ao assassinato, e o Exército e as Forças Armadas apenas se confundem com a longa tradição da polícia discricionária brasileira, desde as milícias dos “capitães de assalto” da Colônia — origem dos capitães do mato negreiros [...] — passando pelos *soldados amarelos* e os delegados torturadores varguistas, até a escuderia Le Cocq dos agentes matadores da polícia ditatorial dos anos 1970 e a atual polícia, equipada e assassina, que se espalha pelo país, tolerada com toda complacência e cumplicidade.

Como não educar para um espírito de cisão regressivo e para um ódio social sem limites partindo de uma história orientada pelo/para o autoritarismo? A escola militarizada é apenas mais um *fetich*e da repressão alçada a espírito cívico e redenção nacional. No Brasil do agora não à toa retorna o desejo de uma escolarização antidemocrática, em nosso momento de maior incivilidade, porque sob o semblante da democracia madura que expurga suas fantasmagorias.

Agentes da ordem policial e policiais da ordem em profusão sob apoio popular; incremento de grupos paramilitares que matam juízas, parlamentares e seus capangas à luz do dia; fragmentação célere da democracia que vai da não aceitação de um resultado eleitoral até o *lawfare* mais canalha possível; crise econômica vendida *ad nauseam* como oportunidade de empreendedorismo enquanto se degrada as formas mais degradadas do trabalho, vide entregadores de comida por aplicativo que sequer possuem bicicletas — as alugam de instituições financeiras. Uma mídia que corrobora a erosão de instituições republicanas desde que as estruturas nervosas da dominação burguesa permaneçam blindadas; religiões do ódio que entenderam antes de quase todo mundo que direção ideológica e domínio material se conjugam botando a mão na massa, subindo os morros, adentrando as escolas e forjando a passividade funcional ao medo, e finalmente, censura e perseguição nas universidades, asfixiadas nos recursos, na gestão e em seu chão de fábrica.

O exaustivo repertório de uma sociedade já “sovada” desde há muito dificilmente deixaria de originar um fascismo ao nosso modo, bem como evitaria que a lógica de uma escola antidemocrática se expandisse para um outro terreno da

organização da cultura, a universidade, talvez o lugar predileto das ditaduras, do nazismo até os regimes do Cone Sul, quando se trata do teste da violência em cobaias, num espaço ao qual se adere voluntariamente e, na maioria dos casos, a partir de horizontes de transformação. Obviamente, sem contar com o caráter nocivo da racionalidade do trabalho científico em tempos capazes de negar Pitágoras e Copérnico, que dirá Marx e Paulo Freire.

Pelo menos desde 2018, de forma mais incisiva, acompanhamos uma escalada da repressão nas universidades de todo o país, a começar nas vésperas das eleições presidenciais, quando trinta e duas universidades sofreram ações deste tipo, como afirma o professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Pablo Ortellado<sup>14</sup>. Intimidação, apreensão de panfletos e retirada de faixas com dizeres antifascistas representam exemplos da truculência de agentes da Polícia Federal, dos Tribunais Regionais Eleitorais e da Polícia Militar ocorridos naquele contexto.

Segundo o relatório *Free to Think*<sup>15</sup>, responsável por monitorar a perseguição a acadêmicos e universidades, o caso brasileiro merece destaque, trazendo pela primeira vez um capítulo dedicado ao Brasil (2019), que também figura na capa. A rede que organiza tal material, a *Scholars at Risk*, entende que o país aumentou a temperatura das tensões envolvendo universidades: em 2019 foram trinta comunicados de professores ameaçados. Neste mesmo ano tivemos falas como a de Weintraub acerca da “balbúrdia” de algumas universidades públicas, que teriam verbas reduzidas, e de Bolsonaro, endossando o ministro, afirmando que sociologia e filosofia poderiam também sofrer cortes.

Com o “Escola sem Partido” alçado à condição de norte moral do anti-intelectualismo no país, temos visto o crescente constrangimento de professores em sala de aula (ataques, filmagens, gravações etc.), da escola à universidade, tornando corriqueiras as perseguições a profissionais da educação, às quais a universidade, enquanto salvaguarda da ciência e da crítica, tem conseguido, não sem alguma letargia (também por conta das diversas outras frentes de

---

<sup>14</sup> Ver: Repressão impede manifestações democráticas em 32 universidades. *Brasil de fato*, 26 out. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/26/repressao-impede-manifestacoes-democraticas-em-32-universidades>>. Acesso em: ago. 2020.

<sup>15</sup> Ver: Relatório denuncia perseguição a acadêmicos e universidades no mundo, com destaque inédito ao Brasil. *BBC News*, 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-50695248>>. Acesso em: ago. 2020.

luta, como contra o estrangulamento de recursos, o “Future-se”, os cortes de bolsas, as intervenções etc.), reagir com denúncias, processos e ações coletivas de sindicatos e órgãos representativos de classe.

O cruzadismo — não apenas cristão — contra corpos e utopias encontra no fascismo uma potente correia de transmissão, fazendo ressurgir index de livros<sup>16</sup>, gangues anticiência, censura, perseguições e toda a sorte de estruturas de ódio apontadas para os lugares onde o espírito da crítica ainda não arrefeceu. Reagir já não é um simples imperativo, mas condição inadiável.

---

<sup>16</sup> Ver: Documento da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas ‘Macunáima’ e mais 42 livros; secretário diz ser ‘rascunho’. *G1*, 6 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/documento-da-secretaria-de-educacao-de-ro-manda-recolher-de-escolas-macunaima-e-mais-42-livros-secretario-diz-ser-rascunho.ghml>>. Acesso em: ago. 2020.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Tales. Ordem e violência no Brasil. In: *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 97-102.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: *Democracia em Risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BATISTA, Vera Malaguti. Estado de polícia. In: *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 91-96.
- BENJAMIN, Walter. *Ensaaios reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012a. p. 83-90.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012b. p. 7-20.
- BENJAMIN, Walter. Teorias do fascismo alemão. In: *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012c. p. 109-122.
- BOLAÑO, Roberto. *A literatura nazista na América*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BORGES, Jorge Luis. O imortal. In: *O Aleph*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 7-25.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: *Democracia em Risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 116-135.
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- IANNI, Octavio. Nazifascismo. In: *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 330-345.

- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.
- NICOLAU, Jairo. O triunfo do bolsonarismo: como os eleitores criaram o maior partido de extrema-direita da história do país. *Revista Piauí*, edição 146, nov. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>>. Acesso em: fev. 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- PYNCHON, Thomas. Rumo a 1984. *Folha de São Paulo*, 1 jun. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0106200305.htm>>. Acesso em: fev. 2020.
- REBUÁ, Eduardo. Fascistização no Brasil do tempo-de-agora. *Le Monde Diplomatique Brasil* (versão impressa), ano 12, n. 138, p. 22-23, 2019a.
- REBUÁ, Eduardo. Dossiê Walter Benjamin. *Revista Cult*, ano 22, n. 245, maio 2019b.
- REBUÁ, Eduardo. Das normalidades: fascismo e o Brasil sob Bolsonaro. *Blog da Boitempo*, 25 jul. 2019c. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/25/das-normalidades-fascismo-e-o-brasil-sob-bolsonaro/>>. Acesso em: fev. 2020.
- REBUÁ, Eduardo. *Insólito Benjamin*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2019d.
- SAFATLE, Vladimir. O que é fascismo?. *Revista Cult*, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>>. Acesso em: fev. 2020.
- . Falar de fascismo no Brasil. *El País*, 5 jul. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562176410\\_719446.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562176410_719446.html)>. Acesso em: fev. 2020.
- SEMERARO, Giovanni. La restaurazione in Brasile: um fascismo neoliberalista. *Critica Marxista*, n. 1, p. 26-34, jan./fev. 2019.
- SECCO, Lincoln. A normalização do golpe. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ago. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-normalizacao-do-golpe/>>. Acesso em: fev. 2020.



- SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-32
- SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: *Democracia em Risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.
- TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

# CRISTIANISMO CONSERVADOR E ATAQUES A PAULO FREIRE: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE NECESSÁRIO

DIEGO CHABALGOITY

*“O contrário do amor não é, como muitas vezes se pensa, o ódio, senão o medo de amar que é o medo de ser livre.”*

[ PAULO FREIRE, 1970 ]

Desde as manifestações de 2013, Paulo Freire e seu legado vêm sendo atacados de forma já corriqueira por alguns setores da sociedade brasileira. Esses ataques, contudo, se aprofundaram quando o ovo da serpente finalmente eclodiu, materializado na eleição de um presidente abertamente defensor da tortura e da ditadura, conhecido de longa data por insuflar o ódio a todo pensamento questionador dos “valores” que representa.

Não nos movimenta refletir sobre a ilação de que Paulo Freire destruiu a educação brasileira, quando suas ideias nunca foram utilizadas como políticas públicas em nível nacional<sup>1</sup>. Outra questão nos chama atenção: nesses ataques, Freire não é reverberado em suas críticas ao cristianismo, salvo em bravatas que o identificam de forma rasa com a Teologia da Libertação; Freire é mais conhecido como “comunista” do que pela discussão que propõe sobre o papel a ser desempenhado pelos cristãos na transformação da realidade.

---

<sup>1</sup> A exceção é o Plano Nacional de Alfabetização, que ocorreu há quase sessenta anos e durou apenas alguns meses.

Aventamos a hipótese de que esse ódio a Freire remete, em grande parte, a suas acusações aos religiosos que contribuem para a opressão. Mais especificamente, às críticas que dirige aos religiosos conservadores, aqueles que lutam de diversas formas pela manutenção do status quo e das estruturas sociais de opressão — sejam eles os inocentes, que lavam as mãos, sejam eles os espertos, que usam explicitamente as religiões para seus interesses de classe. É nesse terreno, ainda pouco abordado, que buscaremos trazer algumas reflexões no intuito de contribuir ao debate que este livro propõe.

O autor pernambucano entende que “Cristo não foi conservador” (Freire, 2001, p. 146), e isso significa, para Freire, defender a fé cristã como potência transformadora. Por outro lado, chamamos atenção para sua fundamentação marxista, que o faz defender, como veremos, que transformar significa transformar a estrutura social de opressão, e não corações e mentes. Este é o eixo central de nosso texto: o mais grave para conservadores e reacionários cristãos é que Freire não sustenta um discurso contra o cristianismo, mas o reivindica e vê nele uma inegável potência transformadora da realidade social. Isso é muito perigoso para os conservadores. Por isso, é melhor para eles que identifiquem a transformação da realidade como “coisa de comunista” e não com a potência religiosa. Assim, a discussão religiosa fica “protegida” e é por eles apropriada a serviço de seus interesses de classe.

## **Questões preliminares para entender a abordagem freiriana**

Iniciemos com duas passagens importantes das “Primeiras palavras” da *Pedagogia do oprimido*, escritas em 1968, no intuito de ilustrar como o autor fundamenta a dominação das consciências como um dos componentes vitais das relações de opressão.

A primeira a que chamamos atenção diz respeito à contundência com que Freire dirige suas críticas ao conservadorismo:

Às suas dúvidas e inquietações empresta [o conservador] um ar de profunda seriedade. Seriedade de quem fosse o zelador da liberdade. Liberdade que se confunde com a manutenção do status quo. Por isso, se a conscientização põe em discussão este status quo, ameaça, então, a liberdade. (Freire, 2005, p. 25).

A segunda passagem que nos interessa reverberar, complementar à primeira, diz respeito à distinção que opera entre ser sectário ou sectária e ser radical:

É que a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isso alienante, a radicalização é crítica, por isso libertadora. (Freire, 2005, p. 26).

Nessas poucas páginas Freire nos ensina que sectarismo e radicalização são opostos. O sectário é o que divide, o radical é o que une, porque se detém à raiz das problemáticas. A sectarização obstaculiza, o radicalismo ilumina. A radicalização é um movimento que busca o aberto, o não dogmático, o não intocável. Na reflexão a que nos propomos, percebemos que a construção de uma esquerda abstrata como inimigo preferencial é mais lucrativa do que identificar Freire com o debate teológico que enseja. É gritante como adquirem sentido aí as críticas ao discurso de guardiões da liberdade do governo federal, dos catões espalhados por todo Brasil e de movimentos como o Escola sem partido: é que o radicalismo busca o conhecimento, não a opinião; e quem mais estuda tem a oportunidade de apreender o significado de ir se radicalizando. Por outro lado, os conservadores de hoje, quanto mais discursam por liberdade, mais mostram sua forma de agir reacionária, e se sectarizam.

Outro ponto para nossa apresentação preliminar do tema pode ser obtido na leitura do texto “O papel educativo das Igrejas na América Latina”, escrito em 1971. Nesse trabalho Freire traz elementos que, por sua vez, são de fundamental importância para o entendimento de sua visão teológica.

Abordaremos mais detidamente este escrito no final do presente capítulo. Por ora, nos é suficiente repercutir o que ele chama de “óbvio”: não podemos entender o fenômeno religioso e o papel social das Igrejas — seja ele educativo ou não — como algo divino que desce do Céu à Terra. São históricos, e, portanto, fruto do trabalho humano. “As Igrejas, de fato, não existem como entidades abstratas. Elas são constituídas por homens e mulheres ‘situados’, condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural.” (Freire, 2001, p. 123).

Em poucas palavras, isso significa que as Igrejas e suas ideologias são um campo em disputa, daí o bizarro esforço dos conservadores atuais em silenciar

tais críticas, desviando o foco do combate aos “comunistas do Partido dos Trabalhadores”. Esse é um ponto conjuntural importante a ser compreendido, porque por aí se baseia o discurso que “enxerga” ideologia somente na esquerda, buscando assim velar suas atitudes ideológicas e partidárias como messiânicas, iluministas e/ou moralizantes.

Esses pontos serão desenvolvidos ao longo de nosso texto no intuito de, considerando o profascismo extemporâneo que vivenciamos, relacionar o pensamento cristão hegemônico atual — seja católico ou protestante — à sua faceta neoliberal. Esse é nosso propósito:

Ao não perceberem o problema em forma dialética, os “inocentes” podem considerar a análise que fazemos como algo maniqueísta. Na verdade, porém, de um ponto de vista dialético, a questão não se reduz a uma tão simplista divisão dos seres humanos, entre bons e maus. O que a análise crítica revela, por um lado, é que o sistema capitalista, em si, é o que gera, necessariamente, tal estado de coisas. (Freire, 2001, p. 143).

## **Cristianismo, consciência histórica e Modernidade**

Notável influência de toda uma geração de militantes católicos em meados do século passado, um dos maiores responsáveis pela difusão do pensamento hegeliano no Brasil, o Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, nos traz elementos importantes para iniciarmos este tópico.

Em seus textos sobre cristianismo e consciência histórica (Vaz, 2001), escritos entre 1960 e 1961, fundamenta a tese de que a mudança histórica promovida pelo pensamento moderno ocidental não se faz em antítese ao cristianismo, mas à visão cosmológica da Antiguidade. Em lugar de um mundo estático e imutável, destinado à contemplação humana, a Modernidade aponta na direção da consciência histórica, que “se radica no que se pode denominar descoberta moderna da ‘subjatividade’” (Vaz, 2001, p. 165) e lança o ser humano no vislumbre de sua potencialidade transformadora do mundo. Para Vaz, nessa construção — e isso nos interessa reiterar aqui — o ideário cristão tem papel fundamental:

[...] a edificação da imagem moderna do mundo na forma do universo científico, libertando a subjetividade dos quadros estáticos do cosmo antigo, longe de se opor, vai ao encontro, no plano das significações profundas, da visão cristã. Esta, com efeito, tem seu centro numa aguda compreensão da subjetividade como radical transcendência sobre a ordem “natural” do mundo e como liberdade empenhada num sentido histórico. (Vaz, 2001, p. 165-166).

Vaz realiza enorme esforço para inserir o pensamento cristão na filosofia da história. A consciência histórica vista como componente da própria análise histórica e o reconhecimento de que só é capaz disso porque gestada na história serão fundamentais para os encaminhamentos tanto da Teologia da Libertação quanto do cristianismo conservador. A discussão que enseja será de grande valia à formação da Teologia da Libertação em sua odisseia de inserção/aproximação da teologia ao escopo das ciências humanas e, por outro lado, também nos serve para compreender melhor o conservadorismo religioso nos dias de hoje, dado o idealismo que carrega. A nós, nos cabe criticar de forma análoga o que Marx percebeu no famoso prefácio de *O Capital* em relação a Hegel: a concepção mesma da história da subjetividade e a participação cristã nesse processo estão de cabeça para baixo<sup>2</sup>.

Para nossa discussão importa que a secularização da consciência histórica não soe a Vaz como uma antinomia ao cristianismo, mas sim que se apresente como “um caminho livre para que se manifestem as exigências mais profundas da subjetividade cristã” (Vaz, 2001, p. 175). Para ele, o reconhecimento do tempo da história enseja uma intencionalidade na consciência histórica, e, neste contexto, o “profetismo” do povo bíblico é transmutado em “futurismo” nas revoluções e na própria incrementação da ciência (Vaz, 2001, p. 170).

Segundo Vaz, é a subjetividade a base dessa nova concepção aberta da história e não o conjunto das relações sociais<sup>3</sup>. Assim, se forja uma antropologia

---

<sup>2</sup> Conforme escreve Marx, em 1873: “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico”. (Marx, 2017, p. 91).

<sup>3</sup> O idealismo de origem hegeliana não consegue perceber, como nos ensina a tradição marxista, que a natureza humana é o conjunto das relações sociais.

cultural que, em vez de atentar para a compreensão histórica do ser humano em suas relações com o mundo, entende a subjetividade ela mesma como criadora do tempo histórico. O Padre Vaz não compreende que a análise e a crítica ao universo estático dos antigos não se dão por uma simples evolução do espírito ao longo das épocas, mas antes são fruto das próprias determinações históricas.

Antes de problematizar esse idealismo, devemos, por outro lado, atentar para elementos importantes que permanecerão no arcabouço subjetivo da Teologia da Libertação. Sem dúvida, a questão mais representativa transparece na ideia de que a antítese evocada pela filosofia e ciência modernas não detém sua principal invocação na ruptura com a hegemonia medieval, mas sim na superação do “naturalismo helênico”:

[...] a inspiração mais original do “personalismo” bíblico-cristão, e que o contradistingue do “naturalismo” helênico, reside principalmente na aguda visão da transcendência do homem sobre a natureza, na afirmação de seu empenho histórico num plano de decisões e acontecimentos — a história da salvação — irredutível ao mundo das conexões “naturais”. Assim, o que se define como subjetividade cristã não é simples reflexo de uma harmonia “natural”. É a interioridade propriamente espiritual da “imagem de Deus”, de sua relação dialógica e “dramática” com esse Deus. (Vaz, 2001, p. 175).

Parafraseando Lukács (1972), Vaz nos deixa entre uma falsa e uma verdadeira discussão ontológica. O fundo cósmico denunciado dos antigos, que revela uma espécie de teologia natural, e deixa aos seres humanos a limitação à contemplação nas suas relações com a natureza, interdita a ação intencional humana, seu componente teleológico na história — essa seria sua verdadeira reflexão ontológica. Como sabemos, a compreensão do mundo como aberto à ação humana é componente vital na Teologia da Libertação.

Contudo, ele não solidifica esse avanço no campo do historicismo absoluto<sup>4</sup> ao entendê-lo como o oposto ao mundo estático dos antigos. Vaz entende esse avanço como “mundanização’ das perspectivas cristãs sobre a história” (Vaz, 2001, p. 191). Assim, em vez de colocar como antítese da contemplação, do fundo cósmico e da teologia natural, uma gama complexa de acontecimentos

---

<sup>4</sup> Utilizamos a expressão no sentido proposto por Gramsci (1966).

históricos coloca como pontos fundantes da consciência histórica a Revelação e a Eleição dos profetas, interpretando essas como frutos de um humanismo histórico que teria como expressões mais profundas a própria experiência do encontro com Deus e a doutrina do Criacionismo, que dariam “densidade ontológica ao tempo” (Vaz, 2001, p. 195). Essa seria sua falsa expressão ontológica.

Ora, em vez de compreender a doutrina cristã como movimento político fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica, em que a subjetividade cristã poderia inclusive desempenhar papel ético importante nos “espaços culturais abertos pela revolução científica” (Vaz, 2001, p. 213), ele chega ao extremo de insinuar a própria criação científica como projeção na mundanidade do que se busca realizar na transcendência!

Essa argumentação filosófica só pode ser valorizada, portanto, estando restrita à discussão intrateológica. Mas, mesmo nesse contexto, Vaz nos brinda com uma leitura esclarecedora de aspectos que serão contemplados na década seguinte pelos teólogos progressistas. Ao citar as experiências dos profetas Abraão (Gênesis 12, 1-3) e Moisés (Êxodo 3, 1-6), nos apresenta chaves importantes:

[...] todas as personagens da história da bíblia que recebem o “chamado” de Deus, assumem, desde esse ponto de vista, uma decisiva significação: mostram, com efeito, o caráter profético do monoteísmo bíblico, a unidade de Deus Revelada pela unidade de um desígnio histórico, pela constância de uma Palavra fiel a si mesma. Assim, o monoteísmo como fundamento da visão bíblica do mundo, formula-se inteiramente no interior de uma compreensão da história [...] (Vaz, 2001, p. 193).

Desta forma, a Eleição seria a consubstanciação mais nítida do Ser e da ação de Deus através dos homens, e abriria caminho para a compreensão do mundo como espaço aberto à intervenção humana. De toda forma, não podemos aceitar, como quer Vaz, a experiência religiosa como “linha original da evolução política” (Vaz, 2001, p. 192). Na aproximação da história do cristianismo à história das ciências humanas, existe uma distância abissal entre os encaminhamentos antagônicos assumidos por personalistas e pela Teologia da Libertação. Em seu esforço para inserir a teologia no escopo das ciências humanas, os últimos não reduzem a história ocidental à história do cristianismo.

Ainda que se trate de uma influência decisiva na fundamentação do mundo como aberto à iniciativa do ser humano e na divulgação do pensamento hegeliano,



é justamente por carregar as falhas desse idealismo que Vaz nos aponta em direção a uma falsa ontologia:

A “essência do cristianismo” consiste, pois, numa existência e numa ação, a Existência e a Ação do Cristo, que se situam e se exercem no coração mesmo da história. A forma de “consciência histórica” que se constitui, então, a partir da fé em Jesus Cristo, integra, de uma parte, todos os elementos dinâmicos da “consciência histórica” da cultura hebraica, e eleva-se, por outra, ao plano de uma visão nova, dominada por uma certeza de audácia inaudita e de infinitas consequências: o Absoluto, que é origem da história, torna-se presente em seu centro, insere-se em sua contextura, confere-lhe uma definitiva densidade ontológica. (Vaz, 2001, p. 201).

O único fato incontestável que dispomos com relação ao papel no cristianismo na construção da consciência histórica moderna é sua anterioridade cronológica. Há, insistimos, uma notável diferença entre o pensamento que reduz a evolução histórica à história do cristianismo e as relações complexas que fundam as ciências humanas.

Como veremos, a Teologia da Libertação, por sua vez, considera o que aqui chamamos a “verdadeira” ontologia cristã, o que não estamos afirmando no sentido da interpretação do Evangelho, discussão que deixamos aos teólogos, mas sim no que diz respeito à sua resolução dialética para o problema. Como demonstra Tagliavia<sup>5</sup> (2008) em sua pesquisa de doutorado, a Teologia da Libertação, em seu esforço de aproximação entre esfera religiosa e esfera humana, busca “inserir a teologia plenamente nas ciências humanas” (Tagliavia, 2008, p. 56) e reconhecer a “vocação fundamentalmente socialista da mensagem de Cristo” (Tagliavia, 2008, p. 57). Essa perspectiva trata, evidentemente, de semelhanças entre as doutrinas cristã e marxista, semelhanças essas inconcebíveis ao pensamento idealista.

---

<sup>5</sup> Texto original em italiano. Os excertos transcritos aqui são traduções livres nossas.

## **Cristianismo idealista e suas implicações com o liberalismo**

Para seguir nossa discussão, é necessário que recorramos a abordagens laicas sobre o tema. Norberto Bobbio, em seu artigo “Os Direitos Humanos hoje”, nos coloca interessante tese: o que conhecemos hoje como Direitos Humanos é um fruto histórico que deve sua elaboração ao labor de três doutrinas políticas, a saber: o cristianismo social, o liberalismo e o socialismo.

Grosso modo, no curso da história, o cristianismo revela a importância do direito à vida, anterior à formação do Estado, e inaugura no ocidente a ideia de “natureza humana universal” (Bobbio, 2003a, p. 199); o liberalismo resguarda a lei como garantia contra o arbítrio, organizando o Direito como pilar fundamental da igualdade civil; e o socialismo acrescenta os direitos sociais a essa relação entre ser humano e Estado, atentando diretamente às condições materiais da existência.

No que diz respeito ao cristianismo, o autor acrescenta que a Declaração dos Direitos Humanos é fruto direto da Segunda Guerra Mundial e que o próprio Jesus construiu seus ensinamentos lutando contra a opressão. Mas o que nos interessa repercutir aqui especificamente é sua referência ao primeiro documento da Comissão Pontifícia *Iustitia e Pax*, cujo título é “*La Chiesa e i Diritti Dell'uomo*”<sup>6</sup>. Bobbio chama atenção ao fato de que o documento menciona os Direitos Humanos como “sinal dos tempos”, em que está implicada a consciência, mas também a “constante e dolorosa renovação das violações praticadas contra eles” (*apud* Bobbio, 2003a, p. 197).

O filósofo italiano seculariza a participação do cristianismo na história dos Direitos Humanos e destila a maior contribuição da doutrina em discussão: sua dimensão política. Note-se que, diferentemente de Vaz, Bobbio não compreende o sinal dos tempos como obra do Espírito, mas como fruto da violência de seres humanos contra sua própria humanidade. A própria luta política de Jesus se dá sob questões concretas.

Sob a reflexão laica de Bobbio se tornam mais transparentes as afirmações supracitadas de Freire no “Papel educativo das Igrejas na América Latina”. Nem

---

<sup>6</sup> “A Igreja e os Direitos Humanos”.

a religião, nem a ciência existem desvinculadas do papel de homens e mulheres no curso da história. Não serão jamais criação sobrenatural. Tampouco suas evoluções se darão fora da história.

Tanto no que diz respeito às ciências quanto no que remete às religiões, Bobbio nos leva a refletir sobre as armadilhas da ideia de evolução, que, interpretada como um fim em si mesma, deve ser encarada como uma abstração. No texto em debate podemos fundamentar atualíssima crítica à chamada pós-modernidade:

Hoje, as ameaças contra a vida, a liberdade e a segurança podem decorrer do crescente poder das pessoas que estão em condições de fazer uso da ciência e de suas aplicações. Entramos na época pós-moderna, que se caracteriza por enorme, espantoso e irreversível progresso nas transformações tecnológicas — e, consequentemente, tecnocráticas — experimentadas pelo mundo. Desde o dia em que Bacon disse que ciência é poder, o homem percorreu um longo caminho: o aumento dos conhecimentos só acrescentou a possibilidade de o homem dominar a natureza e os demais homens. (Bobbio, 2003a, p. 203-204).

Considerando nossos dias atuais, podemos voltar a Vaz para traçar um paralelo com Bobbio. É que, se o cristianismo é pedra fundamental da consciência moderna, também transparece na consciência pós-moderna. Analisando as afirmações de Bobbio acima, podemos constatar que ainda que a pós-modernidade se autoproclame como posterior à Modernidade, os erros idealistas continuam os mesmos. Neste sentido, o discurso de complexidade e de denúncia do caducar da Modernidade não nos serve de nada na medida em que o idealismo persiste e ainda carece de análises que partam da realidade material enquanto se pretendam filosofia superior. A relativização absoluta dos pseudoprogressistas, que confundem representação social com realidade, lugar de fala com transformação da realidade, nota de repúdio com ação progressista etc., termina por contribuir com o discurso conservador religioso. Onde a filosofia deveria ter lugar, ela mesma se questiona por dentro, como numa sabotagem que passa a ser propagada como crise interna de paradigmas, mas que é, em seus encaminhamentos, filiada à tradição idealista.

Considerando outro texto de Bobbio, no qual o autor versa sobre as possíveis soluções da ética religiosa, podemos agora analisar a questão religiosa sob o mesmo prisma:

[...] a ética religiosa se limita à doutrina do chamado voluntarismo teológico, segundo o qual é justo o que Deus manda e injusto o que está proibido, que é uma espécie de juridificação da ética, ligada à máxima *autoritas non veritas facit legem* [é a autoridade, não a verdade, que faz a lei]; mas a consequência é que com o grito de “Deus o quis” se pode justificar qualquer ação, mesmo a mais cruel e desumana (a história nos ensina os tristes exemplos que o fanatismo religioso pode produzir). (Bobbio, 2003b, p. 189-190).

Aqui novamente Bobbio nos leva a pensar que, no escopo das ciências humanas, de onde poderia emergir a voz da defesa contra o arbítrio e pela busca da verdade, o que vemos hoje, sob a influência das filosofias pós-modernas, é outro sinal dos tempos: o “fim de todas as metanarrativas”, como dizem. Não há grande diferença do pensamento religioso. Em poucas palavras, no final das contas, tudo se reduz ao “juízo da consciência individual” (Bobbio, 2003b, p. 190). Nesse misto idealista em que religião e filosofia voltam a se misturar, tudo se relativiza.

A saída que Bobbio nos coloca, e que nos é muito útil em nossa discussão neste texto, é que o verdadeiro problema a ser enfrentado é o problema da “observância”:

A razão profunda da vinculação da moral com uma visão religiosa do mundo não se baseia tanto na necessidade de fundamentar a moral, mas sim, na necessidade, na prática mais importante, de favorecer sua observância. O que é indispensável para toda convivência humana não é tanto a exigência de regras de conduta bem fundamentadas, mas sim sua observância. (Bobbio, 2003b, p. 190-191).

Sem necessariamente se considerar a observância, a que consciências estaremos sujeitos? Quem decide o que é certo ou errado? Em que bases? Não é justamente o moralismo o nosso problema atual? Não é a moral idealista, relativizada ao extremo, que vem justificando o afastamento da observância da realidade material?

No contexto atual de nosso país, o discurso da moralidade se aliou à ética cristã e idealista de forma bastante sutil nos últimos anos. É necessário que investiguemos a fundo essas relações. Analisar a conjuntura de reformas do ultraneoliberalismo que vivenciamos nos parece ser a chave preponderante no

momento. Neste sentido, é imprescindível recordar que o governo golpista de Michel Temer, ainda que composto pelo apoio político de setores ligados aos movimentos evangélicos, não se valeu do discurso fascista que agora adquire dimensões maiores. Mas há, evidentemente, continuidade entre os dois governos.

Lembremos que foi a construção midiática de ódio à esquerda e de demonização da política como fonte da corrupção que fez crescer o falso moralismo que agora assola o país. Erigiu-se um bizarro conservadorismo modernizante. Um bloco histórico que, com uma mão levanta a bandeira do reacionarismo “contra tudo que está aí” e com a outra mão fala em reformas que vão tornar o Brasil um país notável. Tudo em nome da “família brasileira”, do “futuro” e da “liberdade”. A primeira entendida na forma heteronormativa e cristã; a segunda e a terceira entendidas como a salvação contra o comunismo.

Simone de Beauvoir, em seu livro *Por uma moral da ambiguidade*, nos brinda com uma análise fabulosa e atual sobre as relações entre liberalismo e conservadorismo. Não é à toa que o conceito negativo de liberdade, que no liberalismo clássico se define como não interferência do Estado, sobretudo no que diz respeito à livre iniciativa, torna-se condição *sine qua non* para o conservadorismo atual. Como bem argumenta a autora, “quando um partido promete às classes dirigentes defender suas liberdades, isso significa muito exatamente que está reivindicando para elas a liberdade de explorar a classe trabalhadora” (Beauvoir, 2005, p. 76).

Versando sobre a “má-fé” que aí se nutre, Beauvoir nos faz questionar a falta do que Bobbio chama de observância. Suas palavras são autoexplicativas:

Uma liberdade que só se aplica a negar a liberdade deve ser negada. E não é verdade que o reconhecimento da liberdade de outrem limite minha própria liberdade: ser livre não é o poder de fazer qualquer coisa; é poder superar o dado rumo a um futuro aberto; a existência de outrem enquanto liberdade define minha situação e ela é até a condição de minha própria liberdade. Oprimem-me se me jogam na prisão: não se me impedem de jogar meu vizinho. (Beauvoir, 2005, p. 76-77).

E, continua, conceituando o “conservador” e o relacionando com o moralismo idealista:

Da mesma maneira, o próprio opressor é consciente desse sofisma: mas quase não ousa recorrer a ele; mais do que reivindicar em sua nudez a liberdade de opressão, ele se apresenta mais naturalmente como defensor de certos valores. Não é em seu nome que luta: é em nome da civilização, das instituições, dos monumentos, das virtudes que realizam objetivamente a situação que ele pretende manter [...] isso é muito bem expresso no rótulo “conservador”. Como alguns são conservadores de um museu ou de uma sala de medalhas, outros se fazem os conservadores do mundo dado; acentuando os sacrifícios que toda mudança necessariamente implica, eles optam pelo que foi contra o que ainda não é. (Beauvoir, 2005, p. 77).

A leitura laica de Beauvoir vai ao encontro das reflexões de Bobbio e enriquece sobremaneira nossa análise conjuntural. É justamente por ser laica que essa visão traz à luz as consequências que o cristianismo idealista soma ao neoliberalismo atual. Basta constatar como as bandeiras do conservadorismo e do cristianismo se mostram tão despudoradamente antissolidárias. A agenda ultraneoliberal da “Ponte para o Futuro”, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos, que deixa, na prática, milhões de brasileiros em vulnerabilidade socioeconômica sem assistência básica em saúde e educação, e a reforma da previdência, que abre mão do paradigma de repartição solidária, são exemplos claros de como se pode imprimir políticas que renegam princípios formadores do cristianismo, como a fraternidade e a compaixão, e mesmo assim fazê-las em nome de Deus.

Nesse contexto, voltemos às palavras de Simone de Beauvoir para demonstrar como os discursos que unem conservadorismo e neoliberalismo vêm solidificando a relação sacrifício-modernização:

O opressor não tenta apenas se justificar enquanto conservador. Com frequência ele prefere invocar suas realizações futuras, ele fala em nome do futuro. O capitalismo se afirma como o regime mais favorável à produção; o colono é o único capaz de explorar riquezas que o indígena deixaria incultas. É por meio de sua utilidade que a opressão tenta se defender. (Beauvoir, 2005, p. 80).

Parece-nos evidente que o convencimento das massas deve ser analisado mais detidamente. No próximo tópico, analisaremos aspectos educativos que julgamos relevantes para esse entendimento.

## **Aspectos educativos e religião: contribuições de Antonio Gramsci**

Antonio Gramsci, no parágrafo 12 do Caderno 11, nos coloca reflexões laicas que são igualmente importantes para o debate que propomos. Estabelecendo conexões entre senso comum, religião, filosofia e ciência, suas análises nos dão impressão de terem sido tecidas em nossa contemporaneidade.

Já em suas primeiras observações, ele denuncia o caráter político e ideológico das religiões:

O problema da religião [é] — entendido não no sentido confessional, mas no sentido laico — de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela: mas porque chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou, mesmo, de “política”? (Gramsci, 1966, p. 14).

Nesse texto, o autor comunista nos demonstra que a religião não é filosofia superior, mas também não pode ser confundida diretamente com o senso comum. Essas chaves são importantes para que compreendamos os artifícios de dominação das consciências usados pelos religiosos conservadores e reacionários.

Para Gramsci, a “má-fé” não pode ser entendida como um conceito que explica tudo. Ela pode funcionar para que entendamos alguns sujeitos, como aqueles que Freire chama de “espertos”, mas não é suficiente para explicar a religião em sua função de dominação das consciências das camadas populares.

A leitura gramsciana implica a consideração prévia da luta de classes. Sabemos que, numa sociedade de classes, as classes dominantes imprimem às classes dominadas não somente sua dominação econômica, mas também sua visão de mundo. Assim, as classes dominadas terminam por aceitar passivamente e de forma submissa a visão de mundo das classes dominantes.

Trata-se de fato político em que o retrato da opressão se observa da seguinte forma em nosso contexto: enquanto as classes subalternas encontram na religião um ópio, um refúgio para suas dores provenientes das privações materiais que vivenciam, as classes dominadoras buscam “conservar a unidade dialógica de todo bloco social, que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia” (Gramsci, 1966, p. 16).

Sob o prisma da análise de classe, em nossa sociedade hodierna, o que observamos é a universalização da ideia de escola dualista, da qual a formação religiosa não poderá se esquivar. Na interpretação clássica de Baudelot e Establet<sup>7</sup>, a escola dual trata, grosso modo, de uma escola rica para os ricos e de uma escola pobre para os pobres. A primeira nos aparece como formação para o trabalho intelectual e de dirigentes, a segunda como formação para o trabalho braçal, para força de trabalho. Na educação religiosa não poderia ser diferente: uma “escola” para os ricos, idealista, focada na caridade abstrata, se aproveitando do analfabetismo político e do ódio de classe — na maior parte das vezes proposta nas igrejas católicas; e outra, de formação religiosa para os pobres, focada no controle de massa de manobra e no apaziguamento do sofrimento, se aproveitando das condições de vulnerabilidade socioeconômica dessas classes — mais comumente observada nas igrejas evangélicas, sobretudo nas neopentecostais.

A análise do pensador sardo é dirigida à Igreja Católica, mas não dista nem um milímetro no que diz respeito às consequências políticas do que podemos observar hoje nas igrejas evangélicas do Brasil:

A força dessas religiões, notadamente da Igreja Católica, consistiu e consiste no seguinte fato: que elas sentem intensamente a necessidade de união doutrinal de toda a massa “religiosa” e lutam para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos “inferiores” (Gramsci, 1966, p. 16).

É fácil perceber a verve educativa das igrejas cristãs de modo geral. Desde as pastorais católicas e suas catequeses até os ministérios evangélicos e seus estudos da Bíblia, uma pseudointelectualidade é concedida a todos, desde que se mantenha restrita à doutrinação conservadora. Nesses espaços, a Bíblia é discutida como o grande livro que termina por legitimar a perspectiva que os reacionários erigem. Logo, os ensinamentos religiosos, de todo confessionais e embasados em dogmas que se impõem como limites ao pensamento crítico, se tornam um problema, na medida em que se realizam como doutrinação e não como construção da capacidade individual de elaboração crítica.

---

<sup>7</sup> Para estudo mais acurado, ver Saviani (1983).



Diferentemente, a filosofia da práxis busca a crítica ao senso comum, que deve ser entendida aqui como correlata do ditado popular “não dê o peixe, mas ensine a pescar”. Porém, convém observar, como nos demonstra Gramsci, que, se a “relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’” (Gramsci, 1966, p. 19), que constrói o movimento de “ensinar a pescar”, é também a “política” que pode, por outro lado, estar a serviço da perpetuação das relações opressoras de classe, como na relação entre “o catolicismo dos intelectuais e o dos ‘simplórios’” (Gramsci, 1966, p. 19):

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. (Gramsci, 1966, p. 20).

Sem dúvida, a questão da educação religiosa se agrava na sociedade de classes. Basta atentar para o ensino religioso que se dá nas escolas hoje para que desvelemos seu caráter de ação essencialmente político. O mero fato de se tratar de uma área de atuação não remunerada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, já nos denota uma abertura explícita para o ensino confessional: ora, se não é pago, dificilmente será ministrado por teólogos de carreira, mas ficará a cargo de políticos das igrejas que se dispuserem a oferecer seu pessoal para tanto.

Lendo Gramsci, percebemos que a negligência histórica de não ter dado a devida atenção à politicidade implícita no ensino religioso, porque considerada a religião como “a filosofia da infância da humanidade, que se renova em toda infância não-metafórica” (Gramsci, 1966, p. 17), nos levou a lugares que o filósofo marxista não podia vislumbrar.

Hoje não podemos mais alegar que fomos pegos de surpresa quando encontramos em nossas práticas educativas profissionais de educação infantil doutrinando crianças da escola pública com seus “hinos” evangélicos, quando nos deparamos com a visita de líderes religiosos e suas palestras conservadoras nas escolas ou quando vemos diretores ou diretoras propondo a reza do Pai Nosso às segundas-feiras pelas manhãs. Tampouco devemos minimizar o fato político de que o ensino religioso é uma das áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Afinal, como pensar o ensino religioso como capaz de propiciar conhecimentos “sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos”, ou capazes de “desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal”,<sup>8</sup> — considerados objetivos da área na BNCC — com fundamentalistas encarregados de tais discussões?

Como podemos reagir a situações, como a que vivenciamos, em que uma aluna de graduação, criada em Igreja Evangélica, ao comentar com seu pastor que os ensinamentos que obtinha na universidade muitas vezes eram conflitantes com sua formação religiosa, ouviu, sem nenhuma cerimônia, que deveria abandonar seus estudos universitários? Como valorizar a secularização dos conhecimentos científicos e filosóficos quando muitos de nossos alunos estão inculcados pela ação política de homens e mulheres que se colocam como “homens de Deus e, por isso, cidadãos de bem”? Que caminhos deve seguir a educação popular quando sua capacitação científica e técnica depende irremediavelmente do aporte de conhecimentos para que nossos alunos possam “aprender a pescar”, quando esses conhecimentos são considerados “diabólicos” pelos fundamentalistas?

Nas angustiantes indagações que fazemos, Antonio Gramsci nos aponta alguns caminhos que devemos aqui reverberar: a repetição de nossos argumentos, sempre; e o trabalho incansável de busca pela elevação das massas, tendo como mote principal a formação do ele denominou intelectuais orgânicos às classes populares. Assim, contribuiremos para a superação da sociedade de classes, condição *sine qua non* para a superação do pensamento religioso do “homem do povo”:

Que se pense, ademais, na posição intelectual de um homem do povo; ele se formou a partir das opiniões, das convicções, dos critérios de discriminação e das normas de conduta. Todo aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior, sabe argumentar as suas razões melhor do que ele e, logicamente, o derrota na discussão. Deveria, por isso, o homem do povo mudar de

---

<sup>8</sup> Cf. Base Nacional Comum Curricular, disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

convicções? [...] o elemento mais importante, indubitavelmente, é de caráter não racional: é um elemento de fé. [...] Ele não se recorda das razões em concreto e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. (Gramsci, 1966, p. 26-27).

## **Considerações finais para reflexão: contribuições de Freire para a análise do papel das Igrejas cristãs hoje**

Até aqui, colocamos alguns elementos que julgamos importantes como fundamentação para a discussão que propomos. Todos esses elementos transparecerão agora nos comentários que faremos sobre o mais representativo texto de Freire sobre o tema que abordamos: “O papel educativo das Igrejas na América Latina”.

Em diversas partes de nosso capítulo reverberamos duas imagens que Freire ilustra no texto citado. O autor brasileiro utiliza os termos “ingênuos” e “espertos” (Freire, 2001, p. 123-124). Ambos não constroem diferença no que diz respeito às consequências de suas ações na estrutura social. Cada qual à sua maneira contribui para o papel histórico que as Igrejas cristãs vêm desempenhando em sua organicidade às classes dominantes:

Do ponto de vista objetivo, contudo, todos eles se identificam nas consequências de suas práticas. Ao insistirem na inviável neutralidade da Igreja em face da história, em face das atividades políticas, não fazem outra coisa senão exercer uma atividade política, em favor, porém, das classes dominantes e contra as classes dominadas. Não se pode “lavar as mãos” em face de inconciliáveis, a não ser tomando-se o partido dos fortes. (Freire, 2001, p. 124).

Os espertos são os que agem deliberadamente de má-fé. Para estes não há engano, estão conscientes de que usam a religião exclusivamente a serviço de seus interesses de classe. Esses não se enganam; mentem, manipulam, exploram.

Por outro lado, há os ingênuos, que Freire também chama de “inocentes” ao dialogar com Reinhold Niebuhr. Esse, por sua vez, prefere o termo “moralistas” (Freire, 2001, p. 124). Preferimos ao longo de nosso texto o termo ingênuos apenas para nos referir aos que, sobretudo na condição de classe oprimida,

são enganados, utilizando o termo “inocente” em sentido pejorativo, por isso, mais próximos da acepção niebuhriana.

Isso porque é versando sobre os moralistas que Freire torna mais fortes suas críticas. Para ele, há um “modo sutil” (Freire, 2001, p. 124) de servir aos interesses das classes dominantes: através das práticas assistencialistas e humanitárias, às quais denomina “ação aspirina” (Freire, 2001, p. 124). Nesse contexto, inocentes e moralistas adquirem a mesma conotação entre Freire e Niebuhr. São aqueles que, em sua cegueira “inocente” acreditam que se possa transformar o mundo tocando o coração de homens e mulheres, transformando as consciências, “deixando, contudo, virgens, intocadas, as estruturas sociais em que o coração não pode ter saúde” (Freire, 2001, p. 124).

Para os dois autores a quem nos referimos, a ordem e o apaziguamento são defendidos pelos moralistas como caminho para um futuro melhor. Não é difícil reconhecer esse discurso no eterno sacrifício que nos pedem os governos neoliberais, tampouco no papel das igrejas na inculcação dessas ideias, exaltando o mito do “homem de Deus” por suas abstratas virtudes cristãs em defesa da família e do progresso.

Como já observamos acima, essa retórica vem dotada de promessas de um conservadorismo modernizante que fala no novo como se esse pudesse ser confundido com o velho. Dois momentos do texto nos mostram isso. No primeiro, Freire defende o novo na perspectiva cristã da Páscoa, entendendo-a como morte do velho para o renascimento do novo. Todavia, em sua crítica observa: “a mentalidade burguesa tenta matar o dinamismo histórico e profundo que tem a Passagem. Faz dela uma simples data na folhinha” (Freire, 2001, p. 126).

No segundo, versando sobre o tema “família”, nos mostra o quanto o novo, para ser novo, deve necessariamente ser acompanhado da luta de classes. De outra forma não há mudança, senão o controle da família. Aqui, Freire nos mostra o quanto a filosofia da práxis, entendida como crítica do senso comum, está presente em seu pensamento, e o quanto podemos perceber os porquês dos ataques ao seu legado por reacionários e conservadores que não querem a comunhão do conhecimento. Trata-se de um comentário à campanha de sua época denominada “Família que reza unida permanece unida”:

No momento, porém, em que, pela própria experiência, vão percebendo que a família que reza unida precisa de casa, de trabalho livre, de pão, de roupa, de saúde, de educação para seus filhos, de expressar-se e de expressar seu mundo, criando e recriando, precisa de ser respeitada no seu corpo, na sua alma, na sua dignidade, para permanecer unida não na dor apenas e na miséria, neste momento mesmo, ao revelar sua percepção nova de tal realidade, passam a ter a sua própria fé posta em parêntese por aqueles que, achando pouco o seu poder político, econômico ou eclesiástico, pretendem ainda apoderar-se da consciência dos demais. (Freire, 2001, p. 129).

Defendemos que o caráter imperativo da perspectiva de classe deve ser considerado com bastante acuidade nesse debate. Contudo, tem sido negligenciado em nome de uma pretensa tolerância religiosa. A história recente já nos ensinou que a questão de classe deve estar no centro da discussão da formação das consciências e, por conseguinte, no debate sobre o papel nocivo das igrejas no modo de produção capitalista.

Desde o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido em 1848 por Marx e Engels, conhecemos a conceituação de que qualquer tentativa de progressivismo que não ataque as estruturas sociais de opressão deve ser entendida como doutrina liberal.

Observamos incrédulos às tristes conseqüências nos ainda recentes governos reformistas do Partido dos Trabalhadores, que, além de não transformarem as estruturas, menosprezaram a disputa das consciências. Esses governos, que propiciaram políticas sociais importantes, como o Bolsa Família, se desmancharam no ar aos primeiros embates sofridos no campo superestrutural.

Com a falta de disputa nesse campo, as igrejas assumiram esse lugar nas surdinas dos rincões repletos de homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social, econômica e de gênero. Assim, as teorias da Teologia da Prosperidade tomaram forma concreta como potência política, fazendo crer que a parca melhoria das condições de vida desses homens e mulheres não se devia a um governo com sensibilidade social, mas sim ao comportamento moral cristão.

Mais uma vez, devemos voltar às ciências humanas e seu ainda necessário exercício de mea-culpa. Essas, como diretrizes teóricas das políticas públicas que se fizeram distantes da busca por efetivas transformações da estrutura

social opressora, têm sua parcela de responsabilidade. O pseudoprogressivismo que relativiza tudo e que reduziu a luta que seria contra o capitalismo “a um problema puramente metodológico, tomando-se os métodos como algo neutro, assexuado” (Freire, 2001, p. 128), se mostra agora, mais do que nunca, vazio.

Desta forma, como “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” (Marx; Engels, 2010, p. 43), foi um movimento relativamente fácil conduzir a sociedade brasileira ao engano e à estupidez. A histórica tradição sofrida das classes populares brasileiras estava ali o tempo todo, carente de metanarrativas. Note como são assustadoramente atuais as palavras que Freire nos escreveu em 1971 sobre como são atacados aqueles que lutam pela transformação das relações de opressão:

[...] passam a ser vistos como figuras “diabólicas”, a serviço da demonização internacional. Demonização que ameaça a “civilização ocidental cristã”, que de cristã pouca coisa realmente tem. [...] Defendê-las da “maldade subversiva de falsos cristãos que elogiam a Revolução Cultural Chinesa e falam em favor da Revolução Cubana”. (Freire, 2001, p. 130).

Seria curioso, não fosse trágico, constatar que assistimos hoje aos cristãos no poder, sendo responsáveis por tantas mortes e barbárie, reverberando uma “modernização alienadora” (Freire, 2001, p. 131-132) que “morre de frio no seio morno da burguesia” (Freire, 2001, p. 136): é que quanto mais opressão, mais os ingênuos buscarão essas igrejas para refúgio<sup>9</sup>. O silêncio e a passividade encontraram consolo para sua *raison d’être* nas igrejas e no mundo virtual da internet, perfazendo uma diluição que se pretende definitiva nos dias de hoje.

De um lado, há um cristianismo idealista que lava as mãos e busca dicotomizar os corações inocentes da realidade concreta, de outro, há um cristianismo que fala em prosperidade e iniciativa, vendendo a falsa ideia de modernização para que as massas apoiem as reformas que conservam o status quo. Em ambos os casos, os efeitos na estrutura social são os mesmos, visto que seus encaminhamentos desembocam em ações políticas conservadoras.

---

<sup>9</sup> Emprestamos o termo “refúgio das massas” do sociólogo suíço Christian Lalive, citado no texto por Freire (2001, p. 136).

Podemos afirmar, retomando a observância defendida por Bobbio, que eles não enxergam contradição entre o mundo imaginário cristão e a realidade opressora concreta: é que “o equívoco dos inocentes e a esperteza dos espertos está em afirmar que a superação de tal contradição é uma questão de consciência moral” (Freire, 2001, p. 143).

Esses foram alguns elementos para fundamentar o debate que propomos. São práticas sociais que detêm uma dimensão fundamentalmente formadora e que já nos mostraram todo seu potencial controlador, não devendo, portanto, ser negligenciadas. Para nós, já não resta dúvida histórica de que o combate ao pensamento religioso deve fazer parte efetiva da luta contra o modo de produção capitalista. Estão profundamente ligados, um a serviço do outro, nutrindo interesses seculares em comum, de todo nocivos às camadas populares.

Estarão a cegueira católica e a prosperidade protestante dispostos a abandonar os seus mitos?

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *Por uma moral da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BOBBIO, Norberto. Os Direitos Humanos hoje. In: BOBBIO, Norberto. *Norberto Bobbio: o filósofo e a política*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003a.
- BOBBIO, Norberto. Prós e contras de uma ética laica. In: BOBBIO, Norberto. *Norberto Bobbio: o filósofo e a política*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003b.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: <<http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- FREIRE, Paulo. Tercer mundo y teología: carta a un joven teólogo. Perspectivas de diálogo, Montevideo, n. 50, p. 301-305, 1970. Disponível em: <[https://seleccionesdeteologia.net/selecciones/llib/vol13/50/050\\_freire.pdf](https://seleccionesdeteologia.net/selecciones/llib/vol13/50/050_freire.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- FREIRE, Paulo. O papel educativo das Igrejas na América Latina. In: FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- LUKÁCS, György. *A ontologia do ser social*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1972.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Autores Associados, 1983.
- TAGLIAVIA, Alfredo. *La pedagogía de Paulo Freire nelle società multiculturali*. Tese (Doutorado em Pedagogia). Facoltà della Formazione, Università degli Studi Roma Tre, Roma, Itália, 2008.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Ontologia e história*. São Paulo: Loyola, 2001.



# NEOFASCISMO E EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO CRISTÃO

**JOSÉ ANTONIO SEPULVEDA**

**YURI SEPULVEDA**

**DENIZE SEPULVEDA**

Este texto se propõe a discutir os sentidos do neofascismo no contexto brasileiro e suas vinculações com o crescente fundamentalismo religioso cristão. Para isso, estamos entendendo esse fundamentalismo como um movimento de caráter global, organizado por grupos políticos de extrema direita sob a batuta do empresário norte-americano Steve Bannon. Com efeito, é proposta desse texto discutir a narrativa construída por Bannon, especialmente o movimento conservador antifeminista centrado no termo ideologia de gênero. A partir disso, entenderemos seu efeito nas escolas brasileiras.

Vale a pena começar o texto discutindo a pertinência do uso do termo neofascismo, tendo em vista que para muitos autores o termo fascismo é datado e referente ao período entre as duas grandes guerras do século XX. Portanto, para esses autores, em especial Michael Mann (2008) e Felice (1978), o fascismo foi um fenômeno pontual que acabou junto com a Segunda Guerra Mundial.

Neste texto defendemos o uso do termo neofascismo nos baseando em Eco (1996), Silva (2000) e Poggi (2012) e entendemos que o fascismo não foi um movimento pontual, e sim uma face importante do pensamento conservador que, eventualmente, ganhou força em determinados contextos políticos, tornando-se aquilo que Cueva (1989) chamou de “tempos conservadores”. Antes de discutir o conceito de neofascismo que adotamos, refletiremos um pouco sobre o conceito de conservadorismo a fim de facilitar a compreensão do neofascismo contemporâneo.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que o conservadorismo, apesar de não ser uma teoria, e sim uma das múltiplas narrativas que compõem o universo da cultura, possui um forte poder de aderência que seduz facilmente diferentes frações de classe em momentos de crise. Vivemos hoje um desses momentos, por isso a importância de um debate qualificado sobre o que é o conservadorismo, entendendo que alguns autores conservadores estão sendo lidos — ou não lidos — e aceitos por uma parte significativa da sociedade. Podemos confirmar isso em uma simples visita às livrarias do Brasil e constatar a quantidade de livros expostos de autores assumidamente conservadores.

Com base nos argumentos acima, e reconhecendo a influência do pensamento conservador, começamos a nossa reflexão. Entendemos conservadorismo seguindo uma análise que tem como referência as obras de Mannhein (1959), Löwy (2000), Meyer (1987) e Ginzburg (1989). Nessa linha, o conservadorismo é uma das muitas visões de mundo que está em disputa no campo da cultura, se confundindo de forma manipulada com a ideia de tradicionalismo. Nesse contexto nos baseamos em Hobsbawm e Ranger (1984), que entendem tradição como uma construção narrativa, que por vezes é inventada para a manutenção das desigualdades de classe. Dessa forma, o conservadorismo não é um termo com um significado monolítico, e sim um termo historicamente construído que tem como retórica principal a tese de que todos são diferentes e que a desigualdade social é também natural.

Segundo Mannhein (1959), não é importante enumerar todos os diferentes fatores que contribuem para a produção de um tipo particular de conservadorismo num país em um período determinado. Mas sim que a ação conservadora (em qualquer caso da esfera política) envolve mais do que respostas automáticas; significa que o indivíduo é estimulado conscientemente ou inconscientemente por uma forma de pensamento e ação que tem sua própria história atrás de si, anterior ao contato com o indivíduo. Esse contato com o indivíduo pode, em determinadas circunstâncias, mudar em certa medida o desenvolvimento desse modo de pensamento e de ação, mas, mesmo quando o indivíduo particular não estiver mais participando dele, terá sua própria história e desenvolvimento à parte do indivíduo. O conservadorismo político é, portanto, uma estrutura mental objetiva, em oposição à “subjetividade” do indivíduo isolado. Não é objetiva no sentido de ser eterna e universalmente válida. Nenhuma duração a priori pode ser feita dos “princípios” do conservadorismo. Nem ele

existe independentemente dos indivíduos que o realizam na prática e que o incorporam em suas ações. Não é um princípio imanente com leis de desenvolvimento determinadas que os indivíduos membros do movimento apenas desenvolvem — provavelmente de forma inconsciente — sem adicionar nada de si próprios. Resumindo, o conservadorismo não é uma entidade objetiva no sentido platônico correto ou incorreto da pré-existência das ideias. Mas, comparado com a experiência *hic et nunc* do indivíduo particular, ele tem uma certa objetividade bastante definida.

Dessa forma, tal tese defendida por Manheinn (1959) é reforçada pela proposta de Löwy (2000) de que a desigualdade social constrói diferentes visões sociais de mundo, e a perspectiva conservadora é aquela que afirma a naturalidade da desigualdade social, sempre em contraposição a qualquer perspectiva utópica e transformadora. Mayer (1997) reforça essa análise ao afirmar que a força da tradição não está somente nas desigualdades sociais, fruto das desigualdades econômicas, está também na construção de uma narrativa cultural poderosa que disputa comportamento e costumes na sociedade.

Como já foi mencionado acima, isso não quer dizer que não exista uma agenda conservadora. Todavia, tal agenda só é possível de ser entendida a partir da compreensão histórica do discurso conservador. Assim, os estudos que analisam os diferentes estilos de pensamentos, em especial o estilo do pensamento conservador, devem começar pela consideração de que a Revolução Francesa atuou como catalizadora tanto em relação à ação política quanto em relação a diferentes estilos de pensamento. Uma vez entendido que o conservadorismo político contemporâneo se originou a partir da crítica ao Iluminismo e à Revolução Francesa, entendemos que os marcos classificatórios do conservadorismo estão nas propostas de transformação social que aumentam a participação e os direitos das camadas mais pobres da sociedade. Dessa forma, o conservadorismo político é contrarrevolucionário e antidemocrático. Hirschman (1992), citando Marshal (1949), aponta três momentos em que o discurso conservador esteve mais ativo: na luta contra os direitos civis defendidos pela Revolução Francesa; na luta contra os direitos políticos, em especial no século XIX, com a luta pelo sufrágio universal; e, por fim, na luta contra o Estado Social, o *welfare state*, no embate às políticas sociais e de assistência.

Em nossa análise, conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo e das relações de poder. Conhecemos o

conservadorismo a partir dos discursos e das práticas das pessoas. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Dessa forma, não é possível se pensar em conservadorismo como uma categoria estática, tanto sociológica quanto antropologicamente. A história é marcada por disputas, em especial por aquilo que se vinculou chamar de “luta de classes”. O conservadorismo é um elemento ideológico que constrói uma determinada narrativa. Portanto, não é exclusivo de nenhuma classe social. Na disputa por poder que ocorre no campo da cultura, o conservadorismo é um importante elemento na construção dos interesses de classe e na própria consciência de classe. Em tal processo, não estão em disputa somente as condições materiais de sobrevivência, estão também as condições simbólicas, compostas por diversas argumentações de diferentes naturezas, o que torna o processo de conscientização mais lento.

Ao afirmarmos que classe e consciência de classe estão sempre na última fase de um processo real, não pensamos que essa afirmação seja aceita ao pé da letra e de maneira automática. Uma vez que se tem uma consciência de classe desenvolvida, os jovens podem ser “socializados” em um sentido classista, e as instituições de classe delongam as qualidades para sua constituição. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismos de classe que não obedeçam mais a um antagonismo de interesses. Mas, mesmo assim, essas questões fazem parte da complexidade que normalmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente na contemporânea. É importante ter em mente que não podemos falar de classes sem que os sujeitos, diante de outros grupos, por meio de procedimentos de lutas culturais, penetrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que transformem as relações de classe legadas, já existentes (Thompson, 2012).

Com efeito, o conteúdo do conservadorismo só se pode explicar com base na história, todavia, não se pode dizer como afirma Bonazzi (2000), Hogg (1947), Nash (1976), Steiner (1989), Oakeshott (1991), entre outros, que o conservadorismo não é uma teoria e não é teorizante. Pelo contrário, todas as teorias podem ser conservadoras e endossarem o conservadorismo na sociedade, afinal o termo se refere a um conjunto de práticas e de retóricas que inviabilizam e dificultam a mobilidade social.

Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção. (Thompson, 2012, p. 274).

Essas disputas se dão em todos os campos sociais e são objeto de interesse especial para o campo da educação, uma vez que as demandas dos diferentes grupos estão encontrando respaldo no campo político, exigindo uma política educacional adequada às suas conquistas. Um exemplo disso é a lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tornando obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira. Nesse caso, as disputas do campo político se materializaram de forma objetiva em uma lei, que não resolve o problema, já que a maioria das escolas ainda não a cumpriu, mas cria condições objetivas de luta.

Outro exemplo importante, em especial para o nosso texto, relaciona-se às práticas impetradas a LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais) que estão fundamentadas no pensamento conservador político, fruto de um discurso hegemônico que preconiza a heterossexualidade como a norma metro-padrão do comportamento sexual. Esse discurso está fomentando a construção do preconceito contra essas pessoas, tornando-se, assim, um instrumento poderoso de manutenção das hierarquias sociais, morais e políticas que levam às construções das inferiorizações e das discriminações, tão presentes nos cotidianos de nossas escolas, levando muitas alunas e alunos a viverem violentos processos de exclusão escolar e social a partir de situações de subalternidade por parte de algumas professoras e professores religiosos fundamentalistas cristãos.

Vale ressaltar também que é utilizada pelos políticos conservadores, em grande escala, a tese da ameaça apontada por Hirschman (1992), principalmente com relação às questões de gênero. Na prática, o conservadorismo político trabalha com a tese de que as homossexualidades vão destruir a família, disseminando o medo na sociedade, de modo que a escola deve se defender de tal ameaça.

Há de se considerar que este discurso é muito bem elaborado, pois em alguns casos, sua construção está revestida de ideias progressistas. Vejamos o caso do que hoje está sendo chamado de “ideologia de gênero”. Esse termo foi desenvolvido pelo pensamento político conservador fundamentalista para designar uma pretensa prática escolar de ensinar que a criança pode ter e desenvolver qualquer identidade de gênero, independente de sua identidade sexual. Ou seja, o que os conservadores políticos dizem é que a escola está ensinando os alunos a serem lésbicas e gays.

Alguns discursos contrários à tal “ideologia de gênero” defendem a ideia de que existe, por trás dessa proposta, uma tese para destruir os avanços recentes na organização das famílias. Citamos como exemplo o divórcio, que proporcionou uma ruptura com a família nucleada, gerando famílias estendidas. Posteriormente, as modificações nas configurações familiares possibilitaram o reconhecimento de casamentos homoafetivos. Essas últimas modificações são transformações importantes que estão sendo colocadas em risco pelo discurso político conservador fundamentalista cristão, e podemos ver na prática como funciona a retórica conservadora a partir da tese da ameaça. Nesse sentido, os conservadores políticos argumentam que a “ideologia de gênero” pode colocar em risco as conquistas progressistas recentes conseguidas na estrutura social, como o divórcio. Com isso, argumentam que essa mudança colocará em risco todas as outras conquistas.

[...] se for possível demonstrar que duas reformas são de algum modo mutuamente excludentes, de maneira que a mais antiga é posta em perigo pela mais recente, introduzir-se-á no argumento um novo elemento de comparabilidade, e a avaliação pode prosseguir em termos de “moedas de progresso” vagamente comuns: tem sentido sacrificar o progresso antigo pelo novo? Além disso, com esse tipo de argumentação, o reacionário veste-se com a roupagem progressista[...]. (Hirschman, 1992, p. 75).

Entendemos, então, o conservadorismo político como uma entre muitas narrativas ou visões de mundo que estão em disputa no campo da cultura. A questão agora é entender como o neofascismo é uma narrativa conservadora. Para isso, nos parece fundamental aprofundarmos um pouco mais acerca do conservadorismo contemporâneo a partir do atual ideólogo desse movimento, Steve Bannon.

Foi durante a escalada de Donald Trump para a Casa Branca que o nome Steve Bannon passou a ser de conhecimento público. O banqueiro e executivo de mídia vinculado à extrema direita, em especial ao jornal norte-americano *Breitbart News*, que tinha como objetivo difundir e divulgar o pensamento conservador pelo território estadunidense, viu na figura de Trump uma maneira de fazer seu discurso ingressar no cargo máximo do Executivo.

Ligado ao grande capital de *Wall Street*, Bannon tem grande aceitação por uma parte da população estereotipada que o próprio protegia e estimulava em sua prática no jornal: a supremacia Branca, ou seja, o homem, de classe média, dono de pequenos negócios e que, segundo Bannon, estaria sendo suprimido e abandonado pelo liberalismo por conta do progressismo e da globalização.

Na visão da ultradireita norte-americana, a globalização acaba com as culturas locais, impondo uma agenda de esquerda que separa o cidadão dos códigos ético e moral que fundaram a sua nação. Com esse discurso, Steve Bannon sustentou a campanha de Trump, Bolsonaro, entre outros, e migrou para a Europa com um projeto chamado *The Movement*, na tentativa de dar uma base discursiva e econômica para os partidos de direita desse continente. Começando com o partido Vox na Espanha, no qual conseguiu eleger treze deputados, Marine Le Pain na França e Salvini na Itália. O discurso de Bannon pode ser visto também no partido CHEGA em Portugal, numa mensagem de ataque à globalização e à diversidade.

Steve Bannon autodenomina-se um nacional-populista. Com ataques ao liberalismo econômico, ele fundamenta sua ideia na proteção do cidadão branco pelo Estado. Isto é, para ele, o governo deveria proteger a base da economia americana e seu estilo de vida cristão, patriarcal e heterossexual. Assim, qualquer ideia progressista é um ataque à base que deveria ser mantida pelo governo.

Mais tarde, um dos principais motivos do afastamento de Bannon da Casa Branca foi a descoberta de que ele era diretor da Cambridge Analytica. O ex-estrategista-chefe de Trump teria usado dados de usuários — suas buscas em pesquisadores de internet, comentários em redes sociais e influenciadores — para desenvolver seu projeto de convencimento do eleitorado. Tanto na produção de *fake news* sobre Hillary Clinton — adversaria de Trump nas eleições presidenciais — quanto na exploração da xenofobia com latinos e negros.

O modelo Bannon mais Cambridge foi importado por Bolsonaro, pelo seu gabinete de ódio — que até hoje, quando escrevemos esse artigo, estava sendo

investigado pela Polícia Federal —, e se efetivou na produção de *fake news*, na compra de Bots de internet e na disseminação de discurso de ódio que usa o “comunismo” como vilão para o controle narrativo e político das massas. Apelando para um discurso fundamentalista religioso, os candidatos apoiados por Bannon possuem narrativas com marcadores semelhantes, todavia, adaptados às realidades locais. No caso do Brasil, o vilão é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT); no caso de Portugal o Partido Socialista (OS) e os imigrantes; na Espanha os refugiados; nos Estados Unidos da América (EUA) os mexicanos. E é na construção dos vilões que esse modelo separa os povos de suas felicidades, isso é o que o Bannon fundamenta em seu discurso.

Num projeto que se diz antiestablishment e pró-cidadão, “O Movimento” de Bannon elege um protótipo de ser-humano que deve ser protegido pelo Estado e assume que qualquer um que fuja desse padrão deve ser, automaticamente, considerado inimigo do Estado. Em entrevista para o *El País*, Bannon (2019) explica melhor o que é o movimento e classifica Bolsonaro e Salvini como seus maiores representantes:

Veja, ele — Bolsonaro — e Salvini estão muito próximos. Falam de lei e ordem em seus países. Ele está um pouco mais focado na economia. São pessoas dinâmicas. Mais do que Trump, ele e Salvini defendem a ideia de um Ocidente judaico-cristão. E é algo que também está próximo do Vox: família tradicional, estrutura da sociedade, guerra contra o marxismo cultural... Lembre-se que esse movimento é populista, nacionalista e tradicionalista. E Bolsonaro e Salvini são seus melhores representantes. (Bannon, 2019).

Podemos perceber com isso a relação direta entre o movimento de Bannon e as narrativas encontradas entre os autores conservadores e os fundamentalistas religiosos. Por meio de narrativas maquiadas com ideias sobre tradição e nação, esses discursos visam a manter a desigualdade de classes sociais, o preconceito e a intolerância. Conseguimos, com isso, perceber claramente duas linhas na estrutura do discurso de Bannon. A primeira está em atacar a globalização para a manutenção de uma tradição judaico-cristã e branca. A segunda está na crucificação do diferente, e encontra no crescimento das pautas identitárias os inimigos do estilo de vida conservador. Os valores como



família — homem, mulher e filho —, Estado policial, que mantém negros e periféricos longe dos ricos, e econômico, referente à manutenção de empregos, são a base da sua narrativa.

O valor econômico ganhou foco na situação do coronavírus, por exemplo, em que o discurso, tanto de Trump quanto de Bannon e Bolsonaro, se põe contrário à ciência e propõe a proteção dos lucros dos mais ricos, porque, na opinião deles, a pandemia é culpa da globalização que acabou com o emprego do cidadão comum. A população pobre jogada ao acaso no Brasil e a falta de saúde pública nos Estados Unidos vão dando dimensões claras dessa necropolítica (Mbembe, 2019) neofascista que estamos vivendo e que vem crescendo no mundo.

Para entender como esse discurso funciona e se dissemina nos dias de hoje, é importante, primeiro, compreender o escândalo da Cambridge Analytica. Uma matéria da *BBC News* de 2018 faz uma retrospectiva explicando como se deu o escândalo. A Cambridge Analytica coletou as informações de usuários do Facebook através de um aplicativo chamado *this is your digital life* (essa é sua vida digital), que pagou a milhares de usuários para que eles fizessem um teste de personalidade e permitissem que seus dados fossem coletados para uso acadêmico. Com os dados dos usuários, avaliavam seus comportamentos e vendiam as informações para políticos e outras empresas. Os políticos, que por sua vez investiam em fazendas de *fake news*, começavam a atuar desmoralizando adversários políticos, empresas e pessoas físicas. As campanhas faziam também compra de Bots — usuários falsos de perfis em redes sociais — para promoverem, divulgarem e comentarem essas *fake news*. Tudo com o objetivo de atingir os preconceitos e medos dos usuários reais. E foi nessa prática de uso dos discursos de ódio que os conservadores entenderam o modelo Bannon de estratégia política, usando as mídias diretas para conversar com inseguranças e ódios do cidadão comum. A campanha de Donald Trump usou dos serviços da Cambridge Analytica e colocou seu então presidente, Steve Bannon, como assessor chefe e estrategista de sua campanha.

Já foi dito no texto sobre a capacidade de convencimento do conservadorismo em momentos de crise. O mundo capitalista começou a sentir tal crise com o estouro da bolha imobiliária norte-americana em meados de 2008. Tal fato fez cair o valor das ações e das commodities em várias economias ao redor do mundo globalizado, que foram quebrando e gerando pressões políticas. Portanto, os

conservadores, tendo Bannon como referência, se tornaram os engenheiros do caos (Da Empoli, 2019), aqueles que oferecem uma solução com aparência de ser antissistêmica. Tal ação conservadora é o que nos permite entender a eleição e a manutenção de certa popularidade de Trump e Bolsonaro, por exemplo.

Por conta desse contexto, vimos aumentar os conflitos no Oriente Médio e na América Latina e a crise dos refugiados, o que possibilitou a ascensão de presidentes da extrema direita em diversos países da Europa. Trump se elegeu colocando os imigrantes como vilões, e Bolsonaro atacando o PT — e a corrupção, mesmo sendo do partido com mais corruptos presos pela Lava Jato<sup>1</sup>. É nesse elencar de vilões que os heróis de Bannon aparecem para salvar os países. Estratégia que colocou o lema nazista de Bolsonaro no Brasil: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”; e o ultranacionalista de Trump nos EUA: “*Make America great again*” (Fazendo a América grande de novo). Em entrevista ao El País, Bannon (2019) diz:

[...] eu ganhei dinheiro suficiente em minha vida para poder me concentrar no que quero nos últimos dez anos. E é esse movimento populista, por isso lancei *Breitbart Rome* e *Breitbart London*. A ideia era ter infraestrutura que apoiasse o Brexit, Nigel Farage, o M5S, a Liga... Também ajudei Bolsonaro e o recebi quando ele esteve em Washington. (Bannon, 2019).

Podemos entender que a estratégia de Bannon é proteger um estilo de vida supremacista, que visualiza o mundo a partir de preconceitos, endeusando a figura do homem branco e acreditando que o Estado precisa proteger os seus interesses e o seu estilo de vida. Acredita que as plataformas de esquerda atentam contra o bem-estar do mundo e a ordem natural das coisas. Com o branco no poder, o mundo teria o mesmo equilíbrio e grandeza de sempre. O Deus Branco, acima de tudo, garantindo a grandeza das nações contra as pressões da globalização que querem impor a presença de gays, negros, mulheres e outras minorias de direitos.

Portanto, não tem como se pensar em neofascismo na atualidade sem pensar na atuação orgânica de Steve Bannon na construção e difusão de um discurso

---

<sup>1</sup> Operação realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal brasileira contra a corrupção, responsável pela prisão de diversos políticos e empresários brasileiros.

conservador e violento. Entretanto, tal discurso só foi efetivo quando se aproximou do fundamentalismo religioso. Passamos agora a discutir os efeitos e usos da religião pelos movimentos conservadores e neofascistas pelo mundo. Pra começar é importante apresentar um debate sobre os significados acerca do fundamentalismo religioso.

## **Fundamentalismo religioso**

Urge salientar que o surgimento do movimento fundamentalista ocorreu na modernidade<sup>2</sup>, que é marcada pela consciência autônoma, histórica e crítica. A modernidade é contra a organização medieval, centrada na autoridade divina, ela se baseia na razão do homem e na ciência. O fundamentalismo religioso foi um movimento contra as novidades trazidas pela modernidade, tendo como base a narrativa sagrada a partir de um monopólio de interpretação demarcado pela religião.

A modernidade é cunhada pela dependência de toda a experiência do mundo da ciência; o fundamentalismo, em contrapartida, é caracterizado pela inimizade à ciência e à razão. Na modernidade valem formas universalistas de fundamentações morais e jurídicas; os fundamentalistas não têm escrúpulos em estender as pretensões de vigência das suas normas para além do círculo da sua confissão. Na modernidade as artes são autônomas; no fundamentalismo elas são conduzidas pelas rédeas de uma moral definida em termos religiosos. Na modernidade gerencia-se e administra-se conforme padrões formal-rationais; a economia e a administração política são organizadas sob a dominação fundamentalista, segundo critérios da tradição. Na modernidade as orientações religiosas são privadas; os fundamentalistas utilizam os princípios religiosos sem mediações para o dimensionamento da ordem público-política. A modernidade é caracterizada pela criação do indivíduo por si mesmo; os fundamentalistas querem reintegrar o indivíduo numa ordem estamental previamente dada pela tradição. (Meyer, 1995, p. 15).

---

<sup>2</sup> A modernidade é um período histórico específico da história do Ocidente que se iniciou em fins do século XV e estendeu-se até fins do século XVIII.

É importante sinalizar que, no Brasil, a ascensão das religiões fundamentalistas cristãs neopentecostais criou um novo concerto de forças que elegeu como inimigos os professores, principalmente, como já foi dito, naquilo que se referem às discussões sobre gêneros e sexualidades. Movimentos conservadores fundamentalistas, como o “Escola sem Partido” (MESP) e as teorias conservadoras baseadas no combate à tal “ideologia de gênero”, vêm promovendo uma série de ataques ao campo educacional, seja por meio de projetos de leis apresentados nas diferentes câmaras legislativas, ou através de um pânico moral produzindo um imaginário que compreende o gênero como um alienígena, algo que estaria fora da escola e assim deveria permanecer.

O movimento conservador denominado Escola Sem Partido tem como uma de suas reivindicações a defesa de que as professoras e os professores são meros instrutores e que não podem ter liberdade de ensinar suas ideias a partir de suas concepções pedagógicas, pois isso seria uma doutrinação política e ideológica.

Para o conservadorismo, o papel da educação é central para a questão social, pois através dela se pode empreender uma reforma moral da sociedade, permitindo a internalização de uma moralidade pelos indivíduos, moralidade essa necessária para a construção da ordem social (Netto, 2011). Sendo assim, os conservadores fundamentalistas consideram que os professores têm um papel com um roteiro a seguir, já que eles são os instrutores que transmitirão os valores necessários para a reforma moral da sociedade. Todavia, segundo os adeptos do MESP, como as professoras e os professores no Brasil não estão atuando como instrutores da moralidade, e sim como doutrinadores políticos e ideológicos, os primeiros passaram a perseguir os segundos, pois para aqueles os professores não estão cumprindo o seu papel (Sepulveda; Sepulveda, 2018).

Junqueira (2018) enfatiza que temos assistido nos últimos anos a uma presença forte e marcante de um ativismo religioso que usa de um neologismo denominado “ideologia de gênero”, como um artefato teórico, para influenciar e desenvolver novas estratégias de mobilização política e de intervenção na esfera pública. O autor cita Garbagnoli (2014) para se referir a tais estratégias como uma ofensiva reacionária, fundamentalista, de matriz católica e que ocorre em vários países.

Notadamente, nessas ofensivas engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis”. Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral (Cohen, 1972, 2011), por meio de estratégias político-discursivas voltadas a arremeter a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”. Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. Entre os objetivos dessas ofensivas adquirem centralidade os de entravar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos (Sheill, 2008), de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários. (Junqueira, 2018, p. 451).

O “Movimento Escola Sem Partido” alega que os professores querem o fim da família nuclear, dita como tradicional, pois querem transformar meninas em meninos e meninos em meninas, por isso não querem que discussões sobre gêneros e sexualidades continuem a ser feitas nas escolas. Toda uma prelação neofascista está sendo desenvolvida para interditar essas temáticas nas instituições escolares.

A partir do contexto acima descrito, podemos refletir agora sobre o uso do termo neofascismo.

## Neofascismo: o que é isso?

O termo neofascismo é entendido como uma construção histórica que ganhou força no último quartel do século XX e nas primeiras décadas do século XXI como uma radicalização conservadora. “O neofascismo aparece nos países centrais como um dos possíveis produtos da sociedade capitalista contemporânea; suas organizações se desenvolvem em Estados de conformação político-econômica neoliberal e se proliferam de modo espetacular” (Poggi, 2012, p. 12) pelo mundo após as crises do capitalismo do século XXI.

Seguindo a perspectiva de Poggi, o neofascismo é o resultado de interesses extremistas conservadores que criam uma narrativa de mundo a partir de argumentos de autoridade que interdita todos os argumentos que fogem à sua cosmologia. Essa, por sua vez, é baseada em uma ideia de tradição (inventada) que entende que existe um mundo natural que não pode ser alterado, com o risco de se perder o ordenamento correto da sociedade.

Segundo Eco (1996), o “fascismo eterno”, ou neofascismo como estamos defendendo, pode ser identificado seguindo um conjunto de características típicas do conservadorismo, como dito acima. Isso significa que tais características não podem ser organizadas em sistema único ou em modelo. Muitas das suas características são por vezes contraditórias.

Seguindo ainda o raciocínio de Eco (1996), alguns elementos nos ajudam a identificar o neofascismo. O primeiro elemento pode ser dividido em duas posições: o tradicionalismo fruto do sincretismo histórico, ou seja, tradição como invenção do passado; e o tradicionalismo em oposição à modernidade. O neofascista entende modernidade como transformação social, em especial as mudanças ocorridas após a Revolução Francesa.

Outro elemento é o irracionalismo, ou seja, o culto da ação pela ação. A ação é válida em si mesma e, portanto, deve ser realizada sem nenhuma reflexão. Para o neofascismo, o ato de pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas. Qualquer criticidade é um problema causado pelo culto à razão. Em virtude disso, outro elemento se apresenta: a negação da ciência.

Além de anticientificista, o neofascismo está em desacordo com a diversidade. Dessa forma, por princípio, tal perspectiva é sempre racista, machista,

misógina e homofóbica. Por conta disso, o neofascista está sempre insatisfeito, ele se alimenta dessa insatisfação, de preferência das camadas médias da sociedade, normalmente desvalorizadas por alguma crise econômica. Essa frustração sustenta o outro elemento do neofascismo, o nacionalismo, ou seja, ele diz que o único privilégio que o indivíduo tem é o de ter nascido em um país, por isso a xenofobia.

Umberto Eco (1996) aponta também para um elemento muito perspicaz de análise, os neofascistas se sentem sempre diminuídos, por isso canalizam a sua raiva para a luta: “não há luta pela vida, mas antes vida para a luta” (p. 13). Tal posição coloca o movimento sempre contrário ao pacifismo. O inimigo deve ser destruído, portanto, o movimento se alimenta da existência de um inimigo, normalmente imaginário.

O elitismo é um aspecto típico do neofascismo, mas não é o elitismo aristocrático simplesmente, é o elitismo popular do chamado “homem de bem”. É o cidadão que pertence ao melhor povo do mundo, por isso ama a sua pátria e, em especial ama o seu líder. Esse é aquele indivíduo que coloca a nação e o “povo” (homens de bem) acima de todos. Uma pessoa que deve ser amada e obedecida sempre, pois está fazendo tudo pela bem da nação.

O neofascismo, para Eco (1996), baseia-se em um “populismo qualitativo”. Em uma democracia, os cidadãos gozam de direitos individuais, mas o conjunto de cidadãos só é dotado de impacto político do ponto de vista quantitativo (as decisões da maioria são acatadas). Para o neofascismo, os indivíduos enquanto indivíduos não têm direitos, e “o povo” é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime “a vontade comum”. Como nenhuma quantidade de seres humanos pode ter uma vontade comum, o líder apresenta-se como seu intérprete. Dessa forma, o interprete ou o líder, faz uso de uma narrativa messiânica, tornando-se, assim, principalmente para os seus seguidores, como um representante de Deus na terra. Esse elemento é o que mais seduz os fundamentalistas religiosos.

Tendo em vista os elementos apontados por Eco (1996), podemos perceber com bastante segurança que vivemos um momento neofascista. Obviamente, esses elementos estão em disputa nos principais aparelhos de hegemonia da sociedade capitalista. Com certeza, o mais representativo é a escola.

A educação é um objeto de interesse dos movimentos neofascistas, e isso ganha força em tempos conservadores como o atual. A disputa pela escola se

torna ponto fundamental para a implantação da guerra contra o inimigo: o pensamento crítico, a ciência e o intelectual.

## **Algumas considerações**

Em tempos conservadores cuja retórica neofascista ganha força, é fundamental para os democratas e progressistas lutarem por uma escola que garanta alguma perspectiva de futuro para as crianças e os jovens. O conservadorismo precisa ser enfrentado por um discurso transformador e crítico. Os neofascistas estão sempre a postos para disputar a escola. Precisamos também dessa disposição.

Dito isso, podemos classificar, sem dúvidas, que o MESP é defensor de políticas neofascistas e que a ideologia de gênero é uma narrativa neofascista de mundo. Nós, democratas, precisamos lutar por uma escola pública gratuita e laica que defenda os direitos da sociedade em uma luta constante contra desigualdade social. Portanto, só a superação da sociedade de classes e das desigualdades de gênero, raça e sexo poderão apontar para um mundo melhor.



## REFERÊNCIAS

- BANNON, Steve. Steve Bannon: “Bolsonaro e Salvini são os melhores representantes do movimento nacional-populista”. [Entrevista concedida a] Daniel Verdú. *El País*, 25 mar. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729\\_290547.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729_290547.html)>. Acesso em: 11 maio 2020.
- BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.
- CUEVA, Agustín. *Tempos conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- DAEMPOLI, Giuliano. *Os Engenheiros do caos*. Belo Horizonte: Vestígios, 2019.
- ECO, Umberto. *Eternal Fascism*. New York: The New York Review of Books, 1996.
- FELICE, Renzo de. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Ed 70, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HIRSCHMAN, Alberto. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOGG, Quintin. *The Case for Conservatism*. Londres: Penguin Books, 1947.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.

- MANN, Michael. A ascensão e a queda do fascismo. In: PARADA, Maurício. *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Maud X, 2008.
- MANNHEIM, Karl. Conservative Thought. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on Sociology and Social Psychology*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltd., 1959. p. 74-119.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: M-1 edições, 2019.
- MEYER, Thomas. Fundamentalismo, rebelião contra a modernidade (1989). In: BONI, Luiz Alberto de (Org.). *Fundamentalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MEYER, Arno. *A Força da Tradição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. New York: Basic Books, 1976.
- NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- OAKESHOTT, Michael. On Being Conservative. In: OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in Politics and other essays*. Indianapolis: Liberty Fund, 1991.
- POGGI, Tatiana. *Faces do extremo: uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2020)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.
- SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Conservadorismo, Gêneros e Sexualidades: temáticas que se entrelaçam nas pesquisas do GESDI e do GEPCEB. In: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. *Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia*. Curitiba: CRV, 2018.
- SILVA, Francisco Carlos da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). *O século XX. O tempo das crises*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- STEINER, George. Aspects of Counter-revolution. In: BEST, Geoffrey (Ed.). *The Permanent Revolution: The French Revolution and Its Legacy, 1789-1989*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

# O MANIFESTO À NAÇÃO: O PROJETO NEOFASCISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA PARA O BRASIL

REGINALDO COSTA

## Introdução

*[...] diante do novo Brasil que se ora descortina pela revolução democrática advinda do processo eleitoral em curso, a Frente Parlamentar Evangélica cumpre seu papel histórico de apresentar à Nação brasileira sua contribuição, na forma de uma agenda mínima para que se restitua o Estado ao seu único e verdadeiro dono: o Povo brasileiro.*

[ FRENTE EVANGÉLICA PARLAMENTAR, 2018, P. 1 ]

Às portas do segundo turno da eleição presidencial de 2018, quando a candidatura de Jair Messias Bolsonaro já se apresentava como uma possibilidade real de vitória, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) lançava o documento “Manifesto à Nação” (MN). Reunindo “cerca de 180 parlamentares”<sup>1</sup> de diversos

---

<sup>1</sup> O documento não apresenta assinaturas, nem os partidos de origem daqueles que apoiavam a iniciativa. É no mínimo estranho que não haja um número exato de parlamentares e não sejam apresentados os assinantes e seus respectivos partidos. De qualquer forma, é inegável que tal Frente tenha um peso político expressivo, que gira em torno de 180 parlamentares, arregimentando diversas denominações de cristãos protestantes e católicos, além de diversos partidos.

partidos e denominações cristãs, o MN apresentava um programa político para o futuro governo federal. Creio que o estudo sobre esse documento seja de grande importância, pois delimita o processo de reposicionamento dos evangélicos conservadores nos centros de poder e consolida o fenômeno político bolsonarista, desdobrando-se na construção do neofascismo no Brasil.

É importante lembrar que a escrita deste artigo se realiza sob o próprio desenvolvimento do fenômeno político em questão, a ação da FPE, o bolsonarismo e o avanço do neofascismo no Brasil, o que implica em uma provisoriade veloz das minhas afirmações. O contexto de crise social, aprofundada inclusive pela pandemia internacional<sup>2</sup>, acentua tal velocidade dos acontecimentos. Dessa maneira, pondero ao leitor que tenha certa condescendência com o autor, que pode ter reproduzido anacronismos aqui e ali, mas que, do ponto de vista geral, buscou enfatizar as compreensões mais estruturais, menos dependentes (o possível) de movimentações históricas de curto alcance.<sup>3</sup>

Outro parâmetro importante para o debate aqui proposto é que não parto de uma generalização a respeito dos evangélicos como essencialmente conservadores ou neofascistas. A pluralidade de posicionamentos políticos entre as diversas denominações evangélicas não permite qualquer afirmação desse tipo, por isso, enfatizo que, ao tratar dos setores que se organizam na Bancada Evangélica e FPE, estamos diante de agremiações conservadoras com representantes de diversos partidos, denominações religiosas, mas que não representam a totalidade dos evangélicos. Mostrarei, inclusive, que este tema, é parte da disputa política por legitimidade e autoridade na arena pública. Ao longo

---

<sup>2</sup> Até a finalização deste artigo foram contabilizados 30,6 milhões de casos e 950.000 mortes no mundo causadas pela COVID-19. No Brasil, são 4.566.123 infectados e 137.445 mortos, em meio à aguda crise econômica e aos ataques constantes contra a democracia, a ciência e os direitos humanos realizados pelo governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/09/22/oms-recorde-de-novos-casos-de-coronavirus-no-mundo-em-uma-semana-mortes-registram-queda.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 23 set. 2020.

<sup>3</sup> O governo Bolsonaro está imerso em escândalos de corrupção, desde comprovações sobre esquema de disparo de *fake news*, relações escusas com as milícias cariocas, ampliação da devastação das florestas, ataque às instituições democráticas e aos direitos humanos, organização da venda das estatais e cortes orçamentários draconianos na educação e nas pesquisas científicas.. Disponível em: <<https://www.laurocampos.org.br/2020/03/25/o-governo-bolsonaro-um-balanco-da-destruicao-do-estado-brasileiro/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

do texto, me reportarei, especificamente, aos evangélicos organizados em torno da FPE e da Bancada Evangélica, como um conjunto de frações unidas em torno do conservadorismo e, em muitos casos, disposto à construção do neofascismo no Brasil. Apresentarei essa articulação entendendo que a Bancada Evangélica seria uma espécie de Estado-Maior que organiza os setores evangélicos conservadores em torno de suas pautas específicas, enquanto a FPE seria a mediação em relação aos outros setores conservadores da política nacional junto a ruralistas, militares, empresários, neoliberais, católicos, entre outros, quando se propõem a universalizar o projeto de “nação evangélica”, conceito que discutirei mais a frente.

É justamente dessa articulação de conservadorismos realizada pela FPE, sustentada pela liderança carismática de Bolsonaro, que ergue o bolsonarismo. Tal discussão é referenciada no instrumental teórico gramsciano, retomando alguns apontamentos do comunista sardo sobre o fascismo clássico para subsidiar a reflexão sobre o que seria a gestação do neofascismo na atualidade brasileira.

## **O bolsonarismo e a gestação do neofascismo**

Para compreender o bolsonarismo e o neofascismo, creio que seja importante situar brevemente as condições subjetivas e objetivas que viabilizaram a ascensão das direitas no Brasil e no mundo. Nesse sentido, proponho compreender tais fenômenos como uma expressão da crise do capital de 2007/2008 e da fragilidade de alternativas de esquerda; ambos como parte da crise estrutural do capital que se desenvolve desde os anos 1970. A ascensão do conservadorismo evangélico, o bolsonarismo e as iniciativas neofascistas se realizam como resultado do esgarçamento do tecido social diante dessa crise, que, no contexto recente, tomou a forma de uma crise de hegemonia.

Antonio Gramsci ao analisar o desenvolvimento do fascismo nos anos 1920 compreendeu sua gênese como um desdobramento da crise orgânica das formas de realização da política, em que a instabilidade da ordem burguesa seria uma crise de hegemonia do capital.

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verifica, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente [...] (Gramsci, 2007, p. 60).

Gramsci compreendeu de forma pioneira que a crise orgânica era a instabilidade das instituições políticas, resultado de uma crise econômico-social aguda, forjando um sentimento radical de ceticismo nas massas. Reside aí a força política do fenômeno fascista, que encarna como solução absoluta para os dilemas sociais a violência autoritária inquestionável de um líder carismático. Pensando a realidade atual, no intento de justificar o prefixo “neo” ao conceito fascista, é possível compreender os traços históricos acima descritos amalgamados às especificidades do estágio atual do capitalismo no Brasil e no mundo. A vigência do neoliberalismo e do social-liberalismo<sup>4</sup> ensejou o signo da exploração desumana sobre o trabalho e os recursos naturais, ampliando de tal forma a desigualdade social, a crise ambiental e a violência em favor do grande capital, em que a barbárie construiu as bases para uma crise de hegemonia. David Harvey (2005), observando a ampliação de concentração de renda e da exploração sobre o trabalho a nível internacional, a partir do neoliberalismo, afirma que tal tendência seria “como um projeto utópico de realizar um plano teórico

---

<sup>4</sup> Proponho aqui a abordagem apontada pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional, ligado à Fundação Oswaldo Cruz e à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que compreende como “neoliberalismo da Terceira Via”, o que chamo aqui como social-liberalismo, essa síntese entre uma hegemonia marcada pela articulação entre uma “direita para o social” e uma “esquerda para o capital” como expressão de uma determinada hegemonia (Neves, 2010, p. 26).

de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (p. 27).<sup>5</sup> Tamanha violência social e ambiental para garantir o restabelecimento das taxas de lucro da burguesia internacional e a exploração do capital resultou, portanto, numa crise de hegemonia, abalando as convicções do senso comum sobre a sociabilidade liberal e afastando ainda mais as perspectivas de mudança das esquerdas. É desse contexto que surge mundialmente uma onda conservadora que alimenta o fenômeno bolsonarista (Demier; Hoeveler, 2016).

O “contraste entre representantes e representados” que Gramsci assinala em sua época pode, portanto, ser notado atualmente no caso brasileiro. Afinal, passamos da apatia coletiva, pelo antipetismo militante, até a formação e ampliação de ações e organizações conservadoras, muitas com traços neofascistas, que acabaram por ampliar seu peso social de forma inédita na Nova República. O processo de movimento de massas das “Jornadas de Junho”, o Golpe de 2016 e a vitória eleitoral de Bolsonaro para a Presidência da República parecem estabelecer esse mesmo nexos que ergueu o fascismo nos anos 1920.

No Brasil o ceticismo das massas em relação à democracia burguesa recai sobre os representantes do neoliberalismo clássico, a coligação do Partido da Social Democracia Brasileira e do Movimento Democrático Brasileiro (PSDB-PMDB) e seus satélites, assim como sobre as esquerdas do campo social-liberal, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se dedicaram a governos baseados na conciliação de classes. Houve, portanto, uma confusão entre direita e esquerda que estava ligada a uma hegemonia que articulava uma “direita para o social” e uma “esquerda para o capital” (Neves, 2010, p. 26). Ainda que se reconheçam as especificidades do campo neoliberal clássico e social-liberal, houve uma prioridade sistêmica garantida ao capital financeiro, ao agronegócio e às empreitadas. Manteve-se a dinâmica histórica da estrutura capitalista brasileira: a dependência econômica, a desigualdade social e a superexploração do trabalho. Tal continuidade durante o lulismo teria sido “[...] reflexo da hegemonia do setor bancário-financeiro

---

<sup>5</sup> “Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século” (Harvey, p. 26, 2005).

em um contexto de dependência financeira externa e dominância financeira da valorização [...]” (Teixeira; Pinto, 2012, p. 936). Essa linha de continuidade pode ser mais nítida ainda a partir dos governos Dilma Rousseff (do PT), que manteve políticas de austeridade fiscal ainda mais duras.

O sentimento coletivo que ergue o bolsonarismo, portanto, se desenvolve a partir das consequências sociais da crise do capital a nível mundial, ocasionadas pelo neoliberalismo, e pela derrota política do social-liberalismo no Brasil. Mesmo mediante o curto período de crescimento econômico e de conquistas sociais de baixa intensidade durante os governos do PT, a democracia brasileira não enfrentou os seus traços históricos conservadores. Isso significa dizer que, a base do que hoje compõe o bolsonarismo não surge como um antagonismo histórico ao social-liberalismo, mas como um rompimento recente em relação a esse projeto de desenvolvimento baseado na conciliação de classes. Militares defensores da ditadura empresarial-militar, evangélicos conservadores, milícias, representantes do capital financeiro e do agronegócio e empreiteiras de alguma maneira compuseram com o social-liberalismo, como mostrarei mais à frente, observando as movimentações da Bancada Evangélica e da FPE.

O bolsonarismo reúne em torno da figura carismática de Bolsonaro a expectativa de uma solução política que se realizaria, tal como na reflexão gramsciana, “sob uma única direção, considerada a única capaz de resolver um problema dominante existencial e de afastar um perigo mortal” (Gramsci, 2007, p. 61). A unificação política autoritária de diversas tendências do conservadorismo em torno de Bolsonaro articula apoiadores da ditadura, grupos neofascistas clandestinos, milícias e militares em termos semelhantes ao que Gramsci denominou como cesarismo. A coação militar assume centralidade política, cerceando os preceitos civilizatórios liberais identificados na democracia em favor de soluções políticas autoritárias e violentas arbitradas “por uma grande personalidade” (2007, p. 76). Bolsonaro, afirmando-se como um *outsider*, descola-se do social-liberalismo e do neoliberalismo clássico (ainda que aplique um programa econômico radicalmente neoliberal), agrupando em torno de si anseios de esperança daqueles que se encontravam ressentimentos pelo aprofundamento da crise capitalista internacional. Seu radicalismo conservador é apoiado como uma possível solução que exige a institucionalização da violência e do autoritarismo.



Os conservadorismos que se ergueram sobre a tradição política brasileira, que estavam desarticulados politicamente e sem viabilidade política para a condução de um projeto nacional, passam a ter em Bolsonaro um centro organizativo, ainda que débil. Militares desejosos do retorno da ditadura empresarial-militar, olavistas, neoliberais, anarcocapitalistas, liberais, conservadores católicos, monarquistas, milicianos e setores evangélicos conservadores passam a encarnar o bolsonarismo e disputar os seus rumos.

O manejo do bolsonarismo também se articula a partir de setores do Estado, como o judiciário, a polícia e as forças armadas numa marginalidade relativa em relação aos ritos tradicionais do liberalismo. Apesar de não ter um partido unificado e de massas que o mantenha, como ocorreu com as experiências clássicas fascistas, sua relação com as milícias e o golpismo do judiciário, encarnado na figura do juiz Sergio Moro, mostram que existem traços em comum com fascismo histórico.<sup>6</sup>

Gramsci já havia observado que em momentos de crise de hegemonia a burocracia torna-se partido no bojo do descrédito em relação às instituições burguesas:

As classes exprimem os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma relação virtuosa e frutífera entre estas manifestações e estas funções. Não pode haver elaboração de dirigentes onde não há a atividade teórica, doutrinária, dos partidos, onde não existe a investigação sistemática e são estudadas as razões de ser e do desenvolvimento da classe representada. Donde a escassez de homens de Estado, de governo, a miséria da vida parlamentar, a facilidade em se desagregar os partidos, corrompendo-os e absorvendo seus poucos homens indispensáveis. [...] A burocracia, assim, alienava-se do país, e, através de posições administrativas, tonava-se um verdadeiro partido político, o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituía a hierarquia intelectual e política: a burocracia tornava-se, precisamente, o partido estatal-bonapartista. (Q3, §119, p. 387-388).

---

<sup>6</sup> Bolsonaro abandonou o Partido Social Liberal (PSL), em novembro de 2019, após disputas sobre a condução do partido, em meio a escândalos de corrupção com candidaturas laranja e desvio de verba do fundo partidário. Em seguida, iniciou o processo de construção do partido Aliança pelo Brasil, reagrupando sua base bolsonarista. O partido segue tendo problemas para se legalizar, por não conseguir as assinaturas de apoio necessárias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

O comunista sardo aponta como o “partido estatal-bonapartista” se insurge no caos, fagocitando alguns quadros das institucionalidades burguesas tradicionais, mas mantendo-se com relativa independência na execução das suas soluções autoritárias. Essas camadas de “novos” políticos associadas ao bolsonarismo que emergem do submundo conservador ganham espaço institucional e tão logo chegam ao poder estabelecendo relações com o chamado “centrão”, os tradicionais representantes burgueses que, afinal, partilham a mesma agenda de favorecimentos ao grande capital.

O bolsonarismo, portanto, traz em si uma potência neofascista ainda por ser concretizada. Se, por um lado, Bolsonaro unifica pela via eleitoral os conservadorismos com um apoio de massas e realiza uma agenda draconiana de ataques aos trabalhadores, por outro, sua política ainda é mediada pelas regras do jogo democrático, já fragilizado. Há uma disputa no interior do bolsonarismo que pode levá-lo a manter essa gestação do neofascismo ou a se adequar parcialmente à lógica do “centrão”. A seguir analiso o papel dos evangélicos na sua auto-construção no campo conservador e de disputa desse referencial bolsonarista.

## **A ascensão do conservadorismo entre frações dos evangélicos e a construção do bolsonarismo**

Antes de abordar os grupos evangélicos conservadores, é preciso lembrar o quanto a história do Brasil, desde a colonização portuguesa, teve no cristianismo católico um elemento fundador do Estado, que atestou politicamente e teologicamente a escravidão sobre os povos africanos, a exploração sobre o trabalho indígena e a dominação colonial. Jesuítas, beneditinos, carmelitas e outras ordens religiosas contribuíram ativamente para a construção de um Estado que assentou privilégios aos católicos e se ergueu sobre o racismo, o patriarcalismo, o latifúndio, o fisiologismo político, a imposição da noção de família tradicional cristã e a superexploração do trabalho. A laicidade do Estado, se não foi cumprida a fundo nos países que experimentaram revoluções burguesas na Europa, no Brasil, muito menos. Por isso, ainda que o conservadorismo entre certos setores evangélicos seja violento e expansivo sobre o Estado brasileiro atualmente, não é uma novidade histórica a participação ativa do cristianismo em ações políticas conservadoras.

Dito isso, também é importante lembrar que a participação dos evangélicos na política nacional não é recente, apesar de terem chegado bem depois dos católicos. A Confederação Evangélica Brasileira (CEB), já em 1930, apresentava as suas reivindicações, e Guaracy Silveira foi o primeiro evangélico eleito em 1934. Os traços conservadores também são bem anteriores ao furor recente da Bancada Evangélica, pois desde os primeiros missionários estadunidenses, ainda no século XIX, o racismo e a defesa do latifúndio eram presentes.

Flávio Pierucci nota que determinados setores evangélicos cresciam durante o processo de abertura política, tendo expressiva participação na eleição para a Constituinte de 1986, em que defendiam a moralidade conservadora e a viabilização de recursos e privilégios fiscais para suas redes de comunicação (Almeida, 2017). Ainda nos anos 1990, sua capacidade de interlocução com as camadas mais pobres da população foi ganhando projeção nacional, principalmente a partir da ampliação do seu controle sobre veículos de comunicação de massa. Ampliou-se o número de fiéis, a sua estrutura financeira e a capacidade de participação na política institucional, mediante candidaturas que se apresentavam enquanto “evangélicas” e conquistavam a confiança dos fiéis (Almeida, 2017). Segundo Raquel Sant’Ana:

Nas últimas décadas, ganhou força a ideia de que há uma coletividade que pode ser identificada como “evangélicos”. Embora essa categoria já existisse entre outras (“crentes”, “protestantes”, “bíblis” etc.), ela se tornou central na qualificação de uma série de fenômenos que marcaram não apenas o crescimento numérico dos “evangélicos”, mas também inflexões na postura que passaram a assumir em relação ao que a literatura sobre o tema qualificou como espaço público. (p. 117, 2019).

Essa noção unitária, ainda que diversa, sobre o que se entende como “evangélico” é o que fortalece politicamente a FPE e a Bancada Evangélica, forjando uma ação política conservadora coordenada, disposta a construir uma nação que acolha suas práticas religiosas e morais, mas também suas demandas empresariais. Propõe-se, portanto, universalizar sua visão de mundo enquanto uma “nação evangélica”.

Reconhecendo o histórico acima descrito, a Bancada Evangélica e a FPE são expressões políticas recentes de um processo mais amplo de realocação dos

evangélicos conservadores no Estado. Ainda na Constituinte de 1986, diversos grupos evangélicos conservadores, distribuídos em vários partidos, encaminhavam articuladamente suas pautas. Em 2003, sua construção é sistematizada, conseguindo oficializar a Frente na Câmara Federal no ano de 2015 (Py, 2020).

Nas últimas eleições, a Bancada Evangélica elegeu 91 parlamentares. As denominações evangélicas que mais elegeram parlamentares foram: a Assembleia de Deus (33), a Universal do Reino de Deus (18) e a Batista (12).<sup>7</sup> Já a FPE tem atualmente 199 deputados federais e 4 senadores, representando 38% do total dos parlamentares.<sup>8</sup> O crescimento do que seria o núcleo dirigente da FPE saltou de 44 (em 1998) para 84 parlamentares (em 2019) (Py, 2020, p. 13), mostrando que o crescimento já era expressivo antes da notoriedade do bolsonarismo. Já a partir das eleições de 2010, a Bancada Evangélica, comparada com os partidos, poderia ser considerada a terceira maior, ficando atrás apenas do PT e do PMDB. O seu peso já era sentido quando, em conjunto com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pautaram a agenda dos candidatos à presidência, exigindo a contrariedade à legalização do aborto. Segundo Ronaldo Almeida — com algumas variações nos dados, mas seguindo a tendência geral de crescimento dos evangélicos e de ampliação da sua força política —, eles monitoravam 368 projetos de lei, sendo a grande maioria referente à restrição de direitos individuais (Almeida, 2017). Nas eleições de 2010, a Bancada Evangélica passou de 46 deputados (9% da Casa) para 68 deputados (13,2%); em 2014, o aumento foi só de 3%. Nesse mesmo período, houve o crescimento de candidaturas que se identificavam cada vez mais explicitamente como conservadoras, algo também observável na ascensão de candidaturas de policiais, militares, empresários, personalidades da indústria cultural, membros do judiciário, dentre outros. Em 2015, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) afirma que o “novo Congresso é, seguramente, o mais conservador do período pós-1964” (apud Cunha, 2014b).

A Bancada Evangélica tem maior presença em partidos médios e pequenos, o que reforça a marca de *outsiders*, tal como Bolsonaro. Eles eram chamados de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>>.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-e-13-mais-governista,70003011090>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

“baixo clero” durante os governos do PSDB e do PT, e não estavam no centro do poder, ainda que tivessem colaborado com ambos. O posicionamento dos evangélicos conservadores nas estruturas de Estado, apesar de crescente, ainda se mantinha marginal. Reivindicar uma “nação evangélica” expressava o anseio de ocupar os espaços centrais do poder, de forma a universalizar sua agenda religiosa, empresarial e de costumes numa escala nacional.

Ronaldo de Almeida mostra que a distribuição das proposições parlamentares no ano de 2015, apresentadas pela Bancada Evangélica no Congresso Nacional, segue uma considerável pluralidade de denominações evangélicas.<sup>9</sup> Ao contrário do que muitos acreditam, a Assembleia de Deus é a organização religiosa que tem maior peso no encaminhamento de suas proposições. Já a Universal, apesar de menor, é detentora de um poderoso conglomerado de comunicação, a Rede Record sendo politicamente mais centralizada. Observa-se também a heterogeneidade de denominações, um indício para atentar às disputas internas. Essa pluralidade evangélica criou uma articulação política conservadora, a partir da Bancada Evangélica, que foi capaz de pautar os interesses dessas facções evangélicas em escala nacional, concretizando projetos de lei e pressão sobre a opinião pública, sendo o núcleo dinâmico da FPE (Almeida, 2017).

A virulência atual desse setor conservador evangélico contra o petismo e a esquerda pode surpreender se observarmos o seu histórico de posicionamentos políticos no parlamento. Afinal, a Bancada Evangélica é a que mais se alinhou aos cinco últimos mandatos do executivo nacional, sendo base importante, inclusive, dos governos petistas. Não obstante, é a partir do governo Bolsonaro que tal alinhamento atingiu um nível de proximidade inédito, sendo 13% mais governista, totalizando cerca de 90% de votos a favor desse governo. Houve um crescimento do seguidismo já observado também em relação ao governo golpista de Michel Temer, que teve 89% de adesão da Bancada Evangélica nas suas votações.<sup>10</sup> Isso mostra o quanto, a partir do Golpe de 2016, a Bancada Evangélica e a FPE foram se reposicionando nas estruturas do Estado, de

---

<sup>9</sup> Assembleia de Deus, Igreja Universal, Batista, Mundial do Poder de Deus, Evangelho Quadrangular, Metodista, Projeto Nova Vida, Presbiteriana, Renascer em Cristo, Fonte da Vida, Congregação Cristã do Brasil e Internacional da Graça (apud Almeida, 2017, p. 12).

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-e-13-mais-governista,70003011090>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

forma a ganhar mais destaque e influência sobre o processo de fechamento da democracia brasileira.

A organização da agenda política da Bancada Evangélica é elucidativa para a compreensão desse reposicionamento político nos círculos de poder. De acordo com o levantamento de Ronaldo de Almeida sobre essas pautas, o tema prioritário é a religiosidade, demonstrando o quanto a Bancada Evangélica se articulou para conferir legitimidade à institucionalidade de suas igrejas e privilégios às suas empresas (como isenções de impostos, tombamento enquanto patrimônio cultural, feriados nacionais, acesso à Lei Rouanet etc.), além de pautar a moralidade cristã evangélica como algo a ser universalizado pelo Estado. Esse último elemento é transversal a todos os temas, no entanto, é interessante observar a prioridade às questões ligadas à comunidade LGBTTT, à mulher, à educação e à família, em que a moralidade religiosa é acionada de maneira mais direta para mobilizar sua base social contra os supostos descaminhos do mundo, a fim de instituir o seu modelo de família tradicional (Almeida, 2017, p. 12). Há um terceiro ponto sobre o *modus operandi* da Bancada Evangélica, que é a relevância dada aos temas penal, índio, armamento e terra, que estão, de alguma forma, mais centrados em outros setores conservadores, tais como a Bancada da Bala, a Bancada do Boi e o empresariado extrativista, demonstrando uma articulação com esses setores e, por vezes, tendo entre seus próprios quadros membros desses grupos. A reivindicação da violência e do punitivismo como meio para solucionar as crescentes taxas de criminalidade, a exploração dos recursos naturais e o controle racista sobre os povos das florestas formam uma base conservadora articulada, algo que engendra elementos à gestação do neofascismo.

Essa articulação de conservadorismos catalisada pela Bancada Evangélica e pela FPE pode ser observada na candidatura presidencial do pastor Everaldo (da Assembleia de Deus), em 2014, que defendeu uma agenda neoliberal ultra-ortodoxa; nas articulações de Eduardo Cunha (da Igreja Sara Nossa Terra), notório pelo protagonismo na realização do Golpe de 2016 e pela participação na privatização da Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Telerj) nos anos 1990, na qual orquestrou a aprovação em primeira instância do Projeto de Terceirizações; e na CPI da FUNAI-INCRA, ardorosamente defendida pelo Partido Social Cristão (PSC), partido importante da Bancada Evangélica, que visava permitir às empresas de agronegócio e mineração a ampliação da exploração dos recursos naturais nas florestas e a ação de missionários evangélicos.

A amplitude dessa articulação de conservadorismos chega, inclusive, ao PT. Um exemplo foi o Projeto de Lei nº 1.763/2007, de autoria dos deputados Henrique Afonso (do PT do Acre) e Jusmari Oliveira (do Partido Liberal da Bahia),<sup>11</sup> que tinha como proposta garantir o pagamento de um salário mínimo, por 18 anos, às grávidas vítimas de estupro para que elas não realizassem o aborto. Apesar do projeto não ter sido aprovado, foi um momento de mobilização da base conservadora evangélica contra os movimentos feministas, que teve a participação protagonista de um parlamentar do PT.<sup>12</sup> Outro exemplo foi o recuo imposto pela Bancada Evangélica ao PT ao impedir a realização do projeto “Escola sem Homofobia”, do Ministério da Educação, que realizava distribuição de materiais pedagógicos nas escolas de ensino médio, tratando da diversidade sexual, que tinha como objetivo diminuir os casos de preconceito contra LGBTT. Alegando que o material se tratava de um “kit gay”, a Bancada Evangélica provou seu poder quando conquistou a retirada do projeto, ameaçando travar as pautas do governo Dilma.<sup>13</sup> Mais um recuo da esquerda foi quando a Bancada Evangélica exigiu que a então relatora do projeto, a deputada Manuela D’Ávila (do PCdoB do Rio Grande do Sul), acrescentasse ao texto final que os conteúdos escolares que tratassem do tema sexualidade deveriam ser ministrados “desde que respeitada a diversidade de valores e crenças”.<sup>14</sup> Isso acabou por abrir espaço para que pais e educadores conservadores se opusessem a qualquer trabalho pedagógico que tratasse do tema, alegando que contrariaria suas crenças religiosas. Os evangélicos conservadores formavam um campo político complexo muito além das suas pautas morais mais imediatas, assimilando e pressionando a esquerda social-liberal em conluio com outros setores da direita.

A partir do processo de mobilização “Fora Dilma”, até o impeachment em 2016, a Bancada Evangélica faz um deslocamento cada vez mais próximo a

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://revistaforum.com.br/noticias/mulheres\\_se\\_articulam\\_por\\_legalizacao\\_do\\_aborto/](https://revistaforum.com.br/noticias/mulheres_se_articulam_por_legalizacao_do_aborto/)>. Acesso em: 07 mar. 2020.

<sup>12</sup> A postura dos setores conservadores evangélicos seria uma forma de evitar a aplicação o artigo 128 do Código Penal, que garante às mulheres a permissão da prática do aborto em casos de estupro e de risco de vida para a gestante. Disponível em: <<https://www.revistaovies.com/2011/12/12/um-estado-laico-com-bancada-evangelica/>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Idem.

Bolsonaro e outros setores conservadores, formando uma frente política contrária ao social-liberalismo e às esquerdas de forma geral. O elemento amalgamador dessa frente foi uma sinergia entre o conservadorismo cristão e os setores do grande capital, do qual Bolsonaro viria se tornar sua maior figura pública. Sobre esse ecumenismo cristão de Bolsonaro, Ronaldo de Almeida afirma:

[...] o Deus do Bolsonaro é, antes de mais nada, cristão. Ele está olhando para uma nação religiosa, mas de maioria cristã que combina elementos católicos e evangélicos. Na verdade, um Deus cristão cada vez mais evangélico e com cores católicas em baixa intensidade.<sup>15</sup>

Em 2016, dizendo-se católico, Bolsonaro se converteu no Rio Jordão, em cerimônia realizada pelo pastor Everaldo (do PSC), da Assembleia de Deus de Madureira, pouco depois da votação do impeachment de Dilma; teve seu casamento celebrado por Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo; e seus filhos estudaram durante o ensino fundamental no Colégio Batista Brasileiro, fundado por missionários evangélicos estadunidenses reacionários.<sup>16</sup> Assim, Bolsonaro estendeu “suas bases para esse universo religioso por meio de rituais e narrativas de conversão” (Almeida, 2017, p. 22) — formando uma base cristã conservadora de massas.

Apesar do peso do voto evangélico e da forte presença da Bancada Evangélica no governo Bolsonaro, é importante considerar que a sua eleição foi viabilizada por uma inflexão conservadora do público católico e de outras religiões, como mostra o quadro<sup>17</sup> a seguir.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/590616-a-expansao-e-angelica-no-estado-do-executivo-ao-judiciario-entrevista-especial-com-ronaldo-almeida>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/juventude-dos-bolsonaros-pias-de-condominio-na-tijuca-teve-nights-e-clipe-de-banda.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/27/datafolha-de-27-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-e-religiao.ghtml>>. Acesso em: 1 fev. 2020.



**DISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO POR TIPO DE RELIGIÃO, COM CORREÇÃO DE DADOS DO DATAFOLHA**

RELIGIÃO	VOTOS DE BOLSONARO	VOTOS DE HADDAD	DIFERENÇA
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.580
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espíritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
<b>TOTAL DE VOTOS</b>	<b>57.796.074</b>	<b>47.080.987</b>	<b>10.715.087</b>

FONTE: PESQUISA DATAFOLHA DIVULGADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2018

Observando o quadro acima, a tendência de crescimento do conservadorismo entre as diversas religiões na eleição de 2018 fica evidente; afinal Bolsonaro recebeu mais votos do que seu adversário entre eleitores católicos, evangélicos, espíritas e de outras religiões; ainda que os evangélicos sejam reconhecidos como um núcleo dinâmico do bolsonarismo, pois 69% deles votaram em Bolsonaro. Foi nesse contexto que o Partido Social Liberal (PSL), partido de Bolsonaro na época, fez a segunda maior bancada do Congresso Nacional, com 52 deputados, além de quatro senadores; o que fortaleceu a FPE e outras coalizões conservadoras, como a Bancada da Família, que articula conservadores católicos e evangélicos.

## **O Manifesto à Nação: o programa dos evangélicos conservadores ao bolsonarismo como base para o neofascismo**

Apresentarei nesta seção o Manifesto à Nação, documento de expressão programática que se alinha a um processo histórico mais amplo de realocização dos

evangélicos conservadores no Estado e de construção do neofascismo no Brasil. O documento apresenta o acúmulo da FPE, que se organiza em quatro eixos: 1) Modernização do Estado; 2) Segurança Jurídica; 3) Segurança Fiscal; 4) Revolução na Educação, subdivididos em 16 diretrizes.

O primeiro elemento eloquente do MN é que ele segue a preocupação fundamental da FPE, que é se arrogar como representante “oficial” dos evangélicos. Segundo ele próprio, suas reivindicações seriam a expressão de “mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica”.<sup>18</sup> O discurso profere autoridade, pois afirma a maioria de cristãos no Brasil e uma futura maioria de cristãos evangélicos, de acordo com a sua tendência de crescimento observada nos últimos anos. Essa dupla condição de maioria de cristãos e de pretensa maioria de evangélicos formula uma unidade política legitimadora que avaliza o reposicionamento dos evangélicos na estrutura de poder do Estado. O Manifesto é um anúncio às elites e à sua própria base social de que eles estariam abandonando a condição de “baixo clero”, tal como uma credencial que lhes garanta as suas exigências políticas. Contudo, como já apresentado, o título “evangélico” é dividido em diversas denominações, que disputam acirradamente seus posicionamentos dentro da FPE, além daquelas que não participam de tal articulação política. Esse documento representa a reiteração do caráter ecumênico cristão-conservador do bolsonarismo, e, ao mesmo tempo, a autoafirmação da relevância política dos evangélicos conservadores a partir da vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018.

Essa unidade política conservadora propagandeada pela FPE reafirma o mesmo saudosismo conservador de Bolsonaro, característico dos fascismos históricos. Quando o MN afirma defender “O Brasil para os Brasileiros” (2018, p. 1), evocando uma unidade nacional silenciadora sobre os conflitos estruturais do capitalismo brasileiro, o documento remete ao período da ditadura empresarial-militar e à notória consigna da política externa imperialista estadunidense, “América para os americanos”, conhecida como Doutrina Monroe. É, portanto, uma demarcação de poder.

O nacionalismo evocado a partir desse legado autoritário acima descrito é associado a um esforço de ressignificar a ideia de democracia, apontando os limites da institucionalidade, seu caráter autoritário e ineficiente. Assim, afirma:

---

<sup>18</sup> Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 42,3 milhões de evangélicos no Brasil, ou seja, 22,2% dos brasileiros.

O sistema eleitoral brasileiro instituído pela chamada Nova República, de representação proporcional de lista aberta — quer seja por dificultar a responsabilização política dos agentes públicos, quer seja por afastar eleitores de eleitos —, acabou por criar as condições objetivas para a privatização do espaço público que hoje vivemos. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 1).

O Manifesto ataca os “partidos políticos” por supostamente afastarem “eleitores e eleitos” e por serem os “detentores do monopólio da representação”, advento da Nova República, justamente o período que demarca o fim da ditadura empresarial-militar e a formação da Constituição de 1988, que inscreveu uma série de direitos sociais. Um franco diálogo, destarte, proposto aos militares que apoiam Bolsonaro e defendem o retorno dos anos de chumbo. Nota-se que a gramática política do documento é denunciar a falência do sistema eleitoral, tal qual se fez no golpe de 1964, reivindicando uma “democracia” que esteja livre da burocracia e dos partidos, os responsáveis pela situação decadente nacional. O tom de radicalidade é algo recorrente em todo o texto, pois afirmam serem perseguido por serem evangélicos e não participantes do centro de poder, e como *outsiders*, buscam reformar e até revolucionar o sistema político. A proposição de romper com o “monopólio da representação” tem por finalidade o combate às esquerdas, mas também àqueles partidos da direita que os mantinham como “baixo clero”. É uma exigência para que os evangélicos tenham mais espaço de destaque na arena pública, possam realizar uma “revolução democrática” e assim implementar a “agenda mínima” dos evangélicos. A eminência da vitória de Bolsonaro na eleição presidencial seria o “novo”, a “revolução democrática” capaz de mudar a situação de caos social que varreria a corrupção e faria as reformas necessárias, realizando a “modernização”. É uma carta de intenções dos evangélicos conservadores em torno de um novo pacto nacional, pautado pelo bolsonarismo.

O primeiro eixo, “Modernização do Estado”, desdobra o autoritarismo político para um conjunto de reformas de Estado aos moldes neoliberais numa escala monumental. Refirma os chavões de que o Estado seria “grande”, “burocratizado” e “ineficiente”, o que impediria a “modernização” que viria das demandas de mercado. Apresenta a seguir:

A modernização do Estado tem o objetivo de aumentar a eficiência e de reduzir custos por meio da revisão da estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, evitando o retrabalho, a sobreposição de competências, a perda da geração de capacidade de inovar, a ausência de ganho de produtividade e a não adoção de práticas racionais na gestão pública. É parte de um instrumento de governança moderno, auxiliando, direta e indiretamente, a transparência e o controle da Administração Pública. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 4).

A reestruturação da administração pública é orientada pela obsessiva e tecnicista estratégia de redução de custos, no que chama de “racionalidade”. O Estado como promotor de políticas públicas passa a ser entendido como um ente que atrapalha o cidadão, o consumidor, o empreendedor, o empresário e o desenvolvimento econômico. O conceito de “governança”, ainda que polisêmico, remete às reflexões do Banco Mundial (Diniz, 1995), que pautam as políticas públicas a partir da ideia de uma comunhão entre público e privado, de acordo com sistemas de parcerias. E continua utilizando termos clássicos do neoliberalismo, característico das entidades multilaterais prescritoras de tal doutrina:

[...] nos dias de hoje, mais do que ajudar, a principal tarefa do Estado é parar de atrapalhar o cidadão e, em especial, o empreendedor, única fonte de geração das riquezas do país. Sinergia é a palavra de ordem e eficiência, eficácia e efetividade são os desafios das instâncias de Governo. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 5).

O conceito de “empreendedor” descaracteriza o trabalho como produtor de valor, igualando patrões e trabalhadores. Essa orientação seria a realização da teologia da prosperidade no plano político, em conexão ideológica com os setores do capital financeiro. A respeito dessa corrente teológica, Ronaldo de Almeida afirma:

O mérito decorre do esforço ativo e da atitude empreendedora, e não propriamente do capital social e de suas distinções sociais. Isso não significa que os evangélicos não usufruam dos programas sociais do governo federal, mas o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude empreendedora, é valorizado religiosamente e adotado como ética econômica. (Almeida, 2017, p. 15).

O elemento mobilizador dessa doutrina é um *ethos* individualista, que circunscreve as questões sociais ao plano de uma racionalidade neoliberal, denotando que as políticas públicas universalistas seriam secundárias e o desenvolvimento econômico-social viria da fé, da moralidade cristã e do empresariamento das relações humanas. A força subjetiva que encanta fiéis nas igrejas é levada ao plano político, propondo uma dedicação ao capital e a Deus de forma militante, inscrita ao Estado como uma forma de sacrifício necessário para o bem comum.

De acordo com o Manifesto, a solução para a superação dos empecilhos causados pelo Estado seria reduzir o funcionalismo público, tais quais as prescrições dos organismos neoliberais internacionais: “o funcionalismo se tornou: um conjunto de privilégios, com estabilidade, independentemente de qualquer avaliação de desempenho ou de satisfação de seu cliente, o cidadão” (2018, p. 5). Sem que haja qualquer detalhamento teórico, de dados e fontes, ele aponta o funcionalismo como um setor privilegiado, sem qualquer tipo de controle público. Direitos trabalhistas tornam-se “privilégios”, e o cidadão é tido como um “cliente” descontente com o “serviço”. No entanto, diante de tantas afirmações, não diz quem são os cidadãos insatisfeitos; quantos são; quais seriam os setores do funcionalismo que não funcionam; se algum funciona; qual o impacto do funcionalismo no erário; ou qual a contribuição do setor privado para o oferecimento de serviços essenciais à população. Nenhuma dessas questões é abordada. O texto segue equiparando indivíduos, empresas e organizações civis, abrindo espaço para o setor privado acessar o fundo público, assim como para as igrejas ampliarem seus privilégios sobre as estruturas do Estado. E o texto segue:

Nesse sentido, o “enxugamento” da Administração Federal é essencial para limitar a ação regulamentadora e intervencionista do Estado. Ademais, uma reforma orgânica propicia a conquista e o apoio da sociedade, já cansada de tanto desperdício e da falta de recursos para as funções precípuas do Estado. O caminho inicial pode ser a redução imediata dos atuais 28 para 15 entes ministeriais (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 5).

O que se entende como excessiva regulação do Estado é o que restringe a ação do setor privado sobre as políticas públicas. Os funcionários públicos e seus direitos trabalhistas seriam, para eles, a face do que consideram “irracional”

administrativamente e a base da corrupção. A composição ministerial de Bolsonaro seguiu tal concepção, no entanto sem qualquer efeito fiscal e redução real de funcionários públicos, servindo mais como sucateamento das universidades federais, quando extinguiu as gratificações dos profissionais universitários em cargos de direção.<sup>19</sup> O curioso é que, apesar de o documento demarcar-se como radical, e até revolucionário, ele segue a lógica neoliberal requentada, chegando até a citar o período FHC como prodigioso em realização à “Reforma do Estado, introduzida na Administração Pública Federal na década de 90 do século passado” (2018, p. 18). Assim como reivindica o governo golpista de Michel Temer por ter publicado o “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), e com a Lei que instituiu o PPI — Programa de Parcerias e Investimentos do Governo Federal” (2018, p. 18), política que ampliou ainda mais o espaço para o setor privado no Estado.

Por fim, desburocratizar, para eles, é retirar os mecanismos jurídicos, fiscais e fiscalizatórios que limitam a taxa de lucro das empresas e exigem algum tipo de retorno social à população. Inovar, de acordo com o documento, é ampliar as parcerias público-privadas, “fazendo alterações pontuais no arcabouço normativo e abrindo a Administração para alternativas inovadoras” (2018, p. 19). Essas ações permitiriam ao setor privado acelerar, ou até dispensar, licitações ou mesmo permitir o preço mais caro em favor de um suposto valor “social” não definido; afrouxar fiscalizações; flexibilizar prazos de entrega sem efeitos legais para os prestadores de serviço; desmontar leis trabalhistas; e desmobilizar a legislação ambiental. Para que isso se realize, o documento orienta a execução do “Eixo II — Segurança Jurídica”, que afirma: “Não para menos, a história da civilização nos mostra ser a segurança jurídica a nota distintiva entre o subdesenvolvimento crônico e o desenvolvimento econômico e social perene” (2018, p. 30). Mais uma vez, fazendo uso de axiomas a-históricos genéricos, o Manifesto aponta a “segurança jurídica” como uma

---

<sup>19</sup> Bolsonaro realizou o Decreto nº 9.725/2019 que prometia a extinção de 21 mil cargos comissionados, economizando R\$ 195 milhões. O resultado foi o sucateamento das universidades públicas que perderam 13,7 mil cargos em comissão. As gratificações de 14,4 mil cargos seriam extintas, mas tais gratificações já não eram pagas. O decreto extinguiu, na verdade, apenas 159 vagas de servidores comissionados. Ao final, dos 21 mil cargos, apenas 6.587 foram extintos. Disponível em: <<https://istoc.com.br/seriam-21-mil-demitidos-foram-apenas-159/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

espécie de blindagem ao capital para enfrentar os riscos de mercado. A crise do capital é considerada como resultado das dificuldades jurídicas e fiscais sobre os empreendedores. Apesar de criticar o Estado como “grande”, eles reivindicam no “Eixo III — Segurança Fiscal”, que é uma série de medidas de favorecimento fiscal ao grande capital. De acordo com o MN, “ter um Estado que obtenha superávits primários consecutivos é medida de higiene institucional, pois disso depende a saúde da economia nacional e das instituições do país” (2018, p. 36). O superávit primário aqui reivindicado é um dos dispositivos econômicos de contenção de investimentos nas áreas sociais das políticas públicas. Esse é mais um ponto que dialoga com o legado neoliberal e social-liberal. A “Autoridade Monetária” é o meio de executar esse controle privado sobre a economia de forma ainda mais direta, afastando o risco de futuros “governos populistas”, tidos como gastadores por investirem em direitos sociais universalistas. O documento declara que quanto mais liberal for a economia, mais propício o país estaria ao desenvolvimento; mais uma vez, sem qualquer evidência ou análise que sustente tal afirmação.

Após uma série de propostas nas áreas administrativa, fiscal, jurídica e previdenciária, o documento escolhe apenas uma área da política pública para apresentar suas últimas propostas, a educação. Como apresentado, as pautas da Bancada Evangélica e da FPE transitaram no período recente pelos temas de costumes, religião e segurança pública, entretanto, apenas uma área das políticas públicas foi escolhida para compor o Manifesto, a educação, localizada no “Eixo IV — Revolução na Educação” Por que o interesse tão central especificamente no tema Educação? A seguir, o MN apresenta suas motivações:

É patente que só haverá desenvolvimento humano efetivo e desenvolvimento econômico duradouro se a qualidade do sistema educacional brasileiro mudar de patamar, alcançando níveis adequados de eficiência, com a formação de cidadãos aptos a desenvolverem as mais variadas funções na sociedade e no mercado laboral. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 36).

A concepção exposta se radica na noção de capital humano, de Theodore Schultz. Segundo Frigotto, tal corrente de pensamento afirma que “a educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as

diferenças de produtividade e renda” (1993, p. 41). Ela apresenta também uma noção de capital social, de Robert Putnam, que entende a educação como um estágio preparatório para um mercado que promete não apenas o emprego, mas também o desemprego e o subemprego, segundo Gentili, “numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla ‘trabalho/ausência de trabalho’ num matrimônio inseparável” (1998, p. 89).

O saudosismo conservador aparece mais uma vez no documento, quando afirma: “Vai longe a lembrança em que a quase totalidade dos estudantes estavam na escola pública e ela era para todos e tinha a confiança de todos que cumpria seu papel: proporcionar uma educação de qualidade aos seus alunos” (2018, p. 52). Ao contrário do que é dito, a escola pública brasileira teve, historicamente, um alcance residual sobre a população e tem registrado o aumento de escolarização ao longo do século XX. Para se ter uma ideia do absurdo dessa afirmação, apresento a seguir alguns dados sobre analfabetismo no Brasil.

Helena Bomeny mostra que, de acordo com o Censo Estatística da Instrução, de 1906, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 74,6% (2003, p. 2); já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2019, apresenta uma taxa de analfabetismo (15 anos ou mais de idade) de 6,6%.<sup>20</sup> O acesso à educação nunca foi plena no Brasil, tendo em vista o racismo, o patriarcalismo e a desigualdade social que exclui pobres, negros e mulheres. Ou seja, além de repassar uma informação errada sobre a tendência de escolarização no Brasil, o MN atribui uma noção de qualidade que endossa a desigualdade, quando não reconhece o caráter de excludente da educação no Brasil.

Tal compreensão fica mais explícita quando o documento defende a meritocracia como eixo político-pedagógico do sistema educacional.

A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 53).

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de,%2C8%25%2C%20em%202019>>. Acesso em: 12 dez. 2019.



A noção meritocrática é elevada do indivíduo à política pública, reproduzindo o *ethos* de mercado baseado na competição em contraposição à esquerda; sem definir quem seriam os comunistas e quais teriam sido as políticas públicas que executaram tal bolchevização do ensino brasileiro. O “partido” é o elemento subjetivo mobilizador da ideia de aparelhamento de Estado, seguindo uma associação à esquerda, como se só a esquerda tivesse partidos políticos, uma forma de descreditar a democracia representativa, remetendo aos mesmos argumentos do Movimento Escola Sem Partido (MESP). Há no MN uma articulação ideológica tipicamente fascista, que forja um sentimento antiesquerda, associando a ideia de que a educação foi pervertida por questões morais, religiosas e políticas. O documento defende o anticomunismo e o privatismo e é contra a liberdade de cátedra, o pensamento crítico, a liberdade política, o desenvolvimento da pesquisa científica. Explora, desse modo, o mesmo dispositivo discursivo utilizado por Olavo de Carvalho, entendendo a educação como uma arena dos “comunistas” contra o cristianismo e a sociedade civilizada, uma “violência contra a civilização judaico-cristã”. Além disso, justificando o prefixo *neo* ao fenômeno fascista atual aqui analisado, o documento imbrica os valores ético-políticos da teoria do capital social num amálgama ideológica que unifica neoliberais, fundamentalistas evangélicos e neofascistas.

O uso do termo “judaico-cristão”, apontado como valor civilizatório seminal a ser restituído não é causal. Ele reflete a intencionalidade de reagrupar cristãos conservadores em torno das proposições da FPE, seguindo o mesmo esforço ecumênico conservador de Bolsonaro. O campo judaico-cristão é a idealização de um traço da cultura nacional que legitimaria atacar outras religiões e formas de pensamento, principalmente os da esquerda. Isso é parte do projeto de nação evangélica, que busca institucionalizar e naturalizar preceitos cristãos conservadores e neoliberais como algo a ser reavivado de acordo com uma dita tradição. O MN prega “reinsserir a Escola e a Universidade públicas em seu leito tradicional e conservador: ensinar”, afinal, “assim é desde a Mesopotâmia, considerada o berço da escola mundial” (2018, p. 55). O retorno a um passado mitificado vai ainda mais longe aqui, no intuito de forjar uma identidade conservadora à educação.

Unificando o antipartidarismo, o anticomunismo e o antipetismo, a moralidade cristã conservadora chega ao conceito de “ideologia de gênero”. Talvez esse seja um dos elementos mais coesionadores da base social evangélica da

FPE. Pois, se o anticomunismo é uma abstração para boa parte da população, uma referência histórica relativamente distante, a discussão moralista sobre gênero tornou-se terreno fértil entre os setores conservadores evangélicos, que se consolidaram no cenário público combatendo os movimentos feministas e LGBTTs. Mas o que seria a “ideologia de gênero”? De acordo com o MN: “A ideologia de gênero é a mais nova invenção do pensamento totalitário, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos Governos do PT, e demais frações de esquerda autoritária”, sendo a “destruição de todos os direitos e todo o respeito às crianças e adolescentes, assim como a destituição das famílias na educação da intimidade humana, direito inquestionável e universal” (2018, p. 55).

O arcabouço conservador trata a ideologia de gênero como a nova tática da esquerda, encarnada no Brasil pelo PT, para destruir a sociedade, chamada “Guerra Cultural”, tal qual é definida pelos olavistas. A partir do revisionismo histórico, Olavo de Carvalho constrói uma narrativa de embate, seguindo a ideia de uma batalha espiritual contra os desvios ocasionados pelo demônio no mundo, encarnados aqui pela esquerda. E como solucionar os descaminhos da educação brasileira? Segundo o MN:

[...] devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 55).

Sem definições teóricas ou explicações sobre os mecanismos de realização de tal medida, a FPE apresenta o “Ensino Moral” como o caminho para restituir a educação de seus valores cristãos, em nítida alusão à disciplina de Educação Moral e Cívica, fundada pela ditadura empresarial-militar, no ano de 1965, pelo Decreto-Lei nº 869C. Como iniciativa do grupo de trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, segundo Cunha (2014a), a disciplina era elaborada pelo Conselho Federal de Educação junto à Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que reunia militares, católicos e direitistas, apresentando um currículo baseado em dogmas católicos, nacionalismo e anticomunismo. Tal política proposta pelo Manifesto dialoga, portanto, com militares defensores da ditadura, católicos e ultraconservadores e, além disso, disputa a educação como espaço de difusão dos valores ético-políticos de

evangélicos conservadores, ampliando sua legitimidade social, galgando espaço nas estruturas do Estado e consubstanciando o seu projeto de nação evangélica.

A universidade pública é tida pela FPE como uma inimiga também a ser combatida na Guerra Cultural. O Manifesto à Nação propõe: “Libertar a Pós-graduação Mestrado e Doutorado da repressão aos professores pela CAPES. Rever todos os métodos de uso do dinheiro público. Rever o Ensino Superior e modernizar a Graduação.” (2018, p. 56). E acrescenta: “Os docentes orientadores de Mestrado e Doutorado só podem orientar até 8 estudantes, o que explica o imenso atraso do Brasil, salas de aula vazias, e um custo gigantesco para um resultado microscópico” (2018, p. 56). A exposição de argumentos sem critérios científicos se mantém nesse trecho novamente, já que defende uma política de cortes de gastos, sem a apresentação de dados e critérios metodológicos. “Libertar a pós-graduação” é acabar com a pesquisa, menosprezando o significado científico da orientação como uma ociosidade docente. Na realidade, uma série de pesquisas mostram justamente o oposto. De acordo com o relatório da Clarivate Analytics, solicitado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC), apenas 15 universidades públicas representam cerca de 60% da produção científica do Brasil, e tamanha contribuição científica está profundamente ligada à produção industrial. Segundo o relatório, houve um crescimento de 30% na produção científica entre 2013 e 2018, o dobro da taxa média mundial. Além disso, o Brasil é o 13º maior produtor de ciência, quando se considera o número de publicações científicas. Tudo isso apesar dos sucessivos cortes de investimento público.<sup>21</sup>

O centro do documento é, ao fim e ao cabo, destruir a pesquisa e a extensão nas universidades federais. Oblitera o fato de que as universidades privadas não realizam pesquisa e extensão na maioria dos casos, por isso, não produzem, tecnologia e patentes. De acordo com o Leiden Ranking, entre as 20 universidades que mais publicam artigos científicos, não há nenhuma privada. A pesquisa Repensar a Universidade mostra um balanço dos rankings internacionais das universidades, em que as privadas figuram como as de mais baixo oferecimento de desenvolvimento científico, aparecendo apenas as Pontifícias Universidades Católicas (PUC) bem abaixo das públicas. Já os dados da Incites

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

afirma que de 2014 a 2018, entre as 100 universidades que mais publicaram artigos científicos, aparecem apenas 17 privadas, sendo que a primeira entre as privadas, a PUC-Paraná, desponta apenas no 37º lugar.<sup>22</sup> O Manifesto à Nação desconsidera o padrão de ensino das universidades públicas, o tempo de formação e, em contraponto, o aligeiramento e a precariedade dos serviços educacionais oferecidos por boa parte das universidades privadas. E continua:

Uma das ineficiências do sistema brasileiro está associada ao tempo dedicado pelos professores à aula. Em média, o professor brasileiro dedica 65% do seu tempo ao ensino e o restante a outras atividades. As melhores práticas internacionais sugerem um percentual de 85%. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 59).

A solução proposta pelo documento seria, então, tornar o professor um mero reprodutor e não parte da produção de conhecimento e tecnologias. O que o MN chama vulgarmente de “outras atividades” é, justamente, é a pesquisa e a extensão. Essa é mais uma proposta que reflete o caráter neoliberal radical dos evangélicos conservadores, que se mantém temente ao capital internacional, que tenta há décadas destruir as universidades públicas como forma de destruir a já parca autonomia produtiva brasileira, aprofundando, assim, o caráter dependente da economia brasileira.

Em síntese, o MN afirma um conjunto de ações para o então futuro governo Bolsonaro que podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

1. Reformas de Estado que permitam a ampliação de espaço para o grande capital nas entranhas do Estado, abrindo nichos de mercado para as empresas oferecerem serviços a partir do afrouxamento de fiscalização, do descontrole sobre os preços prestados e do desmonte da legislação que impõe responsabilidades e encargos ao setor privado; e ampliando o espaço institucional para as correntes evangélicas conservadoras se apropriarem do fundo público, resultando numa blindagem do Estado sobre o setor privado para a ampliação da taxa de lucro das empresas;

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

2. Garantia de espaço para os setores evangélicos conservadores na formulação de políticas públicas, assegurando regalias políticas, econômicas e doutrinárias no loteamento do mercado de educação dentro da estrutura pública, viabilizando a institucionalização de seus valores ético-políticos, ampliando a legitimidade pública e fornecendo as bases para a construção de uma “nação evangélica”;
3. Institucionalização do controle ideológico cristão conservador sobre as instituições de ensino atrelada a uma agenda de privatização e aprofundamento da meritocracia; desmonte do aparato de pesquisa e extensão das universidades públicas em favor do setor privado como estratégia para abertura do capital na educação, privilegiando a importação de tecnologia em detrimento da produção nacional e aprofundando o caráter dependente da economia brasileira.

## **Conclusão**

Busquei apresentar o Manifesto à Nação como um programa político que se insere na gestação do neofascismo no Brasil, entendendo o bolsonarismo como a base que viabiliza o projeto de poder dos evangélicos conservadores. A FPE, autora do Manifesto, articula diversos conservadorismos, tornando-se parte importante do bolsonarismo, organizando uma pauta com traços neofascistas. O caráter ecumênico cristão é parte dessa articulação conservadora que estabelece conexões entre demandas dos setores militares, neofascistas e cristãos conservadores que se associam à pauta neoliberal clássica.

É patente que o Manifesto não expressa apenas a força dos evangélicos conservadores e de Bolsonaro, mas também a crise capitalista internacional e a fraqueza das esquerdas. A crise de 2008, assim como acúmulo de políticas neoliberais e a experiência social-liberal, derrotada a partir do golpe de 2016, ensejou o desenvolvimento político dos evangélicos conservadores e encaminha a gestação do neofascismo no país. Há de esse reconhecer, portanto, que, tal como nos fascismos históricos, o Manifesto se dá num contexto de derrota das esquerdas e perda de capilaridade social. Assim, se de um lado o eleitoralismo mobilizou a maior parte da esquerda no país, de outro a direita radical fez uso da democracia para renegá-la.

Os evangélicos conservadores unificaram a Guerra Cultural e a Guerra Espiritual numa ação programática, tendo papel central na consolidação do bolsonarismo como fenômeno de massas. Enquanto isso, boa parte das esquerdas buscou se tornar mais palatável para a grande massa, mais contida programaticamente e regida pelo calendário eleitoral, evocando a conciliação de classes. Os evangélicos conservadores, então, assumiram a luta contra o demônio e as esquerdas como forma de ação política, principalmente a partir dos desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013. Por fim, uma radicalidade dentro da ordem rompeu com a conciliação de classes que imperou durante o social-liberalismo petista, que muitos evangélicos da FPE e Bancada Evangélica apoiaram.

O Manifesto é uma agenda que pretende orientar o governo Bolsonaro, suas lideranças evangélicas e sua base social, mas, principalmente, tornar-se o programa do bolsonarismo, dialogando com os distintos grupos conservadores que o compõem. Reside aí o perigo, o processo em si de gestação do fascismo, pois ele traz elementos programáticos de institucionalização do autoritarismo, do fim da democracia, da destruição dos direitos sociais, do anticomunismo, do racismo, do machismo e da homofobia. Não há ainda um apoio orgânico de massas, militante, organizado e armado, disposto a enfrentar opositores, pois, apesar do peso social, ainda é uma relação inorgânica e sujeita a fissuras entre os participantes do bolsonarismo.

Apesar disso, o neofascismo segue ganhando força, veloz no bojo do caos social que hoje enfrentamos. Por isso, acredito que o termo “gestação” é prudente para ajustar o tempo político dos acontecimentos, evitando não apenas as hesitações, mas também os exageros. Não é uma tentativa de atenuar a caracterização nefasta do período recente em que vivemos, mas uma tentativa de precisar o papel da FPE e da Bancada Evangélica. Se é verdade que ambas as organizações possuem traços neofascistas, também é verdade que ainda não levaram seu projeto às últimas consequências. Concluo apresentando, com receio, uma síntese calcada de esperança. Significa que o pior pode estar por vir, mas que a potencialidade de superar a barbárie também está permanentemente posta pela força das nossas mãos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu* [online], n. 50, 2017.
- BOMENY, Helena. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- COSTA, Reginaldo. Pandemia e crise capitalista: a situação das favelas. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima (Org.). *Para Além da Quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014a.
- CUNHA, Magali do Nascimento. A representação evangélica no parlamento. Observatório da Imprensa, 14 out. 2014b. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/\\_ed82o\\_a\\_representacao\\_evangelica\\_no\\_parlamento/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed82o_a_representacao_evangelica_no_parlamento/)>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 385-415, 1995.
- DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Manifesto à Nação Brasileira. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2019.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- IBGE EDUCA. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de,%2C8%25%2C%20em%202019>>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- LINHARES, Carolina. PSDB fará revisão após eleições, diz Anastasia sobre derrotas nas urnas. *Folha de São Paulo*, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/psdb-fara-revisao-apos-eleicoes-diz-anastasia-sobre-derrotas-nas-urnas.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Editora Xamã, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 2010.
- PAULUZE, Thaiza. Organizações evangélicas repudiam Bolsonaro e manifestam apoio à ciência. *Folha de São Paulo*, 22 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/organizacoes-evangelicas-repudiam-bolsonaro-e-manifestam-apoio-a-ciencia.shtml>>. Acesso em 28 jul. 2020.
- PY, Fábio. Cristofascismo, uma teologia do poder autoritário: a união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. [Entrevista concedida a] Patricia Fachin e João Vitor Santos. Instituto Humanitas Unisinos, 1 jul. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/600150-cristofascismo-a-uniao-entre-o-bolsonarismo-e-o-maquinario-politico-socio-religioso-entrevista-especial-com-fabio-py>>. Acesso em: 16 jan. 2020.
- PY, Fábio. Pandemia Cristofascista. In: ANJOS, Fellipe dos; MOURA, João Luiz. Série: contágios infernais. São Paulo: Recriar, 2020.



- SANT'ANA, Raquel. "A Igreja acordou, a Igreja foi pra rua": representação, manifestação e o fazer dos "evangélicos" nas Marchas para Jesus. In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo organizadores (Org.). *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA Publicações, 2019.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós- Constituinte. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.

# NEOLIBERALISMO E PÓS-DEMOCRACIA: O PERCURSO BRASILEIRO RUMO AO (NEO)FASCISMO

VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES

VIRGINIA BELINOT

A fragilidade da democracia brasileira e o Golpe de Estado de 2016 levantam alguns questionamentos a respeito da relação contraproducente entre o neoliberalismo e a democracia. Neste artigo, propõe-se entender a natureza desse relacionamento e como o avanço do neoliberalismo reduz os ideais, bem como a eficácia democrática. Procura-se explorar o resultado disso em um novo perfil estatal e de cidadão, pois se entende que a racionalidade neoliberal corrói não só a democracia, mas também o ser. Nada mais resta do que um simulacro de Estado, uma Pós-Democracia, que serve apenas de instrumento para esta ideologia hegemônica e favorece a eclosão de uma extrema direita, (neo)fascista, na vida pública após anos nas sombras.

Em sintonia com o que Umberto Eco nomeou de *Ur-Fascismo* ou *fascismo eterno*, essas forças (neo)fascistas oportunistas conjugam elementos já familiares ao neoliberalismo, como o favorecimento do capital, o ódio à política e ao Estado de Bem-Estar Social, bem como o ataque às mais variadas noções progressistas de igualdade. Combinam, ainda, uma conduta moralista beligerante e rancorosa, fanatismo religioso, uma retórica demagógica anticorrupção, uma agressividade pública sem precedentes; além do combate à argumentação racional, à ciência, rejeitando quaisquer afirmações baseadas em fatos.

## **Democracia: um panorama necessário**

Logo de início, é preciso salientar que a Democracia Liberal é essencialmente uma democracia de mercado. Ela surge e se desenvolve concomitantemente à naturalização do mercado, assim como a prevalência de classes. O pensamento acerca da democracia liberal diz respeito à sua conexão com a perspectiva de economia de mercado. Neste sentido, a liberdade se traduz em poder subjugar os “mais fracos” através das regras do mercado (Macpherson, 1978, p. 9).

Afirma-se até que o predomínio dessa forma de democracia se dá pela junção da sociedade de mercado e do homem burguês. Isso significa que a sociedade se torna cada vez mais mercantil, e isso vai impregnando todo o sistema político. O cidadão é, então, nada mais do que um consumidor político (Macpherson, 1978, p. 81-84), e só a partir do surgimento desse perfil é que emerge a sociedade capitalista de mercado. Sendo assim, se considerarmos a sociedade como um espaço absolutamente repleto de desigualdades econômicas, pode-se concluir que, quando a importância política é baseada na aquisição de capital, os cidadãos deixam de ser equivalentes frente ao sistema. Comprometendo, pois, a própria efetividade do regime democrático. Aliás, em reflexão sobre as limitações da democracia liberal, Antonio Gramsci aponta que:

No plano formal, a legalidade se apresenta de modo diverso. Já que a burguesia, ao conquistar o poder, concedeu igual direito de voto ao patrão e seu assalariado, a legalidade foi aparentemente assumindo o aspecto de um conjunto de normas livremente reconhecidas por todos os segmentos de um agregado social. Houve então quem confundisse a substância com a forma, dando assim vida à ideologia liberal-democrática. O Estado burguês é o Estado liberal por excelência. Nele, todos podem expressar livremente seu pensamento através do voto. Na verdade, no Estado burguês, a legalidade reduz-se a isto: ao exercício do voto. A conquista do sufrágio pelas massas populares apareceu aos olhos dos ingênuos ideólogos da democracia liberal como a conquista decisiva para o progresso da humanidade. (Gramsci, 2004, p. 83-84).

A democracia liberal constantemente trabalha com a dualidade do conceito de liberdade, então, ao mesmo tempo que tenta garantir igualdade perante a lei, liberdade de expressão, de imprensa, de associação, e a própria liberdade

individual; ela também opera ao redor de estruturas que impedem tudo isso. Um cidadão não pode ser livre em um sistema criado para a opressão (Belinot; Gomes, 2019).

Contemporaneamente, essa perspectiva de análise continua válida e pertinente. Referindo-se majoritariamente ao sistema moderno de propriedade e à existência de empresas multinacionais, os neopluralistas (Held, 1987, p. 169-200), como Robert Dahl, afirmam que há várias formas de desigualdade que ameaçam a liberdade política. Só que vai muito além da coerção das classes subalternas em aceitar algo que não as beneficia politicamente, o que se vê é uma intervenção direta do capital na gerência dos governos. A acumulação privada restringe o governo e as instituições estatais, limitando as opções políticas. Fazem isso, supostamente em nome do “desenvolvimento econômico”. Ou seja, o capital privado cria exigências que devem ser atendidas pelos governos para que haja um desenvolvimento estável (Held, 1987, p. 183).

Tal cenário cria outro dilema: os governos ficam dependentes da aprovação/ financiamento desse capital privado para chegarem ao poder. Segundo a teoria neopluralista, existem demandas de diversos grupos dentro da sociedade, e o grupo que retém a maior parte do capital se faz ouvir mais do que todos os outros. Os governos ficam “reféns” desse capital privado, ainda que regidos por regras pertinentes a um regime democrático. Enfim, se os governos não tomarem medidas que beneficiem esse setor, serão profundamente prejudicados. A agenda política dos governos acaba se tornando predisposta a atender interesses privados em detrimento das necessidades públicas.

A democracia está incrustada em um sistema socioeconômico que sistematicamente garante uma “posição privilegiada” aos interesses comerciais. De acordo com Dahl, isso deveria ser uma preocupação de todos aqueles interessados nas relações entre as liberdades que existem em princípio para todos os cidadãos em uma democracia e aquelas que existem na prática. Um compromisso para com a democracia só pode ser sustentado hoje [...] caso se reconheça que o autogoverno não pode ser plenamente atingido sem uma grande redução do poder das corporações. Isto, por sua vez, envolve um reconhecimento da superioridade do direito ao autogoverno sobre o direito à propriedade produtiva. (Held, 1987, p. 185).

Dahl descreve essa ligação entre a democracia e o capital como um casamento tempestuoso, uma “simbiose antagônica” (Dahl, 2001, p. 185), e até defende que o desenvolvimento econômico de um país poderia ser benéfico para a democracia. No entanto, essa perspectiva embute a seguinte indagação: a democracia só será preservada e respeitada quando a economia caminhar bem? A partir do momento em que a economia passar por recessão, inflação, depressão ou outras crises, ela não medirá ações para se reerguer, mesmo que isso signifique comprometer o regime democrático. Por isso, o autor aponta que “a democracia e o capitalismo de mercado estão encerrados em um conflito permanente em que cada um modifica e limita o outro” (Dahl, 2001, p. 191).

A democracia representativa, apesar de ser o paradigma democrático mais aceito nos séculos XX e XXI, também está vulnerável a essa ideologia de mercado. Para entender melhor o sistema eleitoral, suas instituições e garantias, é necessário analisar a teoria da *poliarquia* (Dahl, 2005). O que se considera democracia representativa de massa, Dahl vai chamar de poliarquia. O autor entende que essa democracia descrita não é de fato um governo de todos, para ele, sequer é possível uma democracia real. O que há atualmente é um sistema controlado pelas elites econômicas, que mantêm o poder independentemente do sistema democrático de legitimação e, por isso, ele prefere chamar a experiência política atual de governo de muitos ou “poliarquia”.

Ainda assim, o autor afirma que a poliarquia é um governo razoavelmente democratizado (mas não democrático) e apresenta algumas características que as instituições democráticas devem suprir para serem funcionais. São elas: 1) liberdade para formar e aderir a organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para cargos políticos (direito de ser eleito); 5) direito de líderes políticos disputarem apoio (voto); 6) fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e idôneas; e 8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (Dahl, 2005, p. 27). Esses atributos servem para fornecer ao cidadão oportunidades de serem considerados politicamente iguais.

Contudo, esse sistema representativo não está isento de críticas, pelo contrário, o diagnóstico da sociedade liberal atual revela uma impossibilidade de o povo realmente ser representado no governo. A eleição colocada em posição fulcral aponta que tal mecanismo pouco remete a políticas públicas concretas;

na verdade, apenas decide “quem vai decidir” (Dahl, 2001, p. 152), e isso não necessariamente reflete a preferência dos eleitores por agendas políticas.

De certa maneira, isso também é realçado na crítica de Joseph Schumpeter à democracia. O autor categoriza o sistema representativo como uma competição entre elites para conquistar o voto dos eleitores. Primeiramente, Schumpeter afirma que não há o “bem comum”, para ele cada grupo o enxerga de maneira diferente. Aponta que não existe um “governo pelo povo”, e sim um “governo aprovado pelo povo”. Até porque os problemas políticos estão demasiadamente afastados do cidadão comum, o que altera sua perspectiva política, bem como o seu senso de realidade. Assim, o povo pode facilmente ser manipulado através do marketing político para gerar uma vontade manufaturada, resultado direto de uma campanha eleitoral baseada no marketing comercial. O que dialoga bem com a análise schumpeteriana de “mercado político” (Amantino, 1998, p. 134-135).

Ora, para Schumpeter, a democracia nada mais é do que um método para tomar decisões, ele coloca de lado a soberania do povo e focaliza na concorrência pelo voto. Neste sentido, o voto é a “moeda de troca” e a democracia nada mais é do que “a concorrência livre pelo voto livre” (Schumpeter, 1961, p. 329). O partido político tem, então, a função precípua de captar votos. Seu foco não é o bem comum, e sim produzir o marketing político que garanta a vitória eleitoral.

Quando ocorrem eleições periódicas, justas e competitivas, entende-se que o povo está representado. Na realidade da democracia de mercado, porém, as eleições se tornaram vazias de representatividade efetiva para os seus eleitores. O cidadão é colocado em uma posição de consumidor, ao passo que o voto é sua moeda de troca concedida ao poder econômico, representado majoritariamente pela elite política. Cada vez mais o mercado tem ingerência sobre os governos democráticos, as pautas de governo são propostas de maneira a atender ao mercado, bem como à elite dominante. Tanto que, a partir do momento em que os governos deixam de responder a tais pautas, acabam colocando sua própria sobrevivência em risco. Tudo isso é intensificado, claro, com o estabelecimento da hegemonia neoliberal (Belinot; Gomes, 2019).

## Neoliberalismo e o esplendor do *homo oeconomicus*

Ocorre, cada vez mais, uma neoliberalização global. A partir dos anos 1980, o neoliberalismo se consolida no mundo, para além de seu aspecto econômico, e alcança a hegemonia ideológica. Tal perspectiva, que inicialmente só era aplicada por administrações explicitamente de direita, passava a virar prática comum até em governos “de esquerda”, “progressistas”, “social-democratas”. As propostas governamentais que, em tese, deveriam ser contrárias a esse movimento passavam a se enquadrar nas regras do jogo neoliberal, e isso já era um sintoma dessa consolidação hegemônica (Anderson, 1995, p. 14).

Estabelece-se, então, o Estado Neoliberal. Seu foco está apenas em criar condições favoráveis à acumulação de capital. A liberdade defendida e os interesses protegidos são os dos detentores da propriedade privada, dos negócios, das multinacionais e, principalmente, do capital financeiro.

O neoliberalismo é, então, um grande e extenso projeto político que tem em seu cerne o “restabelecimento das condições de acumulação de capital e da restauração do poder das elites” (Harvey, 2008, p. 27). Um projeto bem-sucedido. A neoliberalização mundial da economia confere muito poder às elites econômicas, especialmente porque não se poupam medidas para tal, mesmo que isso signifique colocar de lado princípios do próprio neoliberalismo. Harvey aponta o caminho para compreender esse sucesso:

O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega o poder que têm as ideias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato indica uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global. (Harvey, 2008, p. 27-29).

É nítida a maior ascensão das elites, porém trata-se de uma nova elite, a elite empreendedora, a elite financeira. Então, quem está no comando das

instituições é essa nova elite que vai sempre propagar, em primeiro lugar, aquilo que a permitiu ascender. Por isso, o neoliberalismo tende, a partir dessa premissa, a se universalizar como a única realidade possível. Como aponta Andreia Galvão, as ideologias das classes dominantes são incorporadas pelas classes dominadas, mesmo que sejam opostas aos seus interesses, porque “alude ao real ao mesmo tempo em que oculta os interesses de classe, conseguindo, por isso, iludir as classes dominadas” (Galvão, 2003, p. 80).

Esse processo de instauração da hegemonia neoliberal foi denominado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) como a “grande virada”. Esse movimento trouxe mais do que consequências econômicas, ele estabeleceu uma nova racionalidade. É inegável que o neoliberalismo debilitou a educação e a saúde, assim como aumentou as desigualdades sociais (Chomsky, 2002, p. 36). Criou também políticas e processos que atendem aos interesses particulares de uma parcela mínima da sociedade que se beneficia dessas consequências (Mcchesney, 2002, p. 7).

Contudo, o verdadeiro êxito do neoliberalismo foi nos âmbitos político, cultural e ideológico, não apenas no campo econômico. Ele foi próspero em mudar o cerne do cidadão, a maneira de exercer o poder governamental e as próprias doutrinas de funcionamento do capitalismo. Em suma, a grande virada conseguiu estabelecer uma lógica normativa que subordinou a política e as demais esferas em que o cidadão está inserido à globalização e ao capitalismo financeiro. Houve, então, uma mudança no engajamento do Estado, ao invés de uma retirada, como era inicialmente proposto em teoria. O que ocorreu foi uma mudança no papel estatal, que passa a ser guiado por essas novas práticas. Isso tudo decorre de uma “estratégia neoliberal” que os autores definem como “o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos” (Dardot; Laval, 2016, p. 190-191).

O neoliberalismo surge como uma crítica antissistêmica, atacando principalmente o Estado de Bem-Estar Social, e isso auxiliou imensamente a legitimação dessa nova norma social. A doutrina neoliberal, que os autores se referem como “disciplina”, leva a uma mudança comportamental dos indivíduos, que

---

<sup>1</sup> “Sistemas de coação, tanto econômicos como sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição.” (Dardot; Laval, 2016, p. 193).



passam a ser dirigidos por uma lógica maximizadora de lucros e de valorização do capital. Por fim, foi necessária a ampliação desses “sistemas disciplinares” para estabelecer essa racionalidade que se baseia inteiramente em transformar tudo em concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 193).

Então, a partir do fim dos anos 1980, se instaura essa nova norma neoliberal, que paulatinamente transforma a concorrência em meta suprema e universal. As regras do capitalismo mudam com a nova ênfase no capitalismo financeiro, tendo como base essa concorrência amplificada. Se antes havia regras para proteger os Estados e as empresas da dura realidade da concorrência, as regras agora servem somente para regulamentar e encorajar tal concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 202). Trata-se de uma realidade tanto dentro dos governos e nas ações do Estado quanto no ser em suas relações consigo mesmo e com os outros.

Uma das mudanças que essa racionalidade neoliberal apresenta na vida dos seres humanos é a “economização” de todos os elementos da vida, incluindo desde a ação dentro do ambiente de trabalho até a vida política e as relações interpessoais. Ou seja, propaga-se a economização até de esferas não econômicas. Segundo Wendy Brown, quando essa razão transfigura todos os âmbitos em aspectos econômicos, ela pouco a pouco desfaz os princípios democráticos. Todas as atitudes que requerem ações políticas começam a ser preenchidas com atuações econômicas, afetando nosso sistema de justiça, educação, cultura e até atividades cotidianas (Brown, 2015, p. 17-30).

Muda-se a relação do ser com ele mesmo. O ser começa a se perceber como um “capital humano”, ou seja, ele calcula todas as suas ações e escolhas ao longo da vida para maximizar o seu valor.

[...] tanto as pessoas como os Estados são construídos segundo o modelo da empresa contemporânea, espera-se que tanto as pessoas quanto os Estados se comportem de maneira a maximizar seu valor de capital no presente e aumentar seu valor futuro, e tanto pessoas como Estados o fazem através de práticas de empreendedorismo, autoinvestimento e/ou atraindo investidores. (Brown, 2015, p. 22).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> [...] *both persons and states are construed on the model of the contemporary firm, both persons and states are expected to comport themselves in ways that maximize their capital value in the present and enhance their future value, and both persons and states do so through practices of entrepreneurialism, self-investment, and/or attracting investors.* (Brown, 2015, p. 22).

Ademais, o neoliberalismo transforma todas as necessidades humanas em trocas lucrativas, ou seja, tudo que antes era considerado como dever ou responsabilidade do Estado passa a ser visto por todos como algo que o ser humano deve se esforçar para adquirir. Com isso, a estratégia neoliberal é bem-sucedida ao orientar a conduta dos indivíduos para que estes ajam como se estivessem em constante concorrência. É preciso olhar com muita atenção a competição dentro desse sistema, especialmente porque afeta o ser humano a ponto de transformá-lo em um ser puramente econômico, um ser vazio de sentido político.

O *homo oeconomicus* não é algo novo ou inaugurado pelo neoliberalismo, mas a sua vertente neoliberal é uma ameaça não só à democracia liberal, mas também aos ideais democráticos básicos, como a soberania popular, por exemplo. O *homo oeconomicus* atual tem a característica de capital humano, com imersão no capital financeiro. Trabalha na lógica do autoinvestimento para aumentar o seu valor e atrair investidores para si mesmo. Ou seja, esse ser não está em busca do que necessariamente é melhor para si, ele anseia por um melhor posicionamento dentro do mercado ou, até mesmo, do que o mercado o convence de que é mais adequado para ele. Isso tudo é possível porque há, desde o princípio, um sistema de coerção proposto pelo neoliberalismo.

Uma das características mais importantes desse *homo oeconomicus* é que ele, dentro da economização de todas as esferas, elimina todos os outros “*homos*”. Prevalece o *homo oeconomicus* e nada mais. Com a aceitação tácita da desigualdade, tendo em vista que o capital humano está sempre competindo com os outros, a igualdade deixa de ser uma prioridade para os indivíduos, pois dentro da lógica neoliberal há apenas vencedores e perdedores. Não se reivindica proteção ou tratamento igualitário, o que coloca em xeque não somente anos de luta por igualdade, como também o próprio fundamento do nosso contrato social (Brown, 2015, p. 32-38).

O que está sendo tratado aqui vai além de uma simples discordância entre o econômico e o político, o *homo oeconomicus* de outros tempos, até mesmo no interior da democracia liberal, convivia com o *homo politicus*. Isso muda profundamente no despertar do neoliberalismo. Segundo Brown, a ascensão da racionalidade neoliberal praticamente decreta a morte do *homo politicus*, o desaparecimento daquela que seria a arma principal na luta contra a força esmagadora do neoliberalismo. O ser político era responsável por manter a

legitimidade da democracia para além do interesse pessoal de cada indivíduo, ou seja, ele era responsável pela igualdade política, liberdade, representação, soberania popular, deliberação e, claro, pelo bem público (Brown, 2015, p. 89).

O neoliberalismo muda o ser, o Estado, bem como as noções de liberdade e igualdade. Quando a liberdade é realocada do político para o econômico, ela fica sujeita à desigualdade do próprio sistema econômico. A ideia de igualdade é substituída pela lógica binária de vencedores e perdedores, assim como a ideia de liberdade se separa da perspectiva de controle do povo, de autocontrole e se rende ao mercado. Ou seja, a noção básica de liberdade, tanto no autogoverno quanto na participação popular no governo, é substituída por uma “racionalidade instrumental de mercado” (Brown, 2015, p. 41), que comanda e restringe as escolhas e ambições do ser.

A busca do lucro passa a ser a essência da democracia, isto é, “todo governo que seguir uma política antimercado estará sendo antidemocrático” (Mcchesney, 2002, p. 9). “Forjado no cadinho do fascismo europeu”, recorda Wendy Brown, “o neoliberalismo visou uma imunização permanente das ordens de mercado contra o rebrotar de sentimentos fascistas e poderes totalitários” (Brown, 2019, p. 18). Não obstante, há uma sensível diferença entre o que foi planejado e o resultado alcançado. Pensando especificamente no Brasil, tudo que foi analisado até agora nos permite inferir que o pontapé inicial dos conturbados acontecimentos políticos recentes tem um fundo econômico, no qual a insatisfação da frente neoliberal debilitou a democracia brasileira, esgarçando suas instituições.

## **O Golpe de 2016 e a Pós-Democracia no Brasil**

O golpe jurídico-parlamentar foi dado de maneira muito rápida através de um impeachment, mas sua história não começa em dezembro de 2015, quando é aprovada a abertura do processo pela Câmara dos Deputados. Na verdade, independentemente da inépcia política do Executivo Federal em governar, seu impedimento também é fruto de uma deslegitimação do governo conduzida pela grande mídia, institutos privados e movimentos falaciosamente espontâneos financiados pelo alto capital (Miguel, 2016, p. 34). O resultado final

que foi o golpe representa a soma de vários fatores. Talvez o mais essencial seja a crise econômica que atingiu o país em 2011, em razão da queda no preço das commodities, além de uma mudança qualitativa na política econômica. Segundo Tatiana Roque, os programas econômicos dos dois governos Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), e do primeiro governo Dilma Rousseff, do PT, seguiram matrizes diferentes. A autora afirma ainda que essa mudança e suas consequências são fatores que influenciaram o enfraquecimento de Dilma Rousseff no poder, bem como ajudaram a mover as engrenagens do golpe (Roque, 2016, p. 30).

É preciso entender que o golpe não foi um ataque exclusivo ao PT, os interesses que o patrocinaram estão muito acima de disputas partidárias ou eleitorais.<sup>3</sup> Tal ruptura institucional é resultado de um conflito de classes:

A conjuntura contemporânea coloca um problema que extrapola o embate entre orientações partidárias e envolve modificações de fundo do regime político: a ascensão de um movimento de extrema direita apoiado, insuflado e sustentado pela grande empresa midiática e pela maior entidade empresarial brasileira, a FIESP. As intervenções dos grupos de extrema direita, organizados em entidades que recebem apoio direto de empresariados diversos, representam a pauta do comportamento político que o empresariado apoia e pretende impor. O lastro

---

<sup>3</sup> Uma demonstração da amplitude de tais interesses é a atuação da Operação “Lava Jato”, que foi relevante tanto para a incitação do golpe jurídico-parlamentar em tela quanto para o desfecho das eleições presidenciais de 2018. Deflagrada em março de 2014, essa força-tarefa, inspirada na Operação “Mãos Limpas” da Itália, ganhou imensa notoriedade ao investigar um grande esquema de lavagem de dinheiro, assim como o pagamento de propina realizado pelas grandes empreiteiras brasileiras em obras da Petrobras. Os recursos serviriam supostamente para abastecer o caixa de campanha de inúmeros partidos políticos, embora o PT tenha sido o alvo preferencial das investigações. No entanto, em junho de 2019, o premiado jornalista estadunidense, Glenn Greenwald, publicou o conteúdo de conversas realizadas pelo aplicativo Telegram entre o então juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Sergio Moro — ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro —, e o procurador da República, Deltan Dallagnol, além de outros integrantes da “Lava Jato”. Em meio às inúmeras revelações, os vazamentos expuseram a colaboração proibida entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol, o reconhecimento do procurador acerca da inconsistência das provas que incriminaram Lula, bem como a orientação ilegal do então juiz em várias ações da “Lava Jato”. A cobertura midiática batizou esse acontecimento de “Vaza Jato”. Ver: Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. *The Intercept Brasil*, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

comum, um violento anticomunismo primário e grotesco, não atinge apenas o PT, mas o conjunto das forças que ousam lutar por um mundo diferente. E a própria classe trabalhadora. (Fontes, 2016).

A situação econômica foi divisora de águas para os governos do PT, afinal, só se pôde implementar políticas sociais compensatórias enquanto a economia caminhava bem. Naquele contexto, os governos petistas promoveram mudanças para as classes mais baixas e outros grupos políticos subalternos. A partir do momento em que uma crise econômica assolou o país, essa ajuda assistencial que o Estado provia se tornou custosa e inviável aos olhos do grande capital.

Apesar de todo o esforço dos governos petistas de não entrarem em conflito com as elites nacionais, o mínimo avanço social obtido já foi o suficiente para causar uma desordem institucional. A redução da miséria abala a fundação do capitalismo, pois mexe com a vulnerabilidade social que é funcional para setores importantes do capital. Isso prova que não só a democracia está nas mãos da economia, como também que as elites não querem a efetiva participação popular. Qualquer ação política acima do sufrágio universal é inaceitável. Retira-se do poder, sem nenhum constrangimento, seja quem for, para colocar no lugar um governo que atenda aos interesses de uma minoria (Fontes, 2016, p. 34).

De maneira simplificada: a Constituição brasileira permite a abertura de um processo de impeachment quando a(o) chefe do Executivo Federal comete um crime de responsabilidade.<sup>4</sup> O processo contra a presidenta Dilma Rousseff teve argumentação jurídica baseada em “suposto desrespeito às leis orçamentárias e de improbidade administrativa por meio de procedimentos contábeis, que teriam sido utilizados pelo governo para maquiagem gastos federais, configurando as chamadas ‘pedaladas fiscais’”. A expressão “pedaladas fiscais” é comumente utilizada para denominar operações orçamentárias executadas pelo Tesouro

---

<sup>4</sup> “Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento” (Brasil, 1988). Trata-se da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

Nacional de “atrasar o repasse de dinheiro para bancos públicos ou privados, que financiam as despesas do governo” (Gomes, 2016, p. 1). A realidade é que não há provas concretas ou argumentos plausíveis que provem o cometimento de crime de responsabilidade, pois essa prática contábil, muito comum em governos de vários níveis, não se encaixa na definição formal de crime. Trata-se meramente de uma “maquiagem” nos gastos federais.<sup>5</sup>

O impeachment cumpriu cada uma de suas fases legais, mas mesmo assim carece da base mais importante que é a sua legitimidade, o mérito jurídico das acusações contra a presidenta. A condução do processo durou meses apenas para manter a ritualística. Na realidade, todos os envolvidos, até mesmo a população, já sabiam qual seria o resultado. Até que, no dia 31 de agosto de 2016, o impedimento foi aprovado. O curioso, e que comprova ainda mais a não ocorrência de crime, é que depois da sua retirada da presidência da República, Dilma Rousseff sequer perdeu seus direitos políticos. Isto é, foi decretada culpada, mas, contraditoriamente, sua sentença não foi efetivada. Uma completa aberração jurídica. Ficava claro que a missão já havia sido cumprida: o caminho para o poder estava livre.

O que a deflagração do golpe jurídico-parlamentar no Brasil ou “golpe de veludo” — como prefere Armelle Enders (2016) — significou para a democracia é imensurável. Ele descartou 54 milhões de votos e quebrou vários princípios básicos do consentimento da democracia. Infringiu-se a Constituição, passando por cima do resultado eleitoral. Na medida em que não houve comprovação de crime de responsabilidade cometido pela chefia do Executivo Federal,

---

<sup>5</sup> O renomado jurista e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Dalmo de Abreu Dallari, se referiu ao processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff como: “golpe porque é contrário à Constituição”. E prossegue: “aquilo que se convencionou chamar de pedaladas, que estão comprovadas, ditas e afirmadas, o próprio [ex-presidente] Fernando Henrique Cardoso praticou muito também. A pedalada é um artifício contábil e não um desvio de recursos financeiros para objetivo ilegal. É um retardamento na transposição de recursos de um fundo para outro fundo público. Mas isso não configura nenhum dos crimes de responsabilidade previstos na Lei nº 1.079/1950, que trata do impeachment. Falta este enquadramento legal que poderia dar legitimidade a um processo. Por isso não há o mínimo fundamento jurídico para o processo de impeachment. [...] Eu não sou a favor da presidente Dilma, eu sou a favor da Constituição”. Ver: Afastar Dilma agora seria golpe, diz autor de ação contra Collor em 92. *Folha de São Paulo*, 20 dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721195-afastar-dilma-agora-seria-golpe-diz-autor-de-acao-contra-collor-em-92.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

desrespeitou-se o resultado legítimo decretado pelas urnas e violou-se a democracia em seu aspecto mais básico.

Esse desrespeito aos mandamentos mais simples da democracia liberal aponta que o Estado Democrático de Direito não está mais em pleno vigor. Novamente na história, o capitalismo modifica a ideia de Estado<sup>6</sup> e até mesmo de governo justo. Essa nova fase histórica é denominada por Rubens Casara de pós-democracia.<sup>7</sup> Apesar de não ser pioneiro no uso do termo, o magistrado amplia o conceito e mobiliza-o para refletir acerca do momento delicado da democracia ocidental e, principalmente, do caso brasileiro. Em suma, a primeira definição de pós-democracia é a seguinte:

Hoje, poder-se-ia falar em um Estado Pós-Democrático, um Estado que, do ponto de vista econômico, retoma com força as propostas do neoliberalismo, ao passo que, do ponto de vista político, se apresenta como um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros. (Casara, 2017, p. 17).

O procedimentalismo do processo de impeachment no Brasil ajuda a manter uma fachada democrática, quando, na verdade, representa o esvaziamento da democracia. Promoveu-se um esgarçamento das instituições liberal-democráticas para atender aos interesses de poucos, mas o fato de tudo transcorrer respeitando meramente à liturgia procedimental, mantendo-se os ritos processuais, sustenta uma aparência de legalidade. Muito embora se perca o essencial: o exame do mérito, a análise da fundamentação da ação jurídica.

A importância estratégica da manutenção da aparência democrática, mesmo esvaziada em seus valores basilares, acontece porque após anos propagando a superioridade da democracia como melhor tipo de governo, ninguém em sã consciência atacaria abertamente o paradigma democrático. “Na pós-democracia”,

---

<sup>6</sup> “Em suma, pode-se afirmar que, para sobreviver o Estado Capitalista exigiu diferentes quadras históricas o Estado Liberal de Direito, o Estado Social de Direito, o Estado Fascista, o Estado Democrático de Direito e, agora, o Estado Pós-Democrático.” (Casara, 2017, p. 26).

<sup>7</sup> O termo foi usado primeiramente pelo cientista político inglês Colin Crouch. Com uma perspectiva mais limitada, Crouch procurava descrever a dualidade das eleições nos Estados Unidos. Para ele, a pós-democracia ocorria quando havia o funcionamento das instituições democráticas de maneira formal, mesmo com o desaparecimento da dinâmica democrática (Casara, 2017, p. 23).

adverte Casara, “o significativo ‘democracia’ não desaparece, mas perde seu conteúdo. A democracia persiste como uma farsa, uma desculpa que justifica o arbítrio. Em nome da ‘democracia’, rompe-se com os princípios democráticos.” (Casara, 2017, p. 31).

O Estado Pós-Democrático é reflexo de uma sociedade mercantil, que percebe o poder econômico e o poder político como um só. Uma sociedade de pensamento autoritário, sem valores democráticos, desaguando em um Estado sem limites no exercício do poder. Um Estado voltado para atender o ultraneoliberalismo econômico, com a transformação de tudo em mercadoria, é um Estado que se impõe forte no campo do controle social, para alcançar os fins desejados por aqueles que controlam o poder econômico. Esses fins levam literalmente à “exclusão social de grande parcela da sociedade”. Não há ausência de Estado *per se*, mas sim a presença constante de um aparato estatal autoritário, violento, opressor e, no limite, assassino<sup>8</sup>. “A pós-democracia é um modelo estatal aberto a novos despotismos, no qual se permite tanto a concentração de poderes quanto a existência [...] de poderes sem limites” (Casara, 2017, p. 26). Um Estado que se põe a serviço do mercado, do lucro, das elites econômicas é um Estado que intensifica a desigualdade, enquanto a liberdade se resume a ampliar as condições para a acumulação de capital. A liberdade pós-democrática intocável “é apenas a que garante a propriedade privada, a concentração dos meios de comunicação de massa, [...] a acumulação de bens, os interesses das grandes corporações e a circulação do capital financeiro” (Casara, 2017, p. 29-30).

A razão neoliberal coloca o cidadão como mero consumidor e se vende de maneira “técnica”, quando na verdade é profundamente ideológica. O Estado Pós-Democrático normatiza o poder das forças financeiras, colocando o neoliberalismo como a única realidade, como o desejado e o necessário. Deste modo, a maioria da população se acomoda ao status quo, passando a acreditar que

---

<sup>8</sup> Em perspectiva analítica semelhante, Achille Mbembe desenvolveu o conceito de necropolítica para definir formas atuais que subjugam a vida ao poder da morte. O autor propõe as noções de necropoder e de necropolítica “para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (Mbembe, 2018, p. 71).



sua participação política nada ou pouco tem a contribuir. Soma-se a isso uma percepção geral negativa da política, e a democracia vai sendo dramaticamente esvaziada e debilitada. A política e o Estado são vistos com repulsa, e “não como espaços de luta por uma vida mais digna” (Casara, 2017, p. 34).

A própria eleição, que é o pilar fundamental para a democracia representativa, se transforma naquilo que Casara descreve como “deseleição”, na qual a elite econômica concede o poder aos representantes eleitos, e a preocupação destes se restringe à permanência nos cargos governamentais. Desta maneira, os eleitos ignoraram (ou até mesmo suspendem) os direitos e as garantias fundamentais que se chocarem diretamente com os interesses dos reais detentores do poder. Não obstante, no caso raro dos interesses dessa elite serem minimamente comprometidos nas eleições, ainda há uma espécie de “trunfo” para situações extraordinárias. Trata-se do poder de derrubar governos legitimamente eleitos em nome da propalada “estabilidade”. Quando a participação popular eventualmente se colocar no caminho dos interesses dessa elite, não haverá a mínima hesitação em destruir democracias para alcançar seus objetivos (Casara, 2017, p. 34).

Na pós-democracia vigente, os indivíduos, as regras do ambiente democrático, os pilares éticos são meras mercadorias. Escancaram-se as portas para o recrudescimento de um Estado que não conhece limites para o exercício do seu poder e que, por intermédio da sua fachada democrática, constrange, reprime e ameaça as classes subalternas, porque sabe que inexistem freios jurídicos e políticos capazes de detê-lo. O Estado Pós-Democrático, resultado direto da razão neoliberal, abre caminho para a barbárie.

## **Fascismo eterno e a (nova) versão brasileira**

Não é de hoje o uso disseminado da palavra “fascista” para se referir aos opositores políticos da esquerda. Neste caso deveria ser óbvio afirmar que, se chamarmos tudo de fascista, o próprio termo perde a sua força explicativa. Se for para, de fato, levarmos o fascismo a sério, esse caminho generalizante pouco contribui. Seguindo o saudoso Leandro Konder (1979), é preciso pensar que o fascismo é uma direita bastante específica.

Nicos Poulantzas (1978) salienta que o fascismo não deve ser compreendido como um acontecimento histórico particular, mas sim como um fenômeno

vinculado a crises de hegemonia no bloco de poder que comanda o Estado capitalista e a mudanças inerentes ao sistema capitalista. Embora compartilhando esse diagnóstico, Gramsci acrescenta que o “método fascista de defesa da ordem, da propriedade e do Estado desagrega a unidade social e suas superestruturas políticas. [...] As reações que ele provoca devem ser examinadas em relação à sua aplicação tanto no terreno econômico quanto no terreno político” (Gramsci, 2004, p. 332).

Em seus *Escritos Políticos*, o filósofo sardo já alertava para o papel central do Poder Judiciário na ascensão fascista. Ele não se cansou de lembrar o quanto as fragilidades da democracia burguesa estabelecida na Itália conformaram uma estrutura judiciária especialmente repressiva e reacionária. A cumplicidade da Magistratura passa a ser uma das chaves explicativas fundamentais para se compreender o êxito do fascismo.

Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabinieri) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estão estreitamente ligadas aos destinos da organização fascista, e, por isso, têm todo interesse em apoiar o fascismo em qualquer tentativa que este faça no sentido de consolidar sua posição política. (Gramsci, 2004, p. 66).

É notório que o fascismo se apresenta como um fenômeno bastante complexo, não podendo ser restrito a uma experiência histórica específica. Porém, se, com efeito, é equivocado chamar qualquer opositor da esquerda de fascista, é imprescindível reconhecer que, de fato, existe uma conduta tipicamente fascista. A despeito de sua abrangência, o fascismo é capaz de se manter socialmente ativo e operante por meio de posturas, de discursos, de ressentimentos, de ações políticas. Como demonstrou Robert Paxton (2005), enquanto os tradicionais regimes autoritários almejam manter o povo resignado e alheio às temáticas políticas, o fascismo aspira mobilizar as massas. Logo, os desprezados, rejeitados e humilhados pelo establishment são o público-alvo preferencial e, ao serem seduzidos, passam a reconhecer na retórica supostamente antissistêmica e no ideário fascista um refúgio mítico imediato que inspira seus paradoxais sonhos de mudança política.

O fascismo, portanto, está permanentemente entre nós e a terminologia “*Ur-Fascismo*” ou “fascismo eterno”, proposta por Umberto Eco (2018), contribui não apenas para que entendamos a perenidade desse fenômeno, mas também para que permaneçamos vigilantes contra esse inimigo perigoso e dissimulado. Assim sendo, o fascismo eterno se refere a uma ideologia de extrema direita e a um anseio de governar que, independentemente das circunstâncias históricas, parece sempre estar ali, à espreita, esperando um mínimo descuido para se apoderar de um governo nacional, de uma sociedade, de um país. Umberto Eco reconhece que nem todos os regimes totalitários são iguais, entretanto ao mesmo tempo definiu alguns traços comuns ou, melhor dizendo, recursos que a maioria empregou para seduzir a população e tomar o poder político.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Umberto Eco estabelece catorze características do *Ur-Fascismo* ou fascismo eterno: 1) culto da tradição: todas as mensagens originais contêm um germe de sabedoria e quando parecem dizer coisas incompatíveis, é porque todas aludem a alguma verdade primitiva. Portanto, não pode existir avanço do saber. A verdade já foi anunciada e só nos resta continuar a interpretar a sua obscura mensagem; 2) recusa da modernidade: o Iluminismo, a idade da razão eram vistos como o princípio da depravação moderna. Neste sentido, o *Ur-Fascismo* pode se definir como “irracionalismo”; 3) culto da ação pela ação: pensar é uma forma de castração. Por isso a cultura é suspeita, na medida em que é identificada com atitudes críticas; 4) rechaço ao pensamento crítico: o espírito crítico opera distinções, e distinguir é um sinal de modernidade. Para o *Ur-Fascismo*, estar em desacordo é traição; 5) medo da diferença: o primeiro chamamento de um movimento fascista, ou prematuramente fascista, é contra os intrusos. O *Ur-Fascismo* é, pois, racista por definição; 6) apelo às classes médias frustradas: em nossa época, o fascismo encontrará sua audiência nesta nova maioria; 7) nacionalismo e xenofobia: obsessão pela conspiração internacional. Os seguidores têm que se sentir sitiados; 8) inveja e medo do “inimigo”: os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais. Os fascismos são incapazes de avaliar com objetividade a força do inimigo; 9) princípio de guerra permanente: pacifismo é conluio com o inimigo; 10) “elitismo popular”: organizado em hierarquia militar, qualquer líder subordinado despreza seus subalternos e, por sua vez, cada um deles despreza os seus subordinados, reforçando um elitismo de massa; 11) heroísmo, culto à morte: na ideologia *Ur-Fascista*, o heroísmo é a norma. Morrer pela causa não é apenas um dever, mas uma honra; 12) transferência da vontade de poder para questões sexuais: machismo, desdém pelas mulheres e condenação aos hábitos sexuais não conformistas, como a homossexualidade; 13) baseia-se em um “populismo qualitativo”: oposição aos apodrecidos e corruptos governos parlamentares. Toda vez que um político lança dúvidas sobre a legitimidade do parlamento no sentido de já não representar “a voz do povo”, pode-se sentir o cheiro do *Ur-Fascismo*; 14) “novilíngua”: todos os textos escolares nazis ou fascistas se baseavam em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com a finalidade de limitar os instrumentos para o raciocínio complexo e crítico. Deve-se estar preparado para identificar outras formas de novilíngua. (Eco, 2018, p. 44-58).

Nos tempos atuais, há, sim, um crescimento de grupos (neo)fascistas, do discurso especificamente fascista na esfera pública e mesmo da emergência de personalidades políticas que podem ser definidas propriamente como fascistas. Como já mencionado, propomos, aqui, que o advento da pós-democracia no Brasil contribuiu para a ascensão oportunista desse fascismo eterno. Como lembra Manuel Loff, “a transição autoritária começa quando se degrada a democracia” (Loff, 2019).

Desde 2015, o desenrolar do processo de impeachment e a tendenciosa cobertura midiática galvanizaram a radicalização de um antiesquerdismo grotesco, que passou a apostar nos militares como “sustentáculos da ordem”, sendo naturalmente acompanhado de uma defesa do suposto legado mítico da ditadura militar. Ainda na interinidade da gestão de Michel Temer<sup>10</sup>, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), houve uma banalização cada vez maior das Forças Armadas em operações de segurança pública, com seu

---

<sup>10</sup> Michel Temer, vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff e alçado ao poder com o impedimento, sempre procurou manter o apoio dos quartéis através de inúmeras concessões. O governo de Michel Temer “deixou claro os interesses econômicos, políticos e sociais que estavam por trás do golpe com a implantação de um programa de austeridade econômica, carregado de medidas impopulares, que dificilmente teria sido sufragado pelo voto, caso fosse defendido por algum candidato, ao longo de uma campanha eleitoral” (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019, p. 15). O maior símbolo desse programa de austeridade econômica foi a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, que determinou o congelamento dos gastos do Executivo Federal pelos próximos vinte anos, prejudicando o alcance e a qualidade dos serviços públicos, especialmente, em saúde e educação.

apoego alcançado na decretação da intervenção federal<sup>11</sup> no estado do Rio de Janeiro em 2018.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, promovida por meio do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, envolveu um amplo conjunto de ações em que atuaram as forças de segurança estaduais em associação com as forças militares, através das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Basta analisar a previsão constitucional da intervenção federal — em seus artigos 34 a 36 — para perceber que o mecanismo é de caráter excepcional, devendo ser utilizado somente em casos de urgência, como guerras iminentes, caos generalizado, falência de um ente federativo, bem como para garantir a manutenção de princípios basilares do Estado brasileiro. Ademais, no caso específico da referida intervenção, Mariana Janot esclarece que “o Decreto estipula, no artigo 2º, que ‘o cargo de interventor é de natureza militar’, nomeando o General de Exército Walter Souza Braga Netto como interventor, algo que não está previsto no texto constitucional. Além disso, a intervenção no Rio de Janeiro restringiu-se à pauta da Segurança Pública, o que também não está presente na Constituição” (Janot, 2020, p. 124).

<sup>12</sup> Na vigência da intervenção federal, no dia 14 de março de 2018, Marielle Francisco da Silva (conhecida como Marielle Franco), vereadora eleita da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, foram assassinados no Estácio, região central do Rio. Marielle Franco foi atingida com quatro tiros na cabeça. No exercício do mandato, a vereadora presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e foi escolhida relatora de uma comissão cujo objetivo era monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro. Marielle Franco era bastante crítica da intervenção, assim como denunciava constantemente abusos policiais e violações dos direitos humanos. Em agosto de 2018, a polícia passou a investigar o possível envolvimento da milícia chamada “Escritório do Crime” na execução. Trata-se de um grupo miliciano composto por policiais militares, ex-policiais e pistoleiros que atua na zona oeste do Rio. Nascido da exploração imobiliária ilegal, a principal atividade do grupo é assassinato por encomenda. Suspeita-se de ser comandado pelo ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Adriano da Nóbrega, que chegou a ser condecorado com a Medalha Tiradentes pelo então deputado estadual pelo Partido Progressista (PP) e atual senador (Republicanos), Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro. A partir de 2007, Flávio Bolsonaro supostamente passou a empregar a mãe e a mulher de Adriano da Nóbrega em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Em fevereiro de 2020, Adriano da Nóbrega foi morto em uma operação conjunta das polícias civis da Bahia e do Rio de Janeiro no município de Esplanada, na Bahia. Após dois anos do crime bárbaro contra Marielle Franco e Anderson Gomes, seis pessoas foram presas. Embora os mandantes ainda não tenham sido apontados.

Jair Bolsonaro, eleito no mesmo ano pelo Partido Social Liberal (PSL), após um processo eleitoral extremamente conturbado<sup>13</sup>, assume a presidência da República e institui um corpo ministerial com um número de militares superior a três dos cinco presidentes da ditadura militar — Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Cada um destes tinha na composição de seus ministérios sete nomes oriundos das Forças Armadas. Quando os militares passam a ocupar organicamente o governo com tamanho protagonismo, politiza-se a caserna, há desgaste e um afastamento perigoso do papel de neutralidade que se espera das instituições militares diante de questões políticas.<sup>14</sup>

O capitão reformado do Exército, Jair Messias Bolsonaro, ingressou na política, em 1989, como vereador eleito da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Pela mesma legenda, elegeu-se, no ano seguinte, deputado federal pelo Rio de Janeiro, sendo reeleito por seis mandatos consecutivos, até se candidatar à presidência da República pela coligação “Brasil Acima

---

<sup>13</sup> “[...] O processo eleitoral de 2018 foi atípico e bastante turbulento. Lula, na prisão desde abril, manteve-se como primeiro colocado nas pesquisas até que seu sucessor, Fernando Haddad, do PT, registrasse sua candidatura. Semanas antes da eleição, na véspera do feriado da independência, Bolsonaro sofre um atentado que impacta fortemente a campanha e, poucas semanas depois, recebe o apoio decisivo do bispo Edir Macedo — e de toda a máquina religiosa e midiática da Igreja Universal —, que se soma a outras lideranças neopentecostais que já haviam aderido à candidatura do militar reformado.” (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019, p. 18). Ainda em relação ao caráter conturbado das eleições presidenciais de 2018, Ben Supple, gerente de políticas públicas e eleições globais do aplicativo WhatsApp, admitiu que “na eleição brasileira [de 2018] houve a atuação de empresas fornecedoras de envios maciços de mensagens, que violaram nossos termos de uso para atingir um grande número de pessoas”. O executivo reconheceu a influência do aplicativo em processos eleitorais e afirmou que a plataforma já esperava que as eleições brasileiras de 2018 fossem palco de campanhas de desinformação. “Sempre soubemos”, revela Supple, “que a eleição brasileira seria um desafio. Era uma eleição muito polarizada e as condições eram ideais para a disseminação de desinformação”. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proíbe o uso de ferramentas de automatização, como *softwares* de disparo em massa. Mesmo assim, em 29 de setembro de 2019, o corregedor-geral eleitoral, ministro Jorge Mussi, decidiu que a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro não realizou lançamento maciço de mensagens e que o WhatsApp não cometeu nenhuma irregularidade. Ver: WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018. *Folha de São Paulo*, 08 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

<sup>14</sup> Ver: Brasil de Bolsonaro tem maior proporção de militares como ministros do que Venezuela; especialistas veem riscos. *UOL*, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/02/26/brasil-de-bolsonaro-maior-proporcao-de-militares-como-ministros-do-que-venezuela-especialistas-veem-riscos.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

de Tudo, Deus Acima de Todos”. Atualmente sem partido, ao longo dos seus 26 anos como parlamentar, Jair Bolsonaro apresentou 172 projetos e apenas dois foram aprovados. Pouco afeito a articulações partidárias, construiu uma carreira política sem qualquer destaque e alicerçada em inúmeras declarações de violação dos direitos humanos, misóginas, homofóbicas, racistas, além de apologéticas à tortura e à ditadura militar.<sup>15</sup>

A própria ascensão meteórica de um político com biografia tão controversa e atuação parlamentar indiscutivelmente pífia já é, para nós, bastante sintomática da gravidade do momento nacional. No entendimento de Wendy Brown, não apenas no Brasil, mas no Ocidente em geral o programa da direita contemporânea passou a classificar como “assaltos à liberdade e à moralidade toda política social que desafia a reprodução social das hierarquias de gênero,

---

<sup>15</sup> “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”. Entrevista à revista *Playboy*, em junho de 2011.

“Eu falei que não ia estuprar você [a então deputada federal Maria do Rosário, do PT] porque você não merece [em discurso na Câmara dos Deputados, em 2003]”. Ao explicar a declaração ao jornal *Zero Hora*, em dezembro de 2014, disse: “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece”.

“Eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? ‘Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade...’ Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano”. Entrevista ao *Zero Hora*, em dezembro de 2014.

“O erro da ditadura foi torturar e não matar”. Entrevista à rádio *Jovem Pan*, em julho de 2016.

“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”. Frase dita em encontro com correligionários em Campina Grande, Paraíba, em fevereiro de 2017.

“Eu fui num quilombo em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”. Palestra proferida no clube Hebraica-Rio, em abril de 2017.

“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”. Frase dita em comício, no mês de setembro de 2018, na capital Rio Branco. Logo depois, sua assessoria declarou que “foi uma brincadeira, como sempre”.

Ver: Frases polêmicas do candidato Jair Bolsonaro. *Exame*, 24 set. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/frases-polemicas-do-candidato-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

raça e sexo, ou as políticas que promovem tímidas correções das diferenças extremas entre classes” (Brown, 2019, p. 22-23). E prossegue a autora:

[...] Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam. Assim, mais que um projeto de ampliação da competição e valorização de mercado [...], o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais, negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-Nação.

O ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados “conservadores”. (Brown, 2019, p. 23).

Diante desta razão neoliberal opressora e do imenso deficit democrático resultante da pós-democracia, o (neo)fascismo brasileiro — batizado de “bolsonarismo” — encontrou terreno fértil para se expandir. Apoiar-se em um panorama desolador de ódio generalizado à política, bem como de uma visão de mundo antirracional, rancorosa e agressiva. Defende, ainda, o “retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo” (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019, p. 19). De acordo com Michael Löwy, as referências do bolsonarismo sequer dialogam com o integralismo de Plínio Salgado, a versão brasileira do fascismo nos anos 1930. Enquanto “o fascismo clássico propugnava a intervenção massiva do Estado na economia, o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neoliberalismo, e tem por objetivo impor uma política socioeconômica favorável à oligarquia, sem nenhuma das pretensões ‘sociais’ do fascismo antigo” (Löwy, 2020).

O Brasil, para Manuel Loff, é o país que levou mais longe e com maior eficiência política o programa da extrema direita. A equação (neo)fascista bem-sucedida do bolsonarismo, que transcende a figura do próprio Bolsonaro, soma 1) nostalgia da ditadura militar (com especial predileção aos seus porões infestados de torturadores), 2) demagogia anticorrupção e 3) discurso político



vinculado ao moralismo evangélico neopentecostal. O resultado é uma agenda política que, além de reprimir e intimidar adversários, pretende contaminar as políticas estatais por intermédio de alianças com o resto das direitas, bem como por meio de apoios substanciais dentro dos grupos sociais dominantes, dentro do próprio aparelho de Estado — sobretudo nas forças militares e policiais —, nos serviços de informação e na própria Magistratura (Loff, 2019).

A partir da tese de que vivemos uma “ditadura do marxismo cultural”<sup>16</sup> e uma imposição autoritária do “politicamente correto”, a extrema direita entende que a universidade e a escola públicas seriam formadoras de “militantes esquerdistas/comunistas”. Por conseguinte, no Brasil, esse rechaço a qualquer pensamento crítico é promovido por meio de ataques constantes às ciências humanas, simbolizados no movimento “Escola Sem Partido”, cuja tese principal é de que todas as ciências sociais são engajadas e, portanto, carecem de objetividade. Sociólogos, antropólogos, filósofos, historiadores pretenderiam minar os fundamentos da natureza, da comunidade, da ordem social: a família, a pátria e a nação. A propósito, a crítica virulenta do bolsonarismo ao feminismo ocorre prioritariamente em função das ideias feministas focalizarem na transformação do papel da mulher nas famílias, criando novos modelos familiares, que seriam “ofensivos aos desígnios de Deus” (Loff, 2019).

Os políticos (neo)fascistas justificam suas ideias aniquilando um senso comum sobre a História e criando um suposto passado mítico para sustentar sua visão do presente. Regidos por um moralismo messiânico, procuram reescrever a compreensão geral sobre a realidade, dissimulando sua abordagem fantasiosa mediante propaganda, promovendo o anti-intelectualismo e estigmatizando todos que podem contestar suas ideias. Até porque a marca da política fascista é a divisão. Desta forma, promove-se a desumanização de segmentos da população e limita-se a capacidade de gerar empatia. “Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado” (Stanley, 2018).

A atualidade da questão do fascismo — como dos outros regimes de exceção — não é um fenômeno circunscrito ao tempo. O ressurgimento do reacionarismo de

---

<sup>16</sup> O escritor e astrólogo, Olavo de Carvalho, ganhou notoriedade por disseminar boa parte das teorias conspiratórias sobre “marxismo cultural”, “globalismo”, “Foro de São Paulo” que mobilizam os seguidores do bolsonarismo. É considerado o “guru intelectual” da chamada ala ideológica do governo Bolsonaro.

cunho fascista, lembra Poulantzas, continua possível mesmo que “não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado” (Poulantzas, 1978, p. 10). Exatamente por isso o fascismo é eterno. Sempre à espreita, esperando um momento oportuno de crise para reaparecer das sombras.

O fascismo não se impõe do dia para noite. É um processo gradual, constante e de massa. Poraqui não foi diferente. Os sinais, as violações, as ofensas, os abusos eram evidentes e, mesmo assim, o silêncio condescendente prevaleceu. Não há atribuição de culpa exclusiva à pós-democracia brasileira, no entanto é indiscutível que sua permissividade perante a antipolítica, o antiesquerdismo primário, o anticientificismo obtuso e a intolerância excludente compôs um cenário propício para a eclosão do bolsonarismo.<sup>17</sup> Como se sabe, não há vácuo na política.

Umberto Eco adverte que “o *Ur-Fascismo* pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas — a cada dia, em cada lugar” (Eco, 2018, p. 61). É imperioso, portanto, que reflitamos sobre a gravidade dos recentes acontecimentos políticos no Brasil<sup>18</sup>, bem como que combatamos o fascismo em todas as suas encarnações. Não pode haver espaço para hesitação estratégica, contorcionismo conceitual ou para a tecnicidade política covarde. A História cobrará explicações.

---

<sup>17</sup> Durante um evento evangélico neopentecostal, no Rio de Janeiro, Bolsonaro declarou: “Fui, mais uma vez, ao Museu do Holocausto. Nós podemos perdoar, mas não podemos esquecer. E é minha essa frase: Quem esquece seu passado está condenado a não ter futuro”. Ver: Israelenses condenam fala de Bolsonaro sobre Holocausto. *DW*, 14 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/israelenses-condenam-fala-de-bolsonaro-sobre-holocausto/a-48320616>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

<sup>18</sup> Perguntado sobre o cenário econômico previsto para o Brasil no mundo pós-Covid-19, o economista francês especializado em América Latina, Pierre Salama, respondeu: “Trágico. Ainda que o Brasil desejasse hoje aplicar medidas anticíclicas, como faz agora a Argentina, os estragos provocados até agora mal permitiriam atenuar a catástrofe. Querem evitar a todo preço o isolamento para salvar a economia, mas que economia se salva, quando não há mais homens para fazê-la funcionar? O Brasil tornou-se um laboratório inenarrável. Nas experiências de laboratório se usam animais. Um rato, uma picada; ele morre ou não. Mas não são ratos, são seres humanos. Se considerarmos a pandemia uma guerra, como fez [Emmanuel] Macron, Bolsonaro é um *criminoso de guerra*. Seu líder, Donald Trump, já mudou de posição e se apresenta agora como um guerreiro que combate o coronavírus. Bolsonaro perdeu sua hora. Como se diz em francês, está a um trem de metrô atrasado na viagem” [grifos da reportagem]. Ver: “Estamos diante de uma nova grande transformação”, diz economista francês sobre impacto da pandemia. *O Globo*, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/estamos-diante-de-uma-nova-grande-transformacao-diz-economista-frances-sobre-impacto-da-pandemia-24369511>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

## REFERÊNCIAS

- AMANTINO, Antônio Kurtz. Democracia: A Concepção de Schumpeter. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 127-140, maio 1998.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BELINOT, Virginia; GOMES, Victor Leandro Chaves. Teoria democrática: uma breve análise. *O Cosmopolítico*, v. 6, n. 1, jun. 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucao/constitucao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
- CALIL, Gilberto. Gramsci e o Fascismo: a cumplicidade do Estado e da Justiça. *Esquerda online*, 23 set. 2018. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/09/23/gramsci-e-o-fascismo-a-cumplicidade-do-estado-e-da-justica/>>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- CASARA, Rubens R. R. *O Estado Pós-Democrático: Neo-Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: UnB, 2001.
- DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ECO, Umberto. *O Fascismo Eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

- ENDERS, Armelle Jeanne. “Va-t-en Temer!”: les Brésiliens, les Jeux Olympiques et le coup d’État. *Le Plus*, 08 ago. 2016. Disponível em: <<http://leplus.nouvelobs.com/contribution/1547245-va-t-en-temer-les-bresiliens-les-jeux-olympiques-et-le-coup-d-etat.html>>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- FONTES, Virgínia. Inquietações sobre a Lava Jato e o medo. *Blog de Junho*, 21 mar. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/inquietacoes-sobre-a-lava-jato-e-o-medo/>>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- GOMES, Victor Leandro C. Revolução Passiva: uma solução à brasileira. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, Ano 1, v. 1, dez. 2016. Disponível em: <<http://igsbrasil.org/praxis/edicao-1/revolucao-passiva-uma-solucao-a-brasileira/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Vol. 2 (1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: Histórias e Implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. Minas Gerais: Padéia, 1987.
- JANOT, Mariana da Gama. *Interpretação Brasileira da Reforma do Setor de Segurança: Atualização da Doutrina de Segurança Nacional*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LOFF, Manuel. O Bolsonarismo é o Neofascismo Adaptado ao Brasil do Século 21. [Entrevista concedida a] Ricardo Viel. *Publica*, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- LÖWY, Michael. Isto Se Chama Genocídio. *A terra é redonda*, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/isto-se-chama-genocidio/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

- MACPHERSON, C. B. *A Democracia Liberal: Origens e Evoluções*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MCCHESENEY, Robert W. Introdução. In: CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 7-17.
- MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia na Encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 31-37.
- PAXTON, Robert. *The Anatomy of Fascism*. New York, Vintage, 2005.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Org.). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- ROQUE, Tatiana. Restauração neoliberal e a dissolução da democracia. In: FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Org.). 2016, *o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. p. 18-40.
- SARTORI, Giovanni. *Teoria da Democracia Revisitada*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- STANLEY, Jason. *Como Funciona o Fascismo: a Política do “Nós” e “Eles”*. São Paulo: L&PM, 2018.

# DO NEOLIBERALISMO DE COOPTAÇÃO AO ULTRANEOLIBERALISMO: RESPOSTAS DO CAPITAL À CRISE

JULIANA FIUZA CISLAGHI

## Introdução

O artigo que ora apresentamos é fruto de uma pesquisa bibliográfica que busca reconstruir com aporte teórico o processo histórico de emergência e consolidação do neoliberalismo como sistema econômico e político do capitalismo, considerando as diferentes formas hegemônicas em que se apresentou desde a década de 1970.

Muitos autores se debruçaram sobre essa temática, e diferentes perspectivas políticas levaram, no calor dos acontecimentos históricos, a propostas explicativas que chegaram a anunciar o pós-neoliberalismo com a emergência de governos oriundos de partidos construídos pela classe trabalhadora em décadas anteriores.

Na nossa hipótese de trabalho, o neoliberalismo passou e segue passando por transformações a partir de novos arranjos, da apropriação de pautas progressistas em determinado momento de ciclo histórico, culminando em sua face ultraneoliberal no momento presente, que não rompem nunca, entretanto, com seus principais objetivos e fundamentos.

Nossa intenção é, compreendendo melhor esse processo, dar suporte à superação dessa forma de dominação do capital, e da dominação do capital sobre as relações sociais em qualquer que seja sua forma, que hoje coloca em risco eminente a própria existência da humanidade.

## O primeiro ciclo de hegemonia neoliberal

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, sob o impacto da destruição de forças produtivas, dos milhões de mortos e da vitória moral da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o capitalismo, sobretudo na Europa — epicentro da guerra —, por meio da ação dos Estados, ingressará em um período histórico que se convencionou chamar de “anos de ouro”. A reconstrução dos países destruídos pela guerra e o armamentismo dela decorrente, que se sustentou no período posterior à Guerra Fria, foram determinantes para um novo ciclo de crescimento econômico associado a uma maior regulação e planejamento econômico organizado pelos Estados. Estes passam a ser chamados de Estados de Bem-Estar Social (EBES), por garantirem direitos e políticas sociais mais abrangentes e universais.

Para Gough (1979), os EBES se caracterizam pela utilização do poder estatal para modificar a reprodução da força de trabalho por meio da concessão direta de benefícios e serviços e da utilização do sistema de impostos e da regulação estatal para intervir nas atividades privadas dos indivíduos. Na Inglaterra os gastos com serviços sociais se elevaram de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), antes da Primeira Guerra Mundial, para 29% do PIB, em 1975, chegando a representar metade dos gastos estatais. Em todos os países centrais, ainda segundo Gough, essa tendência de ampliação dos gastos públicos em relação ao PIB e dos gastos sociais em relação aos gastos públicos pode ser verificada nesse período.

Tal feito não foi uma benesse da classe dominante. Os EBES foram fruto da organização dos trabalhadores que, em certa medida, abriram mão da revolução contra o capital em troca de maiores salários e direitos sociais, acompanhando os ganhos de produtividade da organização fordista da produção. Mas, mesmo entre os trabalhadores, a extensão desses avanços não foi homogênea ou generalizada.

Países dependentes na América Latina passaram no mesmo período por governos ditatoriais que, por meio da força, garantiram a exploração necessária para a melhor distribuição da riqueza socialmente produzida no centro. Além disso, mesmo em países centrais, mulheres, minorias étnicas, negros e imigrantes não foram chamados para usufruir do suposto bem-estar. Os Estados

Unidos da América (EUA), por exemplo, viviam sob um regime de apartheid social da população negra, e países como a França e a Inglaterra lutavam para manter suas colônias em torno do mundo. Assim, os EBES só existiram no desenvolvimento histórico do capitalismo como exceção em um tempo histórico, espaço geográfico e para um segmento da classe trabalhadora específico. Contraditoriamente, no entanto, criaram uma “demanda de inclusão” (Graeber, 2016) que passou a pautar os programas políticos em todo o mundo na busca por um capitalismo social-democrata, com “justiça social”.

Com todas as suas limitações e contradições, esse lapso de civilidade que legitimou os Estados do mundo capitalista no pós-guerra começou a se esgotar no fim dos anos 1960. Os limitados direitos sociais, garantidos pela maior distribuição do fundo público à parte da classe trabalhadora, e as pressões salariais geradas pela situação de pleno emprego reduziram os lucros do capital<sup>1</sup>. Esse passa por uma onda de estagnação que tem no início da década de 1970 a crise do petróleo como momento detonador. Politicamente, os processos de restauração capitalista na Europa Oriental e na URSS, que chegaram a seu ápice com o fim do Muro de Berlim em 1989, deram o suporte ideológico necessário à ofensiva do capital, que propugnava, então, o fim da História com a vitória definitiva do capitalismo como forma de organização social.

Como resposta à crise, anunciou-se uma virada que tinha a retomada das taxas de lucro e do crescimento econômico como objetivo central. Essa virada apoiou-se nos pressupostos de pensadores da Sociedade Mont Pelérin, como Friedman, Mises e Hayek. Seu primeiro laboratório no regime ditatorial chileno já era a demonstração de que a democracia, mesmo formal e liberal, era prescindível e até um obstáculo à implementação dessa nova racionalidade (Dardot; Laval, 2016) que se condicionou chamar de neoliberal.

O termo neoliberal é uma referência ao período liberal do capitalismo, quando os Estados tinham participação restrita na economia, que supostamente tendia ao equilíbrio por meio de sua “mão invisível”. O tal neoliberalismo, no entanto, em nada reduziu os Estados, apesar de sua forte retórica antiestatal. Nunes

---

<sup>1</sup> Segundo Harvey (2005), 1% da população mais rica dos EUA concentrava 16% da renda nacional antes da Segunda Guerra Mundial, passando a 8% no pós-guerra e sofrendo acentuada queda nos anos 1970. Em 2014, segundo dados do Wid. World, os 1% mais ricos dos EUA detêm 20,2% da renda nacional. Disponível em: <<https://wid.world/>>. Acesso em: 13 fev. 2020.



(1989) caracterizou o período com um termo mais preciso: uma contrarrevolução monetarista. O que se viu crescentemente foi um novo direcionamento do fundo público<sup>2</sup> que, ao invés de garantir políticas sociais e medidas econômicas anticíclicas, seguindo as orientações keynesianas, passou a remunerar imediatamente o capital, e sobretudo o capital rentista. Isso porque a hegemonia do neoliberalismo como orientação para os Estados é decorrente de uma de suas características essenciais: a retomada da hegemonia do capital financeiro no comando das economias.

Chesnais (1996) denomina essa fase de mundialização do capital na qual a acumulação passa a ser liderada por novas formas de centralização de gigantes capitais financeiros como fundos mútuos e fundos de pensão. A esfera financeira passa a comandar a repartição e a destinação da riqueza produzida. As finanças são, então, alimentadas pela inflação do valor dos ativos financeiros, isto é, a criação de enormes montantes de capital fictício, e pelas transferências de fundo público, sobretudo por meio das dívidas dos Estados.

Dumenil e Levy (2005) classificam o neoliberalismo como o segundo período hegemônico pela finança (sendo o primeiro, o período entre o fim do XIX e a crise de 1929), que se tornou possível pelas condições geradas pela crise estrutural do capital. A acumulação industrial obtida na onda de crescimento do pós-guerra, com a concentração não só dos lucros do capital, mas também do salário dos trabalhadores nos bancos, associada à intervenção dos Estados que desregulamentaram seus mercados financeiros, permitiu a financeirização da economia.

A retomada das taxas de lucro, objetivada pelo neoliberalismo em uma economia amplamente financeirizada, necessitou de uma exploração ainda maior dos trabalhadores. Isso porque, ainda que o setor financeiro seja hegemônico, é apenas na produção que o valor se cria por meio do trabalho. Foi necessário, portanto, na estratégia da classe dominante, reestruturar a produção e combater os mecanismos de solidariedade e organização dos trabalhadores, como os sindicatos.

---

<sup>2</sup> Entendemos como fundo público o conjunto de impostos, taxas, contribuições etc. que são compulsoriamente apropriados pelo Estado. Esse fundo é composto pelo trabalho necessário (na forma salário) e pelo trabalho excedente (na forma lucro, juro ou renda da terra) do conjunto da sociedade, tendo um lugar estrutural na sociedade capitalista. Sobretudo em momentos de crise, o fundo público atua como “contratendência à queda das taxas de lucro, atuando permanentemente e visceralmente na reprodução ampliada do capital” (Behring, 2010, p. 32).

Emergiu, então, uma nova forma de organização da produção, o modelo toyotista, que trouxe elementos de ruptura e continuidade com o fordismo do período anterior. Esse modelo fundamenta-se num padrão de produção, organização e tecnologia avançado. Ele introduz novas técnicas de gestão da força de trabalho que exploram não só a capacidade física, mas também a capacidade criativa e de cooperação dos trabalhadores (Antunes, 1999).

Assim como na produção, os Estados nacionais também passaram por contrarreformas que os reorganizaram. Para os ideólogos neoliberais, a crise do capital seria uma crise dos Estados, considerados hipertrofiados e perdulários. A sistematização das orientações contrarreformistas baseadas nesse diagnóstico foi elaborada por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, inicialmente com o nome de Consenso de Washington. Essas medidas passaram então a ser consideradas a única racionalidade possível na garantia da estabilização e do crescimento econômico e compreenderam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, contrarreformas tributárias regressivas, juros de mercado, abertura comercial, eliminação de restrições ao investimento externo direto, privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia e dos direitos dos trabalhadores e defesa do direito de propriedade intelectual por meio de patentes.

As dívidas públicas foram utilizadas para chantagear os Estados a aderirem a essa agenda. O crescimento das dívidas, e dos juros pagos em função das mesmas, passou a ser o principal mecanismo de transferência de fundo público para as finanças. Os países periféricos foram os principais afetados por esse processo, não necessariamente por serem os maiores portadores de dívidas, mas porque comprometem mais os seus orçamentos com juros e encargos, detendo menos soberania sobre as mesmas. Segundo Harvey (2005), a partir de 1980, mais de cinquenta Planos Marshall foram remetidos pelos povos da periferia aos seus credores no centro.

A ascensão mundial do neoliberalismo coincidiu com o fim da ditadura e com a atrasada tentativa de construção de um EBES no Brasil. A Constituição de 1988, ainda que insuficiente para a reversão das desigualdades históricas e estruturais da sociedade brasileira, avançou na universalização de políticas sociais, como a saúde, a educação e a Previdência Social, e na institucionalização da Assistência Social, até então restrita a iniciativas clientelistas e pontuais de caridades privadas. Anacrônica, porém, em relação ao momento político

mundial, a Constituição começou, imediatamente após sua promulgação, a ser desmontada nos seus aspectos mais progressistas. A vitória de Collor, representante fiel da classe dominante, nas primeiras eleições presidenciais após a ditadura, abriu caminho para a virada neoliberal brasileira, que só se consolidou, no entanto, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 e 2002.

Adequado aos ditames internacionais consolidados pelo Consenso de Washington, o governo Cardoso contrarreformou o Estado brasileiro por meio, principalmente, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), que orientou a privatização de inúmeras empresas estatais e a gestão e prestação de serviços sociais por meio de parcerias com o setor privado. Além disso, a sobrevalorização do câmbio e a abertura comercial com a consequente necessidade de altos juros para atrair capitais inauguraram uma política econômica na qual o crescimento da produção e da demanda, ao invés de ser uma meta, passou a ser encarado como obstáculo à estabilização (Behring, 2003). Os juros altos, por sua vez, associados a sucessivos deficit na balança comercial brasileira ampliaram significativamente a dívida pública, aprofundando a vulnerabilidade interna e externa do país e fazendo o capital migrar dos investimentos produtivos para o mercado financeiro.

Essas características da política de Cardoso dão sequência a um processo que Behring (2019) caracteriza como um “ajuste fiscal permanente”, em curso até os dias atuais no Brasil, que se iniciou ainda durante o período ditatorial como resposta à explosão inflacionária e às crises da dívida na América Latina na década de 1980, que se materializaram, antes do Plano Real de Cardoso, em outros quatorze planos econômicos.

Para garantir seu sucesso em tantas medidas impopulares, o governo Cardoso contou com franca adesão da mídia e forte repressão contra sindicatos e movimento sociais. Assim como o esmagamento da greve dos mineiros na Inglaterra e dos controladores de voo nos EUA pelos respectivos governos Thatcher e Reagan, no final dos anos 1970, foi um marco na nova relação da burguesia com os trabalhadores por meio do Estado, abrindo caminho para a avalanche neoliberal de retirada de direitos, a repressão à greve nacional dos petroleiros, em 1995, foi nosso marco no avanço da neoliberalização.

Para as políticas sociais, o ideário neoliberal apresenta o trinômio privatização, focalização e descentralização, abrindo novos espaços de valorização

para o capital, transferindo para ele o fundo público e reduzindo a política social apenas para trabalhadores dos segmentos mais pauperizados. Avança-se no Brasil, então, as medidas de redução de recursos para o setor público, com as políticas de favorecimento para planos de saúde e para a educação privada, a ressignificação da caridade por meio de programas como o Comunidade Solidária e a primeira rodada do que será a contrarreforma permanente da Previdência Social.

Assim se deu, resumidamente, o primeiro ciclo neoliberal na particularidade brasileira, encerrado em 2003 com a chegada dos governos petistas à presidência.

## **O neoliberalismo de cooptação como resposta**

O primeiro ciclo de retirada de direitos que caracterizou a ascensão do neoliberalismo não foi imposta pelos Estados nacionais sem resistências. O início da década de 2000 foi um momento de rearticulação de movimentos sociais em todos os países do mundo contra processos de privatização de bens estatais e expropriação de bens comuns. Esses processos políticos desaguarão em vitórias eleitorais de personalidades e partidos políticos historicamente vinculados a lutas sociais dos trabalhadores em seus países, em especial na América Latina, como o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil e o movimento zapatista no México.

O que se viu a partir daí, no entanto, não foi a paralisação, muito menos a reversão das agendas neoliberais. Oliveira (2010) caracteriza o que aconteceu nesse momento como uma nova forma de dominação, nomeada por ele com a curiosa expressão “hegemonia às avessas”. Para o autor, a primeira experiência de “hegemonia às avessas” se deu na eleição de Mandela para a presidência da África do Sul em 1994. Representante do movimento que derrubou o apartheid racista em seu país contra a classe dominante, seu governo rendeu-se e deu legitimidade ao neoliberalismo. A mesma expressão pode caracterizar os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Sua tese é que, nessa nova forma de dominação, os dominados parecem dominar por estarem dirigindo as organizações do Estado, terem grandes bancadas no Parlamento e darem a “direção moral”, que, no entanto, “se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” (2009, p. 27). O consentimento se dá pelo avesso:

não são os dominados que consentem sua exploração; são os dominantes que consentem a condução política por representantes dos dominados desde que a “direção moral” não questione a exploração capitalista.

A base social de legitimidade dessa “hegemonia às avessas”, a direção moral de que fala Oliveira, foi composta, em nossa hipótese, pelas políticas focalizadas no combate à pobreza associadas, e esse é um aspecto central, às políticas de reconhecimento que se ampliaram no período. No caso brasileiro, as teses de que os governos petistas seriam neodesenvolvimentistas e responsáveis pelo ascenso de uma nova classe média deram fundamento ideológico para a hegemonia desse novo momento do neoliberalismo (Behring, 2019).<sup>3</sup>

Em relação ao movimento feminista, a ascensão de uma segunda onda coincidiu com a virada neoliberal do capitalismo. Essa coincidência não intencional, fez com que, segundo Fraser (2016, p. 35) “as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, saudáveis em si próprias, [tenham servido] para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista”. Assim, as esperanças da segunda onda foram recrutadas pelo projeto neoliberal.

As críticas que a segunda onda construiu ao capitalismo dos EBES foram ressignificadas, fazendo com que as aspirações emancipatórias assumissem significados ambíguos. O primeiro eixo de reivindicação da segunda onda era a ampliação do combate às injustiças vinculadas não apenas à classe social, mas também ao gênero, à raça, à sexualidade, à nacionalidade, incluindo temas antes compreendidos como privados, como serviço doméstico, reprodução e violência contra as mulheres. Essa perspectiva tinha um sentido original antissistêmico<sup>4</sup>, associando a visão de justiça à economia, à política e à cultura.

O segundo eixo referia-se ao combate ao androcentrismo, à divisão sexista do trabalho e à desvalorização do trabalho não remunerado da reprodução

---

<sup>3</sup> Behring (2019) concorda com a divisão do neoliberalismo no Brasil em três fases, utilizando, porém, outros argumentos para essa caracterização. Levanta elementos que demonstram que houve mudanças e ganhos, ainda que restritos, para a classe trabalhadora, sobretudo a mais pauperizada, durante os governos do PT. Concorda enfaticamente, porém, que não há rupturas com o neoliberalismo no período, apresentando diversos dados da política econômica desses governos para sustentar essa afirmação.

<sup>4</sup> “[...] A maior parte das feministas da segunda onda — com a exceção notável das feministas liberais — concordou que superar a subordinação das mulheres requeria transformar radicalmente as estruturas profundas da totalidade social” (Fraser, 2016, p. 40).

e do cuidado. O terceiro eixo partia da crítica ao estatismo tecnocrático e reivindicava como alternativa não o desmonte das instituições estatais, mas sua democratização, abertura à participação popular e superação das hierarquias. Por fim, o quarto eixo questionava a limitação das lutas sociais à esfera nacional, valorizando as lutas multidimensionais e a solidariedade anti-imperialista (Fraser, 2016).

A apropriação desse programa pelo neoliberalismo se deu, em primeiro lugar, segundo Fraser (2016), a partir da substituição da luta por redistribuição pela luta por reconhecimento da identidade e da diferença. Assim, se superlativizou a crítica à cultura em detrimento da crítica à economia política. A reivindicação da ampliação das perspectivas de justiça para além do “economicismo” limitado à classe social foi incorporada, de forma igualmente unilateral, por uma crítica culturalista que facilmente se conectava ao neoliberalismo ao não tocar na ampliação da exploração então em curso.

A reivindicação de igualdade no trabalho serviu ao neoliberalismo com a absorção de uma massa precarizada de mulheres no mercado de trabalho, legitimada por um discurso de avanço feminino, emancipação e autonomia. Isso com a condição de manutenção do trabalho doméstico não pago, que inclusive foi ampliado para substituir as instituições estatais do EBES, o que Mioto e Dal Pra (2015) caracterizaram como “neoliberalismo familista”. O desmonte das instituições estatais, substituídas pelo trabalho doméstico, por Organizações Não Governamentais (ONGs), microcrédito, auto-ajuda individual e empreendedorismo foi legitimado pelo discurso antiburocracia estatal. E, por fim, a crítica à limitação das lutas nacionais foi subsumida por um imperialismo travestido de defensor dos direitos humanos.

Fraser (2016) conclui, então, que o sentido discursivo do feminismo passou a aparecer cheio de ambiguidades, vazio de sentido e não passível de controle pelas próprias militantes feministas. Constituirá, assim, um dos alicerces ideológicos do que estamos chamando de neoliberalismo de cooptação.

Haider (2019) também vai localizar essa nova base ideológica do neoliberalismo na política identitária. Ele caracteriza a política identitária como um método individualista baseado na demanda individual por reconhecimento. A identidade é tomada como um dado essencial que desconsidera sua construção social e, como se pauta na diferença de múltiplas identidades, dificulta a auto-organização coletiva. “O paradigma da identidade reduz a política a quem

você é como indivíduo [...], em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social” (Haider, 2019).

Haider (2019) vai analisar a submissão ao neoliberalismo das pautas do movimento negro estadunidense, o qual ele afirma ter sido o mais próximo nos EUA do movimento operário europeu no pós-guerra. Segundo o autor, o legado de um movimento antirracista radical foi canalizado para a ascensão de uma elite negra, da qual faz parte Barack Obama, primeiro presidente negro dos EUA, eleito em 2008, que evocou o multiculturalismo ao mesmo tempo que atacou movimentos sociais e comunidades marginalizadas<sup>5</sup>, não interrompendo a violência do Estado e cortando orçamentos de políticas sociais. Com a promessa de ascensão individual e reconhecimento, as minorias foram incluídas nas instituições estatais para executar políticas neoliberais contra suas próprias reivindicações históricas, descoladas de qualquer perspectiva anticapitalista.

A coerção característica da experiência anterior de governos como Thatcher e Pinochet deram espaço, a partir da cooptação de lideranças de movimentos e partidos<sup>6</sup> antes radicais, para novas estratégias de consentimentos assegurados por uma nova base ideológica.

Fraser (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 221) chama esse período de “neoliberalismo progressista”. Para a autora, a versão “fundamentalista de direita” do neoliberalismo não teria como se tornar hegemônica em países com um passado, ou uma perspectiva, de valores social-democratas de direitos e redistribuição da riqueza social. Para que o projeto neoliberal triunfasse seria necessária uma nova embalagem, um verniz progressista que pudesse construir um novo bloco histórico que lhe desse sustentação. Assim, vincularam-se “políticas de distribuição plutocráticas e expropriativas a uma política de reconhecimento que alcança amplo apoio”, pois era aparentemente emancipatória.

---

<sup>5</sup> “Em 2014, vimos muito bem o quão ineficaz é o multiculturalismo liberal. Apesar de uma família negra estar na Casa Branca, a violência policial contra a comunidade negra não parou. Quando um jovem negro chamado Michael Brown foi linchado por um policial branco, que não foi punido por isso, uma explosão de revolta eclodiu em Ferguson, Missouri, e se espalhou por Atlanta, Chicago, Filadélfia, Nova York e Oakland.” (Haider, 2019, p. 55).

<sup>6</sup> Exemplo importante desse processo é o transformismo do Partido Trabalhista na Inglaterra com a construção do chamado “Novo Trabalhismo”, liderado por figuras como Tony Blair, que chegará ao poder em 1997 para implementar a política igualmente neoliberal de seus antecessores conservadores.

Por algum tempo, esse novo bloco histórico conseguiu derrotar a direita, defensora de uma distribuição igualmente regressiva, mas associada a um reconhecimento reacionário etnonacionalista, anti-imigração e pró-cristão. Esse novo bloco histórico foi composto nos EUA, segundo a autora, por setores liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo, LGTBTT) e por setores do capital “simbólico” (como a indústria do cinema e da internet) e financeiro.

No Brasil, e em outros países, podemos afirmar que os segmentos tradicionais de organização sindical da classe trabalhadora foram também cooptados para esse bloco, seduzidos, entre outros fatores, pela possibilidade de tornarem-se sócios da financeirização por meio da transformação da Previdência Social em fundos de pensão administrados por ex-sindicalistas nos governos petistas.

Oliveira (2003) apresenta a hipótese de que, assim como os técnicos e economistas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tornaram-se dublês de banqueiros, o núcleo duro do PT transformou-se em operador de fundos de pensão das estatais, ambos construindo suas identidades pelo privilegiado acesso ao fundo público. Não coadunamos com a hipótese de Oliveira de que esses setores formariam uma nova classe social, mas concordamos que essa possibilidade de controlar e operar o fundo público, fazendo a ponte com os interesses do setor financeiro, é a base material do transformismo petista ao assumir o poder do Estado.

Braga (2012) chama esse processo de “financeirização da burocracia sindical”. Convertidos em administradores de fundos de pensão, esses ex-sindicalistas passaram a se comprometer com a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos. Essa apropriação de parte do salário dos trabalhadores, que é apresentada como uma suposta aposentadoria futura, é o suporte de financiamento para ciclos de fusões e aquisições de empresas que intensificaram a exploração dos trabalhadores e reduziram sua capacidade de negociação coletiva.

Assim, para Braga (2012), a dialética do lulismo é a combinação de um consentimento passivo das massas, dadas as políticas sociais focalizadas e os modestos ganhos salariais decorrentes de momentâneos crescimentos econômicos, e um consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas pelas suas posições e ganhos materiais no aparato estatal.

Assim, no caso brasileiro, não são os movimentos identitários as únicas ou principais bases de sustentação dos governos neoliberais progressistas, mas



também as estruturas tradicionais da organização dos trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), forjadas em períodos de ascenso e profundamente cooptadas pelas estruturas do Estado nos governos do PT, sob a ideologia ilusória de que estaria em curso uma conciliação de classes na qual todos ganhariam. Dessa forma, como sintetiza Fernandes (2019), os governos neoliberais progressistas se utilizaram da despolitização como ferramenta para garantir o consentimento popular na implementação do programa econômico neoliberal, desmobilizando tanto pela influência direta das lideranças dos movimentos quanto pelo apassivamento e por uma política de medo “que internaliza que nada pode ser feito e que tudo pode ser perdido no enfrentamento” (Fernandes, 2019).

O objetivo do neoliberalismo “progressista” ou de cooptação não foi, então, em nenhum momento, abolir as hierarquias sociais nem reduzir a estrutura das desigualdades. Seu objetivo era a “diversificação” pautada pela meritocracia “orientada para garantir que indivíduos ‘merecedores’ de ‘grupos subrepresentados’ obtivessem posições [...] junto com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 222).

Não foi só o neoliberalismo de direita o derrotado, mas, junto com ele, toda a perspectiva antineoliberal da esquerda organizada, esgotando a imaginação política, que foi substituída pelo fatalismo, pela resignação e pelo “encurtamento do horizonte temporal e rebaixamento das expectativas políticas” (Marques apud Fraser, 2020, p. 16), o que alguns autores passaram a chamar de pós-política (Fernandes, 2019).

Assim, o que Fraser (2020; Fraser; Jaeggi, 2020) chama de neoliberalismo progressista, e que estamos chamando de neoliberalismo de cooptação, na feição nacional, não produziu ganhos materiais, nem significativos, nem duradouros para os segmentos que afirmava representar, mas, conseguiu, ideologicamente, se apresentar como um sucessor legítimo da social-democracia, um conciliador entre classes, não só reduzindo a força da direita neoliberal, mas também praticamente eliminando do horizonte qualquer perspectiva de esquerda que questionasse de forma radical as bases do neoliberalismo. Até o momento de sua própria derrota.

## O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos

A crise de 2008, primeira aguda crise mundial do capitalismo no século XXI, em nada é um raio em céu azul. Faz parte de um período de crise estrutural do capital, em curso desde o fim da década de 1970, que é marcado por uma depressão contínua, longa, duradoura, sistêmica e estrutural, que, para Mezsáros (2011), se combina com momentos de depressões mais agudas e momentos de alguma retomada, que não alteram, porém, os limites absolutos da reprodução do capital. No entanto, esse momento recente da crise estrutural é mais grave e sensivelmente diferente, na medida em que “irrompeu globalmente com grande veemência” (Mezsáros 2011, p. 135).

Para Varoufakis (2016), a crise de 2008 é fruto de uma mudança na forma de dominação imperialista dos EUA, que passam de maiores credores para maiores devedores mundiais, sofrendo permanentes deficit orçamentários e comerciais, o que Mezsáros (2011, p. 41) chama de “imperialismo de cartão de crédito”. Os EUA mantiveram sua hegemonia por múltiplos meios: econômicos, financeiros, militares, ideológicos, impondo ao mundo a sustentação de sua insolvência. O financiamento de seus deficit se deu pela inversão de capitais em favor do país apoiada em um aumento da produtividade de suas empresas — por meio da ampliação das taxas de exploração de sua força de trabalho e das taxas de juros atrativas. A crise tem, então, seu epicentro nos EUA, mas ocorre também em países da zona do euro, especialmente na Grécia. É apresentada, entretanto, como uma crise do setor público, que de fato assumiu os prejuízos do capital, mas se tratou quase integralmente de uma crise das atividades financeiras do setor privado (Blyth, 2017).

De maneira geral, há um crescimento do endividamento dos países capitalistas desde meados da década de 1970. Mas isso não ocorre devido a pressões democráticas por mais direitos e melhores salários. Ao contrário, esse momento coincide com a perda de poder político dessas democracias na ascensão da hegemonia neoliberal, o que Demier (2017) caracterizou como uma blindagem das democracias.

Recolocam-se as contradições entre capitalismo e democracia, e, ainda que se mantenham os processos eleitorais, pouca diferença faz seu resultado para mudanças na economia política, dado que as reivindicações do capital são consideradas condições empíricas para o funcionamento dos sistemas,

enquanto as reivindicações do trabalho são consideradas fontes de perturbação (Streeck, 2018). “A participação política é redefinida como entretenimento e desconectada das decisões políticas, especialmente das decisões político-econômicas” (Streeck, 2018, p. 119).

Como resposta a essa crise, mas mesmo muito antes dela, a austeridade fiscal tornou-se uma política inquestionável em todos os países. Ela se caracteriza como uma forma de deflação voluntária, que ajusta a economia pela redução de salários, preços e despesas públicas. Supostamente pretende reestabelecer a competitividade dos países cortando o orçamento, as dívidas e os deficit dos Estados, o que traria a “confiança dos mercados” (Blyth, 2017, p. 22). Seus efeitos, no entanto, causaram um imenso custo social, associado ao baixo crescimento e à continuidade do aumento da dívida pública. Para Blyth (2017, p. 36), a austeridade é uma ideia perigosa que, em suma, não funciona na prática e faz com que os pobres paguem pelos erros dos ricos, tornando-se um argumento moral que transfere a responsabilidade das finanças para o Estado. “Poucos de nós são convidados para a festa, mas nos pedem, a todos, que paguemos a conta.”

Os Estados nacionais, após a crise de 2008, tornaram-se ainda mais endividados, o que fez com que os credores, para garantirem as obrigações de pagamento dos Estados, se esforçassem ainda mais para interferir na política. No conflito entre o capital credor e os trabalhadores, os primeiros precisam garantir que, em caso de crise, seja dada prioridade aos seus “direitos” (Streeck, 2018).

Podemos afirmar, então, que a crise de 2008 levou o capitalismo neoliberal financeirizado a um novo patamar que permitiu, na década seguinte, a formação de um novo bloco histórico para sua legitimação, tendo como consequência a ascensão de governos neofascistas em vários países do mundo.

Fraser (2020) afirma que o neoliberalismo, ao contrário de algumas percepções, não é uma visão de mundo total, mas, ao contrário, é um projeto político-econômico que pode se articular a perspectivas de reconhecimento diversas, inclusive progressistas, mantendo intocados seus pressupostos. A partir da década de 2010, a configuração hegemônica do neoliberalismo passa a ter uma face reacionária, racista e misógina que retoma sua experiência inicial da ditadura chilena da década de 1980, inclusive ressuscitando personagens do período, como Paulo Guedes, Ministro da Economia brasileiro desde 2019.

No Brasil, essa virada se inicia com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, que derruba o governo eleito de Dilma Rousseff, última representante do neoliberalismo de cooptação liderado pelo PT. Ainda que tenha garantido religiosamente as transferências de fundo público para o capital financeiro e a continuidade das contrarreformas redutoras de direitos sociais nas décadas anteriores, as exigências postas pelo capital, como consequências mundiais da crise de 2008, impuseram um aprofundamento dos pressupostos neoliberais, passando ao que chamamos de ultraneoliberalismo.

Dardot e Laval (2019) não utilizam o termo ultraneoliberalismo, mas concordam que o neoliberalismo vai se ressignificar e se aprofundar após a crise de 2008. Os marcos políticos dessa virada são, para os autores, a eleição de Trump nos EUA em 2016, o Brexit em 2017 e a eleição de Bolsonaro no Brasil em 2018. O neoliberalismo, então, não só sobrevive, mas se radicaliza, descartando cada vez mais os pressupostos da democracia liberal e dos direitos sociais, ainda que mínimos. Para os autores, isso ocorre pois o neoliberalismo se tornou um sistema mundial de poder que se alimenta das próprias crises econômicas e sociais que gera, porque as respostas a essas crises reforçam e aprofundam indefinidamente sua lógica, bloqueando qualquer alternativa. E assim, nessa fase que chamam de “novo neoliberalismo”, o sistema se aproveita dos questionamentos à democracia liberal, gerados pela própria razão neoliberal, e se apropria das tendências nacionalistas, autoritárias e xenóforas, assumindo um caráter absolutista e hiperautoritário para impor uma melhor lógica do capital sobre a sociedade.

A base de legitimação desse novo momento pode ser explicada, entre outros fatores, pela compreensão do ressentimento como categoria política, conforme elabora Kehl (2019). O ressentimento, para a autora, é como sentido político de massa, uma “revolta passiva” assumida por setores de classe média que, desidentificados com os mais pobres e frustrados com o fracasso de sua ascensão social, procuram culpar alguém de seu infortúnio.<sup>7</sup> As crises econômicas agudizam

---

<sup>7</sup> Fraser (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 227) apresenta ainda a hipótese de que os trabalhadores simbólicos e profissionais progressistas que deram base ao neoliberalismo progressista pensavam representar “os bastiões do progresso da humanidade ao cosmopolitismo moral e ao esclarecimento cognitivo”, o que “recaiu muito facilmente num apontar de dedos moralizantes e numa condescendência com pessoas de zonas rurais ou de classes trabalhadoras, com a insinuação de que são retrógrados ou estúpidos. Não é difícil compreender porque isso gerou ressentimento”.

esse ressentimento, porque destroem a confiança no futuro e obrigam a vida a se tornar sobrevivência a cada dia, impedindo o vislumbre de um futuro melhor, de uma transformação promovida pelos próprios sujeitos. “Assim, apostas regressivas parecem conferir uma segurança imaginária” (Kehl, 2019).

Além desse elemento subjetivo, parte dessa classe média pôde aderir aos sistemas privados de educação, saúde e previdência, e se vê na contradição entre defender a austeridade para que o Estado assegure ao mercado a garantia das suas poupanças investidas ou ser contra a austeridade para garantir seus direitos sociais históricos e o poder de consumo de seus salários (Streeck, 2018).

No Brasil, esses setores sociais retomam a centralidade do racismo e do patriarcado da nossa formação histórica. Os “homens brancos hétero”, figuras de autoridade da ideologia dos “cidadãos de bem” e da “família tradicional”, perceberam as políticas de reconhecimento para mulheres, gays e LGBTTs como perda de um status hierárquico e da legitimação de sua violência e passaram a sustentar de forma explícita esses movimentos conservadores e neofascistas (Almeida, 2020). Essa reatualização do fascismo e de preconceitos históricos tem sua direção assumida por setores da burguesia donos dos meios de produção midiáticos e de comunicação<sup>8</sup> e manifestam-se em correntes de Whatsapp, *fake news*, teorias da conspiração e instituições religiosas que se tornam a ideologia hegemônica do ultraneoliberalismo.

No Brasil, após o golpe, o governo assumido por Temer, representante da chamada “direita tradicional”, vai aprofundar as limitações da utilização de fundo público, para além da exclusiva garantia dos direitos dos credores, por meio da draconiana Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou todos os gastos, exceto os financeiros, por 20 anos.

O ponto de chegada do golpe de 2016 é a eleição da tosca figura de Bolsonaro em 2018. O distópico ano de 2018 se iniciou em março com o bárbaro assassinato da vereadora socialista Marielle Franco<sup>9</sup>. Seguiram-se, inclusive durante o

---

<sup>8</sup> Contam, contudo, com apoio da ampla maioria da burguesia nacional, que, mesmo que eventualmente estrangida pelas manifestações mais claramente neofascistas do governo, tem como objetivo central a manutenção e ampliação de seus ganhos por meio da agenda econômica ultraneoliberal. Para maior aprofundamento da dinâmica interna do bloco de poder, ver Sena Jr. (2018).

<sup>9</sup> Até o momento, as investigações não chegaram aos mandantes do crime, mas vários elementos ligam seus prováveis executores à família de Bolsonaro e milicianos com quem eles se relacionam.

período eleitoral, perseguições jurídicas a professores e reitores de universidades, exacerbação da repressão a movimentos sociais e a proibição, e posterior, prisão do ex-presidente Lula. Com isso venceu as eleições um projeto cunhado por Demier (2019) de semibonapartismo ultraneoliberal, abertamente reacionário à frente do Estado que, desde então, atua para o aprofundamento do ataque aos direitos sociais (com uma nova e profunda contrarreforma da Previdência Social como ápice até o momento), o cerceamento de liberdades civis e democráticas, tentativas de censura às instituições de ensino e pesquisa, uma ainda maior escalada da violência estatal contra pobres, negros, indígenas e movimentos sociais, o fortalecimento das milícias e “o espraiamento de uma ideologia individualista de dessolidarização social” (Demier, 2019).

Assim, ainda que com resistências inclusive de alguns setores da burguesia, vem se materializando no Brasil a face ultraneoliberal do neoliberalismo. Processo em curso com caminhos ainda possivelmente dramáticos para os trabalhadores e certamente imprevisíveis e dependentes do desenrolar da luta de classes em todo o cenário mundial.

## **À guisa de conclusão**

Enquanto escrevia essas linhas explodia a pandemia de COVID-19. A necessidade de isolamento social decorrente da crise sanitária anuncia uma nova agudização da crise mundial do capitalismo, de proporções provavelmente inéditas.

Os governos mundiais alternam-se entre medidas mais protetivas aos trabalhadores. ou nos países comandados por neofascistas, políticas necrófilas, que tratam as milhares de mortes tão somente como efeitos colaterais que não podem interromper as necessidades sacralizadas do capital dominado pela finança.

As décadas de racionalidade neoliberal têm tamanha força ideológica que qualquer pequena intervenção dos Estados é comemorada como retorno aos princípios keynesianos, uma perspectiva praticamente sem conteúdo consistente ou histórico, mas que se tornou um sinônimo de senso comum para qualquer medida que ajude a sobrevivência dos trabalhadores.

Esse momento, que certamente será um marco histórico, reorganiza as disputas políticas por hegemonia, a luta contra o neofascismo ascendente, mas não parece conseguir reaglutinar com a força necessária o anticapitalismo, ao

contrário, recoloca no cenário o recém-derrotado neoliberalismo progressista, no máximo com elementos neokeynesianos ou com um discurso mais radical que não avança para além da nostalgia pela regulação política estatal e da crítica moral ao neoliberalismo.

O ultraneoliberalismo neofascista vem, contudo, se constituindo com um bloco cheio de contradições que nos leva ao que anuncia Gramsci: “o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem” (Gramsci apud Fraser, 2020; Fernandes, 2019).

Nesse cenário temos acordo com Fraser (Fraser; Jaeggi, 2020) que não há saída possível sem o questionamento à financeirização, à precarização do trabalho e à escalada de expropriações que caracterizam o capitalismo neoliberal em todas as suas formas. Para tanto, é necessário construir a unidade das políticas emancipatórias de gênero, raça, sexualidade, pró-imigrantes e minorias étnicas com uma perspectiva político-econômica de oposição ao capital, e não em aliança com ele. Resgatar o avanço humanitário das bandeiras emancipatórias, mas associá-las à derrota da razão neoliberal em torno do mundo: a sobrevivência da humanidade depende disso.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo e ressentimento dos brancos pobres. *TV Boitempo*, 14 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FiUw-QawuHmM>>. Acesso em: 21 maio 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.
- BEHRING, Elaine. *Brasil em contrarreforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza (Org.). *Ajuste fiscal e Seguridade Social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas* (Mesa coordenada). Maranhão: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2019.
- BLYTH, Mark. *Austeridade*: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2007.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado*: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, Felipe. *Depois do golpe*: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. *O neofascismo no poder* (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.



- DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História. *Revista Outubro*, n. 26, jun. 2016.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GOUGH, Ian. *Economía política del Estado de bienestar*. Madri: Macmillian press, 1979.
- GRAEBER, David. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- KEHL, Maria Rita. O ressentimento chegou ao poder? *Revista Serrote*, 2020. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>>. Acesso em: 21 maio 2020.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRA, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia et al. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- NUNES, António José Avelãs. *O Keynesianismo e a contrarrevolução monetarista*. Lisboa: Boletim de Ciências Econômicas (Vol. 32), 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: BIANCHI, Alvaro et al. (Org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SENA JR., Carlos Zacarias de. O protofascismo bolsonarista e a universidade pública no Brasil. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. *O neofascismo no poder* (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo 2018.

VAROUFAKIS, Yannis. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

# EU VEJO O FUTURO REPETIR O PASSADO: O FUTURE-SE E A AGENDA EMPRESARIAL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

REGIS ARGÜELLES DA COSTA

## Introdução

Não é novidade para aqueles que militam em defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade que o modelo de financiamento e de organização administrativa da educação superior garantido pela Constituição Federal de 1988 é mal visto por frações importantes da classe dominante nacional e supranacional. O chamado “modelo humboltiano de universidade”, assentado no tripé ensino, pesquisa e extensão, na autonomia universitária e no financiamento público, é considerado ineficaz na resposta aos desafios da globalização para a produção do conhecimento, especialmente na relação entre a educação superior e o setor produtivo, e por questões de sustentabilidade do financiamento público, em períodos de restrições orçamentárias enfrentadas pelo Estado (Santiago et al., 2008).

A despeito de sua manifesta oposição ao modelo vigente de universidade pública, a classe dominante também faz política. Nos últimos trinta anos, portanto, diversas correlações de força produziram diferentes estratégias de ação por parte do Estado brasileiro em direção à educação superior. Em linhas gerais, de 1990 a 2000 houve ataques explícitos à autonomia e gratuidade da universidade pública, que encontraram importante resistência dos movimentos sociais em defesa da educação. Os quinze anos seguintes testemunharam uma ampliação da universidade pública, ainda que determinada pelo tripé macroeconômico cuja irrestrita aplicação promoveu, de tempos em tempos,

cortes nas verbas destinadas ao financiamento da universidade (Leher, 2010). Após o Golpe de 2016, as vozes contrárias ao “modelo humboltiano” voltaram a ter maior ressonância no Estado, ocupando, por exemplo, diversos postos importantes no Ministério da Educação (MEC) e no Conselho Nacional de Educação (CNE).

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se) é hoje a expressão mais avançada do ataque proferido à universidade pública. A espinha dorsal do Projeto de Lei implica uma submissão ampliada das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) aos ditames do mercado financeiro, sendo capaz de provocar a deterioração das funções sociais da universidade, a desidratação da sua autonomia administrativa e pedagógica e, ao fim e ao cabo, uma queda geral na qualidade do serviço oferecido à população. Apesar de ter sido rejeitado por importantes instituições públicas de ensino superior, o governo federal segue na elaboração do programa, e recentemente o Projeto de Lei foi enviado ao Congresso Nacional.

O Future-se vem sendo articulado por um governo de extrema direita, em um período de aliança nacional entre forças conservadoras e neoliberais severamente dogmáticas, que foram as vencedoras das eleições de 2018. O objetivo deste trabalho é discutir a hipótese de que, a despeito do caráter atual do governo federal, o Future-se não significa uma radicalização ou ruptura com a agenda empresarial para a educação superior pública que vem sendo aplicada com maior velocidade nos últimos cinco anos. Em verdade, postulamos que o Golpe de 2016 provocou um efeito de curto-circuito, acelerando as contrar-reformas expressas pelo Future-se, as quais já são discutidas abertamente na sociedade civil e na sociedade política há pelo menos trinta anos.

Para discutir a hipótese acima iremos mapear e analisar os intelectuais que ocuparam a Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, no período de 2015 a 2020. O recorte temporal justifica-se no sentido de contrastar os quadros pré e pós-Golpe de 2016. Quais suas áreas de formação e interesses de pesquisa? De quais grupos de pesquisa participam? Qual sua experiência profissional e associações nos aparatos da sociedade civil e política, tanto no Brasil quanto no exterior? Utilizaremos como norte de análise o referencial do materialismo histórico-dialético, com ênfase em conceitos como hegemonia, Estado ampliado, intelectual orgânico e aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2000, 2012) e a metodologia de análise desenvolvida em Mendonça

(2007). Discutiremos nossa hipótese, portanto, a partir da análise crítica da atuação desses intelectuais no Estado ampliado, observando suas conexões na sociedade civil e política.<sup>1</sup>

A análise de um aparato de Estado — no caso, a SESu — para o estudo de uma política educacional parte de algumas premissas que são cruciais para o desenvolvimento deste estudo. Para além da obviedade que repousa em refletir sobre o sistematizador e divulgador da política em questão, acreditamos que tal análise ganha em significância quando se parte de uma concepção relacional do Estado (Poulantzas, 1985), relação essa que ganha contornos específicos no modo capitalista de produção. O Estado e seus aparatos são, portanto, imaginados como condensações estruturadas de um momento específico das lutas de classes no capitalismo, cuja característica especial é sua autonomia relativa a essas lutas.

A autonomia relativa do Estado em relação às lutas não quer dizer que elas lá não ocorram, e que não reflitam as correlações de força mais gerais entre as classes. O Estado estrito sobre uma perspectiva relacional e, portanto, dialética não se resume à coerção — é também espaço de construção e consolidação da hegemonia de classe (Gramsci, 2000). Portanto, as classes e suas frações dirigentes nacionais e supranacionais procuram, através de seus aparelhos privados de hegemonia (APHs) e intelectuais orgânicos, atuar no Estado estrito, a fim de universalizar seus interesses específicos no tecido social.

Na seção seguinte apresentaremos um breve panorama das contrarreformas da educação superior nos últimos trinta anos, focalizando nos termos da agenda do empresariado para o setor. A seguir, apresentaremos o Future-se em linhas gerais, através de uma discussão sobre seus principais objetivos, para que na seção posterior passemos ao mapeamento e análise da SESu e seus intelectuais. Ao final, discutiremos os resultados e arriscaremos alguns prognósticos para a luta em defesa de uma educação superior pública na atual conjuntura.

---

<sup>1</sup> Para uma análise das conexões dos intelectuais no Estado ampliado, utilizamos as informações contidas no site do MEC ([mec.gov.br](http://mec.gov.br)), no Currículo Lattes, no LinkedIn e nas demais redes sociais.

## **A agenda empresarial para a educação superior pública**

O vívido debate sobre os rumos da educação brasileira na década de 1980 teve na questão dos rumos da universidade um dos seus vetores principais. Os setores mais afinados com a defesa da universidade pública se aglutinaram no Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, a partir de 1986, e tiveram algumas de suas pautas contempladas na Constituição Federal de 1988 (CF/88), dentre as quais se destaca a garantia da autonomia didático-científica, administrativa e financeira às universidades, cuja linha de ação social deve obedecer à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (art. 207), assegurar o financiamento público à pesquisa científica e à extensão (art. 213 e 218) e garantir a gratuidade nos estabelecimentos oficiais (art. 206, IV).

Chamamos a atenção, dentre os aspectos destacados acima, para as determinações constitucionais que obrigam o Estado a financiar a educação superior e a garantir a gratuidade nos estabelecimentos públicos. Elas possibilitam, dentro de certos limites, o desenvolvimento de políticas de democratização desse nível de ensino e de ampliação da função social da pesquisa científica. Esse modelo de financiamento e gestão foi alvo de diversos ataques, tais como a contrarreforma de Estado dos anos 1990, a política de contingenciamento orçamentário e, mais recentemente, a aprovação da emenda constitucional do teto dos gastos públicos e o Programa Future-se.

O discurso hegemônico, nacional e supranacional, que sustenta esses ataques sugere que os ventos que sopravam na década de 1980 mudaram totalmente de rumo da década posterior, e, em consequência, o modelo de gestão e financiamento das universidades estabelecido pela CF/88 seria ultrapassado e insustentável. As novas exigências fiscais derivadas do decálogo neoliberal difundido por diversas agências de divulgação cerceiam o orçamento de todos os Estados em desenvolvimento, inviabilizando a manutenção do financiamento pleno da educação superior. A saída oferecida ao estrangulamento do orçamento público fomentaria a autonomia financeira das IFES através de medidas como o estabelecimento de parcerias das universidades com o setor produtivo em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pela cobrança de mensalidades e pelo estabelecimento de uma política de empréstimos estudantis (World Bank, 1993).

Ações mais contundentes no sentido de descaracterização das linhas estabelecidas pela CF/88 foram apresentadas nas diretrizes do “Plano Diretor da

Reforma do Aparelho de Estado”, de 1995, que incluíram a educação superior como uma das atividades de atuação não exclusiva do poder público, estimulando a transformação das universidades em organizações sociais aptas a receber investimento público e privado para alcançar os seus objetivos institucionais. Foi nesse íterim que cresceu expressivamente a prestação de serviços via fundações, tais como cursos de especialização *lato sensu* e em projetos de P&D (Neves; Fernandes, 2002).

Para atender às obrigações contidas nas metas de superávit primário e de pagamento de juros da dívida pública foi implementado o sistemático estrangulamento do orçamento federal para a política social através, por exemplo, da Desvinculação de Recursos da União (DRU), aprovada em 1994. A escassez de recursos derivada de medidas de restrição fiscal impactou diretamente as IFES, que tiveram que conviver com situações como a não realização de concursos públicos para a substituição dos servidores que se aposentaram, a utilização massiva de professores substitutos, o congelamento de salários, a introdução de mecanismos de controle de produtividade, entre outras (Neves; Fernandes, 2002).

Os cortes no financiamento associados às medidas centralizadas de avaliação compõem dois lados da mesma moeda no processo de gestão da educação superior pública. A estratégia que os une repousa nos princípios não declarados da “governança empresarial” que impõem a inserção de mecanismos de escassez e de quantificação, a fim de adequar o comportamento de docentes e instituições às regras de competição consagradas idealmente nas situações de mercado, as quais determinam que os recursos são alocados conforme a performance dos indivíduos. A competição em um cenário de escassez seleciona “naturalmente” os melhores, garantindo a justiça de todo o processo. Em outras palavras, trata-se de disseminar e normalizar as premissas do funcionamento das corporações no cotidiano das IFES sob o título de “governança universitária”, adequando-as às necessidades hegemônicas de reprodução econômica, política e cultural de mão de obra.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Caminhando ao lado da adequação das IFES aos modelos de governança empresarial, tivemos o fortalecimento do setor privado da educação superior, incentivado pelos estímulos fiscais oferecidos pelo governo federal e pela admissão de possibilidades de lucro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). O processo se intensificou nos anos seguintes através da instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI), da criação do Financiamento Estudantil (FIES) e da atuação ampliada de fundos de investimento (*private equity*) nesse nível do ensino (Cunha, 2007; Oliveira, 2009).

A despeito da atuação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino da Educação Superior (ANDES) ter sido fundamental no movimento de resistência à descaracterização do modelo de educação superior da CF/88, as determinações da agenda empresarial para este nível foram bem-sucedidas em seu processo de conquistar corações e mentes. Pode-se dizer que, desde a década de 1990, o *ethos* da competição e da meritocracia vem se assentando nos mecanismos de funcionamento das IFES, naturalizado, por exemplo, pela coexistência de institutos, faculdades, departamentos e programas de pós-graduação “ricos” e “pobres” em um mesmo *campus*.

A vitória de Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 apontava para uma possível mudança de rumos na gestão da educação superior. Entretanto, a política social-liberal organizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) não alterou as ideias-forças da agenda do empresariado implementada na década anterior, limitando-se a mediá-las através da criação de instituições, ampliação da oferta de vagas, reserva de vagas através de políticas afirmativas e ampliação de programas de assistência estudantil — um conjunto de ações estimuladas pelo êxito econômico dos anos 2000. Um dos maiores sinais dessa relação orgânica entre o governo federal e o empresariado repousa no fato de que o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, a intervenção mais significativa do governo, seguiu declaradamente as diretrizes do Compromisso Todos Pela Educação, idealizado pelo aparelho empresarial de maior relevo do país no campo educacional.

Com efeito, em relação aos recursos de custeio e investimento, a ordem de grandeza dos recursos não foi substancialmente alterada. Em que pese a ampliação dos recursos totais para as universidades, grande parte desses recursos foi direcionada ao pagamento de pessoal, em virtude das reposições da remuneração que permitiram a recomposição parcial da remuneração percebida em 1995, período já de arrocho salarial. As verbas de custeio e investimentos tiveram um pico em 2006, mas muito aquém do necessário para recompor a infraestrutura há anos degradada. (Leher, 2010, p. 62).

A observância do receituário neoliberal de regulação fiscal pelos governos do PT acabaria por gerar pressões orçamentárias a partir da desaceleração do crescimento detonada pela crise econômica de 2008. Uma das expressões mais



contundentes dessas pressões foram os cortes voltaram a atingir anualmente as IFES a partir de 2009, com exceção dos anos 2013 e 2014 (Chaves, 2015). Por conta desses cortes, boa parte dos programas de expansão de matrículas, de bolsas de pesquisa, de extensão e de assistência estudantil foram impactados negativamente; ademais, após um período de acomodação do movimento docente na década anterior, duas greves nacionais do ensino público federal foram deflagradas em 2012 e em 2015, ambas com adesão bastante significativa.

O Golpe de 2016 contribuiu para acelerar a asfixia financeira da educação pública como um todo, com consequências sensíveis para as IFES. A despeito da já aludida presença empresarial nos governos do PT, intelectuais diretamente alinhados a aparelhos como a Fundação Lemann e o Todos Pela Educação passaram a ter ainda mais espaço em órgãos-chave para a proposição de políticas públicas, como o Conselho Nacional de Educação (Avelar; Ball, 2019). De acordo com Freitas (2018), o governo formado após o impeachment de Dilma Rousseff marcou, no campo educacional, o retorno da coalizão do Partido da Social Democracia com o partido Democratas (PSDB-DEM), responsável pelas contrarreformas da década de 1990.

No contexto do Golpe de 2016, foi aprovada uma reforma constitucional que, na prática, congelou os investimentos da União em políticas sociais para os próximos vinte anos, na medida em que o incremento de recursos deve somente repor a inflação do período anterior. O congelamento do orçamento em níveis, de 2017, associado às cada vez mais volumosas DRUs, foi capaz de provocar estragos substanciais no já raquítico orçamento das IFES. Nos últimos anos, várias destas instituições passaram a lidar com dificuldades, como as despesas de segurança e limpeza nos *campi*, a demissão de funcionários terceirizados, a redução de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, bem como as ações de acesso e permanência no ensino superior. Dado que a revisão da emenda constitucional só será possível após dez anos de sua vigência — portanto, em 2027 —, a perspectiva para as universidades federais nos próximos anos é bastante desfavorável.

O governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018, apresenta-se francamente hostil à educação pública em diversos sentidos, com baterias especialmente voltadas para o nível superior. Duas das primeiras polêmicas de seu mandato foram as ameaças de cortes direcionadas a algumas

IFES, por conta da prática de “balbúrdia”<sup>3</sup>, e a suspensão dos descontos em folha referentes à contribuição sindical, visando enfraquecer as representações políticas dos servidores públicos.<sup>4</sup> A resposta de seu governo à questão do financiamento da educação pública federal combinou os já tradicionais cortes draconianos ao orçamento com o lançamento do Future-se, pelo MEC, através de uma minuta em julho de 2019.

Na seção seguinte, serão analisadas as linhas gerais dessa resposta, no sentido de avaliar o nível de ruptura que ela representa em relação à gestão da educação federal superior estabelecida desde o final do século passado. Como estratégia de análise focalizaremos na composição da Secretaria de Educação Superior desde 2015, portanto, desde o último governo de Dilma Rousseff. Será que a organização atual e a configuração dos intelectuais orgânicos que compõem a SESu expressam essa opção pelo Future-se? O que atualmente haveria de substantivo nas conexões desses intelectuais no Estado ampliado em relação às gestões anteriores? Ao fim e ao cabo, visamos contribuir com a investigação dos incontornáveis impactos de um governo de extrema direita na educação superior pública, analisando os curtos-circuitos provocados por sua atuação no Estado.

## **O Future-se e a colonização definitiva do ensino superior pelo mercado**

Após um início recalcitrante, o MEC, sob a gestão de Jair Bolsonaro e Abraham Weintraub, divulgou, em julho de 2019, a minuta do Future-se, a ação mais robusta do governo direcionada às IFES. O objetivo mais proeminente do Future-se é

---

<sup>3</sup> Ver: MEC cortará verbas de universidades por “balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *Estadão*, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,meccortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

<sup>4</sup> Vale lembrar que a ANDES é um dos maiores sindicatos do país. Ver: Governo impede desconto em folha e determina que contribuição sindical deve ser feita via boleto. *G1*, 2 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/02/governo-impede-desconto-da-contribuicao-sindical-de-salarios-e-determina-pagamento-via-boleto.ghtml>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

o de equacionar o problema do financiamento público das universidades após a emenda constitucional do teto de gastos, ampliando a capacidade destas em prospectar fontes adicionais de recursos através de simbiose ampliada com o capital privado.

Em sua primeira versão, a questão do financiamento no Future-se apontou para a autonomia financeira das universidades, estimulando-as à celebração de contratos de gestão com Organizações Sociais (OSs), que seriam responsáveis pela operacionalização dos recursos adicionais. Esses recursos teriam origens diversas, oriundos de alienações de imóveis, negociação de ativos intangíveis, isenções e incentivos para as empresas parceiras, registro de patentes e fundos patrimoniais. Os contratos de gestão celebrariam metas a serem alcançadas pela universidade, considerando os três eixos de desenvolvimento do Future-se: Governança, Gestão e Empreendedorismo; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; e Internacionalização. Os contratos de gestão também deveriam estabelecer indicadores de qualidade e desempenho, utilizados para avaliação de cumprimento das metas pelas universidades que, no processo, estariam sujeitas às sanções de responsabilização por “má gestão”.

Outras medidas relacionadas ao incremento de recursos foram pensadas especialmente para o convencimento do corpo docente, como a possibilidade de remuneração adicional pela participação em projetos de P&D e por possíveis premiações advindas desses projetos, bem como através da exploração de direitos de propriedade intelectual. Em suma, o Future-se desenvolve a lógica de que uma maior interação entre universidade e mercado será capaz de gerar um volume de recursos capaz de resolver a contento a crise de financiamento que se desenrola por alguns anos, agravada pela emenda do teto de gastos.

A reação da comunidade universitária foi bastante negativa ao Future-se, com raríssimas exceções. As principais críticas se direcionaram às perdas de autonomia acadêmica e financeira, e à falta de transparência em relação aos critérios de escolha de OSs pelo MEC.<sup>5</sup> Diversos Conselhos Universitários rejeitaram sumariamente essa primeira versão da política, bem como os órgãos representativos dos diversos setores que compõem a universidade.

---

<sup>5</sup> Ver: Maioria das universidades rejeita o Future-se, plano do MEC. *Exame*, 26 set. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/maioria-das-universidades-federais-rejeita-o-future-se-plano-do-mec/>>. Acesso em: 8 jun. 2020.

As críticas produzidas na literatura especializada também não tardaram. Chamando atenção para um número substantivo de peças legislativas que seriam modificadas pelo Future-se, Leher (2019) afirmou que “é inadequado falar que o Projeto de Lei instaura um “programa”, afinal, o seu objetivo é instituir um choque de neoliberalismo nas universidades e IFs. Contudo, o PL está longe de ser inócuo” (p. 4). Mais adiante, o autor destaca que o Future-se visa transformar as universidades em um setor de P&D das empresas, se esquecendo da competência da universidade de problematizar as bases tecnológicas no capitalismo dependente, o padrão de consumo, enfim, toda a complexa relação entre humanidade e natureza engendrada nas relações de produção hegemônicas. Enfim, a proximidade com as empresas acabaria por naturalizar o desenvolvimento desigual das áreas do conhecimento, pois os recursos trazidos pelo Future-se teriam destinação específica de acordo com os interesses dos fundos patrimoniais.<sup>6</sup>

A primeira versão do Future-se passou por profundas modificações realizadas pelo “Grupo de Especialistas Jurídicos”, instituído pelo MEC, e uma segunda versão foi divulgada em outubro de 2019. Logo depois, ainda em outubro de 2019, foi lançada uma terceira versão, com outros ajustes. Ao realizar uma análise comparativa das três versões, Ximenes, Stuchi e Rodrigues (2019) destacaram o fato de que as duas últimas retiraram alguns dispositivos polêmicos, como a obrigação de redução de pessoal por parte das instituições aderentes e a possibilidade de bonificação salarial aos servidores, e eliminaram a figura do Comitê Gestor, que na primeira versão seria um órgão composto por representantes do MEC, do Ministério da Economia (ME), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e das IFES, com o objetivo de supervisionar o andamento do Programa.

---

<sup>6</sup> Os fundos patrimoniais são um conjunto de ativos de natureza privada, através do qual se pode arrecadar, gerir e destinar doações para executar finalidades de interesse público. São regulados pela Lei nº 13.800, de 2019. Sobre eles, Ehrenberg (2009) afirma que “apesar de haver uma percepção comum de que os fundos patrimoniais são contas poupança que podem ser usadas por instituições de ensino superior da forma que elas quiserem, isso não é verdade. Os doadores normalmente colocam restrições muito específicas em relação ao uso de seus recursos. Se essas restrições são realmente constrangimentos sobre as atividades da instituição, isso depende da natureza da atividade e da natureza da restrição” (p. 2).

Prosseguindo em sua análise, Ximenes, Stuchi e Rodrigues (2019) avaliaram que, enquanto a primeira versão do programa focava na presença das OSs, as versões posteriores foram diminuindo esse foco à medida que as fundações passaram a ser admitidas nos contratos de gestão com as universidades. Na última versão analisada por eles, a adoção de fundos adquire centralidade, com o detalhamento do Fundo Soberano do Conhecimento (FSC), que seria regulado pelas normas do mercado financeiro, e dos fundos patrimoniais. Além disso, houve uma clara tendência a se adequar às peças normativas existentes, numa tentativa de evitar a judicialização do programa. Para os autores, o recuo em determinados pontos em seu breve histórico de publicização não reduz o perigo que representa o Future-se, especialmente nas suas propostas de redução da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial das IFES.

Em relação à questão dos fundos patrimoniais, que são um elemento central da proposta e foram bastante evidenciados na terceira versão, Vick (2019) buscou na tramitação da lei que os regula (Lei nº 13.800/2019) alguns elementos para uma análise crítica da valorização da presença desses fundos no texto do Future-se. Trata-se de uma lei que vinha sendo discutida desde 2010, mas que sofreu alterações de relevo nos últimos dois anos de debate legislativo, a partir da atuação da Coalização pelos Fundos Filantrópicos, que teve forte presença de representantes de grupos do movimento de responsabilidade social empresarial, como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Boa parte dessas alterações versavam sobre a ampliação das imunidades e as isenções a potenciais doadores (pessoa físicas e jurídicas), no sentido de permitir a atuação de gestores de fundos que atuam na assistência social, na educação e na saúde.

No contexto de cortes de recursos para as políticas sociais, cujo efeito prático é a criação de novos campos para a atuação da iniciativa privada, uma tal agenda de interesses na regulamentação jurídica dos fundos para a parceria com o Estado assume a roupagem de um movimento de privatização que não vem acompanhado por um debate político adequado e transparente, mas ocultado pelo discurso do interesse público, da filantropia e do bem comum. (Vick, 2019, p.86).

Dessa maneira, o Future-se busca ampliar a plataforma da “governança empresarial” como solução para o problema do financiamento da universidade pública. Ao adotar suas premissas, as IFES se tornariam mais atrativas aos fundos de capital privado, sendo então capazes de oferecer a segurança necessária para o investimento. As que apresentarem maior capacidade de retorno ao capital investido, com responsabilidade fiscal e cumprimento das metas estabelecidas com o parceiro, serão abonadas com grandes volumes de recursos. E as que não conseguirem? Ora, essas seguirão o destino de todas aquelas submetidas às regras de mercado: a concorrência irá retirá-las da disputa.

Em junho de 2020, o Projeto de Lei (PL) do Future-se foi enviado para o Congresso Nacional no momento em que o país atravessa por uma grave pandemia da COVID-19, associada a uma profunda crise política. Essa quarta e, até então, última versão apresentou algumas mudanças importantes. A primeira e mais importante foi o desaparecimento do Fundo Soberano do Conhecimento, que a mídia associou a um desacordo entre o MEC e o Ministério da Economia sobre qual pasta seria responsável pela gestão dos recursos.<sup>7</sup> Outra modificação substantiva foi o ressurgimento do Comitê Gestor do Future-se, que havia sumido na terceira versão.

Ainda que essa última versão tenha chegado desidratada ao Congresso, os perigos contidos na tramitação do Future-se não são pequenos. O PL ainda apresenta sérias ameaças à autonomia, à função social e ao caráter público e democrático das atividades desenvolvidas pelas IFES a partir da ampliação do empresariamento da universidade. Além disso, os próprios interesses dos parlamentares e lobistas do setor privado podem aprofundar os aspectos negativos durante a tramitação do PL nas casas legislativas. Na seção seguinte, vamos analisar o que a composição da SESu nos esclarece sobre essa radicalização da aplicação da agenda empresarial às IFES.

---

7 Ver: Weintraub atende Guedes e projeto do Future-se chega à Câmara desidratado, sem previsão de criação de fundos. *Folha de São Paulo*, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/weintraub-atende-guedes-e-projeto-do-future-se-chega-a-camara-desidratado-sem-previsao-de-criacao-de-fundos.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

## De tijolo a tijolo: o Future-se na SESu/MEC

É preciso ressaltar que a análise dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia que mantêm relações com a SESu não esgota as determinações que atravessam o Programa Future-se. Uma fotografia de melhor resolução da política no Estado estrito deve considerar outros aparatos como, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação, as Comissões de Educação das duas casas do Congresso Nacional e os outros Ministérios, como o de Economia e de Ciência e Tecnologia. Todavia, acreditamos que, pela sua posição e função, a análise da SESu pode expressar alguns dos elementos mais importantes que compõem o Future-se.

A SESu faz parte da estrutura do MEC, e suas funções são “planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior”.<sup>8</sup> Está atualmente dividida em dez Coordenadorias-Gerais e Diretorias;<sup>9</sup> esse número, contudo, pode variar de acordo com as diferentes gestões. O Secretário conta com um Chefe de Gabinete e Assessores. Dado o peso da educação superior na esfera federal, pode-se afirmar que a SESu é uma secretaria importante na estrutura organizativa do MEC.

Inicialmente voltaremos nosso olhar para a SESu da gestão de Aloizio Mercadante frente ao MEC, no segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff. O Secretário, Jesualdo Pereira Freitas, é professor titular da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e possui larga experiência em gestão universitária — foi reitor da UFC de 2008 a 2015 — e em conselhos de instituições ligadas ao ensino e à pesquisa, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Financiadora de

---

<sup>8</sup> Ver: Secretaria de Educação Superior. Apresentação. *Ministério da Educação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

<sup>9</sup> São elas: Coordenação-Geral de Normatização e Assuntos Estratégicos da Educação Superior; Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES); Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior; Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento das IFES; Coordenação-Geral de Recursos Humanos das IFES; Diretor de Políticas e Programas de Ensino Superior; Coordenação-Geral de Políticas de Educação Superior; Coordenação-Geral de Relações Estudantis; Coordenação-Geral de Planejamento Acadêmico, Pesquisa e Inovação.

Estudos e Projetos (FINEP) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).<sup>10</sup> Na sua gestão, deu ênfase à política de educação a distância (EaD) nas universidades<sup>11</sup> e esteve à frente de um corte importante nas bolsas Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tratado como uma “reestruturação” desta política.

O Secretário também foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República no governo de Lula da Silva, Vice-Presidente e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Conselheiro da Univerisia/Santander.<sup>12</sup>

Os intelectuais mais relevantes da equipe montada por Jesualdo Freitas combinam formação superior e, até mesmo, a docência em reconhecidas universidades públicas brasileiras com pós-graduação no exterior. Chamou atenção a conexão profissional de alguns desses quadros com organizações nacionais e supranacionais, como o Instituto Brasileiro de Políticas Públicas, um aparelho que busca a construção de parcerias entre os setores público e privado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quanto à atuação específica na área educacional, foi percebida uma valorização do intelectual ligado à avaliação, gestão e governança de sistemas educacionais, à internacionalização e à expansão da EaD. Uma das assessoras do Secretário, Denise Abreu e Lima, além de possuir especialização em preparação de tutores em EaD pela Harvard University, recebeu o prêmio Distinguished Humphrey Leadership Program pela Embaixada dos Estados Unidos (2016) e o prêmio Noble Partnership pela Embaixada do Canadá (2017) por sua atuação frente

---

<sup>10</sup> Respectivamente Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Financiadora de Estudos e Projetos e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

<sup>11</sup> Ver: Seminário Andifes discute propostas para criação da política nacional de EAD. *Universidade de Brasília*, 30 set. 2015. Disponível em: <<https://ead.unb.br/todas-noticias/110-seminario-andifes-discute-propostas-para-criacao-da-politica-nacional-de-ead>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>12</sup> A missão desta última é aproximar as empresas clientes do Banco Santander aos centros de ensino e de pesquisa tecnológica do Brasil e apoiar a formação prática dos universitários por meio de sua preparação para o mercado de trabalho, reforçando a sua “empregabilidade”. Nada muito estranho ao que propõe o Future-se, que praticamente procura oficializar essa ação do banco.



ao Programa Idiomas sem Fronteiras.<sup>13</sup> Já Dilvo Ristoff, diretor de Políticas e Programas de Graduação, foi diretor (2003-2008) de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), sendo figura-chave do processo de construção e implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

As áreas de atuação desses intelectuais, dispostas acima, estão totalmente alinhadas às diretrizes hegemônicas para a educação superior (OCDE, 2008) e, em certa medida, à agenda do Future-se. Com isso não estamos insinuando que a gestão Aloizio Mercadante ambicionava a adoção de uma política nos moldes do Future-se, mas sim que suas linhas gerais não eram estranhas, neste período, a um dos aparatos de Estado centrais na gestão das IFES. No mais, a composição política da SESu na gestão de Aloizio Mercadante pareceu obedecer a alguns critérios, tais como: presença de intelectuais com carreira sólida no ensino superior público, em geral professores titulares, com formação no exterior e dotados de experiência em instâncias de poder universitárias e político-partidárias.

Com o golpe que resultou no impedimento de Dilma Rousseff, o MEC foi entregue a Mendonça Filho, administrador de empresas ligado ao DEM, que atualmente é consultor da área de educação da Fundação Lemann e da UNESCO.<sup>14</sup> O ministro recebeu, em 2016, o prêmio Educador do Ano da Associação Brasileira de Educação<sup>15</sup> e, dois anos mais tarde, foi agraciado com o prêmio Personalidade

---

<sup>13</sup> O Programa Idiomas sem Fronteiras foi criado em 2012 por um grupo de especialistas em línguas estrangeiras a pedido da Secretaria de Educação Superior do MEC para auxiliar estudantes de nível superior a terem acesso aos programas de mobilidade ofertados pelo Governo Federal. O Programa tornou-se uma importante iniciativa para auxiliar no processo de internacionalização e para contribuir para o desenvolvimento de uma política linguística nas universidades brasileiras, além de promover residência docente para os futuros profissionais do ensino de línguas estrangeiras. Ver: Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>14</sup> Mendonça Filho deixou o MEC em abril de 2018, sendo substituído por Rossieli Soares, que não fez mudanças substantivas da SESu.

<sup>15</sup> Ver: Ministro da Educação é premiado educador do ano de 2016 pela Academia Brasileira de Educação. MEC, 24 nov. 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57821:ministro-mendonca-filho-e-premiado-educador-do-ano-2016-pela-academia-brasileira-de-educacao&catid=222&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57821:ministro-mendonca-filho-e-premiado-educador-do-ano-2016-pela-academia-brasileira-de-educacao&catid=222&Itemid=86)>, de 24 de novembro de 2017>. Acesso em: 15 jun. 2020.

da Gestão Pública, oferecido pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE).<sup>16</sup>

O escolhido para o cargo de Secretário de Educação Superior foi o físico Paulo Barone, professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que ocupou por muitos anos o cargo de Conselheiro da Câmara de Educação Superior do CNE (2004-2012; 2014-2018). Na área de educação, tem experiência em gestão e avaliação da educação superior.

Na visão do Secretário Barone, um dos desafios da educação superior brasileira seria o da ampliação do acesso à população. Segundo ele, o atual modelo de universidade é “de elite”, “não atende a formação de massa” e precisa de uma profunda reformulação “de tal maneira que se possa ter mais expectativa de acompanhar as transformações do mundo contemporâneo”.<sup>17</sup>

Paulo Barone trabalhou para implementação dos Centros de Desenvolvimento Regional (CDRs), aglutinando IFES, instituições públicas de fomento à pesquisa e o setor privado. A proposta teria como um dos principais atrativos a captação de recursos extras para a pesquisa, já como uma resposta às restrições impostas pela emenda constitucional do teto de gastos.

Além de articular atores para a elaboração de abrangentes planos estratégicos de desenvolvimento, os CDRs poderiam oferecer serviços de pesquisa aplicada e de elaboração de projetos, além de incubar modelos de negócio inovadores e “regenerativos”, isto é, com impactos sociais e ambientais muito positivos. (CEDES, 2018, p. 20).

Como se percebe, a agenda de Paulo Barone estava de acordo com as demandas do empresariado, afinal os CDRs dialogam mais diretamente com o setor produtivo, através de parcerias em P&D. Ademais, os CDRs já indicam uma tendência de submissão do financiamento da pesquisa desenvolvida pelas IFES às demandas do setor produtivo, tendência que se escancara com o Future-se.

---

<sup>16</sup> Ver: Mendonça Filho recebe prêmio do LIDE por trabalho no Ministério da Educação. *BJ1 Notícias*, 20 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.bj1.com.br/mendonca-filho-recebe-premio-do-lide-por-trabalho-no-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

<sup>17</sup> Ver: “Ampliar a atenção da educação superior a segmentos mais amplos da sociedade”. *Unifal-MG*, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/comunicacao/maior-desafio-ensino-superior-secretario-mec>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Foi possível escutar outros ecos do Future-se na reorganização efetuada por Barone à frente da SESu, sendo o mais nítido deles a criação da Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior, voltada para a internacionalização. A coordenadoria foi entregue a Elizabeth Balbachevsky, livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) com conexões com o *think tank* The Fulbright Group, cujo programa de concessão de bolsas de estudo no exterior é ligado ao Departamento de Estado norte-americano. Desde 2012, a pesquisadora coordena um projeto de pesquisa voltado para a área da governança universitária, outro eixo do Future-se.

Para a DIFES foi escolhido o matemático Mauro Rabelo, professor da Universidade de Brasília (UnB), que tem consolidada experiência na área de Avaliação Educacional, com ênfase na avaliação em larga escala de sistemas e programas. Outro interesse de pesquisa do professor está na questão da internacionalização da educação superior e na gestão de pessoas pela gestão de competências, uma linha importante nas discussões sobre governança universitária.

Em comparação com a equipe analisada anteriormente, podemos dizer que o critério de escolher intelectuais ligados às IFES foi mantido, além da desejável experiência em instituições como o CNE e o INEP. A mudança mais perceptível foi um maior peso do setor privado do ensino superior, o que se refletiu nas relações do Secretário com a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior e outras representações do ensino privado e na sua preocupação com o futuro do FIES e com a agenda de EaD, essa última bastante notável na formação da sua equipe. Sublinhamos, por último, que quatro nomes da gestão anterior foram mantidos na SESu de Paulo Barone.

No início de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro nomeou para o MEC o matemático e professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Ricardo Vélez Rodriguez. Ligado ao youtuber de extrema direita Olavo de Carvalho, Vélez Rodriguez chamou Mauro Rabelo para a chefia da SESu. Rabelo, como vimos acima, já fazia parte da SESu na gestão Mendonça/Barone, bem como boa parte da equipe montada pelo novo ministro. Para sermos mais específicos, a SESu foi reduzida de doze para dez pessoas, sendo que oito destas eram remanescentes da gestão anterior. Vélez Rodriguez ficou menos de quatro meses no cargo.

O substituto de Vélez Rodriguez foi Abraham Weintraub, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e também “aluno” do youtuber Olavo de Carvalho, que realizou mudanças mais significativas na SESu. Para o cargo de Secretário nomeou Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, economista e Analista Técnico de Políticas Sociais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Lima Júnior tem uma longa carreira de atuação em setores econômico-financeiros do Estado, tendo ocupado cargos de direção nos extintos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Além disso, integrou o conselho de diversas empresas e bancos públicos, como a Pré-Sal Petróleo e o Banco do Brasil. Sua nomeação agradou ao mercado por tratar-se de um personagem importante na construção do atual modelo do FIES; foi considerado de “perfil técnico” e “cabeça aberta”.<sup>18</sup> Trata-se, portanto, de um intelectual que possui mais conexões com os setores de economia e finanças do que propriamente com a universidade pública.

Foi na gestão de Lima Júnior que a sociedade conheceu o Future-se e, após o lançamento da primeira minuta, o Secretário foi algumas vezes à imprensa divulgá-lo. Para ele, o Future-se premia a “cultura do esforço”, “do suor”, contra o “vitimismo” de professores.<sup>19</sup> Em relação aos alunos, Lima Júnior declarou que o Future-se os libertará da perspectiva de encontrar uma vaga no mercado de trabalho, “pois serão empreendedores e donos dos próprios destinos”.<sup>20</sup> O Secretário pediu demissão em fins de janeiro de 2020, alegando motivos pessoais.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Ver: Ministro Abraham Weintraub anuncia 6 novos secretários; indicação para Educação Superior agrada mercado. *InfoMoney*, 10 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/ministro-abraham-weintraub-anuncia-6-novos-secretarios-indicacao-para-educacao-superior-agrada-mercado/>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>19</sup> Ver: Future-se premia “cultura do esforço”, diz secretário do MEC. *JEDUCA*, 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://jeduca.org.br/texto/future-se-premia-cultura-do-esforco-diz-secretario-do-mec>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>20</sup> Ver: Secretário do MEC diz que “professor universitário poderá ser muito rico”. *Tribuna de Jundiaí*, 17 jul. 2019. Disponível em: <<https://tribunadejundiai.com.br/educacao/secretario-do-mec-diz-que-professor-universitario-podera-ser-muito-rico/>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

<sup>21</sup> Atualmente é diretor de Seguridade na Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e membro do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Foi substituído por Wagner Vilas Boas de Souza, que já era da equipe anterior.

Lima Júnior montou uma SESu que, de certa forma, refletiu a sua formação e trajetória profissional e, porque não, pareceu ser de boa aparência para o mercado, assim como seu chefe. Reuniu, portanto, economistas, administradores de empresas, estatísticos e engenheiros com experiência na área de gestão pública e finanças. Como veremos, esses intelectuais possuem uma carreira e uma agenda de pesquisa que dialogam com diversos aspectos do Future-se.

Para a posição de assessor foi escolhido o economista e bacharel Paulo Meyer Mattos Nascimento, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde 2009. Esse intelectual fez, entre agosto de 2017 e janeiro de 2018, seu doutorado-sanduiche na Australian National University (ANU), sob orientação de Bruce Chapman. O professor Chapman tem como interesses de pesquisa o financiamento da educação superior e empréstimos estudantis, e trabalhou como Consultor do Banco Mundial para o financiamento da educação em vários países, dentre eles o México e a Colômbia.

Paulo Meyer Nascimento integra a rede de pesquisa denominada Centre for International Student Loans Research (CISLR), especializada em financiamento do ensino superior, desenhos de política de financiamento estudantil, Economia da Educação e Econometria Aplicada. Suas pesquisas atualmente concentram-se na área de Economia da Educação, particularmente em estudos sobre empréstimos com amortizações condicionadas à renda (ECR) para financiar estudantes de educação superior. Já ressaltamos que o financiamento das IFES é preocupação central do Future-se, e que sua primeira versão previu a cobrança de mensalidades e matrícula para os cursos de pós-graduação.<sup>22</sup>

Para a Coordenadoria Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior a escolhida foi Manoela Vilela Araújo Resende. A profissional da área de Relações Internacionais e Analista de Políticas Sociais do MEC desde 2018 possui em seu currículo uma especialização em gestão de negócios pelo Ensino Superior em Negócios, Direito e Engenharia (Insper), um curso denominado “Avaliação Econômica de Projetos Sociais” pela Fundação Itaú Social e outro intitulado “Políticas Públicas Baseadas em Evidências” pelo Instituto Brasiliense de Direito Público. Colaborou com a equipe técnica do “Guia da

---

<sup>22</sup> Meyer Nascimento permanece à frente dessa coordenadoria até o fechamento deste texto.

Política da Governança Pública”, uma publicação de 2018 do governo Temer e faz parte da rede “Talentos da Educação”, da Fundação Lemman.<sup>23</sup>

Conforme já comentamos acima, o Secretário Lima Júnior se afastou da SESu no início de 2020. Para a sua vaga foi nomeado Wagner Vilas Boas de Souza, cientista contábil com especialização em Controladoria e Finanças Empresariais, que já ocupava a DIFES desde julho de 2019. É servidor cedido da Agência Nacional de Transportes Terrestres, com vasta experiência na área técnica do MEC. Vilas Boas faz parte do Núcleo de P&D para Excelência e Transformação do Setor Público (NEXT/UnB), que indica seu interesse na área de gestão e proteção de dados no setor público, inovação e gestão eficiente do Estado.

Tomás Dias Sant’Ana foi Coordenador Geral de Expansão e Gestão das IFES na gestão de Lima Júnior; quando Vilas Boas tornou-se Secretário, Sant’Ana foi nomeado Secretário adjunto, sendo a coordenaria ocupada pelo último extinta.<sup>24</sup> Esse intelectual da área de Processamento de Dados é professor da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e foi Coordenador Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD) entre 2013 e 2017. Em um congresso acadêmico de 2016, foi debatedor em um painel intitulado “Financiamento e Fomento da Educação Superior”.

Seu atual projeto de pesquisa busca criar uma metodologia e uma ferramenta de software que permita o gerenciamento de riscos nas universidades federais. Essa área de estudos da administração de empresas começou a ganhar maior peso após a crise econômica de 2008, e diz respeito à análise de riscos presentes nos mais variáveis projetos, estimulando a inovação no enfrentamento de questões de custo, prazo e desempenho. O objetivo é a melhoria da eficiência da empresa e o retorno aos acionistas (Júnior; Carvalho, 2013). Apesar de parecer, a princípio, uma área do saber voltada para executivos do setor privado, a ênfase nos fundos de investimento na proposta do Future-se

---

<sup>23</sup> Manoela Resende saiu desta Coordenadoria em janeiro de 2020, acompanhando a demissão do Secretário Lima Júnior. Até a presente data essa posição na SESu continua vaga. Ela também é coautora do artigo “Financiamento estudantil na Austrália e nos Estados Unidos: lições para o Brasil”, de 2018, em parceria com Paulo Meyer Nascimento.

<sup>24</sup> Nenhuma outra gestão pesquisada usou da denominação “Secretário adjunto”.

indica que um programa de gerenciamento de riscos das universidades seja fundamental para atrair investidores do setor privado.

Esse projeto de pesquisa de Sant’Ana incluiu o engenheiro e professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) Eduardo Gomes Salgado, que assumiu a DIFES no lugar de Vilas Boas. Além dessa parceria, Salgado fez nos últimos três anos uma série de cursos na área de gerenciamento de riscos e desenvolve um outro projeto de pesquisa que trata de indicadores de desempenho aplicados a sustentabilidade de diferentes setores, dentre os quais a educação. Este último projeto de pesquisa de Salgado conta com a participação de Carlos Eduardo Sanches da Silva, economista, engenheiro e professor titular da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Coordenador Geral de Planejamento Acadêmico, Pesquisa e Inovação, coordenadoria da SESu criada por Vilas Boas.

Agestão Weintraub pode ser considerada a primeira gestão efetiva do governo Bolsonaro, pelo tempo que o ministro ocupa o cargo e pelos nomes escolhidos. Sua SESu aglutinou profissionais de perfil bem característico. Começando pelo Secretário, a equipe foi formada por profissionais com experiência de gestão do orçamento público, com MBA, ou seja, os de “diálogo com o mercado”. Outras especializações que têm destaque na Secretaria são a avaliação do desempenho em educação e o gerenciamento de riscos do setor público. Ou seja, parece que o foco está na simbiose com as demandas do Future-se: gestão de fundos públicos, avaliação de desempenho e gerenciamento de riscos de investimento.

## **Considerações finais**

No momento de redação dessas linhas, a imprensa especula avidamente que o ministro Weintraub está em vias de ser demitido, dado o desgaste causado pelo seu protagonismo na crise política que grassa o governo Bolsonaro durante a pandemia do COVID-19. O envio do Future-se ao Congresso Nacional parece ter sido o último ato importante de sua polêmica gestão.

Não devemos nos enganar, contudo. A provável substituição de Weintraub por outro aluno de Olavo de Carvalho não deve deter os ataques do governo Jair Bolsonaro às IFES, dentre os quais o Future-se é uma das principais expressões. Inclusive, a situação dramática das finanças de diversas universidades, associada à crise econômica agravada pela pandemia parece ser um cenário favorável ao avanço da agenda empresarial para a educação superior.

Afinal, como a pesquisa procurou demonstrar, os eixos que sustentam o Future-se não foram construídos a partir de 2019. A análise da SESu e de seus intelectuais pôde vislumbrar que temas como internacionalização, governança, avaliação por indicadores e parcerias ampliadas com o setor privado no direcionamento das pesquisas já existiam desde a gestão de Jesualdo Farias, no segundo governo de Dilma Rousseff. Além disso, pudemos ver que esses temas têm ressonância entre os professores das IFES que passaram ou estão atualmente na SESu, o que sugere uma adesão teórico-metodológica de professores, departamentos e grupos de pesquisas ao Programa Future-se.

Após o Golpe de 2016, essa agenda ficou mais explícita, especialmente com o estímulo aos CDRs e à criação de uma Coordenadoria mais voltada para a internacionalização. Além disso, as conexões dos intelectuais da SESu com o setor privado ficaram mais explícitas nessa gestão pós-Golpe.

O que nos parece ser o diferencial nesse governo de extrema direita em relação à educação superior, e mais propriamente em relação ao MEC e à SESu, é que, ao contrário das aparências, não se trata de uma gestão excêntrica baseada nas diatribes do youtuber Olavo de Carvalho. Na verdade, a SESu encontra-se afinadíssima com a agenda empresarial para a educação pública, sendo o Future-se um exemplo claro dessa condição. O que a análise deste aparato nos mostrou é que, no governo Bolsonaro, o MEC ampliou sua condição de subordinado ao (super) Ministério da Economia comandado por Paulo Guedes, que faz o papel daquele que “cristaliza por excelência os interesses da fração hegemônica sobre outros setores ou aparelhos, centros de resistência de outras frações do bloco de poder” (Poulantzas, 1985, p. 158).

É essa relação de subordinação do MEC que provoca, em nosso entender, o curto-circuito na política de Estado para as IFES desde 2016. Esse curto-circuito pode ser aprofundado na tramitação do Programa no Congresso Nacional e coloca uma tarefa fulcral para os que defendem a universidade pública voltada para os interesses mais amplos da sociedade, no sentido de resistir aos ataques que possivelmente virão nos próximos meses. A crise econômica em um contexto de pós-pandemia pode, nesse sentido, impulsionar a classe dominante na direção de uma aceleração na implementação do Future-se, e somente os movimentos sociais organizados da classe trabalhadora podem, em articulação, fazer frente a mais esse ataque.



## REFERÊNCIAS

- AVELAR, Marina; BALL, Stephen John. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, v. 64, p. 65-73, 2019.
- CEDES — Centro de Estudos e Debates Estratégicos. *Instituições de ensino superior e o desenvolvimento regional: potencialidades e desafios*. Relator: Vitor Lippi. Consultores legislativos: Renato Gilioli (Coord.) et al. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. *ETD — Educ. temat. digit.*, v. 17, n. 2, p. 427-441, 2015.
- CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 — Especial, p. 809-829, 2007.
- EHRENBERG, Ronald G. *Demystifying endowments*. New York: TIAA-CREF, 2009.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- JÚNIOR, Roque Rabequini; CARVALHO, Marly Monteiro. Relacionamento entre gerenciamento de risco e sucesso de projetos. *Produção*, v. 23, n. 3, p. 570-581, 2013.
- LEHER, Roberto. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, Cátia (Org.). *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

- LEHER, Roberto. Análise preliminar do Future-se. *Esquerda Online*, 25 jul. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/07/25/leia-a-analise-de-roberto-leher-da-ufrj-sobre-o-future-se/>>. Acessado em: 03 mar. 2020.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. *Outros tempos*, v. 1 esp., p. 1-12, 2007.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- SANTIAGO, Paulo et al. *Tertiary Education for the Knowledge Society*, v. 1. OECD, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/41266690.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. de 2020.
- VICK, Fernanda. Fundos patrimoniais: o interesse da filantropia empresarial no Future-se e nas demais políticas públicas. In: XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando (Org.). *Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira*. Santo André: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da Universidade Federal do ABC, 2019.
- WORLD BANK. *Brazil: Higher Education Reform*. 1993. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/395131468229180651/Brazil-Higher-education-reform>>. Acessado em: 17 jun. 2002.
- XIMENES, Salomão; STUCHI, Carolina Gabas; RODRIGUES, Rayane Vieira. O passado do Future-se: análise de conteúdo de três versões preliminares do programa. In: XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando (Org.). *Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira*. Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da Universidade Federal do ABC, 2019.

# SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

## **ANA LOLE**

Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Integrante da Coordenação Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE-UFF).

## **ANITA SCHLESENER**

Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (1975), mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2001), com um ano de pesquisa na Università degli Studi di Milano e Fondazione Feltrinelli. Dedicou-se ao estudo dos escritos de Antonio Gramsci e tem pesquisado a filosofia de Walter Benjamin. Foi docente de Filosofia da UFPR de 1976 a 2005 e atualmente é professora da Universidade Tuiuti do Paraná. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino da Filosofia (NESEF-UFPR). É editora da Revista *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*. Membro do Conselho Nacional da International Gramsci Society – IGS-Brasil e dos Conselhos Editoriais das Revistas *Critica Marxista* e *Germinal*. Faz parte do conselho editorial da Editora Mercado de Letras. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da UTP (Gestão 2017-2021).

## **CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA**

Assistente social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU-Unicamp). Professora associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos Família e Gênero (UERJ).

#### **DEMIAN MELO**

Professor de História Contemporânea do bacharelado em Políticas Públicas da UFF (campus Angra dos Reis). Bacharel em História pela UFRJ, é mestre e doutor em História pela UFF. É membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e o Marxismo, também da UFF.

#### **DENIZE SEPULVEDA**

Coordenadora adjunta e professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGedu) e do Departamento de Educação da UERJ-FFP. Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ-PROPED (2016). Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ (2012). Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2003). Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços-Tempos da História e dos Cotidianos da UERJ-FFP. Sublíder do Grupo de Estudos e Pesquisa Conservadorismo e a Educação Brasileira da UFF. Colaboradora do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ) da UFF.

#### **DIEGO CHABALGOITY**

Doutor em educação pela UFF, mestre em educação pela UERJ. Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE-UFF) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Paulo Freire e Educação Popular (GEPEP). Autor do livro *Ontologia do oprimido: a construção do pensamento filosófico em Paulo Freire*.

#### **EDUARDO REBUÁ**

Foi professor adjunto de Educação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), na linha de Filosofia, Estética e Sociedade. Doutor em Educação pela UFF. Mestre em Educação pela UERJ. Bacharel e licenciado em História pela UFF. Foi coordenador do Observatório de História, Educação e Cultura da UFPB (HECO-CNPq). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (Nufipe-UFF) e organizou as obras *Gramsci nos Trópicos: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos* (2014),

*Educação e Filosofia da Práxis: reflexões de início de século* (2016) — em parceria com Pedro Silva —, *Pensamento Social Brasileiro: matrizes nacionais-populares* (2017) — em parceria Rodrigo Gomes, Giovanni Semeraro e Martha D’Angelo —, e *Insólito Benjamin* (2019).

#### **JOSÉ ANTÔNIO SEPÚLVEDA**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Líder do Diretório e do Grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB-UFF). Sub-líder do Grupo de Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços-Tempos Cotidianos (GESDI-UERJ-FFP). Coordenador do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ-UFF).

#### **JULIANA FIÚZA**

Assistente social. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo PPGSS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Orçamento Público e Serviço Social (GOPSS).

#### **MARTHA D’ANGELO**

Doutora em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Publicou *Arte, política e educação em Walter Benjamin* (Loyola, 2006) e *Pensadores Contemporâneos. De Nietzsche a Gadamer* (Ideias e Letras, 2010). Participou da organização das coletâneas: *Walter Benjamin: arte e experiência* (EdUFF-Nau, 2009), *Interlocuções: estética, produção e crítica de arte* (Apicuri, 2012) e *Filosofia da História* (EdUFF, 2014). Realizou um pós-doutorado na Escola de Comunicação e Artes da USP (2010), onde iniciou sua pesquisa sobre a obra de Mário Pedrosa, que resultou no livro *Educação estética e crítica de arte na obra de Mário Pedrosa* (NAU, 2011) e nos artigos “Leitura da obra de arte na crítica de Mário Pedrosa”, publicado na coletânea *Mário Pedrosa Atual* (Museu de Arte do Rio, 2019) e “Le Modernisme dans la critique de Mário Pedrosa” na Coletânea *Modernismes et Anthropophagies Connexions artistiques et esthétiques Brésil-Europe*, (Éditions Mimésis, 2020). Publicou ainda “A poética de Benjamin Péret: da Revolta

absoluta ao amor sublime” na coletânea *Artes do corpo, corpos da Arte* (Relicário 2020.). Atualmente faz parte da linha de pesquisa Filosofia, estética e sociedade (FES) do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF.

**REGINALDO COSTA**

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF). Tem desenvolvido pesquisa a respeito do papel da educação popular no processo de favelização no Rio de Janeiro, a partir do Grupo de Estudos Educação e Favela, vinculado ao NuFiPE.

**REGIS ARGÜELLES DA COSTA**

Professor da Faculdade de Educação da UFF. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate-UFF) e ao Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE-UFRRJ).

**ROBERTO LEHER**

Prof. Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do CNPq. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes. Foi Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro de julho de 2015 a julho de 2019.

**RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES**

Professor adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF). Doutor e mestre em Educação pela UFF e Bacharel e Licenciado em História pela mesma Universidade. Vice coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, política e Educação (NUFIPE-UFF). Foi professor de História da Rede Pública Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

**VICTOR LEANDRO CHAVES GOMES**

Doutor e mestre em Ciência Política pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI), vinculado ao Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN-UFF) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE-UFF).

**VIRGINIA BELINOT**

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do Laboratório de Estudos em Política Internacional (LEPIN-UFF).

**YURI SEPULVEDA**

Doutorando do Programa da Universidade de Lisboa. Mestre pela Universidade Lusófona. Bacharel em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com habilitação em Cinema.